



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
PENELA



ATA Nº. 216

Aos dezasseis dias do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois, pelas dezasseis horas, reuniu no Salão Nobre Engenheiro Coelho e Silva, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Penela.-----
Presidiu à mesma o senhor Presidente da Assembleia Municipal, **António Manuel Mendes Lopes**, sendo secretariado interinamente por Isa Mara Almeida Filipe (1ª. Secretária), e Maria de Fátima Antunes Coimbra Pereira (2ª. Secretária).-----

Presenças: Estiveram presentes os senhores deputados da Assembleia Municipal, António Manuel Mendes Lopes, Olga Sofia Antunes da Silva, João da Paz Pires, Maria Carolina Rasteiro Rodrigues Marmé, Alberto José Augusto, Maria de Fátima Antunes Coimbra Pereira, Paulo Alexandre dos Santos Matias, Paulo António da Silva Roxo, Isa Mara Almeida Filipe, Mário José Rodrigues Simões, Mara Rita dos Santos Alves, Alfredo Manuel Mendes Simões, Mário António Mendes Calado, Ana Rita Mendes Saldanha, Pedro Miguel Ramos Mendes e os Presidentes de Junta de Freguesia do Espinhal, de Podentes, da Cumieira e da União de freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal, respetivamente: Luís Oliveira Henriques Dias, Anabela Cristina Pereira dos Santos, Pedro Jorge Fernandes Alves e Maria do Nascimento Rasteiro Marmé.-----

Participação dos membros da Câmara: A Câmara Municipal fez-se representar por Eduardo Jorge Mendes Nogueira dos Santos, Presidente da Câmara, pela Vereadora Edite Mendes Simões e pelo Vereador Luís Manuel Balão Fernandes.-----

Abertura da Sessão: Verificando-se a existência de quórum o Presidente da Assembleia, **António Manuel Mendes Lopes**, fez a abertura da sessão começando por cumprimentar o Presidente da Câmara, Eduardo Jorge Mendes Nogueira dos Santos, o Vereador Luís Manuel Balão, a Vereadora Edite Mendes Simões, os Deputados Municipais, demais presentes e a quem está a assistir via online.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

PRIMEIRO PONTO – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR: Foi dispensada a leitura da ata da reunião anterior, em virtude de ter sido previamente distribuída a todos os elementos, tendo sido a mesma aprovada, pela unanimidade dos membros que estiveram presentes, abstendo-se os deputados que não estiveram presentes na respetiva reunião.-----

SEGUNDO PONTO - LEITURA RESUMIDA DO EXPEDIENTE E PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES OU ESCLARECIMENTOS QUE À MESA CUMPRE PRODUZIR: O Presidente da Assembleia Municipal solicitou à segunda Secretária da Mesa, Fátima Coimbra, que procedesse à leitura do resumo da correspondência recebida, no período de vinte e seis de setembro a 15 de dezembro, de acordo com o disposto a alínea m) do nº 1 do art.º 29 da Lei nº. 75/2013 de 12 de setembro.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

TERCEIRO PONTO - INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL: Aberto o período para intervenções, pediram a palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

O Deputado **João da Paz Pires**, deu início ao período de intervenções referindo-se aos festejos do São Miguel, afirmando nunca ser demais dizer que correram muito bem. Aproveitou para parabenizar todos os munícipes, que levaram a cabo outras atividades culturais e recreativas no concelho.-----

O Deputado **Mário Simões** deu início à sua intervenção, referindo-se à forma como têm sido enviados os documentos para as reuniões. Hoje um, amanhã outro, etc. No seu entender deveria ser utilizado apenas um único endereço de email ou então ser criada uma google drive, onde seriam colocados todos os documentos para que as pessoas não estejam constantemente a receber emails. Certamente mais organizado e muito mais profissional.-----



Perguntou ao Presidente da Câmara Municipal, se este ano vai haver bilhetes para o Penela Presépio, em pack, para associações e empresas, para poderem dar aos seus colaboradores e associados tal como foi informado que o sindicato dos bancários tinha bilhetes para os seus associados. -----

- A Deputada de Maria Marmé, começou por dizer que as suas primeiras palavras vão para os presentes e para os que estão remotamente a assistir, assim como para as trinta e oito empresas do concelho que se encontram no ranking das mil e quinhentas empresas do distrito, que aproveitou para felicitar, estando as maiores instaladas na União de Freguesias. Felicitou também as empresas que receberam o galardão PME, não obstante as adversidades que assolaram o país. Manifestou o seu apreço pela dedicação no trabalho desenvolvido, desejando muitos sucessos aos seus gerentes e colaboradores.-----

Parabenizou o Presidente da Câmara pelas festas de São Miguel, que tanta gente trouxe ao concelho. Deixou, também, uma palavra de apreço e de parabéns pelo facto de o Presépio ter sido instalado na Praça da República, certamente devido ao problema das obras do castelo, que mais uma vez impediram a utilização do espaço. Referiu que a União de Freguesias, este ano, decidiu reduzir o tempo de funcionamento da iluminação de Natal, por forma a contribuir para a poupança energética. Deu conta que a União de Freguesias lançou o desafio às associações da “Rota dos Presépios de Rua”, conseguindo-se treze presépios, dispersos por vários locais. É uma forma das pessoas os visitarem, conhecerem a vila e fazerem compras no comércio local. Agradeceu também ao CLDS o trabalho desenvolvido pelos seus colaboradores, na decoração natalícia das ruas. -----

-----Lembrou que, na última reunião, lhe foi pedido para ajudar na resolução do diferendo entre a família Oliveira e a família Pais, ambas da localidade de Chanca. Falou com ambas as partes que chegaram a um consenso. Está convicta que o diferendo se resolveu. Deixou um agradecimento público às famílias em questão bem como ao senhor comandante da GNR, que ajudou a dirimir o problema.-----

Agradeceu aos Bombeiros Voluntários de Penela, pelo trabalho desenvolvido nos últimos dias, decorrentes das fortes chuvas que se têm verificado bem como aos funcionários da União de Freguesias, que estiveram sempre dispostos a colaborar. -----

Terminou a sua intervenção desejando a todos um Santo e Feliz Natal e um ótimo 2023. -----

O Presidente da Junta de Freguesia da Cumeieira, Pedro Alves, cumprimentou todos os presentes e deixou uma palavra de reconhecimento pela realização das festas de São Miguel e pela sua organização, não restando dúvidas sobre a qualidade do mesmo. Deixou, também, uma palavra de apreço ao executivo municipal e aos seus funcionários, pela proposta de execução do alargamento da estrada que liga a zona industrial da Louriceira à localidade da Louriceira e uma palavra de agradecimento pela organização do Penela Presépio. Pela primeira vez visitou o presépio do Espinhal, devendo os Espinhalenses estarem orgulhosos pelo trabalho realizado. Manifestou o seu reconhecimento pelo trabalho feito, tendo respondido ao desafio da Câmara Municipal, sendo que, também a Cumeieira teve o seu Presépio, através do envolvimento das associações que o montaram, embora mais modesto. -----

Terminou, desejando a todos um Bom Natal e umas Boas Festas. -----

A Presidente da Junta de Freguesia de Podentes, Anabela Santos, começou por agradecer ao Presidente da Câmara os festejos de São Miguel bem como a todas as pessoas envolvidas na sua organização. -----

Agradeceu à Associação Recreativa e Cultural de Podentes e à Comissão de Festas do Casal da Azenha e a todas as pessoas envolvidas, no excelente trabalho que desenvolveram nas tasquinhas de São Miguel. Deu também os parabéns ao Clube Desportivo e Recreativo Penelense e à Associação Recreativa Desportiva e Cultural do Rabaçal, pela sua presença nas tasquinhas do São Miguel, que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
PENELA



foram uma mais-valia no evento, esperando que nos próximos anos outras tasquinhas se juntem ao evento. -----

Finalmente uma palavra de agradecimento à equipa do CLDS e à coordenadora Paula Sá, em especial, pelo trabalho realizado na freguesia de Podentes, com o envolvimento da população, maioritariamente sénior. -----

Parabenizou o Presidente da Câmara Municipal, pela realização de mais um Penela Presépio e aos meninos da catequese de Podentes, pela ajuda na construção do presépio da freguesia, situado no adro da igreja. -----

Por último, deu os parabéns ao Presidente da Junta de Freguesia do Espinhal, pelo seu trabalho na Feira do Mel e por mais uma edição do Presépio Tradicional do Espinhal e por toda a dinâmica que criou em torno do mesmo. Parabenizou, também, a União de Freguesias pelo trabalho realizado na rota dos presépios que envolveu a comunidade assim como o Presidente da Freguesia de Cumeeira pela execução do presépio que visitou e que está muito bonito. Terminou desejando a todos um Feliz Natal e um Próspero Ano Novo. -----

O Presidente da Junta de Freguesia do Espinhal, Luís Dias cumprimentou todos os presentes e agradeceu ao Presidente da Câmara pela colaboração e apoio no Penela Presépio e noutros eventos ocorridos no Espinhal, destacando o 1º Trail da Pedra da Ferida que foi organizado e apoiado pela Junta de Freguesia, sendo a receita angariada a favor da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Penela. Destacou também a colaboração no apoio à 10ª edição do evento "TT Amigos do Natal" a realizar no próximo domingo. -----

Deu os parabéns pelas festas do São Miguel, que correram muito bem. Sobre o Presépio Tradicional do Espinhal, disse ter ficado muito satisfeito com a presença do Presidente da Junta da Cumeeira, que cada vez mais, dá mostras de gostar do Espinhal, agradecendo-lhe por isso, assim como às Presidentes da Junta de Podentes e da União de Freguesias, que também o visitaram. -----

Disse ter lido os documentos do orçamento, para o próximo ano, tendo ficado satisfeito com a referência ao Pavilhão Desportivo, junto ao Centro Escolar do Espinhal, mas que, ainda assim é pouco o investimento previsto para a freguesia. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, relativamente à questão dos emails, informou que o endereço de email oficial é assembleia.municipal@cm-penela.pt. Explicou que, devido à funcionária, afeta à Assembleia Municipal, ter estado ausente do serviço durante alguns dias por motivos de saúde, houve várias pessoas que lhe enviaram correio para o seu email, que só viria a ser aberto quando regressou, acabando por causar alguns constrangimentos. Referiu que irá tentar-se criar uma nuvem para colocação e acesso de todos os documentos. Salvaguardou o facto de os documentos do orçamento terem seguido bastante cedo, relativamente ao que era prática, no passado. -----

- Deixou uma palavra de apreço à Câmara Municipal e ao seu Presidente sobre aquilo que é o Penela Presépio, bem como aos Presidentes de Junta pela sua colaboração. Esteve na sua génese, no ano de dois mil e seis, e já vai na décima sétima edição. Por fim, convidou os presentes e a todos quantos seguem a reunião via online a visitarem os presépios espalhados pelo território do Município, cada um com a sua especificidade. -----

Deu de seguida a palavra ao Presidente da Câmara, para prestar algum esclarecimento. -----

- O Presidente da Câmara Municipal, cumprimentou todos os presentes assim como os que estão a assistir nas suas casas. Referiu-se ao espírito natalício que se vive e agradeceu as palavras que lhe dirigiram. Agradeceu em especial as palavras dos deputados João Pires sobre a realização do São Miguel e do Mário Simões sobre a sugestão que lhe deu. Dando seguimento às palavras do Presidente da Assembleia, sobre a questão do envio da documentação, acha que deve ser dado um salto qualitativo e avançar para uma "cloud". -----



Sobre a distribuição de bilhetes para o Penela Presépio, às associações e empresas, disse desconhecer o procedimento anterior, pelo que afirmou aceitar, com humildade, o reparo estando disposto a colaborar e a acrescentar algumas propostas de melhoria ao processo.-----

Sobre a intervenção da Presidente da União de Freguesias, disse associar-se às suas palavras, sobre as PME e empresas do Distrito de Coimbra distinguidas, informando ter falado com o Presidente do Núcleo Empresarial de Penela sobre o assunto, no sentido de se realizar uma pequena cerimónia. -----
Agradeceu-lhe as referências que fez sobre vários assuntos, nomeadamente o São Miguel, Presépio, o CLDS, que terminará em maio de dois mil e vinte três, não obstante o compromisso do Governo em mante-lo, etc. Referiu que o Penela Presépio é uma marca que se expande, hoje, por todas as Juntas de Freguesia, agradecendo a todos os presidentes por terem aceitado o desafio. O mais importante é dar um sinal e começar a haver uma oferta descentralizada, pois será uma mais-valia para o território, tornando-o mais interessante. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, agradeceu à Presidente da União de Freguesias, por ter ajudado na resolução do “problema de Chanca”, reportado em reunião anterior. -----

O Deputado Mário Simões, disse não ter conhecimento da existência da marca registada do Penela Presépio. Caso não exista, deixa o desafio à Câmara Municipal para que seja criada. - -----

O Presidente da Câmara Municipal, voltou a referir-se ao São Miguel, deixando ainda um agradecimento aos mecenas que apoiaram o evento, designadamente o Crédito Agrícola, parceiro em vários eventos, e a Simões & Rodrigues. -----

O Presidente da Assembleia Municipal deixou um agradecimento pela realização de mais uma edição da Gala da Educação, que correu muito bem, e que é apoiada pelo Crédito Agrícola, parabenizando todos os premiados. -----

De seguida pediu à primeira Secretária da Mesa, Olga Silva que tomasse o seu lugar na mesa, dando continuidade aos trabalhos. -----

ORDEM DO DIA -----

Da convocatória para esta sessão constava a ordem de trabalhos que abaixo se discrimina: -----

Ordem de Trabalhos:-----

1. Apreciação da informação do Presidente da Câmara Municipal, sobre a atividade do Município e sobre a situação financeira.-----
2. Documentos previsionais para 2023: Grande Opções do Plano (GOP) e Orçamento para 2023.-----
3. Mapa de Pessoal para 2023.-----
4. Taxas de Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) relativas ao ano de 2022, a aplicar na liquidação e cobrança em 2023. -----
5. Participação Variável no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) para 2023.-----
6. Taxa Municipal dos Direitos de Passagem (TMDP) para 2023. -----
7. Plano Estratégico Penela 2030.-----
8. Expansão do Sistema de Mobilidade do Mondego (SMM) – Relatório técnico do estudo para expansão do SMM e proposta do Eixo 4: Condeixa-a-Nova – Penela – Espinhal. -----
9. Plano Municipal para a Igualdade e não Discriminação (PMIND) do Município de Penela. -----
10. Regulamento interno do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS). -----
11. Proposta de delimitação da ARU da Boiça. -----
12. Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP's) – Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra (CIM-RC). -----

PRIMEIRO PONTO – INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA, RELATIVA À INFORMAÇÃO SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO E SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA: O Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, para explanar a atividade do Município



e situação financeira, em harmonia ao preceituado na alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que deu conta da informação municipal, entregue a todos os membros. -----

O **Presidente da Câmara** iniciou a sua intervenção, começando por se referir à informação financeira, dizendo que os documentos enviados são suficientemente claros, dispensando qualquer informação adicional. -----

De seguida, passou a tecer algumas considerações sobre a informação enviada, aproveitando para dar uma informação adicional, relacionada com a proteção civil. Referiu que, decorrentes das fortes chuvadas, os serviços Municipais de proteção civil procederam a um conjunto de limpezas nas estradas, nas valetas, em taludes, no corte de árvores e na desobstrução de cursos de água do concelho. Disse estarmos em alerta amarelo até hoje, estando o município a acompanhar a evolução da situação. Alertou para, em qualquer circunstância, relacionada com a proteção civil, informarem a Câmara Municipal, seja através dos Bombeiros Voluntários, das Juntas de Freguesia ou do 112 pois, os alertas colocados nas redes sociais, por regra, não poderão ser considerados, correndo-se o risco de ter uma resposta mais tardia. -----

Sobre a informação facultada, fez referência a algumas mais importantes. Destacou o envolvimento do Município na rede das cidades circulares - RurbanLink, tendo-se feito representar por dois técnicos na Ribeira Grande – Açores e em Lisboa, com o intuito de continuar a participar na rede. -----

Salientou algumas das candidaturas aprovadas e submetidas, designadamente a “Melhoria da acessibilidade ao edifício dos espaços do Concelho” e no âmbito do PRR a candidatura submetida para requalificação do Centro de Saúde de Penela. -----

Destacou a obra da Casa dos Saberes e do Território, a decorrer. -----

Sobre Recursos Humanos disse estarem a decorrer os procedimentos concursais, dando conta da existência de um conjunto de funcionários que, estando em mobilidade, entenderam consolidá-la. -----

- Na educação referiu-se ao SIGA, que permitiu um salto qualitativo, agilizando um conjunto de serviços entre a escola, os pais e o município. -----

- Salientou alguns eventos culturais, nomeadamente a realização da Gala da Educação, o reativar dos seminários no Centro de Estudos História Local, a parceria com a Art' Ventus (quinteto musical) bem como o Penela Presépio que iniciou com algumas dificuldades devido às intempéries. Salientou, também, o encontro dos autocaravanistas em Penela. -----

- Por último fez referência a algumas obras que irão ser lançadas a concurso, designadamente a requalificação do espaço da Praia Fluvial da Louçainha, o programa de mobilidade Penela mais acessível e o miradouro da Boavista. -----

De acordo com a alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia tomou conhecimento da atividade municipal, no período que decorreu entre a última e a presente sessão ordinária da Assembleia, através de informação escrita prestada pelo Senhor Presidente da Câmara. -----

SEGUNDO PONTO – DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2023: GRANDE OPÇÃO DO PLANO (GOP) E ORÇAMENTO: Foram presentes à Assembleia Municipal, para aprovação, os documentos previsionais para o ano de 2023, para efeitos do disposto na alínea c), do n.º 1, do artigo 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro e bem assim do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º do mesmo diploma legal, os quais foram previamente enviados a todos os deputados da Assembleia Municipal. - O **Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal pedindo-lhe que procedesse à apresentação dos documentos em apreço. -----

O Presidente da Câmara procedeu à apresentação e explicação dos documentos previsionais para dois mil e vinte e três, que se anexam à presente ata e dela fazem parte integrante, constituindo o



anexo 1, dizendo que o Orçamento de 2023 se fixa em 13.285.000,00€, estando assegurado o respeito pelos princípios do equilíbrio orçamental e do equilíbrio orçamental, contendo as linhas de desenvolvimento estratégico do Município, incluindo o Plano Plurianual de Investimentos e as atividades mais relevantes da gestão autárquica, apresentando um montante total de financiamento definido de 8.689.741,00€. Teceu algumas considerações, transcrevendo-se o documento da sua apreciação.-----

“Este Orçamento e as Grandes Opções do Plano refletem o complexo contexto atual, pretendendo, porém, não só fazer face aos enormes desafios do presente, como também projetar o futuro do Município de Penela para um patamar superior de desenvolvimento.-----

A somar aos efeitos da pandemia da Covid-19 e à guerra na Ucrânia, com tudo o que isso representa para a nossa vida coletiva, são enormes os desafios que temos pela frente no próximo ano. A inflação e a crise energética na Europa, que no próximo ano se juntam aos fortes compromissos herdados por este executivo municipal, condicionam o futuro imediato e obstam a execução do programa autárquico a que nos propusemos e com a celeridade desejada.-----

Desta forma, porque não nos resignamos, temos de, continuamente, encontrar soluções alternativas para enfrentar os problemas. Mas não deixamos de ter como meta a execução do programa eleitoral que os penelenses sufragaram nas eleições autárquicas de 26 de setembro de 2021 e que determinaram uma mudança na gestão municipal. -----

Compromissos esses que reforçamos e que procuram fazer de Penela um concelho mais solidário e equilibrado, com mais habitação, melhor saúde e educação. Um concelho orgulhoso, defensor e potenciador do território, das suas tradições e cultura. Com políticas de desenvolvimento económico e sustentável, apoio à inovação, ao empreendedorismo e ao tecido empresarial. E com uma política transparente, de proximidade, coesão territorial, em conjunto com as freguesias, e com serviços camarários reforçados, capacitados e qualificados para responder às necessidades dos munícipes e às novas atribuições que decorrem dos diversos processos de descentralização administrativa em curso.

Compromissos que pretendem inverter o êxodo populacional, a descrença na nossa terra e a privação de uma estratégia bem delineada e rigorosa para inverter esta situação. Porque como município de baixa densidade populacional, não podemos aceitar este status quo de braços cruzados. -----

Foi neste sentido que, em junho de 2022, fomos distinguidos com o prémio “Penela - Região Empreendedora da Europa 2023”, a par de Barcelona (Espanha) e da Pomerânia Ocidental (Polónia), uma escolha da Comissão Europeia e do Comité das Regiões, que muito nos honra. Apesar de este ser um prémio importante – e que, naturalmente, muito nos orgulha -, esperamos que ajude a impulsionar a atratividade do nosso território no futuro, atraindo empresas e pessoas, resultando num reforço das nossas políticas públicas e numa motivação extra para o que temos de continuar a fazer em prol dos que aqui lutam diariamente para vencer. E, assim, teremos uma Penela mais igualitária, com mais emprego e mais pessoas para usufruir tudo o que de bom o nosso concelho tem para oferecer, entre as quais uma qualidade de vida invejável e de grande centralidade no território nacional. -----

Neste ano particularmente difícil e de incertezas, fica a firme convicção de que vamos continuar empenhados a trabalhar para construir uma Penela melhor e que, apesar de todas as condicionantes, procuraremos estar sempre, solidariamente, ao lado das famílias e das empresas penelenses.” -----

De seguida foi, pelo Presidente da Assembleia Municipal, dada a palavra aos deputados.-----

Interveio o deputado João Pires, dizendo que, quanto aos documentos da proposta do Orçamento e do Plano não se pronuncia, pois não está tecnicamente habilitado para o fazer manifestando, no entanto, o seu apreço pelo trabalho realizado certamente dentro das normas e lei em vigor para o efeito. Apesar das suas palavras, disse não querer deixar de fazer uma análise mais política das



propostas apresentadas. Disse considerar a mesma uma má proposta política, que fica aquém das expectativas, em vários aspetos. Não baixa os impostos, não tem grandes pontos de incentivo à fixação de jovens; tem poucas possibilidades de apoio social sendo as verbas curtas, não tem grande capacidade para fazer face a eventuais catástrofes, etc. Tal acontece porque dos orçamentos estão dependentes da capacidade de angariar receita, estando toda a execução da despesa dependente da receita angariada. Como um facto diferenciador da receita é o número de munícipes, infelizmente, em Penela, temos cada vez menos. Enquanto as despesas aumentam significativamente, por diversas razões e perante tal cenário, os municípios de baixa densidade, têm o dever de reclamar perante o Governo por uma forma diferente de atribuir as verbas para os Municípios pois, se nada for feito, ficam cada vez mais pobres e sem capacidade de fazer alguma coisa. Entende que os municípios, ficam muito limitados em fazer este tipo de documentos por isso considera o orçamento mau, tendo todos nós de reclamar. A coesão territorial deverá pensar nestes problemas. Por isso desafia os autarcas a fazer mudar a voz e para mudança do panorama. Temos uma má proposta de orçamento, mas é a possível, face a uma diversidade de condicionantes, por isso aqui estamos para apoiar a sua aprovação. -----

- O deputado **Mário Simões**, começou por dizer ter ficado preocupado com o que ouviu, pois, é a sua bancada que representa a oposição e só por isso, disse assinar de cruz o orçamento, que pelo contrário é um excelente orçamento, com um princípio fundamental em quem gere, contas certas. É um orçamento arrojado. Lembrou as palavras da Presidente da União de Freguesias, em anterior reunião, quando mencionou a promessa da senhora Ministra, sobre o centro de saúde, isto para dizer *"Senhor Presidente da Câmara nunca se vergue a nada do Governo, aproveite tudo o que está financiado, sendo que a nossa bancada assina de cruz este orçamento, embora sejam da oposição, mas, em Penela, temos de estar do lado certo, com contas certas e um orçamento dentro das dificuldades que tem. Conte com o nosso apoio, porque um orçamento destes, num concelho de fraca densidade populacional, com pessoas que veem à frente, acho que deve ser assim, não obstante achar dever entender-se com a sua bancada, pois somos da oposição"*. -----

O deputado **Paulo Roxo**, deixou duas notas de parabéns. A primeira para os técnicos que elaboraram o documento apresentado, a segunda para o Presidente da Câmara, pela forma como elaborou o documento do orçamento e na forma como tirou da parte das receitas correntes, e transformou meio milhão de euros em receitas de capital. Daí os seus parabéns pela engenharia financeira que fez, sendo um ato de coragem, num concelho pequeno de baixa densidade demográfica, como foi dito pelo Deputado Mário Simões, ter apresentado um orçamento que ultrapassa os treze milhões de euros. É um orçamento arrojado. Para si é o orçamento possível e o ideal. Neste momento e face às circunstâncias é o orçamento ideal. Por último disse concordar com o Presidente da Câmara, que se debate com a questão financeira que a APIN lhe colocou, sendo um grande entrave para a elaboração do orçamento ideal. -----

A deputada **Isa Mara**, retomou o tema da "Gala da Educação", dizendo achar bem que se alterem os modelos. No seu entender não se deve apenas valorizar o mérito, mas também os valores humanos e outro tipo de coisas que não apenas o mérito. Deixou uma sugestão no sentido de ser criado o "prémio progressão", que já existe noutras escolas no sentido de premiar os alunos que evoluem gradualmente durante o seu percurso escolar. -----

Sobre o orçamento, disse não existir nenhum problema de bancada. Disse estar convicta de que o senhor Presidente, certamente, concorda em muito, com algum do desagrado manifestado pelo deputado João Pires, não deixando de ser generalizado, afinal o presente orçamento é ainda muito marcado pela direita, daí ser o orçamento possível, embora seja um orçamento responsável pois a esquerda é responsável e por vezes há que fazer escolhas. -----



O Presidente da Assembleia Municipal, teceu algumas considerações. Tratando-se o orçamento de um documento previsional é sempre alvo de incerteza. O problema dos orçamentos dos Municípios de baixa densidade demográfica como o de Penela é viverem fortemente em função das receitas provenientes das transferências do Estado e dos Fundos Comunitários. Reportando-se ao que foi dito anteriormente e tratando-se de um município de baixa densidade o que resta, em termos de receita próprias do município, é muito pouco. *“Enquanto os Municípios que possuem grandes cidades arrecadam milhões de euros com a receita do IM e IMT, nós temos fortes dificuldades em arrecadar receita e fazer face aquilo que são os compromissos. O “mau orçamento” para o deputado João Pires é uma metáfora, porque não se revê num orçamento que está fortemente condicionado por questões ligadas com compromissos verbais assumidos pelo anterior Executivo Municipal para a assunção da responsabilidade financeira de parte das obras de saneamento executadas e em execução pela APIN, pondo em causa os compromissos eleitorais que o Presidente da Câmara Municipal assumiu perante os penelenses, daí termos dever de perante a população de informar sobre estas questões.”* -----

O deputado Alfredo Simões, lembrou terem ficado de agendar uma reunião com a administração da APIN e a Assembleia Municipal, para falar sobre vários assuntos, perguntando se chegou a ser marcada, ao que o Presidente da Assembleia Municipal, disse ter falado sobre os prejuízos, achando que se deve deixar passar algum tempo e depois reunir. -----

O deputado Mário Simões interveio dizendo que, tendo em conta a situação da APIN, acha que, enquanto cidadão, o assunto deve ser resolvido sem grande alarido e sem “andar a lavar roupa suja”. Há que ver os prós e os contras pois, continuando a acreditar que para a Câmara Municipal deve ser melhor estar na APIN do que não estar. -----

O Presidente da Câmara respondeu que, quando se fala da APIN há que distinguir naquilo que é a sua atividade e naquilo que é a sua relação com o Município. O que temos estado a falar é de obras que o Município entregou à APIN, no âmbito de projetos financiados o que condiciona fortemente o Orçamento Municipal. As palavras do deputado João Paz Pires refletem a frustração de todos nós. Também ele acha que este é o orçamento possível, face às despesas inesperadas que podemos vir a ter. -----

Após a análise e discussão dos Documentos, a Assembleia deliberou, por unanimidade, aprovar os Documentos Previsionais para o ano de 2023, conforme proposta apresentada pela Câmara Municipal. -----

TERCEIRO PONTO - MAPA DE PESSOAL PARA 2023: Foi presente a proposta aprovada pela Câmara municipal, documento que constitui o anexo 2 desta ata. No cumprimento do ponto em epígrafe, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara que efetuou alguns esclarecimentos sobre o mesmo. -----

Não existindo pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia Municipal, colocou à votação o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Penela para o ano de 2023. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o mapa de pessoal da Câmara Municipal de Penela para o ano de 2023. -----

QUARTO PONTO – TAXA DE IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) RELATIVA AO ANO DE 2022: Foi presente a proposta aprovada pela Câmara Municipal, documento que constitui o anexo 3 desta ata. No cumprimento do referido ponto o Presidente da Assembleia Municipal solicitou ao Presidente da Câmara Municipal uma breve apresentação do mesmo. -----

Dado não se ter registado qualquer pedido de intervenção, o Presidente da Assembleia Municipal colocou esta proposta à votação. -----

A Assembleia Municipal, ao abrigo do número cinco do artigo centésimo décimo segundo do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis (CIMI) deliberou, por unanimidade, manter e fixar a taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis, para os prédios urbanos, em 0,375% (zero vírgula trezentos e



setenta e cinco por cento) [número um, alínea c) do artigo centésimo décimo segundo do CIMI] para o ano de dois mil e vinte e dois.-----

Mais deliberou, por unanimidade, aprovar a bonificação do IMI para 2023 nos seguintes termos: Agregados familiares com um dependente a cargo – vinte euros; agregados familiares com dois dependentes a cargo – quarenta euros; agregados familiares com três ou mais dependentes a cargo – setenta euros. -----

QUINTO PONTO - PARTICIPAÇÃO NO IMPOSTO SOBRE OS RENDIMENTOS DAS PESSOAS SINGULARES (IRS) PARA 2023: Foi presente a proposta da Câmara Municipal documento que constitui o anexo 4 desta ata. No cumprimento do referido ponto o Presidente da Assembleia Municipal solicitou ao Presidente da Câmara Municipal uma breve apresentação do mesmo. ----- Em virtude de não se ter registado qualquer pedido de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta à votação. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a participação de cinco por cento no Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares dos sujeitos passivos, com domicílio fiscal na circunscrição territorial do Município de Penela. -----

SEXTO PONTO – TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP) PARA 2023: Foi presente a proposta, apresentada pela Câmara Municipal, relativa ao ponto mencionado em epígrafe, cujo documento ficará apenso à presente ata para dela fazer parte integrante, como anexo 5.----- Em virtude de não se ter registado qualquer pedido de intervenção, o senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta à votação. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) em 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento).-----

Após a discussão deste ponto, o deputado Mário Simões ausentou-se da reunião, não tendo participado nas deliberações seguintes. -----

SETIMO PONTO - PLANO ESTRATÉGICO PENELA 2030: Foi presente a proposta, apresentada pela Câmara Municipal, relativa ao ponto mencionado em epígrafe, cujo documento ficará apenso à presente ata para dela fazer parte integrante, como anexo 6.-----

No cumprimento do referido ponto o Presidente da Assembleia Municipal solicitou ao Presidente da Câmara Municipal uma breve apresentação do mesmo. -----

O Presidente da Câmara explicou que o objetivo geral é a definição das prioridades de desenvolvimento concelhio, no período 2021-2030, tendo sido concretizado através de uma metodologia participada, que integrou cinco etapas. Foi auscultado um conjunto de entidades e efetuada uma análise swot, de que resultaram dezasseis projetos mobilizadores.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

OITAVO PONTO - EXPANSÃO DO SISTEMA DE MOBILIDADE DO MONDEGO (SMM) RELATÓRIO TÉCNICO DO ESTUDO: Foi presente a proposta apresentada pela Câmara Municipal, relativa ao ponto mencionado em epígrafe, cujo documento ficará apenso à presente ata para dela fazer parte integrante, como anexo 7.-----

No cumprimento do referido ponto, o Presidente da Assembleia Municipal, solicitou ao Presidente da Câmara Municipal uma breve apresentação do mesmo. O mesmo deu conta do recente estudo, contratualizado entre a CIM e a empresa OPT, SA., informando que o mesmo foi desenvolvido em quatro fases, cujos objetivos pressupõem a análise de quatro novos eixos, dos quais faz parte o “Eixo Penela (Condeixa-a-Nova- Penela)”. Resumindo, referiu que os documentos apresentados refletem a ambição do Município em ter transporte público de qualidade. -----

De seguida foi o assunto colocado à discussão. -----



Usou da palavra o deputado **João Pires** que, pegando nas palavras do Presidente da Câmara disse ser importante sonhar para poder vir a concretizar. Também aqui o projeto não é autossustentável nem viável economicamente, mas temos de o fazer, não obstante ser importante que fosse financiado e possível de se concretizar. -----

Dado não se ter registado mais pedidos de intervenção, o Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta à votação. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Relatório Técnico respeitante à segunda fase do estudo supracitado, de que resulta o traçado para o eixo 4, Condeixa-a-Nova – Penela – Espinhal. -----

NONO PONTO - PLANO MUNICIPAL PARA A IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO: Foi presente o documento apresentado pela Câmara Municipal, que constitui o anexo 8 desta ata. No cumprimento do referido ponto o Presidente da Assembleia Municipal solicitou ao Presidente da Câmara Municipal uma breve apresentação do mesmo. O mesmo fez uma breve apresentação, explicando que o plano resulta da aprovação de uma candidatura apresentada pela CIM RC, denominada “Região de Coimbra, com igualdade”, onde se insere Penela, tendo o desafio sido aceite e termos elaborado o estudo.-----

De seguida foi o assunto colocado à discussão. Dado não se ter registado qualquer pedido de intervenção, o Presidente da Assembleia Municipal colocou o assunto à votação. -----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Plano Municipal para a Igualdade e não discriminação (PMIND) do Município de Penela. -----

DECIMO PONTO - REGULAMENTO INTERNO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO E ACOMPANHAMENTO SOCIAL (SAAS): Foi presente o documento apresentado pela Câmara Municipal, que constitui o anexo 9 a esta ata. No cumprimento do referido ponto, o Presidente da Assembleia Municipal solicitou ao Presidente da Câmara Municipal, que fizesse uma breve apresentação do assunto. O mesmo fez uma breve explicação, referindo que o mesmo surge no âmbito da transferência de competências para os órgãos municipais, no domínio da ação social. Nesse sentido surgiu a necessidade de elaborar um Regulamento Interno do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS), adequando assim a organização e funcionamento do serviço às necessidades e responsabilidades que passará a assumir.-----

De seguida foi o assunto colocado a discussão. Não havendo pedidos para intervir, foi o mesmo colocado a votação tendo a Assembleia Municipal, em conformidade com a competência prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da mesma Lei aprovado, por unanimidade, o regulamento interno do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS). -----

DECIMO PRIMEIRO PONTO - PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DA ARU DA BOIÇA: Foi presente a proposta, apresentada pela Câmara Municipal, relativa ao ponto mencionado em epígrafe, cujo documento ficará apenso à presente ata para dela fazer parte integrante, como anexo 10.-----

O Presidente da Assembleia Municipal solicitou ao Presidente da Câmara Municipal que fizesse uma breve apresentação da mesma. -----

O Presidente da Câmara explicou em traços gerais o assunto, dando conta da nova delimitação de ARU, em virtude da anterior delimitação ter caducado. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, deixou uma sugestão, para que na próxima revisão sejam incluídas as restantes edificações do lugar da Quinta da Boiça, pois proporcionará várias vantagens para os munícipes. -----

A Assembleia Municipal, nos termos do artigo 13.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 88/2017, de 27 de julho, na sua redação total deliberou, por



unanimidade, aprovar a proposta aprovada pela Câmara Municipal, relativa à delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) da Boiça. -----

DECIMO SEGUNDO PONTO – ÁREAS INTEGRADAS DE GESTÃO DE PAISAGENS (AIGP'S) – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL REGIÃO DE COIMBRA (CIM): Foi presente uma proposta, apresentada pela Câmara Municipal, relativa ao ponto mencionado em epígrafe, cujo documento ficará apenso à presente ata para dela fazer parte integrante, como anexo 11.-----

O Presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, pedindo-lhe que fizesse uma breve apresentação da mesma. -----

O Presidente da Câmara explicou em traços gerais o assunto. Referiu que, inicialmente foram submetidas à DGT, quatro propostas de constituição de áreas de gestão da Paisagem (AIGP) integrando áreas territoriais da freguesia de Espinhal e da União de Freguesias, tendo três delas obtido parecer favorável sem dotação financeira. A única AIGP, inserida integralmente na freguesia do Espinhal, que reúne condições para ser constituída é a AIGP da Ribeira da Azenha, necessitando de financiamento para o efeito. Acrescentou que, a qualquer momento, se pode alocar a delegação de competências, com vista à gestão daquela AIGP, sendo a CIM-RC a entidade identificada para tal.-----

De seguida foi o assunto colocado a discussão, tendo usado da palavra o deputado João Pires que disse ter analisado o projeto e ficou curioso, pelo que gostaria que a CIM conseguisse o financiamento para levar a cabo a concretização do projeto e curiosidade para depois ver o resultado no terreno pois pode ser o princípio de solução para muitas zonas florestais abandonadas. Sendo o primeiro projeto no concelho, gostaria muito que houvesse capacidade da CIM o poder financiar.-----

O Presidente da Assembleia Municipal disse ser da opinião que, para este tipo de intervenção, devia contar-se com os produtores florestais, que se poderiam envolver, assim como com a Junta de freguesia do Espinhal, na medida em que vão ter de ser identificados os proprietários. -----

O Presidente da Câmara Municipal, disse concordar com a opinião informando que foi abordada a FLOPEN, para que ajudasse a implementar esta AIGP. A mesma referiu ter interesse desde que não implicasse custos financeiros. -----

O Presidente de Junta de Freguesia, Luís Dias, concluiu dizendo que o senhor Presidente da Câmara lançou o desafio à FLOPEN para ser parceira no projeto tendo a mesma, na última reunião da Direção, manifestado formalmente o interesse em participar no projeto. -----

Não havendo mais pedidos para intervir foi o assunto colocado à votação, tendo a Assembleia Municipal, face à proposta apresentada deliberado, por unanimidade, delegar na CIM-RC as competências relativas à função de entidade Gestora da AIGP Ribeira da Azenha. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: Concluída a Ordem de Trabalhos e em cumprimento do estabelecido no Regimento da Assembleia Municipal, o Presidente da Assembleia declarou aberto o período destinado à intervenção do público, tendo-se verificado uma inscrição.-----

Tomou a palavra a munícipe Cláudia Freire, residente em Carvalhais, que começou por agradecer à Presidente da União de Freguesias, ter falado da sua situação, relativa ao transporte da sua filha para a escola de Penela. Referiu que, este ano, o assunto se mantém. O ano passado havia uma funcionária que vinha receber a sua filha ao autocarro e este ano tal não acontece, perguntando se não tem esse direito. Como pretende que a menina frequente a escola de Penela, não gostaria que o lugar dos Carvalhais fosse esquecido. -----

O Presidente da Assembleia Municipal, perguntou se aquela localidade faz parte do roteiro. -----

O Presidente da Câmara Municipal explicou que existe uma questão no âmbito das competências da Direção Escolar, o facto de não existir um funcionário para receber a criança. Além disso há também o problema do transporte da criança sendo que, o Município não tem hipótese de assegurar o transporte. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
PENELA



A Vereadora Edite Simões, esclareceu existir uma rede escolar, ficando estabelecido que as crianças dos Carvalhais pertencem ao Centro Escolar do Espinhal, tendo sido a mãe da menina já informada do mesmo. -----

ENCERRAMENTO: Cumpridas as formalidades, o Presidente da Assembleia Municipal deu, de seguida, por terminada a sessão, desejando a todos uma boa época natalícia, encerrando os trabalhos quando eram dezanove horas e trinta minutos, depois de aprovada, por unanimidade, a presente ata em minuta, que vai ser assinada pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Maria Leonor dos Santos Carnoto, que a redigi. -----

O Presidente da Assembleia,


(António Manuel Mendes Lopes)

A Técnica Superior,


(Maria Leonor dos Santos Carnoto)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
PENELA



Anexo 1

ORÇAMENTO MUNICIPAL E GRANDES OPÇÕES DO PLANO 2023



Introdução

Este Orçamento e as Grandes Opções do Plano refletem o complexo contexto atual, pretendendo, porém, não só fazer face aos enormes desafios do presente, como também projetar o futuro do Município de Penela para um patamar superior de desenvolvimento.

A somar aos efeitos da pandemia da Covid-19 e à guerra na Ucrânia, com tudo o que isso representa para a nossa vida coletiva, são enormes os desafios que temos pela frente no próximo ano. A inflação e a crise energética na Europa, que no próximo ano se juntam aos fortes compromissos herdados por este executivo municipal, condicionam o futuro imediato e obstam a execução do programa autárquico a que nos propusemos e com a celeridade desejada.

Desta forma, porque não nos resignamos, temos de, continuamente, encontrar soluções alternativas para enfrentar os problemas. Mas não deixamos de ter como meta a execução do programa eleitoral que os penelenses sufragaram nas eleições autárquicas de 26 de setembro de 2021 e que determinaram uma mudança na gestão municipal.

Compromissos esses que reforçamos e que procuram fazer de Penela um concelho mais solidário e equilibrado, com mais habitação, melhor saúde e educação. Um concelho orgulhoso, defensor e potenciador do território, das suas tradições e cultura. Com políticas de desenvolvimento económico e sustentável, apoio à inovação, ao empreendedorismo e ao tecido empresarial. E com uma política transparente, de proximidade, coesão territorial, em conjunto com as freguesias, e com serviços camarários reforçados, capacitados e qualificados para responder às necessidades dos munícipes e às novas atribuições que decorrem dos diversos processos de descentralização administrativa em curso.

Compromissos que pretendem inverter o êxodo populacional, a descrença na nossa terra e a privação de uma estratégia bem delineada e rigorosa para inverter esta situação. Porque como município de baixa densidade populacional, não podemos aceitar este status quo de braços cruzados.

Foi neste sentido que, em junho de 2022, fomos distinguidos com o prémio “Penela - Região Empreendedora da Europa 2023”, a par de Barcelona (Espanha) e da Pomerânia Ocidental (Polónia), uma escolha da Comissão Europeia e do Comité das Regiões, que muito nos honra. Apesar de este ser um prémio importante – e que, naturalmente, muito nos orgulha –, esperamos que ajude a impulsionar a atratividade do nosso território no futuro, atraindo empresas e pessoas, resultando num reforço das nossas políticas públicas e numa motivação extra para o que temos de continuar a fazer em prol dos que aqui lutam diariamente para vencer. E, assim, teremos uma Penela mais igualitária, com mais emprego e mais pessoas para usufruir tudo o que de bom o nosso concelho tem para oferecer, entre as quais uma qualidade de vida invejável e de grande centralidade no território nacional.

Neste ano particularmente difícil e de incertezas, fica a firme convicção de que vamos continuar empenhados a trabalhar para construir uma Penela melhor e que, apesar de todas as condicionantes, procuraremos estar sempre, solidariamente, ao lado das famílias e das empresas penelenses.

Penela, 24 de novembro de 2022

O Presidente da Câmara Municipal,
Eduardo Nogueira dos Santos

Índice

1.	Nota Prévia	4
2.	Projeções Macroeconómicas	4
3.	Apresentação e Fundamentação da Política Orçamental Proposta	5
4.	Norma de Execução Orçamental	6
5.	Relação das responsabilidades contingentes	13
6.	Documentos Previsionais	13
7.	Orçamento	14
7.1	Orçamento da Receita	14
7.2	Previsão da Receita	17
7.3	Orçamento da Despesa	20
7.4	Previsão da Despesa	22
8.	Quadro Plurianual de Programação Orçamental	24
9.	Orçamento e Plano Orçamental Plurianual	24
10.	Equilíbrio Orçamental	26
11.	Grandes Opções do Plano	27
12.	Conclusão	36
13.	Propostas relativas à execução Orçamental	36
13.1	Autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos Plurianuais no âmbito do Subsector Local	36
13.2	Atualização da tabela de taxas	37
13.3	Atualização das rendas de terrenos e edifícios	37
13.4	Contratação de empréstimo de curto prazo durante o ano de 2023, até ao montante de 250.000,00€	37
13.5	Aprovar o Orçamento e as Grandes opções do plano	39

Relatório do Orçamento

Elaborado em conformidade com o n.º 1 do art.º 46.º da Lei 73/2013 de 3 de setembro, na sua redação atual.

1. NOTA PRÉVIA

A elaboração dos presentes documentos ocorre, ainda, num clima de grande incerteza e num difícil contexto social e económico, marcado pela pandemia, decorrente da doença Covid-19 e pelas consequências da invasão russa da Ucrânia. Cientes deste impacto macroeconómico, a elaboração dos documentos previsionais para os anos de 2023 a 2027 assenta na incerteza do impacto económico e financeiro nas finanças municipais nomeadamente ao nível da despesa a realizar com as eventuais medidas mitigadoras que tenham de ser adotadas no concelho.

Apesar disso, o Orçamento para o ano de 2023 apresenta uma ambição de proporcionar aos munícipes as melhores condições de vida, de consolidar o desenvolvimento económico e social do concelho e de reforçar a coesão territorial.

2. PROJEÇÕES MACROECONÓMICAS

Para o ano de 2023, prevê-se uma desaceleração da economia portuguesa, com um crescimento real de 1,3% face ao crescimento estimado de 6,5% para 2022, prevendo-se assim uma convergência face à área do euro (crescimento de 3,1% e 0,9%, respetivamente, em 2022 e 2023, de acordo com as projeções do BCE) nestes dois anos, mantendo-se a tendência verificada desde 2017 e apenas transitoriamente interrompida em 2020 com a pandemia.

O crescimento do PIB para 2022, não obstante ter como pressuposto uma estabilização em cadeia nos dois últimos trimestres do ano, tem associado um contributo positivo da procura interna (4,4 pp), resultado do dinamismo do consumo (privado e público) e do investimento, reforçado pelo contributo da procura externa líquida (2,2 pp), com as exportações a crescerem significativamente acima das importações (18,1% e 12%, respetivamente). O crescimento estimado do PIB para 2022 é superior em 1,6 pp face ao estimado no último Orçamento do Estado, em abril passado, resultado de uma melhoria mais acentuada do consumo privado, bem como das exportações.

Em 2023, o crescimento assentará num maior dinamismo do investimento (3,6%), onde pontuará uma mais forte efetivação dos investimentos previstos no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Ainda assim, o crescimento do investimento empresarial será impactado pelo aumento da incerteza, pelo aumento dos custos de financiamento e pelo impacto continuado das restrições nas cadeias de produção e distribuição globais nos custos e oferta de materiais e equipamento.

Esta alavanca da atividade permitirá amortecer, em parte, a desaceleração do consumo privado, de 5,4% em 2022 para 0,7% em 2023, num contexto de estabilização da taxa de poupança em níveis inferiores à sua média histórica.

O crescimento do consumo das famílias é suportado pelas medidas de apoio ao rendimento com efeito no final de 2022 (cerca de 1,5% do rendimento disponível), bem como pelas constantes na proposta de Orçamento do Estado para 2023.

A evolução do consumo público refletirá, por um lado, a reversão das medidas associadas à mitigação da pandemia de COVID-19 e o abrandamento das despesas com parcerias público privadas; e, por outro lado, a evolução perspectivada para o emprego público.

Concomitantemente, a conjuntura internacional irá refletir-se num crescimento da procura externa mais moderado, prevendo-se que as exportações de bens e serviços em 2023 cresçam de forma menos intensa (3,7%) face ao verificado em 2022, não obstante um continuado ganho de quota de mercado. Por seu lado, as importações deverão crescer 4%, acima da evolução da procura global, dado serem afetadas pelo conteúdo importado do investimento, traduzindo-se assim num contributo da procura externa líquida negativo (-0,3 pp), visto as exportações registarem um crescimento ligeiramente inferior ao das importações.

Assim, para 2023, face às previsões anteriores, o crescimento é revisto em baixa em 2 pp, dado prever-se que todas as componentes do PIB, à exceção do consumo público, registem crescimentos inferiores ao que foi projetado no último Programa de Estabilidade, em março passado.

Ao nível do mercado de trabalho, estima-se que o emprego cresça 1,9% e 0,4% em 2022 e 2023, respetivamente, resultando numa diminuição da taxa de desemprego para 5,6% da população ativa em 2022, e na sua manutenção nesse nível em 2023, num contexto de continuado aumento da taxa de atividade e de emprego para níveis historicamente elevados, em que a escassez de força de trabalho nalguns setores tem sido uma constante, antecipando-se que as empresas procurem absorver internamente o choque da desaceleração da atividade económica, ao invés de reduzir a mão de obra. Esta dinâmica do mercado de trabalho terá igualmente reflexo na evolução das remunerações por trabalhador, as quais se antecipa crescerem 4,6% em 2022 e 5,1% em 2023, atenuando o impacto dos aumentos da taxa de juro e da inflação sobre o rendimento disponível.

No que concerne à inflação, medida pelo IHPC, estima-se um valor de 7,4% para 2022, devendo este desacelerar para 4% em 2023, em resultado de uma amenização dos fatores externos subjacentes às pressões inflacionistas (com base nas hipóteses assumidas para a evolução dos preços das matérias-primas energéticas e o esperado desvanecimento dos constrangimentos nas cadeias de produção), de uma contenção das pressões internas e do impacto acumulado do processo de normalização da política monetária iniciado em 2022.

Em termos de contas externas, a capacidade líquida de financiamento da economia face ao exterior deverá melhorar de 2022 (0,3%) para 2023 (1,5%), o que resulta, por um lado, de uma melhoria do saldo da balança corrente (de -1,3% para -1,1%), beneficiando de uma melhoria

3. APRESENTAÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO DA POLÍTICA ORÇAMENTAL PROPOSTA

Para efeitos da aplicação da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e de acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 1 do artigo 33º conjugado com a alínea a) do n.º 1 do artigo 25º, são apresentadas as Grandes Opções do Plano e o Orçamento.

O presente relatório é um documento integrado nos documentos previsionais que tem por objetivo disponibilizar informação de carácter económico, financeiro e social sobre o Município de Penela e, desta forma, espelhar aquela que será a atividade a desenvolver pelo órgão executivo.

O Orçamento e as Grandes Opções do Plano foram elaborados nos termos do Decreto-lei 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual, Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP). As áreas de intervenção da autarquia são definidas pelas atribuições e competências contidas na Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e é neste contexto que a nossa ação se enquadra. A ação do Município de Penela tem como enfoque principal os municípios, sendo potenciada através da concertação estratégica com várias entidades.

A atual realidade autárquica é dominada por um conjunto de desafios e constrangimentos específicos, nomeadamente a conjuntura económica e as sucessivas alterações legislativas. Deste modo, o exercício da elaboração do Orçamento e das Grandes Opções do Plano refletem estes fatores condicionantes da intervenção municipal, potenciando os aspetos positivos e tentando minorar o impacto negativo que existe no contexto atual.

Cada vez mais, os municípios estão dependentes das diretivas comunitárias e, em particular, das Leis do Orçamento de Estado. Assiste-se, hoje, a uma necessidade de coordenação das finanças locais com as finanças do Estado com o objetivo de atingir as metas orçamentais estabelecidas no âmbito das políticas de convergência da União Europeia.

Para além da situação conjuntural, os municípios estão sujeitos às normas consagradas na Lei de Enquadramento Orçamental, às regras orçamentais e aos princípios da Lei 73/2013 de 3 de setembro, na sua redação atual (Regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais), e da estabilidade orçamental (que consiste numa situação de equilíbrio ou excedente orçamental de acordo com o Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais) e da equidade intergeracional (relativo à distribuição de benefícios e custos entre gerações), entre outros, designadamente os princípios da solidariedade recíproca entre níveis da administração e da transparência orçamental.

Tendo em conta a atual conjuntura e as limitações à capacidade financeira dos municípios, o Município de Penela continua a revelar nas Grandes Opções do Plano, objetivos estratégicos que se desenvolvem na implementação de medidas e na concretização de ações fundamentais para o desenvolvimento local e na dinamização de uma economia sustentável no Concelho. Reconhecendo que o progresso e o empreendedorismo locais não dependem exclusivamente da sua iniciativa, o Executivo Municipal tem procurado assumir o papel de impulsionador de projetos suscetíveis de conduzirem o Concelho para níveis superiores de modernização e de satisfação dos anseios das populações, por forma, a elevar a atratividade de um território com excelentes potencialidades.

Com o presente relatório pretende-se prestar uma informação compreensível, aos que desejam analisar e avaliar, sobre o modo como foram elaborados os Documentos Previsionais para 2023 - 2027, e justificar os valores orçamentais propostos.

4. NORMA DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Capítulo I – Disposições Gerais

Artigo 1.º - Definição e objecto

1. O presente articulado estabelece as regras e procedimentos complementares e necessários à execução do orçamento em conformidade com a alínea d) do n.º 1 do art.º 46.º Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro e em reforço das disposições constantes do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e do Decreto-Lei no 127/2012, de 21 de Junho, nas suas redações atuais, constituindo estes diplomas legais, no seu conjunto, o quadro normativo aplicável à execução do Orçamento do Município no ano de 2023 - 2027, atentos os objetivos de rigor e contenção orçamental.

2. O Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC – AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual, “integra a estrutura concetual da informação financeira pública, as normas de contabilidade pública, e o plano de contas multidimensional, constantes, respetivamente, dos anexos I a III ao presente decreto-lei, e que dele fazem parte integrante”.

3. A Norma 26 (NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental) tem como objetivo regular a contabilidade orçamental, estabelecendo os conceitos, regras e modelos de demonstrações orçamentais, de forma a assegurar a comparabilidade, quer com as respetivas demonstrações de períodos anteriores, quer com as de outras entidades.

Artigo 2.º - Execução orçamental

1. Durante o ano de 2023, a utilização das dotações orçamentais fica dependente da existência de fundos disponíveis, conforme previsto na LCPA.

2. Na execução dos documentos previsionais dever-se-á atender aos princípios da utilização racional das dotações aprovadas e da gestão eficiente da tesouraria.

3. Os serviços municipais são responsáveis pela gestão do conjunto dos meios financeiros afectos às respetivas áreas de actividade, e tomarão as medidas necessárias à sua optimização e rigorosa utilização no quadro de contenção de despesa e de gestão orçamental definidas pelo Executivo Municipal, bem como as diligências para o efectivo registo dos compromissos a assumir em obediência à Lei dos compromissos e pagamentos em atraso (LCPA).

4. A adequação dos fluxos de caixa das receitas às despesas realizadas, de modo a que seja preservado o equilíbrio financeiro, obriga ao estabelecimento das seguintes regras:

- a) Registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos de exercícios anteriores que tenham factura ou documento equivalente associados e não pagos (dívida transitada);
- b) Registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos em anos anteriores sem fatura associada (compromissos transitados);
- c) Registo dos compromissos decorrentes de reescalonamento dos compromissos de anos futuros e dos contratualizados para 2023.

Artigo 3.º - Alterações/Revisões

1. As alterações/revisões orçamentais são instrumentos de inscrição ou reforço, anulação ou diminuição de verbas, que no âmbito da Norma 26 “...constituem um instrumento de gestão orçamental que permite a adequação do orçamento à execução orçamental ocorrendo a despesas inadiáveis, não previsíveis ou insuficientemente dotadas, ou receitas imprevistas. As alterações orçamentais podem ser modificativas ou permutativas, assumindo a forma de inscrição ou reforço, anulação ou diminuição ou crédito especial (...)”.

O Presidente da Câmara Municipal, baseado em critérios de economia, eficácia e eficiência, tomará as medidas necessárias à gestão rigorosa das despesas públicas locais, reorientando, através do mecanismo das Alterações/Revisões Orçamentais, as dotações disponíveis de forma a permitir uma melhor satisfação das necessidades colectivas, com o menor custo financeiro, no cumprimento estrito do disposto no número 8.3.1 do POCAL (mantem-se em vigor) e das competências dos órgãos municipais estabelecidas na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

2. As dotações são afetadas em primeira instância, aos compromissos e à dívida transitada do ano anterior.

3. As dotações orçamentais, em relação ao número anterior, são alocadas, na 1ª alteração orçamental, com os ajustamentos, em termos das classificações económicas, de acordo com os compromissos e à dívida transitada, após o encerramento da execução orçamental de 2022.

Artigo 4.º - Registo contabilístico

1. Os serviços municipais são responsáveis pela correta identificação da receita a liquidar e cobrar pela unidade responsável pela gestão financeira.

2. As facturas ou documentos equivalentes devem ser enviadas pelos fornecedores através de plataforma eletrónica.

3. Os agentes económicos que não se encontrem obrigados a utilizar o recurso constante do número anterior deverão enviar os respetivos documentos diretamente para a Contabilidade.

3. As facturas indevidamente recebidas nos outros serviços municipais serão reencaminhadas para a contabilidade, no prazo máximo de 1 dia útil.

7. Os documentos, registos, circuitos e respectivos tratamentos, são os constantes da Norma de Controlo Interno.

Artigo 5.º - Gestão dos bens móveis e imóveis da Autarquia

1. A Gestão do património municipal executar-se-á nos termos da Norma de Controlo Interno.

2. As aquisições de imobilizado efectuam-se de acordo com as grandes opções do plano, nomeadamente o plano plurianual de investimentos, e com base nas orientações do Órgão Executivo, através de requisições externas ou documento equivalente, designadamente contratos, emitidos ou celebrados pelos responsáveis com competência para autorizar despesa, após verificação do cumprimento das normas legais aplicáveis.

Artigo 6.º - Gestão de stocks

1. O stock de bens será um recurso de gestão a usar apenas no estritamente necessário à execução das actividades desenvolvidas pelos serviços.

2. A regra será a de aquisição de bens, sem armazenagem, ou com um período de armazenagem mínimo.

3. Os procedimentos, responsabilidades específicas e documentação de suporte, no âmbito da gestão de stocks, constam da Norma de Controlo Interno.

Artigo 7.º - Contratação Pública

1. Em 2023 os serviços municipais devem utilizar obrigatoriamente a plataforma eletrónica para todas as aquisições de bens, serviços, empreitadas ou concessões quer tenham contrato de fornecimento contínuo ou não.

2. A aplicação do número anterior poderá ser dispensada quando seja adotado o procedimento de ajuste direto simplificado.

3. Em cada requisição apresentada deve estar justificada a necessidade de realização da despesa.

4. Cumprir ao serviço responsável pelo aprovisionamento coordenar toda a tramitação administrativa dos processos aquisitivos, em articulação com os demais serviços.

5. Para efeitos do referido no número anterior cada serviço, ou equiparado, responsabilizar-se-á pela definição exata das características técnicas específicas, nomeadamente, dos bens, serviços, ou empreitadas a adquirir, as quais constarão do respetivo caderno de encargos.

Capítulo II - Receita orçamental

Artigo 8.º - Liquidação e Cobrança de receitas

1. Nenhuma receita poderá ser liquidada e arrecadada se não tiver sido objecto de inscrição em artigo orçamental adequado, podendo, no entanto, ser cobrado para além dos valores inscritos no Orçamento.

2. No momento da liquidação da receita, os serviços emissores devem solicitar aos utentes e clientes todos os dados necessários à correta e completa emissão das faturas, guias de recebimento ou documentos equivalentes, devendo, sempre que possível incluir a designação completa, o número de identificação fiscal e a morada completa.

3. Na emissão de documentos de receita, os serviços respetivos são responsáveis pelo registo da data limite de pagamento, de acordo com o estipulado nos regulamentos ou na legislação aplicável.

4. As receitas liquidadas e não cobradas até 31 de dezembro devem ser contabilizadas pelos correspondentes artigos do Orçamento do ano em que a cobrança se efectuar.

5. A liquidação e cobrança de taxas e outras receitas municipais serão efectuadas de acordo com o disposto nos regulamentos municipais em vigor que estabeleçam as regras a observar para o efeito, bem como os respectivos quantitativos e outros diplomas legais em vigor.

6. Deverão ainda ser cobradas outras receitas próprias da autarquia relativamente a bens e serviços prestados, sempre que se torne pertinente, mediante informação justificada e proposta de valor a apresentar pela respetiva unidade orgânica à contabilidade.

7. Em conformidade com o n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de agosto, na sua redação atual, os orçamentos anuais das autarquias locais podem atualizar o valor das taxas estabelecidas nos regulamentos de criação respetivos, de acordo com a taxa de inflação.

Artigo 9.º - Cobranças pelos serviços municipais

1. As receitas cobradas pelos diversos serviços municipais darão entrada, em regra, na Tesouraria, no próprio dia da cobrança até à hora estabelecida para o encerramento das operações.

2. Os procedimentos, responsabilidades específicas e documentação de suporte, constam da Norma de Controlo Interno.

Artigo 10.º - Anulação e restituição de receitas

1. As anulações de receitas municipais só podem ocorrer nas seguintes situações:

a) Por duplicação, lapso no cálculo do valor a cobrar ou erro nos dados pessoais nomeadamente: nome, morada e número de identificação fiscal.

b) Por prescrição ou incobrabilidade dos respetivos valores, após deliberação da Câmara Municipal.

2. As restituições devem ser efetuadas mediante informação do serviço responsável, na qual deve apresentar a devida fundamentação, e autorizada pelo membro do executivo municipal com competência na área financeira.

Artigo 11.º - Isenções e reduções de taxas

1. No exercício económico de 2023, aplica-se o disposto no artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual.

Capítulo III – Despesa orçamental

Artigo 12.º - Competências para autorização de despesas

1. São competentes para autorizar despesas, nos termos do n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, na sua redação atual, quando digam respeito à execução do orçamento da Câmara Municipal, as seguintes entidades:

- a) Até 149.639,47 €, o Presidente de Câmara;
- b) Sem limite, a Câmara Municipal,

2. Compete ao Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2 do art.º 30.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, autorizar a realização de despesas orçamentadas, relativas ao orçamento de funcionamento da Assembleia Municipal, comunicando o facto, para os devidos efeitos legais, incluindo os correspondentes procedimentos administrativos, ao Presidente da Câmara Municipal.

3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a competência para autorizar o pagamento de todas as despesas, independentemente do órgão que as autorizou, é do Presidente da Câmara Municipal nos termos da alínea h) do n.º 1 do art.º 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Artigo 13.º - Compromissos do exercício

1. Na execução do orçamento da despesa devem ser respeitados os princípios e regras definidos no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro e na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação actual, e ainda as normas legais disciplinadoras dos procedimentos necessários à aplicação da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, constantes do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual.

2. Nenhum compromisso pode ser assumido sem que se assegure a existência de fundos disponíveis.

3. Nenhum compromisso pode ser assumido sem que tenham sido cumpridas cumulativamente as seguintes condições:

- a) Verificada a conformidade legal e a regularidade financeira da despesa, nos termos da lei;
- b) Registado, previamente à realização da despesa, no sistema informático de apoio à execução orçamental;
- c) Emitido um número de compromisso válido e sequencial que é reflectido na nota de encomenda, requisição ou documento equivalente;

Artigo 14.º - Compromissos plurianuais

1. Na assunção de compromissos plurianuais deverá atender-se a observância do princípio da equidade intergeracional.

2. Para efeitos do previsto na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º e n.º 4 do artigo 16.º, ambos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, e do art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, nas suas redações atuais, a Assembleia Municipal concede uma autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais, que tacitamente também aprova a adjudicação e o consequente compromisso plurianual que deles ocorra, nos casos seguintes:

- a) Resultem de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano;
- b) Despesas com aquisição de bens e serviços em fornecimentos contínuos de materiais destinados a incorporar nas obras por administração directa a executar pela Autarquia no âmbito das suas competências próprias;

- c) Despesas com aquisição de bens e serviços em fornecimentos contínuos de produtos de higiene e limpeza destinados à utilização nos edifícios e equipamentos municipais;
- d) Despesas com aquisição de bens e serviços em fornecimentos contínuos de combustíveis fósseis destinados à utilização nos equipamentos e edifícios municipais;
- e) Despesas com a aquisição de energia eléctrica.
- f) Despesas com aquisição de bens e serviços de funcionamento, manutenção e conservação dos edifícios e equipamentos municipais, nomeadamente contratos de assistência técnica, manutenção de sistemas de climatização, elevadores, equipamentos de impressão, sistemas informáticos e software informático, comunicações fixas e móveis;
- g) Despesas com aquisição de bens e serviços de análises laboratoriais;
- h) Despesas com aquisição de serviços de limpeza, vigilância e segurança.
- i) Os encargos com cada uma destas despesas não excedam o limite de 99.759,58€ em cada um dos anos da sua contratação e o prazo de execução de 3 anos.

Artigo 15.º - Realização de Despesas

1. As despesas só podem ser cabimentadas, comprometidas, autorizadas e pagas se, para além de serem legais, estiverem inscritas no orçamento com dotação igual ou superior ao cabimento e ao compromisso respetivamente.
2. As dotações orçamentais da despesa constituem o limite máximo a utilizar na sua realização.
3. As ordens de pagamento da despesa caducam a 31 de dezembro, devendo o pagamento dos encargos regularmente assumidos e não pagos até 31 de dezembro ser processados por conta das verbas adequadas do orçamento do ano seguinte.
4. Os procedimentos relativos à realização de despesas, designadamente, o registo contabilístico, conferência, confirmação e pagamento, devem processar-se de acordo com o definido na norma de controlo interno, atendendo ainda às seguintes regras específicas:
 - a) A confirmação das faturas ou outros documentos de despesa pelos serviços requisitantes deve efetuar-se no prazo máximo de 5 dias úteis.
 - b) Caso os serviços requisitantes necessitem de efetuar diligências para garantir a confirmação dos documentos de despesa que ultrapassem o prazo referido anteriormente, devem informar a Secção de Contabilidade desse facto e do prazo previsível para a conclusão das mesmas.

Artigo 16.º - Despesas urgentes e inadiáveis

1. As despesas urgentes e inadiáveis, resultantes de factos inequivocamente imprevisíveis e devidamente fundamentados, que não excedam o montante de 10 mil euros, isolada ou conjuntamente, poderão ser contratualizadas, em articulação com a Divisão Administrativa Financeira, desde que no prazo máximo de 5 dias úteis após a sua realização, de forma a ser concretizada a assunção do respetivo compromisso.
2. Quando esteja em causa o excecional interesse público ou a preservação da vida humana, a assunção do compromisso poderá ser efetuada no prazo de 10 dias após a realização da despesa.

Artigo 17.º - Fundos de Maneio

1. O montante máximo de fundos de maneio a atribuir em 2023, desagregado por classificação orçamental, é aprovado pela Câmara Municipal.

2. Os fundos de maneo devem ser utilizados para os fins que justificam a sua constituição, tendo em conta as respectivas classificações económicas, devendo todas as despesas ser confirmadas e justificadas.

3. Todas as despesas relativas a fundos de maneo devem, previamente ao seu pagamento, ser objeto de conhecimento e verificação da conformidade legal pelo detentor do mesmo.

Artigo 18.º - Apoios a entidades terceiras

Os apoios a entidades terceiras, excluindo freguesias, carecem de proposta fundamentada do respectivo pelouro ou unidade orgânica competente e de informação financeira prévia que a submeterá à decisão do Presidente da Câmara e submissão, para aprovação, à Câmara Municipal nos termos da alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

Artigo 19.º - Apoio às competências materiais dos órgãos das Freguesias

1. Durante o exercício de 2023, para efeitos do disposto na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, autorizam-se as seguintes formas de apoio às freguesias em reforço da sua capacidade para prossecução das respectivas competências materiais estabelecidas no art.º 16.º do mesmo diploma:

- a) Em numerário até ao limite constante das grandes opções do plano;
- b) Em espécie, através da disponibilização pontual de recursos humanos e patrimoniais.

Artigo 20.º - Autorizações assumidas

1. Consideram-se autorizadas na data do seu vencimento e desde que os compromissos assumidos estejam em conformidade com as regras e procedimentos previstos na LCPA e no Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, na sua redação atual, as seguintes despesas:

- a) Vencimentos, abonos e encargos sociais;
 - b) Encargos de empréstimos e locações;
 - c) Rendas;
 - d) Contribuições e impostos, reembolsos e restituições ao Estado ou organismos seus dependentes;
 - e) Água, energia elétrica, gás;
 - f) Comunicações telefónicas e postais;
 - g) Prémios de seguros;
 - h) Quaisquer outros encargos que resultem de contratos legalmente celebrados.
2. Consideram-se igualmente autorizados os pagamentos às diversas entidades por Operações de Tesouraria.
3. Considera-se ainda autorizada a eliminação de todos os compromissos não realizados e excedentes de requisições respeitantes ao exercício de 2021 e anteriores.

Artigo 21.º - Pagamentos

1. Em observância ao disposto na LCPA, os pagamentos só podem ser realizados quando os compromissos tiverem sido assumidos em conformidade com as regras e procedimentos previstos na mencionada lei, cumprimento dos demais requisitos legais de execução de despesas e após fornecimento de bens e serviços ou satisfação de outras condições.

2. Os agentes económicos que procedam ao fornecimento de bens ou serviços sem que o documento de compromisso, ordem de compra, nota de encomenda ou documento equivalente possua a clara identificação do emitente e o correspondente número de compromisso válido e sequencial ou número de requisição, não poderão

reclamar do Município de Penela, o respetivo pagamento ou quaisquer direitos de ressarcimento, sob qualquer forma, conforme dispõe o nº2 do artigo 9º da LCPA.

3. Os responsáveis pela assunção de compromissos em desconformidade com as regras e procedimentos previstos na LCPA respondem pessoal e solidariamente perante os agentes económicos quanto aos danos por estes incorridos.

4. Qualquer pagamento está condicionado a confirmação da situação tributaria e contributiva do credor, designadamente a verificação da existência, ou não, de dívidas à Autoridade Tributaria e Aduaneira e/ou à Segurança Social, nos termos da legislação em vigor.

5. Qualquer pagamento de procedimentos pré-contratuais efetuados ao abrigo de ajuste direto ou de consulta prévia está condicionado à confirmação da publicitação no portal base.gov.pt.

6. A publicitação constante do número anterior é dispensada, nos casos de regime simplificado.

Capítulo IV - Disposições finais

Artigo 22.º - Dúvidas sobre a execução do Orçamento

As dúvidas que se suscitarem na execução do Orçamento e na aplicação ou interpretação das presentes normas serão resolvidas por despacho do Presidente da Câmara e submetidas para posterior ratificação à Câmara Municipal e Assembleia Municipal quando sejam da sua competência.

Artigo 23.º - Vigência do Orçamento

O Orçamento, as Grandes Opções do Plano e as Normas Regulamentadoras da Execução Orçamental vigoram a partir de 01/01/2023, após a aprovação em Assembleia Municipal.

5. RELAÇÃO DAS RESPONSABILIDADES CONTINGENTES

As responsabilidades contingentes são entendidas como possíveis obrigações que resultem de factos passados e cuja existência é confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob controlo da entidade, ou obrigações presentes que, resultando de acontecimentos passados, não são reconhecidas porque:

- a) Não é provável que um exfluxo de recursos, que incorpora benefícios económicos ou um potencial serviço, seja exigido para liquidar as obrigações; ou
- b) O montante das obrigações não pode ser mensurado com suficiente fiabilidade.

Não existem situações desta natureza.

6. DOCUMENTOS PREVISIONAIS

A gestão económica e financeira autárquica está consubstanciada no Orçamento, sendo que as autarquias locais, desempenham a sua atividade subordinando a sua ação ao Orçamento da Receita e da Despesa. No âmbito da gestão previsional, a atividade financeira a desenvolver pelas autarquias locais, baseia-se no Orçamento, que deverá ser elaborado tendo em conta os princípios e regras previsionais, em articulação com as Grandes Opções

do Plano (GOP) que se desagregam no Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e nas Atividades Mais Relevantes (AMR).

O planeamento e programação de atividades, traduzidos no PPI e AMR, bem como a preparação do Orçamento que clarifica sobre o modo como as mesmas serão financiadas, representam não só o cumprimento de um imperativo legal como também a necessidade de definir prioridades face aos recursos disponíveis. Planear não é mais do que decidir hoje sobre o futuro próximo, no respeito integral das atribuições da Autarquia Local, bem como das competências dos respetivos órgãos. O processo de planeamento não pode por isso ser encarado como um instrumento rígido, estático, mas sim como uma atividade dinâmica, ajustável a uma realidade sempre em mutação.

Partindo dos pressupostos atrás referidos, a elaboração do Orçamento para 2023 obedece à seguinte estrutura:

- Orçamento e Plano Orçamental Plurianual
- Orçamento da receita
- Orçamento da despesa
- Grandes Opções do Plano
 - Plano Plurianual de Investimentos
 - Actividades Mais Relevantes

Os quadros e gráficos apresentados refletem o que está vertido e explanado nos Documentos Previsionais.

7. ORÇAMENTO

O Orçamento das Autarquias é um documento contabilístico onde está prevista a totalidade da receita ou origem de fundos e os encargos, para um período de tempo determinado. O Orçamento Municipal destina-se a orçar a receita e a autorizar a aplicação do seu produto nos serviços ou melhoramentos municipais. É uma previsão de recebimentos e pagamentos, que pressupõe a autorização pelo órgão competente (neste caso, a Assembleia Municipal) para que o órgão executivo possa arrecadar receitas e assumir compromissos até aos montantes estabelecidos no Orçamento.

O Orçamento é estruturado com base no classificador económico das despesas e das receitas, divididas em correntes e de capital, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, na sua redação atual.

Na elaboração dos Documentos Previsionais foram tidos em conta as regras previsionais estabelecidas no ponto 3.3 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro com a redação do Decreto Lei nº 84-A/2002, de 5 de abril., bem como na Lei 73/2013, de 3 de setembro, nas suas redações atuais.

7.1 ORÇAMENTO DA RECEITA

As receitas são classificadas, orçamentalmente, segundo a ótica económica, por receitas correntes, receitas de capital e outras receitas. As receitas correntes são as que se repercutem no património não duradouro da autarquia e são provenientes de rendimentos no período orçamental, quer pelo aumento do ativo financeiro, quer pela redução do património não duradouro, esgotando-se o processo da sua cobrança dentro do período

financeiro anual. Designam-se por receitas de capital as receitas arrecadadas pela autarquia que alteram o seu património duradouro, porque aumentam o ativo e passivo de médio e longo prazo ou reduzem o património duradouro da autarquia.

Podemos agrupar as receitas correntes em: impostos diretos; impostos indiretos; taxas, multas e outras penalidades; rendimentos de propriedade; transferências correntes; venda de bens e serviços correntes e outras receitas correntes. Por sua vez, as receitas de capital, agregam: venda de bens de investimento; transferências de capital; ativos financeiros; passivos financeiros e outras receitas de capital.

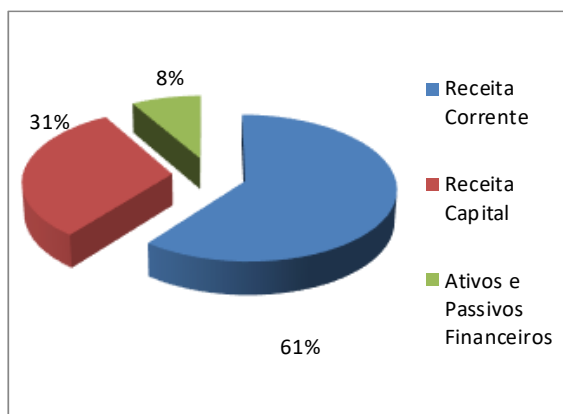
Na execução dos Documentos Previsionais devem ser tidos em conta os princípios de utilização racional das dotações aprovadas e da gestão eficiente de tesouraria em cumprimento da Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, devendo os mesmos ser justificados quanto à sua economia, eficácia e eficiência e sempre com subordinação às regras previsionais. Neste campo, revela-se de primordial importância a avaliação dos recursos tendo sempre presente a aplicação das regras previsionais apresentadas no ponto 3.3 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro com a redação do Decreto Lei nº 84-A/2002, de 5 de abril., e a aplicação da Lei do Compromissos e pagamentos em Atraso. A aplicação destas regras condiciona a avaliação das receitas, permitindo que o ajustamento das previsões se reflita ao longo da execução do Orçamento através de alterações e revisões.

A par das regras previsionais mencionadas, surgem as regras do bom senso e da prudência. A observância das regras previsionais efetua-se através da utilização de dois métodos tradicionais para a previsão das receitas: média aritmética dos últimos 24 meses e a avaliação direta. A avaliação das receitas, distribuídas segundo a classificação económica, foi feita com o maior rigor possível, visto a previsão das mesmas determinar a capacidade de financiamento do Município, e permitir, desse modo fixar o limite das despesas em cumprimento com a Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.

Com o presente orçamento da receita, e em termos de fontes de financiamento, procurar-se-á garantir o prosseguimento dos objetivos relativos à boa execução dos investimentos financiados por fundos comunitários, e ainda a componente das receitas próprias.

Receita Orçada		
Descrição	Ano 2023	
Receita Corrente	8 041 358,00 €	60,53%
Receita Capital	4 128 051,00 €	31,07%
Ativos e Passivos Financeiros	1 115 591,00 €	8,40%
Total das Receitas	13 285 000,00 €	100,00%

A receita prevista para o ano de 2023, totaliza 13.285.000,00€ da qual, 8.041.358,00€ constituem receitas correntes, 4.128.051,00€ são receitas de capital e 1.115.591,00€ são ativos e passivos financeiros.



As receitas correntes representam cerca de 61% da receita total orçada, contribuindo as receitas de capital com 31% para aquele cômputo e os ativos e passivos financeiros com 8%. Respeitando as regras previsionais referidas no ponto 3.3 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro com a redação do Decreto Lei nº 84-A/2002, de 5 de abril., anteriormente citadas, estimam-se os seguintes valores previsionais para 2023:

Receita Orçada		
Descrição	Ano 2023	
01 - Impostos Directos	1 012 745,00 €	12,59%
02 - Impostos Indirectos	0,00 €	0,00%
04 - Taxas, Multas e Outras Penalidades	59 460,00 €	0,74%
05 - Rendimentos da Propriedade	606 835,00 €	7,55%
06 - Transferências Correntes	5 867 643,00 €	72,97%
07 - Venda de Bens e Serviços Correntes	449 210,00 €	5,59%
08 - Outras Receitas Correntes	45 465,00 €	0,57%
A Receita Corrente - Total	8 041 358,00 €	100,00%
09 - Venda de Bens de Investimento	193 515,00 €	4,69%
10 - Transferências de Capital	3 934 506,00 €	95,31%
13 - Outras Receitas de Capital	20,00 €	0,00%
15 - Reposições não abatidas nos pagamento	10,00 €	0,00%
B Receitas de Capital - Total	4 128 051,00 €	100,00%
11 - Activos Financeiros	20,00 €	0,00%
12 - Passivos Financeiros	1 115 571,00 €	100,00%
C Receita Total (A)+(B)	13 285 000,00 €	100,00%
D Receita Efetiva [C-((11)+(12))]	12 169 409,00 €	91,60%
E Receita Não Efetiva (C)-(D)	1 115 591,00 €	8,40%

No conjunto de receitas do Município, pela sua expressão financeira, merecem especial destaque: as transferências correntes, as transferências de capital, os impostos directos, os passivos financeiros, os rendimentos de propriedade, a venda de bens e serviços correntes, a venda de bens de investimento, as outras receitas correntes, e as taxas, multas e outras penalidades.

No que diz respeito às receitas correntes, constata-se que as transferências correntes, os impostos directos, os rendimentos de propriedade e a venda de bens e serviços correntes constituem as principais fontes de financiamento, representando cerca de 98% do total da receita corrente.

No que diz respeito às receitas de capital, constata-se que as transferências de capital e a Venda de Bens de Investimento constituem as principais fontes de financiamento, representando cerca de 95% do total da receita de capital.

Os passivos financeiros representam a despesa não efetiva e representam o valor dos empréstimos contratualizados e que ainda não foram recebidos.

7.2 PREVISÃO DA RECEITA

Impostos Diretos

Esta rubrica inclui o produto dos seguintes impostos: Imposto Municipal sobre Imóveis, Imposto Único de Circulação e Imposto Municipal sobre transações onerosas de Imóveis. O volume de receitas de impostos directos reflecte a média dos impostos arrecadados nos últimos 24 meses que antecedem a elaboração do Orçamento para 2023.

Impostos Indiretos

A revogação do classificador económico previsto no POCAL, e a consequente aplicação às entidades integradas no Subsetor da Administração Local do Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro, na sua redação atual, veio uniformizar a classificação das taxas cobradas pelos municípios. Este diploma, no que respeita à contabilização das taxas específicas da Administração Local, atende exclusivamente à natureza do tributo (imposto indireto ou taxa) e não aos seus destinatários (pessoas coletivas ou particulares). Assim, o registo das taxas, independentemente de serem cobradas a pessoas coletivas ou particulares, deve ocorrer no capítulo 04 – Taxas, multas e outras penalidades, e não no capítulo 02 – Impostos indirectos.

Taxas, Multas e Outras Penalidades

São o conjunto de taxas pagas por pessoas coletivas e por particulares, provenientes de mercados e feiras, urbanização e edificação, ocupação da via pública, publicidade, saneamento e multas e outras penalidades. O volume de receitas das Taxas, Multas e Outras Penalidades reflecte a média dos valores arrecadados nos últimos 24 meses que antecedem a elaboração do Orçamento para 2023.

Rendimentos de Propriedade

Os rendimentos de propriedade incluem os rendimentos de juros de aplicações financeiras, de depósitos à ordem e dos dividendos de entidades participadas. Incluem-se aqui, também, as rendas de terrenos, as rendas de exploração da concessão de redes de distribuição de energia eléctrica em baixa tensão nos termos do Decreto-Lei n.º 230/2008 de 27 de novembro, as rendas provenientes da integração de infraestruturas de águas e saneamento pelas Águas do Centro Litoral, SA e as receitas provenientes dos Parques eólicos.

Transferências Correntes

Os municípios participam nos recursos públicos do Estado através do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), do Fundo Social Municipal, da Participação Variável no IRS e da Participação no IVA.

A Lei 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, define no n.º 4 do art.º 31.º, que a percentagem do FEF corrente é, por defeito, de 90%.

Nos termos do art.º 27.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, o FEF é repartido como Fundo Geral Municipal (FGM) e Fundo de Coesão Municipal (FCM) em 50%.

O FGM é uma receita que visa dotar os municípios de condições financeiras adequadas ao desempenho das suas atribuições em função dos respectivos níveis de funcionamento.

O FCM é uma receita que visa reforçar a coesão municipal, fomentando a correcção de assimetrias, em benefício dos municípios menos desenvolvidos, onde existam situações de desigualdade relativamente às correspondentes médias nacionais.

O FSM é uma receita consignada às atribuições e competências transferidas da administração central para os municípios associadas a funções sociais, nomeadamente na educação, na saúde ou na acção social.

A Participação Variável no IRS prevista para o ano de 2022 e a receber em 2023 é de 5%.

A participação no IVA prevista para o ano de 2021 e a receber em 2023 é de 5% da receita cobrada nos setores do Alojamento, Restauração, Comunicações, Eletricidade, Água e Gás.

Os valores previstos em sede de Orçamento são os constantes do mapa XII da proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2023.

Encontram-se nesta rubrica os valores constantes da proposta de Orçamento do Estado para 2023 e referentes à Lei quadro da transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais (Lei n.º 50/2018, de 16 de Agosto) e referentes à transferência de competências no âmbito da Educação, Saúde e Ação Social.

Encontram-se ainda previstas receitas no âmbito do acordo de colaboração com a DGESTE – Direcção Geral dos Estabelecimentos Escolares referentes ao programa de expansão e desenvolvimento da educação pré-escolar, do programa de generalização de refeições escolares aos alunos do 1º CEB e do enriquecimento curricular; do Fundo Florestal Permanente para apoio ao funcionamento dos Gabinetes Técnicos Florestais (GTF); do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) decorrentes de projectos de implementação de políticas de dinamização do emprego; da Direcção Geral da Administração Interna decorrentes do recenseamento eleitoral; do Instituto de Solidariedade Social decorrentes da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens; do Fundo Ambiental no âmbito da implementação de medidas relativas a projetos e iniciativas de produção e armazenamento de energia de fontes renováveis. Os valores previstos reflectem os montantes aprovados ao abrigo dos referidos acordos, os montantes ainda não arrecadados bem como a média dos montantes arrecadados nos últimos 24 meses que antecedem a elaboração do Orçamento para 2023.

Prevêem-se ainda as receitas de projetos financiados provenientes de Entidades Nacionais e de Fundos Comunitários tais como o CIUS – Centro Inovação Ungulados Silvestres Serra Lousã, a caça e pesca sem morte, os Marcos Históricos da Romanização, o Natal em Família, do Xisto à Chanfana vai um Mundo, os planos inovadores de combate ao insucesso escolar, o cadastro simplificado do território e a estabilização de emergência no âmbito dos incêndios. Os valores inseridos em sede de orçamento para 2023 reflectem os valores aprovados e ainda não arrecadados daqueles projectos.

Venda de Bens e Serviços Correntes

Este capítulo caracteriza-se pela venda de bens, prestação de serviços e rendas. São aqui inscritas as receitas provenientes da venda de água, serviços culturais, desportivos e recreativos, saneamento, resíduos sólidos, transportes, refeitórios escolares, prolongamento de horário, trabalhos por conta de particulares, entre outros. Os valores previstos refletem, na sua maioria, a média dos valores arrecadados nos últimos 24 meses que antecedem a elaboração do Orçamento para 2023.

Os valores constantes das rubricas de venda de água, saneamento e resíduos sólidos contemplam os valores não arrecadados uma vez que, no âmbito da constituição da APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, E.I.M., SA, os municípios deixaram de emitir faturas a partir do dia 01 de janeiro de 2020.

Incluem-se aqui, ainda, as rendas de habitações e edifícios. Os valores previstos reflectem os montantes não arrecadados acrescidos da média dos valores arrecadados nos últimos 24 meses que antecedem a elaboração do Orçamento para 2023 bem como a disponibilidade dos espaços para concessão ou arrendamento.

Outras Receitas Correntes

Incluem-se aqui os valores que resultam das indemnizações por deterioração, roubo ou extravio de bens patrimoniais, as indemnizações de estragos provocados por outrem em viaturas ou outros equipamentos pertencentes ao município e as recuperações de IVA. Os valores previstos reflectem os montantes não arrecadados bem como a média dos valores arrecadados nos últimos 24 meses que antecedem a elaboração do Orçamento para 2023.

Venda de Bens de Investimento

Neste capítulo enquadra-se a venda de terrenos, edifícios e outros bens de investimento. De acordo com o artigo 121º da Lei n.º 2/2020 de 31 de março (OE 2020), o valor previsto reflecte a média das receitas arrecadadas nos últimos 36 meses que precedem a elaboração do orçamento para 2023 bem como os valores constantes dos contratos promessa de compra e venda de terrenos da Zona Industrial da Louriceira que se encontram, à presente data, devidamente assinados pelas partes.

Transferências de Capital

Neste capítulo incluem-se os recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, destinados ao financiamento de despesas de capital. Neste âmbito, os valores previstos em sede de Orçamento para 2023 são os constantes do mapa XII da proposta de Orçamento do Estado para 2023.

Incluem-se aqui, ainda, as receitas de projetos financiados provenientes de Entidades Nacionais e de Fundos Comunitários, nomeadamente, a casa do rebanho, o CIUS – Centro Inovação Ungulados Silvestres da Serra da Lousã, o Programa de mobilidade urbana multimodal, o pavilhão e balneários do centro escolar da cumieira, o loteamento industrial da Louriceira, a casa dos saberes e do território, a residência das indústrias criativas, os arranjos exteriores envolventes do Castelo de Penela, a Reabilitação da Piscina Municipal de Penela, a modernização administrativa, o Provere Inature, a ampliação do HIESE – Habitat de Inovação Empresarial em setores estratégicos, a requalificação do espaço natural da Louçainha, o Natal em Família, do Xisto à Chanfana vai um Mundo, os planos inovadores de combate ao insucesso escolar, o cadastro simplificado do território, a Beneficiação de Regadios, a rede de aldeias de calcário, a modernização e valorização do mercado de Penela, as

redes de abastecimento de água, a operação PEN ECO e a promoção e eficiência energética transportes públicos. Os valores inseridos em sede de orçamento para 2023 refletem os valores aprovados e ainda não arrecadados daqueles projectos bem como os valores que já se encontram integrados em projectos identificados entre o Município de Penela e CIMRC-Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra.

Outras Receitas de Capital

Nesta rubrica de carácter residual incluem-se as receitas não enquadráveis nos capítulos anteriores.

Ativos Financeiros

Destina-se ao registo das receitas provenientes de eventual alienação de participações detidas pelo município em algumas empresas.

Passivos Financeiros

Destina-se ao registo das receitas provenientes da eventual contratação de empréstimos bancários. O valor previsto diz respeito ao montante ainda não arrecadado dos empréstimos de médio de longo prazo aprovados através da candidatura à linha BEI PT 2020 – Autarquias e que se destina ao financiamento da componente nacional dos seguintes projetos: Ampliação do HIESE - Espaço de localização empresarial, Reabilitação Energética da Piscina Municipal de Penela e Programa de Mobilidade Urbana Multimodal – Vila de Penela.

Reposições não abatidas aos pagamentos

Nesta rubrica incluem-se as receitas provenientes das entradas de fundos em resultado de pagamentos orçamentais indevidos, ocorridos em anos anteriores. Ou seja, neste grupo só se registam as devoluções que têm lugar depois do encerramento do ano financeiro em que ocorreu o pagamento.

7.3 ORÇAMENTO DA DESPESA

A realização das despesas tem como princípio fundamental, no âmbito das atribuições conferidas às autarquias locais, a afetação dos recursos ao desenvolvimento de atividades para satisfazer as necessidades da população local.

As despesas são classificadas, orçamentalmente, segundo o trinómio: funcional, orgânica e económica.

As despesas orçamentais são discriminadas por estrutura orgânica com a seguinte desagregação:

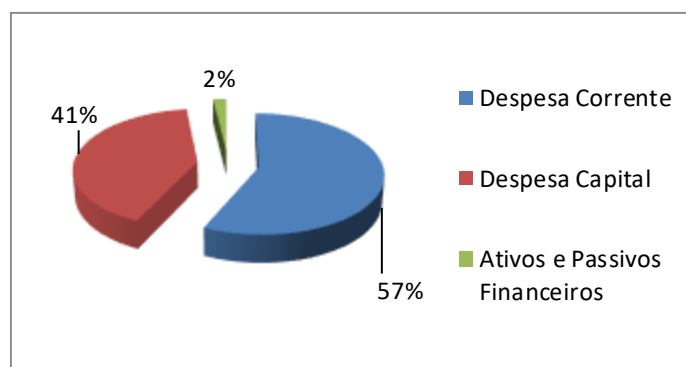
Estrutura Orgânica		
Classificação	Designação	Ano 2023
01	Administração Autárquica	13 285 000,00 €
0101	Assembleia Municipal	14 000,00 €
0102	Câmara Municipal	12 955 980,00 €
0103	Operações Financeiras	315 020,00 €

Segundo a classificação económica das despesas, estas podem ser correntes ou de capital. As despesas correntes são todas as que revelam carácter permanente e afetam o património não duradouro da autarquia, determinando

a redução do ativo líquido (despesas de funcionamento, transferências e subsídios). As despesas de capital são todas as que alteram o património duradouro da autarquia, determinando o seu crescimento na medida em que contribuem para a formação de capital fixo e para o bem-estar coletivo (investimento e transferências).

Despesa Orçada		
Descrição	Ano 2023	
Despesa Corrente	7 557 154,00 €	56,88%
Despesa Capital	5 467 836,00 €	41,16%
Ativos e Passivos Financeiros	260 010,00 €	1,96%
Total das Despesas	13 285 000,00 €	100,00%

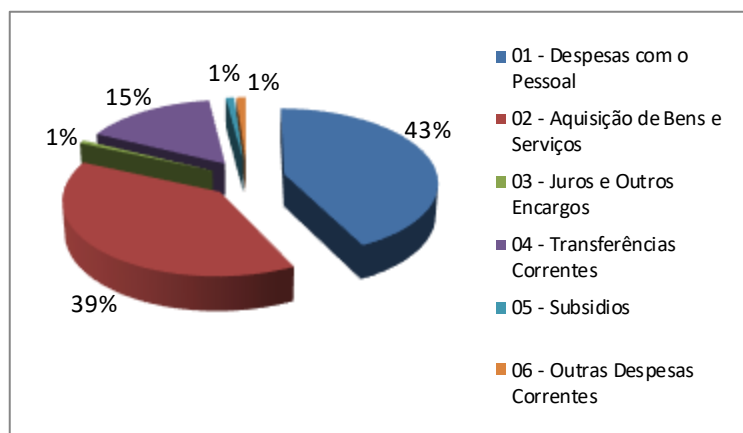
O orçamento da despesa proposto totaliza o montante de 13.285.000,00€, sendo que 7.557.154,00€ correspondem a despesas correntes, 5.467.836,00€ correspondem a despesas de capital e 260.010,00€ correspondem a ativos e passivos financeiros.



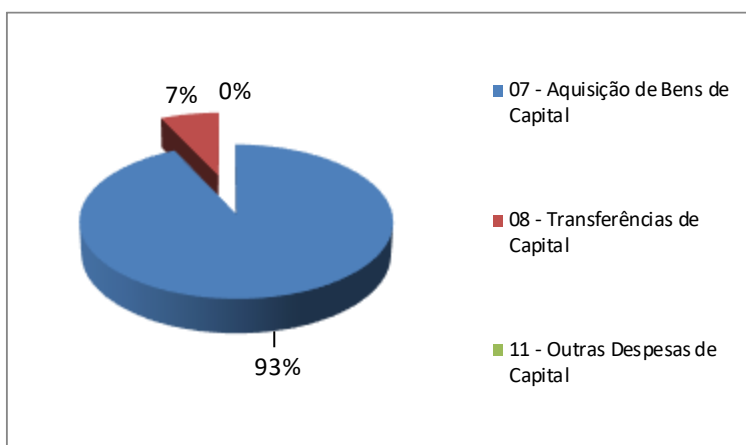
As despesas correntes representam 57% da despesa total orçada, contribuindo as despesas de capital com 41% para aquele cômputo e os ativos e passivos financeiros representam 2%. Estimam-se os seguintes valores previsionais para 2023:

Despesa Orçada		
Descrição	Ano 2023	
01 - Despesas com o Pessoal	3 223 790,00 €	42,66%
02 - Aquisição de Bens e Serviços	2 941 399,00 €	38,92%
03 - Juros e Outros Encargos	55 010,00 €	0,73%
04 - Transferências Correntes	1 178 855,00 €	15,60%
05 - Subsídios	75 000,00 €	0,99%
06 - Outras Despesas Correntes	83 100,00 €	1,10%
A Despesa Corrente - Total	7 557 154,00 €	100,00%
07 - Aquisição de Bens de Capital	5 085 630,00 €	93,01%
08 - Transferências de Capital	382 206,00 €	6,99%
11 - Outras Despesas de Capital	0,00 €	0,00%
B Despesa de Capital - Total	5 467 836,00 €	100,00%
09 - Activos Financeiros	0,00 €	0,00%
10 - Passivos Financeiros	260 010,00 €	4,76%
C Despesa Total (A)+(B)	13 285 000,00 €	100,00%
D Despesa Efetiva [(C)-((11)+(12))]	13 024 990,00 €	98,04%
Despesa Não Efetiva (C)-(D)	260 010,00 €	1,96%

As despesas com o pessoal (43%), com as aquisições de bens e serviços (39%), e com as transferências correntes (15%) absorvem a maior parte do orçamento da despesa corrente. As outras despesas correntes representam 1%, os subsídios representam 1% e os juros e outros encargos representam 1% do total das receitas correntes.



No que diz respeito às despesas de capital, a aquisição de bens de capital representa 93%, as transferências de capital representam 7% do total das receitas de capital.



7.4 PREVISÃO DA DESPESA

Despesas com Pessoal

As despesas com pessoal, contemplam, para além das remunerações certas e permanentes, os abonos variáveis ou eventuais, tais como horas extraordinárias, ajudas de custo, abono para falhas, encargos com a saúde, encargos patronais e seguros. A sua orçamentação reflecte o cumprimento da Lei n.º 12/2008, de 27 de fevereiro, e está de acordo com o mapa de pessoal.

Aquisição de bens e serviços

O orçamento da despesa neste agrupamento permite que, para além da despesa a satisfazer em 2023, se absorva todos os compromissos assumidos e não pagos e compromissos plurianuais, bem como a satisfação de todos os contratos de aquisição de bens e serviços em vigor.

Na aquisição de bens encontram-se, entre outros, a aquisição de combustíveis, alimentação, material de limpeza, material de escritório, água, ferramentas e utensílios e outros bens.

Na aquisição de serviços encontram-se, entre outros, os encargos das instalações com eletricidade, água, saneamento e resíduos sólidos, conservação de bens, Comunicações fixas e móveis, transportes escolares, seguros, estudos, pareceres, projetos e consultadoria, formação, publicidade, assistência técnica a equipamentos, trabalhos especializados, serviços de saúde, encargos de cobrança de receitas e outros serviços onde se inclui a iluminação pública.

Os valores previstos refletem a estimativa de compromissos assumidos e não pagos no final do presente ano económico, acrescido da previsão de encargos para o ano de 2023 obtida com base na execução de cada uma das rubricas no período de janeiro a outubro de 2022.

Os valores constantes desta rubrica encontram-se na sua maioria identificados nas Grandes Opções do Plano e nas Atividades Mais Relevantes.

Juros e outros encargos

Esta rubrica comporta os encargos correntes da dívida, ou seja, a despesa relacionada com os juros dos empréstimos, os juros suportados com locação financeira e os juros resultantes da aplicação da legislação em vigor. O valor inscrito em orçamento reflecte os encargos assumidos e que se encontram registados em compromissos plurianuais.

Transferências Correntes

As Transferências correntes são importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades sem fins lucrativos para financiamento de despesas correntes, sem que tal implique, por parte das unidades recebedoras, qualquer contraprestação direta para com a autarquia. Os valores constantes desta rubrica encontram-se identificados nas Grandes Opções do Plano e nas Atividades Mais Relevantes.

Subsídios

Os subsídios são os fluxos financeiros não reembolsáveis das autarquias locais para as empresas públicas municipais e intermunicipais ou empresas participadas, com o objetivo de influenciar níveis de produção, preços ou remunerações dos fatores de produção. Os valores constantes desta rubrica encontram-se identificados nas Grandes Opções do Plano e nas Atividades Mais Relevantes.

Outras Despesas Correntes

Este agrupamento inclui os impostos e taxas pagos pela Autarquia., os serviços bancários e as despesas relacionadas com alguns eventos municipais que se encontram devidamente identificados nas Grandes Opções do Plano e nas Atividades Mais Relevantes.

Aquisição de Bens de Capital

As dotações inscritas no orçamento no capítulo 07 – Aquisição de Bens de capital visam a formação de capital fixo.

Os valores constantes desta rubrica encontram-se integralmente identificados nas Grandes Opções do Plano e no Plano Plurianual de Investimentos.

Transferências de Capital

À semelhança do descrito no agrupamento de transferências correntes, as dotações aqui definidas permitem apoiar/comparticipar um conjunto de atividades que perspetivem a formação de capital fixo das entidades receptoras. Os valores constantes desta rubrica encontram-se identificados nas Grandes Opções do Plano e nas Actividades Mais Relevantes.

Passivos Financeiros

Neste agrupamento estão previstos os montantes a pagar a título de amortização de empréstimos bancários a médio e longo prazo de acordo com o mapa do serviço da dívida. O valor inscrito em orçamento reflecte os encargos assumidos e que se encontram registados em compromissos plurianuais.

8. QUADRO PLURIANUAL DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTAL

O n.º 2 e 3 do art.º 41.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, determina que a elaboração dos orçamentos anuais é enquadrada num quadro plurianual de programação orçamental (QPPO) constante de documento que especifica o quadro de médio prazo para as finanças da autarquia local (QMPFAL).

Nos termos do n.º 7 do art.º 12.º da lei anteriormente referida, os orçamentos anuais devem ter em conta as projeções macroeconómicas que servem de base ao Orçamento de Estado.

Também de acordo com o art.º 41.º, o Órgão Executivo apresenta ao Órgão Deliberativo uma proposta de QPPO, em simultâneo com a proposta de Orçamento Municipal, em articulação com as GOP's.

O QPPO delimita, numa base móvel, para os quatro exercícios seguintes:

- a) Os limites para a despesa;
- b) As projeções da receita discriminada entre as provenientes do OE e as cobradas pelo Município.

De salientar que os limites anteriormente referidos são vinculativos para o ano do exercício económico do orçamento e indicativo para os restantes, devendo ser atualizados anualmente.

Não obstante, determina ainda o art.º 47.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, que:

“Os elementos constantes dos documentos referidos no presente capítulo são regulados por decreto-lei, a aprovar até 120 dias após a publicação da presente lei”, ou seja, até 3 de janeiro de 2014.

Face ao exposto, e apesar da aludida regulamentação ainda não ter sido publicada, desconhecendo-se por isso os elementos que devem constar do QPPO e QMPFAL, o orçamento para o ano de 2023 e seguintes, elaborado de acordo com o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, poderá ser considerado o QPPO uma vez que tem a dimensão plurianual para as receitas e despesas de todas as naturezas (Orçamento e Plano Orçamental Plurianual).

9. ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL

O SNC-AP introduz nos mapas de relato a identificação de quatro importantes tipos de saldos orçamentais:

1. Saldo Corrente (corresponde à diferença entre receitas [Efetivas] correntes e despesas [Efetivas] correntes)

2. Saldo de Capital (corresponde à diferença entre receitas [Efetivas] de capital e despesas [Efetivas] de capital)
3. Saldo Global (corresponde à diferença entre receita efetiva e despesa efetiva)
4. Saldo Primário (corresponde à diferença entre a receita efetiva e a despesa efetiva deduzida dos juros)

Tendo em vista a perfeita compreensão destes conceitos apresenta-se de seguida os seguintes conceitos:

A Receita Efetiva corresponde às quantias recebidas que aumentam caixa e equivalentes de caixa, sem gerarem obrigações orçamentais, ou seja, corresponde à receita total deduzida da receita com ativos e passivos financeiros de natureza orçamental e do saldo de gerência anterior.

A Receita Total corresponde à receita efetiva adicionada da receita resultante de ativos e passivos financeiros orçamentais e do saldo da gerência anterior expurgado da componente de operações de tesouraria.

A Despesa Efetiva corresponde à despesa total deduzida da despesa com ativos e passivos financeiros de natureza orçamental.

A Despesa Primária corresponde à despesa efetiva deduzida dos juros pagos.

Plano Orçamental Plurianual							
Rubrica		Designação	2023	2024	2025	2026	2027
Receita corrente			8 041 358,00 €	7 075 417,00 €	7 075 417,00 €	7 075 407,00 €	7 075 407,00 €
R01	Receita Fiscal	1					
R011	Impostos diretos	1	1 012 745,00 €	1 012 745,00 €	1 012 745,00 €	1 012 745,00 €	1 012 745,00 €
R012	Impostos indiretos	1					
R02	Cont. para sist. Prot. social e subs. de saúde	1					
R03	Taxas, multas e outras penalidades	1	59 460,00 €	56 740,00 €	56 740,00 €	56 740,00 €	56 740,00 €
R04	Rendimentos de propriedade	1	606 835,00 €	508 955,00 €	508 955,00 €	508 945,00 €	508 945,00 €
R05	Transferências e subsídios correntes	1					
R051	Transferências correntes	1					
R0511	Administrações Públicas	1					
R05111	Administração Central - Estado Português	1	5 849 708,00 €	5 205 702,00 €	5 205 702,00 €	5 205 702,00 €	5 205 702,00 €
R05112	Administração Central - Outras entidades	1	20,00 €	20,00 €	20,00 €	20,00 €	20,00 €
R05113	Segurança Social	1	11 850,00 €	11 850,00 €	11 850,00 €	11 850,00 €	11 850,00 €
R05114	Administração Regional	1					
R05115	Administração Local	1	40,00 €	40,00 €	40,00 €	40,00 €	40,00 €
R0512	Exterior - U E	1					
R0513	Outras	1	6 025,00 €	6 025,00 €	6 025,00 €	6 025,00 €	6 025,00 €
R052	Subsídios correntes	1	10,00 €	10,00 €	10,00 €	10,00 €	10,00 €
R06	Venda de bens e serviços	1	449 210,00 €	272 405,00 €	272 405,00 €	272 405,00 €	272 405,00 €
R07	Outras receitas correntes	1	45 455,00 €	925,00 €	925,00 €	925,00 €	925,00 €
Receita de capital			4 128 051,00 €	2 011 543,00 €	1 331 543,00 €	931 553,00 €	919 553,00 €
R08	Venda de bens de investimento	2	193 515,00 €	190,00 €	190,00 €	190,00 €	190,00 €
R09	Transferências e subsídios de capital	2					
R091	Transferências de capital	2					
R0911	Administrações Públicas	2					
R09111	Administração Central - Estado Português	2	3 934 426,00 €	931 253,00 €	931 253,00 €	931 253,00 €	919 253,00 €
R09112	Administração Central - Outras entidades	2	20,00 €	20,00 €	20,00 €	20,00 €	20,00 €
R09113	Segurança Social	2					
R09114	Administração Regional	2					
R09115	Administração Local	2	40,00 €	40,00 €	40,00 €	40,00 €	40,00 €
R0912	Exterior - U E	2					
R0913	Outras	2	20,00 €	20,00 €	20,00 €	20,00 €	20,00 €
R092	Subsídios de capital	2					
R10	Outras receitas de capital	2	20,00 €	1 080 010,00 €	400 010,00 €	20,00 €	20,00 €
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	2	10,00 €	10,00 €	10,00 €	10,00 €	10,00 €
Receita efetiva [1]			12 169 409,00 €	9 086 960,00 €	8 406 960,00 €	8 006 960,00 €	7 994 960,00 €
Receita não efetiva [2]			1 115 591,00 €	40,00 €	40,00 €	40,00 €	40,00 €
R12	Receita com ativos financeiros	3	20,00 €	20,00 €	20,00 €	20,00 €	20,00 €
R13	Receita com passivos financeiros	3	1 115 571,00 €	20,00 €	20,00 €	20,00 €	20,00 €
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais	3					
Receita total [3] = [1]+[2]			13 285 000,00 €	9 087 000,00 €	8 407 000,00 €	8 007 000,00 €	7 995 000,00 €

Despesa corrente			7 557 154,00 €	6 500 520,00 €	6 422 980,00 €	6 417 170,00 €	6 392 160,00 €
D01	Despesas com o pessoal	4					
D011	Remunerações Certas e Permanentes	4	2 510 630,00 €	2 460 640,00 €	2 460 640,00 €	2 460 640,00 €	2 460 640,00 €
D012	Abonos Variáveis ou Eventuais	4	52 160,00 €	52 160,00 €	52 160,00 €	52 160,00 €	52 160,00 €
D013	Segurança Social	4	661 000,00 €	661 000,00 €	661 000,00 €	661 000,00 €	661 000,00 €
D02	Aquisição de bens e serviços	4	2 941 399,00 €	2 211 550,00 €	2 192 020,00 €	2 191 210,00 €	2 171 200,00 €
D03	Juros e outros encargos	4	55 010,00 €	45 010,00 €	42 510,00 €	37 510,00 €	32 510,00 €
D04	Transferências e subsídios correntes	4					
D041	Transferências correntes	4					
D0411	Administrações Públicas	4					
D04111	Administração Central - Estado Português	4	10 010,00 €				
D04112	Administração Central - Outras entidades	4					
D04113	Segurança Social	4					
D04114	Administração Regional	4					
D04115	Administração Local	4	274 000,00 €	301 500,00 €	246 000,00 €	246 000,00 €	246 000,00 €
D0412	Entidades do setor não lucrativo	4	788 835,00 €	490 060,00 €	490 050,00 €	490 050,00 €	490 050,00 €
D0413	Famílias	4	103 000,00 €	126 000,00 €	126 000,00 €	126 000,00 €	126 000,00 €
D0414	Outras	4	3 010,00 €				
D042	Subsídios correntes	4	75 000,00 €	75 000,00 €	75 000,00 €	75 000,00 €	75 000,00 €
D05	Outras despesas correntes	4	83 100,00 €	77 600,00 €	77 600,00 €	77 600,00 €	77 600,00 €
Despesa de capital			5 467 836,00 €	2 271 470,00 €	1 644 010,00 €	1 244 820,00 €	1 402 830,00 €
D06	Aquisição de bens de capital	5	5 085 630,00 €	1 966 440,00 €	1 352 790,00 €	954 800,00 €	1 112 810,00 €
D07	Transferência e subsídios de capital	5					
D071	Transferências de capital	5					
D0711	Administrações Públicas	5					
D07111	Administração Central - Estado Português	5					
D07112	Administração Central - Outras entidades	5					
D07113	Segurança Social	5					
D07114	Administração Regional	5					
D07115	Administração Local	5	31 000,00 €	25 010,00 €	11 200,00 €	10 000,00 €	10 000,00 €
D0712	Entidades do setor não lucrativo	5	308 706,00 €	250 020,00 €	250 020,00 €	250 020,00 €	250 020,00 €
D0713	Famílias	5	42 500,00 €	30 000,00 €	30 000,00 €	30 000,00 €	30 000,00 €
D0714	Outras	5					
D072	Subsídios de capital	5					
D08	Outras despesas de capital	5					
Despesa efetiva [4]			13 024 990,00 €	8 771 990,00 €	8 066 990,00 €	7 661 990,00 €	7 794 990,00 €
Despesa não efetiva [5]			260 010,00 €	315 010,00 €	340 010,00 €	345 010,00 €	200 010,00 €
D09	Despesa com ativos financeiros	6					
D10	Despesa com passivos financeiros	6	260 010,00 €	315 010,00 €	340 010,00 €	345 010,00 €	200 010,00 €
Despesa total [6] = [4]+[5]			13 285 000,00 €	9 087 000,00 €	8 407 000,00 €	8 007 000,00 €	7 995 000,00 €
Saldo Total [3]-[6]			0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Saldo Global [1]-[4]			-855 581,00 €	314 970,00 €	339 970,00 €	344 970,00 €	199 970,00 €
Despesa primária			12 969 980,00 €	8 726 980,00 €	8 024 480,00 €	7 624 480,00 €	7 762 480,00 €
Saldo corrente			484 204,00 €	574 897,00 €	652 437,00 €	658 237,00 €	683 247,00 €
Saldo de capital			-1 339 795,00 €	-259 937,00 €	-312 477,00 €	-313 277,00 €	-483 287,00 €
Saldo primário			-800 571,00 €	359 980,00 €	382 480,00 €	382 480,00 €	232 480,00 €

10. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

De acordo com o art.º 40 da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual, os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir as despesas e, a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. Apesar da definição de equilíbrio orçamental apontar para o momento da execução do orçamento, é no momento da sua elaboração que a política orçamental é definida. O Orçamento de 2023 fixa-se

em 13.285.000,00€, estando assegurado o respeito pelos princípios do equilíbrio orçamental e do equilíbrio orçamental corrente quer na dimensão anual quer na dimensão plurianual, conforme se demonstra no quadro seguinte:

Equilíbrio Orçamental					
(Receitas totais ≥ Despesas totais)	Ano 2023	Ano 2024	Ano 2025	Ano 2026	Ano 2027
1 - Receitas Totais	13 285 000,00 €	9 087 000,00 €	8 407 000,00 €	8 007 000,00 €	7 995 000,00 €
2 - Despesas Totais	13 285 000,00 €	9 087 000,00 €	8 407 000,00 €	8 007 000,00 €	7 995 000,00 €
3 - Saldo (1-2)	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Equilíbrio Orçamental Corrente					
Receitas correntes ≥ (Despesas correntes + Amortizações Médias das Operações MLP)					
1 - Receitas Correntes	8 041 358,00 €	7 075 417,00 €	7 075 417,00 €	7 075 407,00 €	7 075 407,00 €
2 - Despesas Correntes	7 557 154,00 €	6 500 190,00 €	6 409 660,00 €	6 417 170,00 €	6 392 160,00 €
3 - Amortizações Médias das Operações de MLP	345 827,32 €	345 827,32 €	345 827,32 €	345 827,32 €	183 959,42 €
4 - Saldo (1-(2+3))	138 376,68 €	229 399,68 €	319 929,68 €	312 409,68 €	499 287,58 €

11. GRANDES OPÇÕES DO PLANO

Educação

A Educação é um pilar estratégico para o desenvolvimento do Concelho. Assim, tendo por base essa premissa pretende-se implementar um conjunto de projetos e ações constantes das Grandes Opções do Plano, dos quais destacamos:

- Dotar o espaço de recreio do centro escolar do Espinhal com uma cobertura;
- Construir um novo Espaço de Recreio junto ao Centro Escolar do Espinhal;
- Implementar o Programa Educação +;
- Implementar o Programa Creche +;
- Implementar o Programa Jovem Estudante Universitário;
- Assegurar, em parceria com o Agrupamento de Escolas, as Atividades de Enriquecimento Curricular;
- Assegurar o transporte escolar gratuito dos alunos do Pré-escolar ao ensino Secundário;
- Realizar a Gala Anual da Educação, enquanto espaço de encontro de toda a comunidade escolar à volta da importância da educação e de atribuição de prémios de mérito escolar;
- Realizar o Fórum Educação / Jornadas Pedagógicas como espaço de debate e definição de linhas gerais de ação com os vários atores concelhios e com a participação de especialistas nacionais;
- Assegurar em colaboração com o Agrupamento de Escolas Infante Dom Pedro as refeições escolares de qualidade aos alunos do Pré-escolar e do 1º, 2º e 3º ciclo de Ensino Básico;
- Reforçar o valor estratégico da Escola Tecnológica e Profissional de Sicó, nomeadamente com a criação de ofertas formativas ligadas aos sectores estratégicos;
- Reforçar a política de parcerias com as instituições de ensino superior, especificamente com os Institutos Politécnicos, Universidade de Coimbra e Universidade de Aveiro;

- Desenvolver uma ação integrada de aproveitamento de todos os equipamentos desportivos e culturais, por toda a comunidade escolar;

Cultura

A afirmação da Cultura é um dos principais objetivos estratégicos para Penela, representando elevados investimentos e apoios vários às instituições e atividades desenvolvidas. Neste âmbito, destacamos as seguintes ações constantes das Grandes Opções do Plano:

- Concluir a reabilitação do Castelo de Penela – Percurso Pedonal e Iluminação;
- Concluir a reabilitação da Casa dos Saberes e do Território/Casa da Legião enquanto espaço cultural ligado aos saberes e ao território;
- Concluir a instalação da cobertura da Villa romana de São Simão;
- Apoiar a reabilitação da sede do Centro Cultural da Cumeieira, em parceria com aquela associação;
- Apoiar a requalificação da Casa da Cultura do Espinhal, em parceria com a Sociedade Filarmónica do Espinhal;
- Apoiar a reabilitação da sede do Clube Desportivo e Recreativo Penelense, em parceria com aquela Associação;
- Iniciar o concurso de ideias para elaboração do projeto do Complexo Arqueológico da Villa Romana do Rabaçal;
- Apoiar a recuperação do património cultural construído;
- Apoiar a construção e recuperação de sedes de associações culturais e recreativas;
- Apoiar as atividades de carácter cultural e recreativo das associações;
- Apoiar as atividades arqueológicas da Villa romana do Rabaçal e da Villa romana de São Simão;
- Apoiar as duas filarmónicas do Concelho através do programa das academias de música;
- Concluir os Projetos “Marcos Históricos da Romanização”, “Natal em família” e “Do Xisto à Chanfana vai um Mundo”
- Preparar a Bienal de Humor Oliveira Guimarães;
- Preparar a Bienal de Artes Plásticas;
- Consolidar e reforçar as parcerias de geminação com Morcone e Ormesson-sur-Marne;
- Promover iniciativas culturais através da realização de programação cultural no Auditório da Biblioteca Municipal de Penela;
- Promover iniciativas culturais através da realização do Projeto “A cultura vai à Rua”

Juventude e Desporto

A prática desportiva e recreativa traz benefícios para o bem-estar físico, para a saúde e para a qualidade de vida dos praticantes, pelo que se torna “obrigatório” continuar a apoiar as associações a dinamizar os equipamentos existentes, seja através do desenvolvimento direto de atividades, seja através do estabelecimento de parcerias

com entidades que se proponham a promover a dinamização desportiva. Neste âmbito destacamos a realização dos seguintes projetos:

- Concluir a Reabilitação da Piscina Municipal de Penela e melhorar a sua eficiência energética;
- Promover ações desportivas de diferentes modalidades, aproveitando a rede de equipamentos desportivos do concelho;
- Apoiar as associações desportivas concelhias numa lógica de desenvolvimento desportivo dos nossos jovens e crianças, bem como no desporto de lazer e manutenção dedicado às faixas etárias mais elevadas;
- Apoiar e disponibilizar as infraestruturas desportivas ao associativismo desportivo numa perspetiva de formação desportiva;
- Dinamizar o Centro de BTT da Ferraria de São João, aproveitando os cerca de 150 km de trilhos sinalizados.
- Implementar o OPJ – Orçamento Participativo Jovem;
- Criar o CCJ - Conselho Consultivo Jovem;
- Realizar o Programa OTL – Ocupação de tempos livres;
- Implementar o cartão Jovem Municipal;

Saúde e Social

Neste objetivo destacam-se um largo conjunto de projetos e ações, em importantes parcerias com diversas instituições, designadamente parcerias e ações na Rede Social e na CPCJ. Além disso, será dada continuidade aos apoios aos cidadãos mais afetados pela desigualdade social, exclusão e sem proteção social. Prevêem-se vários projetos que têm por finalidade melhorar o apoio e acréscimo da informação aos munícipes e um largo conjunto de projetos de apoio social, dos quais destacamos:

- Continuar o Projeto Saúde + Perto;
- Continuar a apoiar os cidadãos mais desprotegidos através da atribuição do tarifário social de abastecimento de água, de saneamento e de resíduos sólidos;
- Apoiar situações de emergência social;
- Continuar a parceria com o Programa ABEM;
- Implementar o Projeto Penela + próxima;
- Implementar o Seguro de Saúde;
- Apoiar a construção e reabilitação de infraestruturas de âmbito social;
- Estimular a participação ativa dos parceiros da Rede Social;
- Apoiar e cooperar com as IPSS do Concelho no desenvolvimento quantitativo e qualitativo das suas valências;
- Dinamizar a Universidade Sénior;
- Manter a dinâmica da CPCJ-Penela, numa lógica de estímulo aos bons comportamentos familiares com vista a um melhor ambiente de crescimento das crianças e jovens do concelho;
- Reforçar a ação do GIP - Gabinete de Inserção Profissional, numa lógica de interação entre oferta (desempregados) e procura (entidades empregadoras);

- Assegurar a concretização da transferência de competências na Saúde em colaboração com as entidades competentes,
- Assegurar a concretização da transferência de competências na Ação Social em colaboração com as entidades competentes.

Planeamento e Urbanismo

É indispensável, em qualquer processo de desenvolvimento local, o trabalho de planeamento e ordenamento do território onde se pretende intervir. Daí que, o Município vai continuar a desenvolver um vasto conjunto de projetos e ações no âmbito do planeamento e ordenamento do território e do desenvolvimento de projetos de reabilitação do espaço público nomeadamente:

- Colaborar com as juntas de freguesia na reabilitação de espaços públicos, dotando-os de maior funcionalidade e acolhimento;
- Realizar outras intervenções urbanas, nomeadamente na conservação e reabilitação de jardins e espaços públicos dotando-os de equipamentos necessários para o bem-estar das populações;
- Implementar medidas de eficiência energética na iluminação pública nomeadamente através da substituição gradual das luminárias por tecnologia LED;
- Concluir o processo de atribuição toponímica e numeração de polícia em todas as localidades do concelho;
- Concluir as obras do Plano de Mobilidade da Vila de Penela,
- Iniciar as obras de regeneração urbana Penela +Acessível;
- Requalificar a iluminação do Parque das Águas Romanas;
- Implementar o Projeto Pintar Penela.

Infra-estruturas Básicas

Saneamento e Abastecimento de Água

Com a concessão dos serviços de abastecimento de água, tratamento de águas residuais e resíduos sólidos urbanos para a gestão da APIN – Empresa Intermunicipal de Ambiente do Pinhal Interior, S.A. – E.I.M. desde 01 de janeiro de 2020, toda a ação, investimentos incluídos, são da responsabilidade desta entidade, que, entretanto, abriu procedimentos para a execução das seguintes intervenções:

- Execução da rede pública de drenagem de águas residuais- Sub-bacia 9 – Fase 1 (Freixial, Venda das Figueiras e Comareiros);
- Execução da rede pública de drenagem de águas residuais- Sub-bacia 9 – Fase 2 (Freixial, Venda das Figueiras, Comareiros e Zona Industrial da Louriceira);
- Execução da rede pública de drenagem de águas residuais- Sub-bacia 8 e 10 (Câneve e Louriceira);
- Execução da rede pública de drenagem de águas residuais- Sub-bacia 4 – Fase 2 (Venda dos Moinhos e Grocinas);

- Execução da rede pública de drenagem de águas residuais - Sub-bacia 1, 2 e 3 (Estrada de Viavai, Viavai e Casal Novo);
- Execução da rede pública de drenagem de águas residuais- Sub-bacia 5, 6, 6ª e 7 (Ribeirinho, Gagos, São Paulo e Câneve);
- Execução da rede pública de drenagem de águas residuais- Fase 1 (Ferrarias, Taliscas, Torre Chão do Pereiro e Carvalhais);
- Execução da rede pública de drenagem de águas residuais – Fase 2 (Serradas da Freixiosa, Freixiosa, Dueça, Carregã, São Simão, Casais do Cabra, Santo António e Pastor);
- Execução da rede pública de drenagem de águas residuais – Fase 3 (Vale do Infesto, Infesto, Senhora da Glória, Ponte do Espinhal, Vale do Espinhal e Silveirinha);
- Execução da rede pública de drenagem de águas residuais – Fase 5 (Póvoa, Chão de Ourique e Galega);

Comunicação e Transportes

Este programa concretiza a estratégia de melhoria da mobilidade e abrange um conjunto de projetos da maior importância para o desenvolvimento, não só do município, mas também da região destacando-se os seguintes investimentos:

- Reforçar as ações de conservação e manutenção da rede viária municipal;
- Efetuar eventuais intervenções mais estruturantes ao nível da retificação ou do alargamento de modo a adequar a respetiva funcionalidade às necessidades contemporâneas;
- Construção da variante à E. M. 557 (Boiça);
- Alargamento e retificação do traçado da EM Espinheiro – Rabaçal;
- Alargamento da EM Cumeeira – Cabeça Redonda;
- Alargamento da EM Casais do Cabra – Carvalhais;

Desenvolvimento Económico

Este Programa evidencia as principais participações em diversos organismos, refletindo um conjunto de atividades do município através das respetivas participações e associações e, em particular, nas parcerias com o IPN para a dinamização do HIESE – Habitat de Inovação Empresarial em Setores Estratégicos e no desenvolvimento do Projeto Neetmaker – Capacitação e Estímulo à empregabilidade e Inclusão Social.

Através do Mini-Habitat, do SmARTES – Casa das Indústrias Criativas e do HIESE – Habitat de Inovação Empresarial em Sectores Estratégicos, pretende-se continuar a apoiar o nascimento de novas empresas a operarem com assinalável êxito a partir de Penela.

É com esta atitude proactiva que pretendemos dinamizar o Gabinete de Apoio à Inovação, Competitividade e Empreendedorismo (GAICE), constituindo-se como a ligação por excelência entre o Município e o Investidor, destacando, desde logo, a ampliação do HIESE para aumentar a capacidade de acolhimento de novas iniciativas empresariais capazes de aportarem valor acrescentado ao território.

Inovação, Competitividade e Empreendedorismo

De entre as várias ações a realizar neste domínio destacam-se, pela sua particular relevância:

- Continuar as parcerias com o IPN – Instituto Pedro Nunes;
- Continuar o projeto NeetMaker – Capacitação e Estímulo à Empregabilidade e Inclusão Social, proporcionando uma efetiva oportunidade para os denominados “nem nem” (nem estudam nem trabalham) dos concelhos de Penela, Soure, Miranda do Corvo e Condeixa-a-Nova adquirirem a capacitação que lhes proporcione o acesso ao mercado de trabalho;
- Dinamizar o FAB LAB proporcionando o acesso de empreendedores das mais variadas áreas o acesso, em condições particularmente vantajosas, à utilização de ferramentas de tecnologia de ponta,
- Articular com a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra a possibilidade de criar um sistema de mobilidade integrada que, a partir de uma rede interna eficiente, privilegie a proximidade a Coimbra através da A13, e a conexão ao Metro Mondego contribuindo para uma efetiva política de transportes públicos sustentáveis;
- Realizar o Fórum Desenvolvimento Económico.

Investimento Empresarial

De entre os vários Projetos e ações a realizar neste domínio destacam-se as seguintes:

- Concluir a ampliação do HIESE – Habitat de Inovação Empresarial em Sectores Estratégicos
- Reforçar o acolhimento de novas iniciativas empresariais através da fixação de novas empresas no Habitat de Inovação Empresarial para os Sectores Estratégicos (HIESE), no antigo edifício da Quinta do Vale do Espinhal, ligando-as ao mundo universitário através de parcerias e aproveitando as condições agrícolas e florestais do espaço envolvente;
- Apoiar o funcionamento do Núcleo Empresarial de Penela;
- Colocar sinalética identificativa das empresas nas Zonas Industriais de Penela e Louriceira;
- Adquirir terrenos tendo em vista o alargamento e expansão empresarial.

Turismo

Neste Programa, preveem-se diversos investimentos de animação e promoção turística, com especial destaque para as comemorações mais relevantes para o concelho (Penela Presépio, Feira Medieval, entre outros).

De entre as várias ações a realizar neste domínio destacam-se as seguintes:

- Requalificar o Espaço Natural da Louçainha, reforçando e diversificando a oferta já existente;
- Concretizar a Rede de Aldeias do Calcário e Sicó;
- Construir uma ASA – Área de Serviço de Autocaravanas;
- Apoiar e incentivar todas as iniciativas no âmbito do turismo rural ou turismo de habitação, potenciando o seu desenvolvimento no concelho;

- Desenvolver em parceria com a Associação de Moradores da Ferraria de São João, Direção Regional da Agricultura e Pescas do Centro e Escola Superior Agrária de Coimbra, o projeto do Centro de Caprinicultura, Currais Comunitários e espaço associativo da Ferraria de São João;
- Realizar o Penela Presépio como evento de escala nacional e de valorização do Concelho de Penela;
- Realizar em colaboração com o Agrupamento de escolas Infante Dom Pedro a Feira Medieval;
- Apoiar as entidades parceiras do Município de Penela na realização de eventos turísticos que acrescentem valor ao município e ao território.

Mercados e Feiras

De entre os vários Projetos e ações constantes das Grandes Opções do Plano a desenvolver neste domínio destacam-se:

- Valorizar a Feira de São Miguel/FAGRIP numa perspetiva regional, enquanto evento dinamizador de promoção do sector agrícola, Comercial e Industrial bem como de mostra e promoção dos produtos endógenos nomeadamente as Nozes e as Cebolas;
- Valorizar a Feira do Mel numa perspetiva regional, enquanto evento dinamizador do sector agrícola através da mostra e promoção dos produtos endógenos nomeadamente o Mel;
- Valorizar o Mercado do Queijo e dos Romanos numa perspetiva regional, enquanto evento dinamizador do sector agrícola através da mostra e promoção dos produtos endógenos nomeadamente o Queijo do Rabaçal.

Património Agrícola, Florestal e Desenvolvimento Rural

De entre os várias projetos e ações a desenvolver neste domínio destacam-se as seguintes:

- Concretizar a criação do CIUS – Centro de Investigação de Ungulados Silvestres, através da recuperação do ovil e requalificação da Casa do Guarda;
- Concretizar a criação da Casa do Rebanho, na Ferraria de S. João, no âmbito do programa Aldeias.com;
- Concluir a Reabilitação do Mercado Municipal de Penela, enquanto espaço privilegiado de trocas entre os produtores locais e os consumidores numa lógica de valorização das denominadas cadeias curtas.
- Construção do Mercado Sicó do Rabaçal, com o objetivo de dinamizar as trocas comerciais de gado ovino e caprino numa lógica de valorização das fileiras do queijo Rabaçal e do Cabrito Terras de Sicó;
- Aproveitar a parte agrícola da Quinta do Vale do Espinhal para realizações no âmbito da agricultura biológica, de índole pedagógica, numa perspetiva de integração com o âmbito de ação do HIESE;
- Reforçar a dinamização do programa BOLSA DE TERRAS, numa perspetiva de atração de investidores agrícolas;
- Reforçar a valorização e divulgação dos produtos da fileira agro-alimentar, através da realização de eventos específicos e da dinamização dos processos produtivos e dos circuitos de comercialização;
- Realizar o evento “Vinália”, enquanto evento dinamizador de mostra e promoção dos produtos endógenos nomeadamente o Vinho Terras de Sicó;

- Realizar o evento “Broa da Cumieira”, enquanto evento dinamizador de mostra e promoção dos produtos endógenos nomeadamente a Broa;
- Promover a manutenção das faixas de gestão de combustível enquanto estruturas fundamentais na estratégia de valorização da floresta e de prevenção de incêndios florestais.
- Realizar ações de silvicultura preventiva nos vários aglomerados populacionais como forma de proteção daquelas localidades no âmbito da prevenção dos fogos florestais.

Orçamento Participativo

A democracia participada e participativa faculta aos cidadãos, entre outros direitos, o poder, devidamente estruturado, de decisão direta sobre utilização de verbas públicas. Neste contexto, de envolvimento crescente dos cidadãos em decisões que abranjam escolhas estrategicamente relevantes e opções quanto a despesas e receitas, prevê-se realizar o Orçamento Participativo de 2023 e concluir os projetos aprovados em anos anteriores a saber:

- Concluir o apoio às obras de requalificação do largo central da Cumieira e a construção de um forno comunitário;
- Construir o Miradouro da Boavista;
- Realizar o Orçamento Participativo 2023.

Ambiente e Proteção Civil

A preocupação com a preservação dos equilíbrios ambientais é transversal a toda e qualquer atividade e constitui uma constante na atuação municipal, na medida em que o ambiente é um fator fundamental para a melhoria da qualidade de vida das populações e assume-se como um valor inalienável para o desenvolvimento sustentado do Município.

No âmbito da Proteção civil importa reforçar a atenção e o empenho na defesa, proteção e salvaguarda das populações e dos seus bens, nos termos das orientações e procedimentos do Serviço Nacional de Proteção Civil, através do Serviço de Proteção Civil Municipal, em articulação com as forças da GNR e dos Bombeiros.

Nestas áreas destacamos os seguintes Projetos e ações:

- Em colaboração com a Cercipenela – Cooperativa para a Educação e reabilitação de Cidadãos inadaptados de Penela, na qualidade de parceiro social, reforçar o programa de parcerias para o impacto, através da implementação do Projeto “Sustentabilidade Ambiental, a Alavanca de Inclusão Social”, contribuindo, desta forma, para a promoção do empreendedorismo social e da integração profissional nas empresas sociais e da economia social e solidária para facilitar o acesso ao emprego.
- Continuar a parceria estratégica com a CERCÍ Penela, como estrutura de apoio e valorização social dos cidadãos e jovens portadores de deficiência;
- Desenvolver a Agenda XXI Local do Concelho de Penela;
- Colaborar com as Juntas de Freguesia na higiene e limpeza urbana;
- Desenvolver ações de sensibilização para a triagem e separação de resíduos;

- Manter as Equipas de Intervenção Permanente, em parceria com os Bombeiros Voluntários de Penela e a Autoridade Nacional de Proteção Civil, no âmbito da preservação da floresta contra incêndios florestais;
- Apoiar a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Penela (AHBVP) na gestão corrente, no que concerne ao seu papel de prevenção e segurança de pessoas e bens;
- Apoiar a AHBVP na valorização e conservação das instalações e equipamentos;
- Incentivar o voluntariado através da atribuição de conjunto de benefícios e regalias aos cidadãos do concelho que se disponibilizem para o voluntariado no âmbito dos Bombeiros Voluntários;
- Consolidar o projeto PENECO, através da criação de um sistema de recolha porta a porta de resíduos seletivo, com recurso a uma viatura elétrica.

Associativismo

As parcerias institucionais com as várias entidades associativas das quais o Município faz parte são um elemento estratégico para o desenvolvimento de uma região quer pela sua dinâmica local quer pelas oportunidades que gera nos vários domínios estratégicos de ação municipal. Destacam-se aqui as parcerias com as seguintes entidades: Terras de Sicó, Dueceira, Flopen, Associação de Arbitragem de Conflitos de Consumo, ADXTUR, Comunidade Intermunicipal da Região Coimbra, Agência dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego, Inovcluster, Rutis, entre outras.

Modernização Administrativa, Formação e Edifícios Municipais

Este Programa permitirá a modernização dos serviços, incluindo medidas de inovação, prevendo-se a melhoria das condições de trabalho em especial a aquisição de vestuário e equipamento de proteção individual, a melhoria dos edifícios e equipamentos, a melhoria dos meios informáticos e a realização de ações de formação aos colaboradores do Município. Destacam-se as seguintes ações:

- Consolidar o funcionamento do Balcão Único de Atendimento, num claro objeto de maior eficácia e conforto do utente, alargando o leque de serviços disponibilizados no âmbito da iniciativa “Espaço do Cidadão”;
- Reforçar a disponibilização de formulários eletrónicos com o objetivo de fomentar o acesso remoto aos serviços municipais e a consequente facilitação da interação entre a administração e os cidadãos;
- Realizar as reuniões de Câmara públicas descentralizadas nas freguesias do Concelho;
- Manter o nível de exigência de serviços conforme com a Certificação de Qualidade;
- Modernizar os vários serviços municipais com o objetivo de aumentar a sua produtividade;
- Valorizar os recursos humanos internos, apostando na organização, na motivação e no espírito de equipa, com objetivos sectoriais bem definidos e planeados;
- Promover a realização de ações de formação aos colaboradores numa perspetiva de valorização pessoal e profissional contribuindo para a melhoria dos serviços municipais disponibilizados aos cidadãos;
- Promover a reabilitação do edifício da Câmara Municipal, melhorando os espaços e adaptando-o a novas realidades numa perspetiva de maior funcionalidade e articulação entre os vários serviços municipais.

12. CONCLUSÃO

Pensamos ter deixado clara a linha estratégica que subjaz à definição dos Objetivos, Programas e Ações que dão corpo às Grandes Opções do Plano do Município de Penela.

Temos consciência de que é necessário continuar a trabalhar, com determinação e ambição, para corresponder às necessidades e expectativas dos Penelenses e contribuir para a competitividade do Concelho de Penela. Estamos seguros que, com confiança e determinação, vamos fazer o nosso caminho, vencendo, uma a uma, as dificuldades com que nos vamos deparando, de modo a concretizarmos, em conjunto, os nossos objetivos comuns.

Em resumo,

O Orçamento para 2023, apresenta um montante total de 13.285.000,00€ (Treze milhões duzentos e oitenta e cinco mil euros) e as Grandes Opções do Plano para o ano de 2023, contendo as linhas de desenvolvimento estratégico do Município, incluindo o Plano Plurianual de Investimentos e as Actividades Mais Relevantes da gestão autárquica, apresentam um montante total de financiamento definido de 8.689.741,00€ (Oito milhões seiscentos e oitenta e nove mil setecentos quarenta e um euros).

13. PROPOSTAS RELATIVAS À EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

13.1 AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS NO ÂMBITO DO SUBSECTOR LOCAL

(Autorização Genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal)

Nos termos do disposto da alínea ccc) do n.º1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, por motivos de simplificação e celeridade processuais, propõe-se que a Câmara Municipal aprove e submeta à Assembleia Municipal proposta para que este órgão, para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do Artigo 6.º da Lei n.º 22/2015, de 17 de março, e do Artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 99/2015, de 2 de junho, conjugado com o n.º 3 do art.º 6º da Lei n.º22/2015 de 17 de março, nas suas redações atuais:

1 - Emita autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal, no decurso do ano orçamental de 2023, nos casos seguintes:

- a) Resultem de projetos ou ações constantes das Grandes Opções do Plano;
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.
- c) Resultem de reprogramações financeiras e alterações ao cronograma físico dos investimentos;

2 – Que a Câmara Municipal seja autorizada a delegar no seu Presidente a assunção de compromissos plurianuais, relativos a despesas de funcionamento de caráter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica

de despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública.

Devendo em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal ser presente uma informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica que ora se propõe.

13.2 ATUALIZAÇÃO DA TABELA DE TAXAS

O regulamento geral da tabela de taxas e licenças do Município de Penela estabelece na alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º que os valores das taxas previstas são actualizados anualmente, de acordo com a taxa de variação média dos últimos 12 meses do índice de preços ao consumidor publicado pelo Instituto Nacional de Estatística.

Considerando que o fator de atualização do índice de preços no consumidor, publicado na página oficial do Instituto Nacional de Estatística (www.ine.pt), para o período de outubro de 2021 a setembro de 2022, é de 1,08792191171523.

Propõe-se, em cumprimento do estabelecido na alínea a) do n.º 1 do artigo 2º do Regulamento Municipal de Taxas, Tarifas e Licenças Municipais, a actualização da tabela de taxas pela aplicação do fator 1,08792191171523 sendo os valores obtidos arredondados para múltiplos de 5 (cinco) cêntimos, por excesso quando o algarismo da unidade seja igual ou superior a 5 (cinco) e por defeito, quando for inferior.

Exceptuam-se do disposto na alínea anterior os valores que resultem de quantitativos fixados por disposição legal ou de outras entidades.

Às taxas constantes da tabela acresce, quando devido, o IVA à taxa legal em vigor.

13.3 ATUALIZAÇÃO DAS RENDAS DE TERRENOS E EDIFÍCIOS

A lei n.º 19/2022, de 21 de outubro determina o coeficiente de atualização das rendas para 2023 e fixa o coeficiente de atualização anual de renda dos diversos tipos de arrendamento urbano e rural, a vigorar no ano civil de 2023.

Considerando o disposto no artigo 2.º da Lei n.º 19/2022, de 21 de outubro, o coeficiente de actualização dos diversos tipos de arrendamento urbano e rural, para vigorar no ano civil de 2022 é de 1,02.

Nestes termos, propõe-se a actualização dos valores das rendas de terrenos e edifícios de acordo com o coeficiente de 1,002.

13.4 CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE CURTO PRAZO DURANTE O ANO DE 2023, ATÉ AO MONTANTE DE 250.000,00€

Segundo o n.º 2 do artigo 49.º e o artigo 50.º Lei 73/2013, de 03 de setembro, na sua redação atual, os empréstimos de curto prazo têm uma maturidade até 1 ano e devem ser amortizados até ao final do ano

económico em que foram contratados. A legislação aplicável não reporta qualquer limite ao montante que é permitido contratualizar com instituições financeiras, todavia impõe um limite temporal, ao condicionar as amortizações no ano económico da sua constituição, não consentindo fundar dívida de curto prazo em médio longo prazo. As principais disposições legais aplicáveis aos empréstimos de curto prazo são as seguintes:

- São contraídos apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria (artigo 50.º, n.º 1), ou seja, em situações em que se verifica um desencontro momentâneo entre a entrada de receitas e a efectivação das despesas;
- A contratação tem de ser aprovada pela Assembleia Municipal, podendo todos os empréstimos desta natureza que o município venha a contrair durante a vigência de um orçamento, serem aprovados na sessão anual de aprovação do mesmo (artigo 50.º, n.º 2).

Assim, considerando que:

- A Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, inscreve no nº1 do artigo 50º, o financiamento bancário de curto prazo como instrumento para lidar com os constrangimentos de tesouraria;
- O referido diploma reforça o carácter de antecipação de receitas próprias municipais que está associado a estes financiamentos, sagrando a obrigatoriedade do seu integral reembolso até ao final do exercício económico em que são contratados, conforme artigo 50º nº 1;
- O empréstimo de curto prazo é, assim, contratado a partir de 1/01/2023 até 31/12/2023, acompanhando o exercício económico;
- O regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais não fixa limites de endividamento bancário segmentados em curto e em médio e longo prazo, antes fixando, no seu artigo 52º, um conceito de dívida total, dado pelo conjunto dos passivos, aferidos a 31 de dezembro de cada ano, pelo confronto com 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores;
- Atenta esta disposição será de considerar que os financiamentos de curto prazo não serão relevantes para o stock da dívida no final do ano, dado que, até lá, terão de ser integralmente amortizados, ficando ora melhor balizados quanto à sua função – gestão de tesouraria – e, portanto, devendo na fixação do seu montante atender-se à sazonalidade da receita, picos de constrangimentos dos meios de caixa disponíveis versus montantes exigíveis em igual período, salvaguardando, sempre, a necessidade, desde logo, por força de lei, de garantir ao longo do exercício, os meios necessários e suficientes à liquidação total do crédito a contratar;
- Neste contexto, foi feita a avaliação dos meios necessários a uma boa gestão de tesouraria em 2023, desde logo por referência às flutuações de saldo mensal de recebimentos e pagamentos, concluindo-se pela conveniência em assegurar uma linha de curto prazo de 250.000,00€ de euros;
- A Lei nº 73/2013, de 3 de setembro permite, no nº 2 do artigo 50.º, que na sessão anual de aprovação do orçamento, seja deliberado pela Assembleia Municipal, a aprovação de todos os empréstimos de curto prazo que o município venha a contrair durante o período de vigência do orçamento;

Propõe-se que a câmara Municipal delibere nos termos do disposto na alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, aprovar e submeter à Assembleia Municipal para que este órgão, nos termos do disposto na alínea f) do nº 1 do artigo 25º daquele Regime Jurídico:

1. Autorize a Câmara Municipal a contrair, em 2023, um empréstimo de curto prazo, até ao montante máximo de 250.000,00€, com efeitos a partir de 01/01/2023 e com prazo máximo até 31/12/2023.

13.5 APROVAR O ORÇAMENTO E AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO

A Câmara Municipal, no âmbito das suas competências, em particular, o definido na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro e nos termos do Decreto-lei 192/2015, de 11 de setembro - Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), elaborou estes Documentos Previsionais, dos quais fazem parte integrante o presente Relatório da Proposta de Orçamento, o Mapa de Pessoal e o mapa das entidades participadas.

Nestes termos apresentam-se os Documentos Previsionais a fim de serem submetidos a aprovação do Órgão Deliberativo de acordo com a alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

O Presidente da Câmara,



(Eduardo Jorge Mendes Nogueira dos Santos)

Município de Penela

Orçamento e Plano Orçamental Plurianual

Euros

Rubrica	Designação	2023			Plano Orçamental Plurianual			
		Periodos anteriores	Periodo	Soma	2024	2025	2026	2027

Receita corrente

R01	Receita Fiscal							
R011	Impostos diretos		1 012 745	1 012 745	1 012 745	1 012 745	1 012 745	1 012 745
R012	Impostos indiretos							
R02	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde							
R03	Taxas, multas e outras penalidades		59 460	59 460	56 740	56 740	56 740	56 740
R04	Rendimentos de propriedade		606 835	606 835	508 955	508 955	508 945	508 945
R05	Transferências e subsídios correntes							
R051	Transferências correntes							
R0511	Administrações Públicas							
R05111	Administração Central - Estado Português		5 849 708	5 849 708	5 205 702	5 205 702	5 205 702	5 205 702
R05112	Administração Central - Outras entidades		20	20	20	20	20	20
R05113	Segurança Social		11 850	11 850	11 850	11 850	11 850	11 850
R05114	Administração Regional							
R05115	Administração Local		40	40	40	40	40	40
R0512	Exterior - U E							
R0513	Outras		6 025	6 025	6 025	6 025	6 025	6 025
R052	Subsídios correntes		10	10	10	10	10	10
R06	Venda de bens e serviços		449 210	449 210	272 405	272 405	272 405	272 405
R07	Outras receitas correntes		45 455	45 455	925	925	925	925

Receita de capital

R08	Venda de bens de investimento		193 515	193 515	190	190	190	190
R09	Transferências e subsídios de capital							
R091	Transferências de capital							
R0911	Administrações Públicas							
R09111	Administração Central - Estado Português		3 934 426	3 934 426	931 253	931 253	931 253	919 253
R09112	Administração Central - Outras entidades		20	20	20	20	20	20
R09113	Segurança Social							
R09114	Administração Regional							
R09115	Administração Local		40	40	40	40	40	40
R0912	Exterior - U E							
R0913	Outras		20	20	20	20	20	20
R092	Subsídios de capital							
R10	Outras receitas de capital		20	20	1 080 010	400 010	20	20
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos		10	10	10	10	10	10

Receita efetiva [1]	12 169 409	12 169 409	9 086 960	8 406 960	8 006 960	7 994 960
---------------------	------------	------------	-----------	-----------	-----------	-----------

Receita não efetiva [2]

R12	Receita com ativos financeiros		20	20	20	20	20	20
R13	Receita com passivos financeiros		1 115 571	1 115 571	20	20	20	20
R14	Saldo da gerência anterior - operações orçamentais							

Receita total [3] = [1]+[2]	13 285 000	13 285 000	9 087 000	8 407 000	8 007 000	7 995 000
-----------------------------	------------	------------	-----------	-----------	-----------	-----------

Município de Penela

Orçamento e Plano Orçamental Plurianual

Euros

Rubrica	Designação	2023			Plano Orçamental Plurianual			
		Periodos anteriores	Periodo	Soma	2024	2025	2026	2027

Despesa corrente

D01	Despesas com o pessoal							
D011	Remunerações Certas e Permanentes		2 510 630	2 510 630	2 460 640	2 460 640	2 460 640	2 460 640
D012	Abonos Variáveis ou Eventuais		52 160	52 160	52 160	52 160	52 160	52 160
D013	Segurança Social		661 000	661 000	661 000	661 000	661 000	661 000
D02	Aquisição de bens e serviços		2 941 399	2 941 399	2 211 550	2 192 020	2 191 210	2 171 200
D03	Juros e outros encargos		55 010	55 010	45 010	42 510	37 510	32 510
D04	Transferências e subsídios correntes							
D041	Transferências correntes							
D0411	Administrações Públicas							
D04111	Administração Central - Estado Português		10 010	10 010				
D04112	Administração Central - Outras entidades							
D04113	Segurança Social							
D04114	Administração Regional							
D04115	Administração Local		274 000	274 000	301 500	246 000	246 000	246 000
D0412	Entidades do setor não lucrativo		788 835	788 835	490 060	490 050	490 050	490 050
D0413	Famílias		103 000	103 000	126 000	126 000	126 000	126 000
D0414	Outras		3 010	3 010				
D042	Subsídios correntes		75 000	75 000	75 000	75 000	75 000	75 000
D05	Outras despesas correntes		83 100	83 100	77 600	77 600	77 600	77 600

Despesa de capital

D06	Aquisição de bens de capital		5 085 630	5 085 630	1 966 440	1 352 790	954 800	1 112 810
D07	Transferência e subsídios de capital							
D071	Transferências de capital							
D0711	Administrações Públicas							
D07111	Administração Central - Estado Português							
D07112	Administração Central - Outras entidades							
D07113	Segurança Social							
D07114	Administração Regional							
D07115	Administração Local		31 000	31 000	25 010	11 200	10 000	10 000
D0712	Entidades do setor não lucrativo		308 706	308 706	250 020	250 020	250 020	250 020
D0713	Famílias		42 500	42 500	30 000	30 000	30 000	30 000
D0714	Outras							
D072	Subsídios de capital							
D08	Outras despesas de capital							

Despesa efetiva [4]	13 024 990	13 024 990	8 771 990	8 066 990	7 661 990	7 794 990
---------------------	------------	------------	-----------	-----------	-----------	-----------

Despesa não efetiva [5]

D09	Despesa com ativos financeiros							
D10	Despesa com passivos financeiros		260 010	260 010	315 010	340 010	345 010	200 010

Despesa total [6] = [4]+[5]		13 285 000	13 285 000	9 087 000	8 407 000	8 007 000	7 995 000
Saldo Total [3]-[6]		0					
Saldo Global [1]-[4]		-855 581	-855 581	314 970	339 970	344 970	199 970
Despesa primária		12 969 980	12 969 980	8 726 980	8 024 480	7 624 480	7 762 480
Saldo corrente		484 204	484 204	574 897	652 437	658 237	683 247
Saldo de capital		-1 339 795	-1 339 795	-259 937	-312 477	-313 277	-483 287
Saldo primário		-800 571	-800 571	359 980	382 480	382 480	232 480

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

.....

Município de Penela

RESUMO DO ORÇAMENTO PARA O ANO 2023

Receitas	Montante (€)		Despesas	Montante (€)	
Correntes	8 041 358		Correntes	7 557 154	
Capital	4 128 051		Capital	5 467 836	
Total:		12 169 409	Total:		13 024 990
Efetivas	12 169 409		Efetivas	13 024 990	
Não efetivas.....	1 115 591		Não efetivas.....	260 010	
Total:		13 285 000	Total:		13 285 000
Serviços Municipalizados		0	Serviços Municipalizados		0
Total Geral:		13 285 000	Total Geral:		13 285 000

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

.....

Resumo do orçamento por Capítulo para 2023

Receitas	Montante
01 Impostos directos	1 012 745
02 Impostos indirectos	
04 Taxas, multas e outras penalidades	59 460
05 Rendimentos da propriedade	606 835
06 Transferências correntes	5 867 643
07 Venda de bens e serviços correntes	449 210
08 Outras receitas correntes	45 465
Total das Receitas Correntes:	8 041 358
09 Venda de bens de investimento	193 515
10 Transferências de capital	3 934 506
13 Outras receitas de capital	20
15 Reposições não abatidas nos pagamentos	10
Total das Receitas de Capital:	4 128 051
Total das Receitas Efetivas:	12 169 409
11 Activos financeiros	20
12 Passivos financeiros	1 115 571
16 Saldo da gerência anterior	
17 Operações extra-orçamentais	
Total das Receitas não Efetivas:	1 115 591

Total das Receitas: 13 285 000

<p align="center">ORGÃO EXECUTIVO</p> <p>Em de de</p> <p>.....</p>

Despesas	Montante
01 Despesas com o pessoal	3 223 790
02 Aquisição de bens e serviços	2 941 399
03 Juros e outros encargos	55 010
04 Transferências correntes	1 178 855
05 Subsídios	75 000
06 Outras despesas correntes	83 100
Total das Despesas Correntes:	7 557 154
07 Aquisição de bens de capital	5 085 630
08 Transferências de capital	382 206
11 Outras despesas de capital	
Total das Despesas de Capital:	5 467 836
Total das Despesas Efetivas:	13 024 990
09 Activos financeiros	
10 Passivos financeiros	260 010
12 Operações extra-orçamentais	
17 Operações extra-orçamentais	
Total das Despesas Não Efetivas:	260 010

Total das Despesas: 13 285 000

<p align="center">ORGÃO DELIBERATIVO</p> <p>Em de de</p> <p>.....</p>
--

Município de Penela
Resumo da Despesa por Classificação Económica (2023)

Económica	Designação	Dotação
01	Despesas com o pessoal	3 223 790,00
0101	Remunerações certas e permanentes	2 510 630,00
010101	Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	97 100,00
010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	1 757 510,00
01010401	Pessoal em funções	1 630 000,00
01010402	Alterações obrigatórias posicionamento remuneratór	7 500,00
01010403	Alterações facultativas posicionamento remuneratór	10,00
01010404	Recrutamento pessoal para novos postos trabalho	120 000,00
010106	Pessoal contratado a termo	20,00
01010601	Pessoal em funções	10,00
01010604	Recrutamento pessoal para novos postos trabalho	10,00
010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	6 000,00
010108	Pessoal aguardando aposentação	4 000,00
010109	Pessoal em qualquer outra situação	90 500,00
010111	Representação	28 000,00
010113	Subsidio de refeição	186 000,00
010114	Subsídio de férias e de Natal	324 000,00
010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	17 500,00
0102	Abonos variáveis ou eventuais	52 160,00
010202	Horas extraordinárias	17 500,00
010204	Ajudas de custo	3 000,00
010205	Abono para falhas	2 150,00
010212	Indemnizações por cessação de funções	10,00
010213	Outros suplementos e prémios	28 500,00
01021301	Premios de desempenho	7 500,00
01021302	Outros	8 500,00
01021303	Senhas de Presença	12 500,00
010214	Outros abonos em numerário ou espécie	1 000,00
0103	Segurança social	661 000,00
010301	Encargos com a saúde	38 000,00
010302	Outros encargos com a saúde	12 500,00
010303	Subsídio familiar a criança e jovens	6 000,00
010304	Outras prestações familiares	1 000,00
010305	Contribuições para a segurança social	568 000,00
01030501	Assistência na doença funcionários públicos (ADSE)	12 000,00
01030502	Segurança social pessoal (RCTFP)	556 000,00
0103050201	Caixa Geral de Aposentações	261 000,00
0103050202	Segurança Social - Regime Geral	295 000,00
010309	Seguros	32 500,00
01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	32 500,00
010310	Outras despesas de segurança social	3 000,00
01031001	Eventualidade Maternidade, paternidade e adopção	1 000,00
01031099	Outras despesas de segurança social	2 000,00
02	Aquisição de bens e serviços	2 941 399,00
0201	Aquisição de bens	659 280,00
020101	Matérias-primas e subsidiárias	84 500,00
020102	Combustíveis e lubrificantes	214 500,00

Município de Penela
Resumo da Despesa por Classificação Económica (2023)

Económica	Designação	Dotação
02010201	Gasolina	4 000,00
02010202	Gasóleo	115 000,00
02010299	Outros	95 500,00
020104	Limpeza e higiene	30 010,00
020105	Alimentação - Refeições confeccionadas	30 000,00
020106	Alimentação - Géneros para confeccionar	124 000,00
020107	Vestuário e artigos pessoais	17 000,00
020108	Material de escritório	10 010,00
020112	Material de transporte-Peças	7 500,00
020114	Outro material-Peças	9 500,00
020115	Prémios, condecorações e ofertas	5 010,00
020116	Mercadorias para venda	7 500,00
02011603	Outras	7 500,00
020117	Ferramentas e utensílios	3 500,00
020118	Livros e documentação técnica	1 000,00
020119	Artigos honoríficos e de decoração	1 000,00
020120	Material de educação, cultura e recreio	13 000,00
020121	Outros bens	101 250,00
0202	Aquisição de serviços	2 282 119,00
020201	Encargos das instalações	253 000,00
020202	Limpeza e higiene	150,00
020203	Conservação de bens	114 000,00
020204	Locação de edifícios	19 350,00
020206	Locação de material de transporte	13 500,00
020208	Locação de outros bens	12 510,00
020209	Comunicações	70 010,00
020210	Transportes	143 900,00
020211	Representação dos serviços	250,00
020212	Seguros	97 000,00
020213	Deslocações e estadas	11 000,00
020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	128 860,00
020215	Formação	21 100,00
020217	Publicidade	10 000,00
020219	Assistência técnica	45 000,00
020220	Outros trabalhos especializados	412 340,00
020222	Serviços de saúde	10 000,00
020224	Encargos de cobrança de receitas	25 000,00
020225	Outros serviços	895 149,00
03	Juros e outros encargos	55 010,00
0301	Juros da dívida pública	40 010,00
030103	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	40 010,00
03010301	Empréstimos de curto prazo	10,00
03010302	Empréstimos de médio e longo prazos	40 000,00
0302	Outros encargos correntes da dívida pública	1 000,00
030201	Despesas diversas	1 000,00
0303	Juros de locação financeira	10 000,00
030305	Material de transporte	5 000,00

Município de Penela
Resumo da Despesa por Classificação Económica (2023)

Económica	Designação	Dotação
030307	Maquinaria e equipamento	5 000,00
0305	Outros juros	2 500,00
030502	Outros	2 500,00
03050202	Juros de mora	2 500,00
0306	Outros encargos financeiros	1 500,00
030601	Outros encargos financeiros	1 500,00
04	Transferências correntes	1 178 855,00
0401	Sociedades e quase sociedades não financeiras	3 010,00
040101	Públicas	10,00
04010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	10,00
040102	Privadas	3 000,00
0403	Administração central	10 010,00
040301	Estado	10 010,00
0405	Administração local	274 000,00
040501	Continente	274 000,00
04050101	Municípios	12 500,00
04050102	Freguesias	101 500,00
04050104	Associações de municípios	160 000,00
0407	Instituições sem fins lucrativos	788 835,00
040701	Instituições sem fins lucrativos	788 835,00
0408	Famílias	103 000,00
040802	Outras	103 000,00
04080201	Programas Ocupacionais	26 000,00
04080202	Outras	77 000,00
05	Subsídios	75 000,00
0508	Famílias	75 000,00
050803	Outras	75 000,00
06	Outras despesas correntes	83 100,00
0602	Diversas	83 100,00
060203	Outras	83 100,00
06020302	IVA pago	10,00
06020304	Serviços bancários	3 000,00
06020305	Outras	80 090,00
Total das Despesas Correntes:		7 557 154,00
07	Aquisição de bens de capital	5 085 630,00
0701	Investimentos	2 036 340,00
070101	Terrenos	10 550,00
070103	Edifícios	775 970,00
07010301	Instalações de serviços	610 040,00
07010302	Instalações desportivas e recreativas	82 500,00
07010303	Mercados e instalações de fiscalização sanitária	11 010,00
07010305	Escolas	42 410,00
07010307	Outros	30 010,00
070104	Construções diversas	473 520,00
07010405	Parques e jardins	10 000,00
07010406	Instalações desportivas e recreativas	46 500,00

Município de Penela
Resumo da Despesa por Classificação Económica (2023)

Económica	Designação	Dotação
07010409	Sinalização e trânsito	30 000,00
07010412	Cemitérios	7 500,00
07010413	Outros	379 520,00
070106	Material de transporte	487 920,00
07010602	Outro	487 920,00
070107	Equipamento de informática	22 000,00
070108	Software informático	27 400,00
070109	Equipamento administrativo	11 010,00
070110	Equipamento básico	223 970,00
07011002	Outro	223 970,00
070111	Ferramentas e utensílios	4 000,00
0702	Locação financeira	120 010,00
070205	Material de transporte	60 000,00
070207	Maquinaria e equipamento	60 000,00
070209	Outros investimentos	10,00
0703	Bens de domínio público	2 929 280,00
070303	Outras construções e infraestruturas	2 929 280,00
07030301	Viadutos, arruamentos e obras complementares	2 579 040,00
07030302	Sistemas de drenagem de águas residuais	25 000,00
07030304	Iluminação pública	32 500,00
07030305	Parques e jardins	1 500,00
07030307	Captação e distribuição de água	7 500,00
07030308	Viação rural	10 000,00
07030313	Outros	273 740,00
08	Transferências de capital	382 206,00
0805	Administração local	31 000,00
080501	Continente	31 000,00
08050102	Freguesias	10 000,00
08050104	Associações de municípios	21 000,00
0807	Instituições sem fins lucrativos	308 706,00
080701	Instituições sem fins lucrativos	308 706,00
0808	Famílias	42 500,00
080802	Outras	42 500,00
Total das Despesas de Capital:		5 467 836,00
Total das Despesas Efetivas:		13 024 990,00
10	Passivos financeiros	260 010,00
1005	Empréstimos a curto prazo	10,00
100503	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	10,00
1006	Empréstimos a médio e longo prazos	260 000,00
100603	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	260 000,00
Total das Despesas não efetivas:		260 010,00
Total do Orçamento da Despesa:		13 285 000,00

Município de Penela
Resumo da Despesa por Classificação Orgânica (2023)

Orgânica		Correntes	Capital	Efetivas	Não Efetivas	Total
0101	Assembleia Municipal	14 000,00	0,00	14 000,00	0,00	14 000,00
0102	Câmara Municipal	7 488 144,00	5 467 836,00	12 955 980,00	0,00	12 955 980,00
0103	Operações Financeiras	55 010,00	0,00	55 010,00	260 010,00	315 020,00
Total Geral:		7 557 154,00	5 467 836,00	13 024 990,00	260 010,00	13 285 000,00

Município de Penela

ORÇAMENTO PARA O ANO 2023 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
01	Impostos directos	
0102	Outros	
010202	Imposto municipal sobre imóveis	576 965
010203	Imposto único de circulação	144 045
010204	Imposto municipal sobre trans. onerosas imóveis	291 715
010207	Impostos abolidos	
01020799	Outros impostos abolidos	10
010299	Impostos directos diversos	10
Total do Capítulo Económico 01:		1 012 745
04	Taxas, multas e outras penalidades	
0401	Taxas	
040123	Taxas específicas das autarquias locais	
04012301	Mercados e feiras	6 045
04012302	Loteamentos e obras	20 275
04012303	Ocupação da via pública	645
04012308	Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)	1 000
04012399	Outras taxas específicas das autarquias locais	
0401239901	Taxa Depósito Ficha Técnica Habitação (TDFTH)	150
0401239902	Taxa pela emissão do certificado de registo	235
0401239903	Taxa de Gestão de Resíduos (TGR)	10
0401239999	Outras	4 860
0402	Multas e outras penalidades	
040201	Juros de mora	20 145
040202	Juros compensatórios	6 075
040204	Coimas e penalidades por contra-ordenações	10
040299	Multas e penalidades diversas	10
Total do Capítulo Económico 04:		59 460
05	Rendimentos da propriedade	
0502	Juros-Sociedades financeiras	
050201	Bancos e outras instituições financeiras	10
0507	Dividend.partic.lucros socied.quase-soc.nãofinanc.	
050702	Empresas públicas municipais e intermunicipais	10
050799	Outras	10
0509	Participações nos lucros de administ. públicas	
050999	Outras	10

Município de Penela

ORÇAMENTO PARA O ANO 2023 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
0510	Rendas	
051001	Terrenos	17 085
051099	Outros	
05109901	EDP	281 075
05109902	Águas Centro Litoral	97 905
05109903	Parques Eólicos	210 720
05109999	Outros	10
Total do Capítulo Económico 05:		606 835
06	Transferências correntes	
0601	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
060101	Públicas	
06010101	Empresas públicas	10
06010102	Empresas públicas municipais e intermunicipais	10
06010199	Outras	10
0602	Sociedades financeiras	
060201	Bancos e outras instituições financeiras	10
060202	Companhias de seguros e fundos de pensões	5 965
0603	Administração central	
060301	Estado	
06030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	3 745 688
06030102	Fundo Social Municipal	102 309
06030103	Participação fixa no IRS	219 283
06030106	Transferência de Competências - Lei 50/2018	
0603010601	Transferência de Competências - Educação	558 437
0603010602	Transferência de Competências - Saúde	150 944
0603010603	Transferência de Competências - Ação Social	25 133
06030107	Participação no IVA - Art. 26.º-A da Lei 73/2013	56 159
06030199	Outras	
0603019901	DGAI - Direcção Geral Administração Interna	490
0603019902	Instituto Emprego e Formação Profissional	15 890
0603019903	Fundo Florestal Permanente	27 958
0603019904	DGESTE - Direcção Geral Estabelecimentos Escolares	122 390
0603019905	Instituto Português de Museus/RPM	10
0603019906	Fundo Emergência Municipal	10
0603019907	Fundo Ambiental	198 675

Município de Penela

ORÇAMENTO PARA O ANO 2023 - Receita

Código	Designação	Montante
<small>Class. Económica</small>		€
0603019908	IMT - Instituto Mobilidade Transportes	10
0603019909	Corredores do Património Natural	11 942
0603019910	Fundo Eficiência Energética	10
0603019911	CIUS-Centro Inov. Ungulados Silvestres Serra Lousã	61 615
0603019913	Instituto Habitação	19 065
0603019999	Diversas	10
060306	Estado-Particip.comunit.projectos co-financiados	
06030601	F.E.D.E.R.	
0603060101	Provere Aldeias do Xisto	10
0603060102	Provere Inature	150
0603060103	Sust Forest Plus	21 505
0603060104	Caça e Pesca Sem Morte	26 670
0603060105	Marcos Históricos Romanização	99 000
0603060106	Natal em Família	90 040
0603060107	Do Xisto à Chanfana vai um Mundo	57 660
0603060199	Outros	10
06030602	F.S.E. - Fundo Social Europeu	
0603060201	PEPAL	10
0603060202	Erasmus	10
0603060203	Planos Inovadores Combate Insucesso Escolar	140 880
0603060204	Cadastro Simplificado do Território	17 915
0603060299	Outros	10
06030603	F.E.A.D.E.R - Fundo Europeu Agrícola Desenv. Rural	
0603060301	Estabilização de Emergência	10
0603060302	Sistema Silvopastoril	725
0603060303	Rede Defesa Floresta Contra Incêndios	67 635
0603060399	Outras	10
06030604	F.C. - Fundo Coesão	
0603060401	PEN ECO	365
0603060499	Outras	10
06030605	PRR - Plano de Recuperação e Resiliência	
0603060599	Outras	10
06030699	Outras	11 045
060307	Serviços e fundos autónomos	
06030701	Transferência de Competências - Lei 50/2018	10

Município de Penela

ORÇAMENTO PARA O ANO 2023 - Receita

Código	Designação	Montante €
Class. Económica		
06030799	Serviços e fundos autónomos - Outros	10
0605	Administração local	
060501	Continente	
06050101	Municípios	10
06050102	Freguesias	10
06050104	Associações de municípios	10
06050199	Outros	10
0606	Segurança social	
060601	Sistemas de solidariedade e segurança social	11 850
0607	Instituições sem fins lucrativos	
060701	Instituições sem fins lucrativos	10
0608	Famílias	
060801	Famílias	10
Total do Capítulo Económico 06:		5 867 643
07	Venda de bens e serviços correntes	
0701	Venda de bens	
070102	Livros e documentação técnica	1 135
070103	Publicações e impressos	530
070105	Bens inutilizados	10
070106	Produtos agrícolas e pecuários	10
070108	Mercadorias	
07010899	Outras	1 685
070109	Matérias de consumo	10
070110	Desperdícios, resíduos e refugos	
07011001	Sucata	10
07011099	Outros	10
070111	Produtos acabados e intermédios	
07011102	Água	43 060
07011103	Electricidade	205
07011199	Outros	10
070199	Outros	10
0702	Serviços	
070201	Aluguer de espaços e equipamentos	1 750
070203	Vistorias e ensaios	440
070208	Serv.sociais,recreativos,culturais e de desporto	

Município de Penela

ORÇAMENTO PARA O ANO 2023 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
07020801	Serviços sociais	
0702080101	Actividades Animação Apoio Família	36 175
0702080102	Refeições Escolares em Cantinas	46 460
0702080103	Desc. Comp. Educação (2º e 3º Ciclo)	100 000
0702080199	Outras	10
07020802	Serviços recreativos	
0702080201	Turismo Sénior	10
0702080299	Outros	10
07020803	Serviços culturais	
0702080301	Turismo Sénior	10
0702080399	Outros	8 535
07020804	Serviços desportivos	10
070209	Serviços específicos das autarquias	
07020901	Saneamento	4 790
07020902	Resíduos sólidos	8 040
07020903	Transportes colectivos de pessoas e mercadorias	
0702090302	Transportes Escolares	10
0702090303	Transportes de pessoas e mercadorias	10
0702090399	Outros	10
07020904	Trabalhos por conta de particulares	3 020
07020905	Cemitérios	3 340
07020906	Mercados e feiras	10
07020908	Parques de campismo	10
07020999	Outros	9 465
070299	Outros	
07029902	Encargos de cobrança de receitas	10
07029999	Outros	920
0703	Rendas	
070301	Habitações	25 725
070302	Edifícios	153 745
070399	Outras	10
Total do Capítulo Económico 07:		449 210
08	Outras receitas correntes	
0801	Outras	
080199	Outras	

Município de Penela

ORÇAMENTO PARA O ANO 2023 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
08019901	Indemniz.por deterior,roubo extravio bens patrim.	10
08019902	Indem.estrag.prov.outrém viat.outr.equip.aut.local	10
08019903	IVA reembolsado	44 540
08019999	Diversas	895
0802	Subsidios	
080209	Segurança social	10
Total do Capítulo Económico 08:		45 465
Total das Receitas Correntes:		8 041 358
09	Venda de bens de investimento	
0901	Terrenos	
090101	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	192 545
090110	Famílias	800
0903	Edifícios	
090301	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	10
090310	Famílias	10
0904	Outros bens de investimento	
090401	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
09040101	Equipamento de transporte	10
09040102	Maquinaria e equipamento	10
09040103	Outros	10
090402	Sociedades financeiras	
09040201	Equipamento de transporte	10
09040202	Maquinaria e equipamento	10
09040203	Outros	10
090406	Admin.Pública-Admin.local-Continente	
09040601	Equipamento de transporte	10
09040602	Maquinaria e equipamento	10
09040603	Outros	10
090409	Instituições sem fins lucrativos	
09040901	Equipamento de transporte	10
09040902	Maquinaria e equipamento	10
09040903	Outros	10
090410	Famílias	
09041001	Equipamento de transporte	10
09041002	Maquinaria e equipamento	10

Município de Penela

ORÇAMENTO PARA O ANO 2023 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
09041003	Outros	10
Total do Capítulo Económico 09:		193 515
10	Transferências de capital	
1003	Administração central	
100301	Estado	
10030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	416 187
10030105	Art. 35.º , n.º 3 da Lei n.º 73/2013	503 026
10030106	Transferência de Competências - Lei 50/2018	
1003010601	Transferência de Competências - Educação	10
1003010602	Transferência de Competências - Saúde	10
1003010603	Transferência de Competências - Ação Social	10
1003010699	Transferência de Competências - Outras	10
10030199	Outras	
1003019901	Fundo Emergência Municipal	10
1003019902	Fundo Ambiental	28 000
1003019903	Fundo Eficiência Energética	10
1003019904	Aldeias.Com - Casa do Rebanho	47 430
1003019905	CIUS-Centro Inov. Ungulados Silvestres Serra Lousã	44 725
1003019906	Penela Wifi	10
1003019907	Reposição Infraestruturas Equipamentos - Leslie	10
1003019908	Instituto Português de Museus/RPM	2 070
1003019909	Remodelação Edifício Paços Concelho	10
1003019999	Outras	10
100307	Estado-Particip.comunitária project.co-financiados	
10030701	FEDER	
1003070101	Recuperação Infraestruturas Básicas	14 140
1003070102	Programa de Mobilidade Urbana Multimodal	1 176 705
1003070103	Centros Escolares	18 060
1003070104	Loteamento Industrial Louriceira	55 885
1003070105	Casa de Saberes e do Território	398 020
1003070106	Residência das Indústrias Criativas	21 215
1003070107	Arranjos Exteriores Envolventes Castelo Penela	110 010
1003070108	Piscina Municipal	101 000
1003070109	Modernização Administrativa	4 090
1003070112	Provere inature	2 825

Município de Penela

ORÇAMENTO PARA O ANO 2023 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
1003070113	HIESE-Habitat Inovação Empr. Sectores Estratégicos	327 900
1003070114	Espaço Natural Louçainha	104 130
1003070115	Centro Municipal Proteção Civil	1 585
1003070120	Natal em Família	9 963
1003070121	Do Xisto à Chanfana vai um Mundo	14 920
1003070199	Outros	10
10030702	F.S.E. - Fundo Social Europeu	
1003070201	Planos Inovadores Combate Insucesso Escolar	21 505
1003070202	Cadastro Simplificado Território	8 125
1003070299	Outros	10
10030703	F.E.A.D.E.R - Fundo Europeu Agrícola Desenv. Rural	
1003070301	Rede Viária Florestal	10
1003070302	Estabilização Emergência	10
1003070303	Beneficiação Regadios	64 320
1003070304	Rede Aldeias Calcário	14 650
1003070305	Rede Defesa Floresta Contra Incêndios	8 675
1003070306	Modernização e Valorização do Mercado de Penela	46 945
1003070399	Outros	10
10030704	F.C. - Fundo Coesão	
1003070401	Elaboração Cadastro Infraestruturas Sistemas Baixa	3 310
1003070402	Redes de Drenagem Águas Residuais	10
1003070403	Redes de Abastecimento de Água	21 435
1003070404	PEN ECO	7 940
1003070405	Promoção Eficiência Energética Transportes Público	329 025
1003070499	Outros	10
10030705	PRR - Plano de Recuperação e Resiliência	
1003070501	Remodelação Edifício Câmara Municipal	6 000
1003070502	Eficiência Energética nos Equipamentos de Saúde	10
1003070599	Outros	10
10030799	Outros	420
100308	Serviços e fundos autónomos	
10030801	Transferência de Competências - Lei 50/2018	10
10030899	Serviços e fundos autónomos - Outros	10
1005	Administração local	
100501	Continente	

Município de Penela

ORÇAMENTO PARA O ANO 2023 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
10050101	Municípios	10
10050102	Freguesias	10
10050104	Associações de municípios	10
10050199	Outros	10
1007	Instituições sem fins lucrativos	
100701	Instituições sem fins lucrativos	10
1008	Famílias	
100801	Famílias	10
Total do Capítulo Económico 10:		3 934 506
13	Outras receitas de capital	
1301	Outras	
130101	Indemnizações	10
130199	Outras	10
Total do Capítulo Económico 13:		20
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	
1501	Reposições não abatidas nos pagamentos	
150101	Reposições não abatidas nos pagamentos	10
Total do Capítulo Económico 15:		10
Total das Receitas de Capital:		4 128 051
11	Activos financeiros	
1108	Acções e outras participações	
110801	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	10
1110	Alienação de partes sociais de empresas	10
Total do Capítulo Económico 11:		20
12	Passivos financeiros	
1205	Empréstimos a curto prazo	
120502	Sociedades financeiras	10
1206	Empréstimos a médio e longo prazos	

Município de Penela

ORÇAMENTO PARA O ANO 2023 - Receita

Código	Designação	Montante
<small>Class. Económica</small>		€
120602	Sociedades financeiras	1 115 561
	Total do Capítulo Económico 12:	1 115 571
	Total das Receitas não Efetivas:	1 115 591
Total das Receitas Correntes:		8 041 358
Total das Receitas de Capital:		4 128 051
Total das Receitas Efetivas:		12 169 409
Total das Receitas Não Efetivas:		1 115 591
Total do Orçamento da Receita:		13 285 000

Município de Penela

ORÇAMENTO PARA O ANO 2023 - Despesa

Código	Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica		
01	Administração Autárquica	
0101	Assembleia Municipal	
0101 01	Despesas com o pessoal	
0101 0102	Abonos variáveis ou eventuais	
0101 010204	Ajudas de custo	500
0101 010213	Outros suplementos e prémios	
0101 01021303	Senhas de Presença	9 000
	Total do Capítulo Económico 01:	9 500
0101 02	Aquisição de bens e serviços	
0101 0201	Aquisição de bens	
0101 020108	Material de escritório	250
0101 020121	Outros bens	250
0101 0202	Aquisição de serviços	
0101 020213	Deslocações e estadas	1 000
0101 020225	Outros serviços	3 000
	Total do Capítulo Económico 02:	4 500
	Total das Despesas Correntes Orgânica 0101:	14 000
	Total da Divisão Orgânica 0101:	14 000
0102	Câmara Municipal	
0102 01	Despesas com o pessoal	
0102 0101	Remunerações certas e permanentes	
0102 010101	Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	97 100
0102 010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	
0102 01010401	Pessoal em funções	1 630 000
0102 01010402	Alterações obrigatórias posicionamento remuneratór	7 500
0102 01010403	Alterações facultativas posicionamento remuneratór	10
0102 01010404	Recrutamento pessoal para novos postos trabalho	120 000
0102 010106	Pessoal contratado a termo	
0102 01010601	Pessoal em funções	10
0102 01010604	Recrutamento pessoal para novos postos trabalho	10
0102 010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	6 000
0102 010108	Pessoal aguardando aposentação	4 000
0102 010109	Pessoal em qualquer outra situação	90 500
0102 010111	Representação	28 000
0102 010113	Subsidio de refeição	186 000

Município de Penela

ORÇAMENTO PARA O ANO 2023 - Despesa

Código	Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica		
0102 010114	Subsídio de férias e de Natal	324 000
0102 010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	17 500
0102 0102	Abonos variáveis ou eventuais	
0102 010202	Horas extraordinárias	17 500
0102 010204	Ajudas de custo	2 500
0102 010205	Abono para falhas	2 150
0102 010212	Indemnizações por cessação de funções	10
0102 010213	Outros suplementos e prémios	
0102 01021301	Premios de desempenho	7 500
0102 01021302	Outros	8 500
0102 01021303	Senhas de Presença	3 500
0102 010214	Outros abonos em numerário ou espécie	1 000
0102 0103	Segurança social	
0102 010301	Encargos com a saúde	38 000
0102 010302	Outros encargos com a saúde	12 500
0102 010303	Subsídio familiar a criança e jovens	6 000
0102 010304	Outras prestações familiares	1 000
0102 010305	Contribuições para a segurança social	
0102 01030501	Assistência na doença funcionários públicos (ADSE)	12 000
0102 01030502	Segurança social pessoal (RCTFP)	
0102 0103050201	Caixa Geral de Aposentações	261 000
0102 0103050202	Segurança Social - Regime Geral	295 000
0102 010309	Seguros	
0102 01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	32 500
0102 010310	Outras despesas de segurança social	
0102 01031001	Eventualidade Maternidade, paternidade e adopção	1 000
0102 01031099	Outras despesas de segurança social	2 000
Total do Capítulo Económico 01:		3 214 290
0102 02	Aquisição de bens e serviços	
0102 0201	Aquisição de bens	
0102 020101	Matérias-primas e subsidiárias	84 500
0102 020102	Combustíveis e lubrificantes	
0102 02010201	Gasolina	4 000
0102 02010202	Gasóleo	115 000
0102 02010299	Outros	95 500

Município de Penela

ORÇAMENTO PARA O ANO 2023 - Despesa

Código	Designação	Montante
<small>Class. Orgânica/Económica</small>		€
0102 020104	Limpeza e higiene	30 010
0102 020105	Alimentação - Refeições confeccionadas	30 000
0102 020106	Alimentação - Géneros para confeccionar	124 000
0102 020107	Vestuário e artigos pessoais	17 000
0102 020108	Material de escritório	9 760
0102 020112	Material de transporte-Peças	7 500
0102 020114	Outro material-Peças	9 500
0102 020115	Prémios, condecorações e ofertas	5 010
0102 020116	Mercadorias para venda	
0102 02011603	Outras	7 500
0102 020117	Ferramentas e utensílios	3 500
0102 020118	Livros e documentação técnica	1 000
0102 020119	Artigos honoríficos e de decoração	1 000
0102 020120	Material de educação, cultura e recreio	13 000
0102 020121	Outros bens	101 000
0102 0202	Aquisição de serviços	
0102 020201	Encargos das instalações	253 000
0102 020202	Limpeza e higiene	150
0102 020203	Conservação de bens	114 000
0102 020204	Locação de edifícios	19 350
0102 020206	Locação de material de transporte	13 500
0102 020208	Locação de outros bens	12 510
0102 020209	Comunicações	70 010
0102 020210	Transportes	143 900
0102 020211	Representação dos serviços	250
0102 020212	Seguros	97 000
0102 020213	Deslocações e estadas	10 000
0102 020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	128 860
0102 020215	Formação	21 100
0102 020217	Publicidade	10 000
0102 020219	Assistência técnica	45 000
0102 020220	Outros trabalhos especializados	412 340
0102 020222	Serviços de saúde	10 000
0102 020224	Encargos de cobrança de receitas	25 000

Município de Penela

ORÇAMENTO PARA O ANO 2023 - Despesa

Código		Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica			€
0102	020225	Outros serviços	892 149
Total do Capítulo Económico 02:			2 936 899
0102	04	Transferências correntes	
0102	0401	Sociedades e quase sociedades não financeiras	
0102	040101	Públicas	
0102	04010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	10
0102	040102	Privadas	3 000
0102	0403	Administração central	
0102	040301	Estado	10 010
0102	0405	Administração local	
0102	040501	Continente	
0102	04050101	Municípios	12 500
0102	04050102	Freguesias	101 500
0102	04050104	Associações de municípios	160 000
0102	0407	Instituições sem fins lucrativos	
0102	040701	Instituições sem fins lucrativos	788 835
0102	0408	Famílias	
0102	040802	Outras	
0102	04080201	Programas Ocupacionais	26 000
0102	04080202	Outras	77 000
Total do Capítulo Económico 04:			1 178 855
0102	05	Subsídios	
0102	0508	Famílias	
0102	050803	Outras	75 000
Total do Capítulo Económico 05:			75 000
0102	06	Outras despesas correntes	
0102	0602	Diversas	
0102	060203	Outras	
0102	06020302	IVA pago	10
0102	06020304	Serviços bancários	3 000
0102	06020305	Outras	80 090
Total do Capítulo Económico 06:			83 100
Total das Despesas Correntes Orgânica 0102:			7 488 144
0102	07	Aquisição de bens de capital	
0102	0701	Investimentos	

Município de Penela

ORÇAMENTO PARA O ANO 2023 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
0102	070101	Terrenos	10 550
0102	070103	Edifícios	
0102	07010301	Instalações de serviços	610 040
0102	07010302	Instalações desportivas e recreativas	82 500
0102	07010303	Mercados e instalações de fiscalização sanitária	11 010
0102	07010305	Escolas	42 410
0102	07010307	Outros	30 010
0102	070104	Construções diversas	
0102	07010405	Parques e jardins	10 000
0102	07010406	Instalações desportivas e recreativas	46 500
0102	07010409	Sinalização e trânsito	30 000
0102	07010412	Cemitérios	7 500
0102	07010413	Outros	379 520
0102	070106	Material de transporte	
0102	07010602	Outro	487 920
0102	070107	Equipamento de informática	22 000
0102	070108	Software informático	27 400
0102	070109	Equipamento administrativo	11 010
0102	070110	Equipamento básico	
0102	07011002	Outro	223 970
0102	070111	Ferramentas e utensílios	4 000
0102	0702	Locação financeira	
0102	070205	Material de transporte	60 000
0102	070207	Maquinaria e equipamento	60 000
0102	070209	Outros investimentos	10
0102	0703	Bens de domínio público	
0102	070303	Outras construções e infraestruturas	
0102	07030301	Viadutos, arruamentos e obras complementares	2 579 040
0102	07030302	Sistemas de drenagem de águas residuais	25 000
0102	07030304	Iluminação pública	32 500
0102	07030305	Parques e jardins	1 500
0102	07030307	Captação e distribuição de água	7 500
0102	07030308	Viação rural	10 000
0102	07030313	Outros	273 740
Total do Capítulo Económico 07:			5 085 630

Município de Penela

ORÇAMENTO PARA O ANO 2023 - Despesa

Código	Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica		
0102 08	Transferências de capital	
0102 0805	Administração local	
0102 080501	Continente	
0102 08050102	Freguesias	10 000
0102 08050104	Associações de municípios	21 000
0102 0807	Instituições sem fins lucrativos	
0102 080701	Instituições sem fins lucrativos	308 706
0102 0808	Famílias	
0102 080802	Outras	42 500
Total do Capítulo Económico 08:		382 206
Total das Despesas de Capital Orgânica 0102:		5 467 836
Total da Divisão Orgânica 0102:		12 955 980
0103	Operações Financeiras	
0103 03	Juros e outros encargos	
0103 0301	Juros da dívida pública	
0103 030103	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	
0103 03010301	Empréstimos de curto prazo	10
0103 03010302	Empréstimos de médio e longo prazos	40 000
0103 0302	Outros encargos correntes da dívida pública	
0103 030201	Despesas diversas	1 000
0103 0303	Juros de locação financeira	
0103 030305	Material de transporte	5 000
0103 030307	Maquinaria e equipamento	5 000
0103 0305	Outros juros	
0103 030502	Outros	
0103 03050202	Juros de mora	2 500
0103 0306	Outros encargos financeiros	
0103 030601	Outros encargos financeiros	1 500
Total do Capítulo Económico 03:		55 010
Total das Despesas Correntes Orgânica 0103:		55 010
0103 10	Passivos financeiros	
0103 1005	Empréstimos a curto prazo	
0103 100503	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	10
0103 1006	Empréstimos a médio e longo prazos	

Município de Penela

ORÇAMENTO PARA O ANO 2023 - Despesa

Código		Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica			
0103	100603	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	260 000
Total do Capítulo Económico 10:			260 010
Total das Despesas não Efetivas Orgânica 0103:			260 010
Total da Divisão Orgânica 0103:			315 020
Total do Capítulo Orgânico 01:			13 285 000
Total das Despesas Correntes:			7 557 154
Total das Despesas de Capital:			5 467 836
Total das Despesas Efetivas:			13 024 990
Total das Despesas Não Efetivas:			260 010
Total do Orçamento da Despesa:			13 285 000

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

.....

Município de Penela

ORÇAMENTO INICIAL PARA O ANO 2023

Orgânica	Económica	Designação	Valor Extra-Plano	Valor em Plano	Total
01		Administração Autárquica	4 595 259,00	8 689 741,00	13 285 000,00
0101		Assembleia Municipal	14 000,00	0,00	14 000,00
0101		DESPESAS CORRENTES	14 000,00	0,00	14 000,00
0101	01	Despesas com o pessoal	9 500,00	0,00	9 500,00
0101	0102	Abonos variáveis ou eventuais	9 500,00	0,00	9 500,00
0101	010204	Ajudas de custo	500,00	0,00	500,00
0101	010213	Outros suplementos e prémios	9 000,00	0,00	9 000,00
0101	01021303	Senhas de Presença	9 000,00	0,00	9 000,00
0101	02	Aquisição de bens e serviços	4 500,00	0,00	4 500,00
0101	0201	Aquisição de bens	500,00	0,00	500,00
0101	020108	Material de escritório	250,00	0,00	250,00
0101	020121	Outros bens	250,00	0,00	250,00
0101	0202	Aquisição de serviços	4 000,00	0,00	4 000,00
0101	020213	Deslocações e estadas	1 000,00	0,00	1 000,00
0101	020225	Outros serviços	3 000,00	0,00	3 000,00
0102		Câmara Municipal	4 276 239,00	8 679 741,00	12 955 980,00
0102		DESPESAS CORRENTES	4 276 239,00	3 211 905,00	7 488 144,00
0102	01	Despesas com o pessoal	3 214 290,00	0,00	3 214 290,00
0102	0101	Remunerações certas e permanentes	2 510 630,00	0,00	2 510 630,00
0102	010101	Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	97 100,00	0,00	97 100,00
0102	010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	1 757 510,00	0,00	1 757 510,00
0102	01010401	Pessoal em funções	1 630 000,00	0,00	1 630 000,00
0102	01010402	Alterações obrigatórias posicionamento remuneratór	7 500,00	0,00	7 500,00
0102	01010403	Alterações facultativas posicionamento remuneratór	10,00	0,00	10,00
0102	01010404	Recrutamento pessoal para novos postos trabalho	120 000,00	0,00	120 000,00
0102	010106	Pessoal contratado a termo	20,00	0,00	20,00
0102	01010601	Pessoal em funções	10,00	0,00	10,00
0102	01010604	Recrutamento pessoal para novos postos trabalho	10,00	0,00	10,00
0102	010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	6 000,00	0,00	6 000,00
0102	010108	Pessoal aguardando aposentação	4 000,00	0,00	4 000,00
0102	010109	Pessoal em qualquer outra situação	90 500,00	0,00	90 500,00
0102	010111	Representação	28 000,00	0,00	28 000,00
0102	010113	Subsidio de refeição	186 000,00	0,00	186 000,00
0102	010114	Subsídio de férias e de Natal	324 000,00	0,00	324 000,00
0102	010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	17 500,00	0,00	17 500,00
0102	0102	Abonos variáveis ou eventuais	42 660,00	0,00	42 660,00
0102	010202	Horas extraordinárias	17 500,00	0,00	17 500,00
0102	010204	Ajudas de custo	2 500,00	0,00	2 500,00
0102	010205	Abono para falhas	2 150,00	0,00	2 150,00
0102	010212	Indemnizações por cessação de funções	10,00	0,00	10,00
0102	010213	Outros suplementos e prémios	19 500,00	0,00	19 500,00
0102	01021301	Premios de desempenho	7 500,00	0,00	7 500,00
0102	01021302	Outros	8 500,00	0,00	8 500,00
0102	01021303	Senhas de Presença	3 500,00	0,00	3 500,00
0102	010214	Outros abonos em numerário ou espécie	1 000,00	0,00	1 000,00
0102	0103	Segurança social	661 000,00	0,00	661 000,00
0102	010301	Encargos com a saúde	38 000,00	0,00	38 000,00
0102	010302	Outros encargos com a saúde	12 500,00	0,00	12 500,00
0102	010303	Subsídio familiar a criança e jovens	6 000,00	0,00	6 000,00
0102	010304	Outras prestações familiares	1 000,00	0,00	1 000,00
0102	010305	Contribuições para a segurança social	568 000,00	0,00	568 000,00
0102	01030501	Assistência na doença funcionários públicos (ADSE)	12 000,00	0,00	12 000,00
0102	01030502	Segurança social pessoal (RCTFP)	556 000,00	0,00	556 000,00

Município de Penela

ORÇAMENTO INICIAL PARA O ANO 2023

Orgânica	Económica	Designação	Valor Extra-Plano	Valor em Plano	Total
0102	0103050201	Caixa Geral de Aposentações	261 000,00	0,00	261 000,00
0102	0103050202	Segurança Social - Regime Geral	295 000,00	0,00	295 000,00
0102	010309	Seguros	32 500,00	0,00	32 500,00
0102	01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	32 500,00	0,00	32 500,00
0102	010310	Outras despesas de segurança social	3 000,00	0,00	3 000,00
0102	01031001	Eventualidade Maternidade, paternidade e adopção	1 000,00	0,00	1 000,00
0102	01031099	Outras despesas de segurança social	2 000,00	0,00	2 000,00
0102	02	Aquisição de bens e serviços	1 017 929,00	1 918 970,00	2 936 899,00
0102	0201	Aquisição de bens	143 500,00	515 280,00	658 780,00
0102	020101	Matérias-primas e subsidiárias	0,00	84 500,00	84 500,00
0102	020102	Combustíveis e lubrificantes	118 000,00	96 500,00	214 500,00
0102	02010201	Gasolina	3 000,00	1 000,00	4 000,00
0102	02010202	Gasóleo	115 000,00	0,00	115 000,00
0102	02010299	Outros	0,00	95 500,00	95 500,00
0102	020104	Limpeza e higiene	0,00	30 010,00	30 010,00
0102	020105	Alimentação - Refeições confeccionadas	0,00	30 000,00	30 000,00
0102	020106	Alimentação - Géneros para confeccionar	0,00	124 000,00	124 000,00
0102	020107	Vestuário e artigos pessoais	0,00	17 000,00	17 000,00
0102	020108	Material de escritório	7 500,00	2 260,00	9 760,00
0102	020112	Material de transporte-Peças	0,00	7 500,00	7 500,00
0102	020114	Outro material-Peças	0,00	9 500,00	9 500,00
0102	020115	Prémios, condecorações e ofertas	5 000,00	10,00	5 010,00
0102	020116	Mercadorias para venda	7 500,00	0,00	7 500,00
0102	02011603	Outras	7 500,00	0,00	7 500,00
0102	020117	Ferramentas e utensílios	0,00	3 500,00	3 500,00
0102	020118	Livros e documentação técnica	1 000,00	0,00	1 000,00
0102	020119	Artigos honoríficos e de decoração	1 000,00	0,00	1 000,00
0102	020120	Material de educação, cultura e recreio	0,00	13 000,00	13 000,00
0102	020121	Outros bens	3 500,00	97 500,00	101 000,00
0102	0202	Aquisição de serviços	874 429,00	1 403 690,00	2 278 119,00
0102	020201	Encargos das instalações	200 000,00	53 000,00	253 000,00
0102	020202	Limpeza e higiene	0,00	150,00	150,00
0102	020203	Conservação de bens	0,00	114 000,00	114 000,00
0102	020204	Locação de edifícios	14 000,00	5 350,00	19 350,00
0102	020206	Locação de material de transporte	0,00	13 500,00	13 500,00
0102	020208	Locação de outros bens	10 000,00	2 510,00	12 510,00
0102	020209	Comunicações	60 000,00	10 010,00	70 010,00
0102	020210	Transportes	5 000,00	138 900,00	143 900,00
0102	020211	Representação dos serviços	250,00	0,00	250,00
0102	020212	Seguros	35 000,00	62 000,00	97 000,00
0102	020213	Deslocações e estadas	10 000,00	0,00	10 000,00
0102	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	125 000,00	3 860,00	128 860,00
0102	020215	Formação	0,00	21 100,00	21 100,00
0102	020217	Publicidade	10 000,00	0,00	10 000,00
0102	020219	Assistência técnica	45 000,00	0,00	45 000,00
0102	020220	Outros trabalhos especializados	80 000,00	332 340,00	412 340,00
0102	020222	Serviços de saúde	10 000,00	0,00	10 000,00
0102	020224	Encargos de cobrança de receitas	25 000,00	0,00	25 000,00
0102	020225	Outros serviços	245 179,00	646 970,00	892 149,00
0102	04	Transferências correntes	26 010,00	1 152 845,00	1 178 855,00
0102	0401	Sociedades e quase sociedades não financeiras	10,00	3 000,00	3 010,00
0102	040101	Públicas	10,00	0,00	10,00
0102	04010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	10,00	0,00	10,00

Município de Penela

ORÇAMENTO INICIAL PARA O ANO 2023

Orgânica	Económica	Designação	Valor Extra-Plano	Valor em Plano	Total
0102	040102	Privadas	0,00	3 000,00	3 000,00
0102	0403	Administração central	0,00	10 010,00	10 010,00
0102	040301	Estado	0,00	10 010,00	10 010,00
0102	0405	Administração local	0,00	274 000,00	274 000,00
0102	040501	Continente	0,00	274 000,00	274 000,00
0102	04050101	Municípios	0,00	12 500,00	12 500,00
0102	04050102	Freguesias	0,00	101 500,00	101 500,00
0102	04050104	Associações de municípios	0,00	160 000,00	160 000,00
0102	0407	Instituições sem fins lucrativos	0,00	788 835,00	788 835,00
0102	040701	Instituições sem fins lucrativos	0,00	788 835,00	788 835,00
0102	0408	Famílias	26 000,00	77 000,00	103 000,00
0102	040802	Outras	26 000,00	77 000,00	103 000,00
0102	04080201	Programas Ocupacionais	26 000,00	0,00	26 000,00
0102	04080202	Outras	0,00	77 000,00	77 000,00
0102	05	Subsídios	0,00	75 000,00	75 000,00
0102	0508	Famílias	0,00	75 000,00	75 000,00
0102	050803	Outras	0,00	75 000,00	75 000,00
0102	06	Outras despesas correntes	18 010,00	65 090,00	83 100,00
0102	0602	Diversas	18 010,00	65 090,00	83 100,00
0102	060203	Outras	18 010,00	65 090,00	83 100,00
0102	06020302	IVA pago	10,00	0,00	10,00
0102	06020304	Serviços bancários	3 000,00	0,00	3 000,00
0102	06020305	Outras	15 000,00	65 090,00	80 090,00
0102		DESPESAS DE CAPITAL	0,00	5 467 836,00	5 467 836,00
0102	07	Aquisição de bens de capital	0,00	5 085 630,00	5 085 630,00
0102	0701	Investimentos	0,00	2 036 340,00	2 036 340,00
0102	070101	Terrenos	0,00	10 550,00	10 550,00
0102	070103	Edifícios	0,00	775 970,00	775 970,00
0102	07010301	Instalações de serviços	0,00	610 040,00	610 040,00
0102	07010302	Instalações desportivas e recreativas	0,00	82 500,00	82 500,00
0102	07010303	Mercados e instalações de fiscalização sanitária	0,00	11 010,00	11 010,00
0102	07010305	Escolas	0,00	42 410,00	42 410,00
0102	07010307	Outros	0,00	30 010,00	30 010,00
0102	070104	Construções diversas	0,00	473 520,00	473 520,00
0102	07010405	Parques e jardins	0,00	10 000,00	10 000,00
0102	07010406	Instalações desportivas e recreativas	0,00	46 500,00	46 500,00
0102	07010409	Sinalização e trânsito	0,00	30 000,00	30 000,00
0102	07010412	Cemitérios	0,00	7 500,00	7 500,00
0102	07010413	Outros	0,00	379 520,00	379 520,00
0102	070106	Material de transporte	0,00	487 920,00	487 920,00
0102	07010602	Outro	0,00	487 920,00	487 920,00
0102	070107	Equipamento de informática	0,00	22 000,00	22 000,00
0102	070108	Software informático	0,00	27 400,00	27 400,00
0102	070109	Equipamento administrativo	0,00	11 010,00	11 010,00
0102	070110	Equipamento básico	0,00	223 970,00	223 970,00
0102	07011002	Outro	0,00	223 970,00	223 970,00
0102	070111	Ferramentas e utensílios	0,00	4 000,00	4 000,00
0102	0702	Locação financeira	0,00	120 010,00	120 010,00
0102	070205	Material de transporte	0,00	60 000,00	60 000,00
0102	070207	Maquinaria e equipamento	0,00	60 000,00	60 000,00
0102	070209	Outros investimentos	0,00	10,00	10,00
0102	0703	Bens de domínio público	0,00	2 929 280,00	2 929 280,00
0102	070303	Outras construções e infraestruturas	0,00	2 929 280,00	2 929 280,00

Município de Penela

ORÇAMENTO INICIAL PARA O ANO 2023

Orgânica	Económica	Designação	Valor Extra-Plano	Valor em Plano	Total
0102	07030301	Viadutos, arruamentos e obras complementares	0,00	2 579 040,00	2 579 040,00
0102	07030302	Sistemas de drenagem de águas residuais	0,00	25 000,00	25 000,00
0102	07030304	Iluminação pública	0,00	32 500,00	32 500,00
0102	07030305	Parques e jardins	0,00	1 500,00	1 500,00
0102	07030307	Captação e distribuição de água	0,00	7 500,00	7 500,00
0102	07030308	Viação rural	0,00	10 000,00	10 000,00
0102	07030313	Outros	0,00	273 740,00	273 740,00
0102	08	Transferências de capital	0,00	382 206,00	382 206,00
0102	0805	Administração local	0,00	31 000,00	31 000,00
0102	080501	Continente	0,00	31 000,00	31 000,00
0102	08050102	Freguesias	0,00	10 000,00	10 000,00
0102	08050104	Associações de municípios	0,00	21 000,00	21 000,00
0102	0807	Instituições sem fins lucrativos	0,00	308 706,00	308 706,00
0102	080701	Instituições sem fins lucrativos	0,00	308 706,00	308 706,00
0102	0808	Famílias	0,00	42 500,00	42 500,00
0102	080802	Outras	0,00	42 500,00	42 500,00
0103		Operações Financeiras	305 020,00	10 000,00	315 020,00
0103		DESPESAS CORRENTES	45 010,00	10 000,00	55 010,00
0103	03	Juros e outros encargos	45 010,00	10 000,00	55 010,00
0103	0301	Juros da dívida pública	40 010,00	0,00	40 010,00
0103	030103	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	40 010,00	0,00	40 010,00
0103	03010301	Empréstimos de curto prazo	10,00	0,00	10,00
0103	03010302	Empréstimos de médio e longo prazos	40 000,00	0,00	40 000,00
0103	0302	Outros encargos correntes da dívida pública	1 000,00	0,00	1 000,00
0103	030201	Despesas diversas	1 000,00	0,00	1 000,00
0103	0303	Juros de locação financeira	0,00	10 000,00	10 000,00
0103	030305	Material de transporte	0,00	5 000,00	5 000,00
0103	030307	Maquinaria e equipamento	0,00	5 000,00	5 000,00
0103	0305	Outros juros	2 500,00	0,00	2 500,00
0103	030502	Outros	2 500,00	0,00	2 500,00
0103	03050202	Juros de mora	2 500,00	0,00	2 500,00
0103	0306	Outros encargos financeiros	1 500,00	0,00	1 500,00
0103	030601	Outros encargos financeiros	1 500,00	0,00	1 500,00
0103		DESPESAS DE CAPITAL	260 010,00	0,00	260 010,00
0103	10	Passivos financeiros	260 010,00	0,00	260 010,00
0103	1005	Empréstimos a curto prazo	10,00	0,00	10,00
0103	100503	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	10,00	0,00	10,00
0103	1006	Empréstimos a médio e longo prazos	260 000,00	0,00	260 000,00
0103	100603	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	260 000,00	0,00	260 000,00
Total geral:			4 595 259,00	8 689 741,00	13 285 000,00

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

.....

Município de Penela

ORÇAMENTO PARA O ANO 2023 - Receita

Código	Designação	Montante €	Plano orçamental plurianual			
			2024	2025	2026	2027
01	Impostos directos					
0102	Outros					
010202	Imposto municipal sobre imóveis	576 965	576 965	576 965	576 965	576 965
010203	Imposto único de circulação	144 045	144 045	144 045	144 045	144 045
010204	Imposto municipal sobre trans. onerosas imóveis	291 715	291 715	291 715	291 715	291 715
010207	Impostos abolidos					
01020799	Outros impostos abolidos	10	10	10	10	10
010299	Impostos directos diversos	10	10	10	10	10
	Total do Capítulo Económico 01:	1 012 745	1 012 745	1 012 745	1 012 745	1 012 745
04	Taxas, multas e outras penalidades					
0401	Taxas					
040123	Taxas específicas das autarquias locais					
04012301	Mercados e feiras	6 045	3 480	3 480	3 480	3 480
04012302	Loteamentos e obras	20 275	20 240	20 240	20 240	20 240
04012303	Ocupação da via pública	645	645	645	645	645
04012308	Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000
04012399	Outras taxas específicas das autarquias locais					
0401239901	Taxa Depósito Ficha Técnica Habitação (TDFTH)	150	150	150	150	150
0401239902	Taxa pela emissão do certificado de registo	235	235	235	235	235
0401239903	Taxa de Gestão de Resíduos (TGR)	10	10	10	10	10
0401239999	Outras	4 860	4 795	4 795	4 795	4 795
0402	Multas e outras penalidades					

Município de Penela

ORÇAMENTO PARA O ANO 2023 - Receita

Código	Designação	Montante €	Plano orçamental plurianual			
			2024	2025	2026	2027
040201	Juros de mora	20 145	20 090	20 090	20 090	20 090
040202	Juros compensatórios	6 075	6 075	6 075	6 075	6 075
040204	Coimas e penalidades por contra-ordenações	10	10	10	10	10
040299	Multas e penalidades diversas	10	10	10	10	10
Total do Capítulo Económico 04:		59 460	56 740	56 740	56 740	56 740
05	Rendimentos da propriedade					
0502	Juros-Sociedades financeiras					
050201	Bancos e outras instituições financeiras	10	10	10	10	10
0507	Dividend.partic.lucros socied.quase-soc.nãofinanc.					
050702	Empresas públicas municipais e intermunicipais	10	10	10	10	10
050799	Outras	10	10	10	10	10
0509	Participações nos lucros de administ. públicas					
050999	Outras	10	10	10	10	10
0510	Rendas					
051001	Terrenos	17 085	17 085	17 085	17 085	17 085
051099	Outros					
05109901	EDP	281 075	281 100	281 100	281 090	281 090
05109902	Águas Centro Litoral	97 905	0	0	0	0
05109903	Parques Eólicos	210 720	210 720	210 720	210 720	210 720
05109999	Outros	10	10	10	10	10
Total do Capítulo Económico 05:		606 835	508 955	508 955	508 945	508 945

Município de Penela

ORÇAMENTO PARA O ANO 2023 - Receita

Código	Designação	Montante €	Plano orçamental plurianual			
			2024	2025	2026	2027
06	Transferências correntes					
0601	Sociedades e quase-sociedades não financeiras					
060101	Públicas					
06010101	Empresas públicas	10	10	10	10	10
06010102	Empresas públicas municipais e intermunicipais	10	10	10	10	10
06010199	Outras	10	10	10	10	10
0602	Sociedades financeiras					
060201	Bancos e outras instituições financeiras	10	10	10	10	10
060202	Companhias de seguros e fundos de pensões	5 965	5 965	5 965	5 965	5 965
0603	Administração central					
060301	Estado					
06030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	3 745 688	3 745 688	3 745 688	3 745 688	3 745 688
06030102	Fundo Social Municipal	102 309	102 309	102 309	102 309	102 309
06030103	Participação fixa no IRS	219 283	219 283	219 283	219 283	219 283
06030106	Transferência de Competências - Lei 50/2018					
0603010601	Transferência de Competências - Educação	558 437	558 437	558 437	558 437	558 437
0603010602	Transferência de Competências - Saúde	150 944	150 944	150 944	150 944	150 944
0603010603	Transferência de Competências - Ação Social	25 133	25 133	25 133	25 133	25 133
06030107	Participação no IVA - Art. 26.º-A da Lei 73/2013	56 159	56 159	56 159	56 159	56 159
06030199	Outras					
0603019901	DGAI - Direcção Geral Administração Interna	490	490	490	490	490
0603019902	Instituto Emprego e Formação Profissional	15 890	15 890	15 890	15 890	15 890

Município de Penela

ORÇAMENTO PARA O ANO 2023 - Receita

Código	Designação	Montante €	Plano orçamental plurianual			
			2024	2025	2026	2027
0603019903	Fundo Florestal Permanente	27 958	13 979	13 979	13 979	13 979
0603019904	DGESTE - Direcção Geral Estabelecimentos Escolares	122 390	122 390	122 390	122 390	122 390
0603019905	Instituto Português de Museus/RPM	10	0	0	0	0
0603019906	Fundo Emergência Municipal	10	0	0	0	0
0603019907	Fundo Ambiental	198 675	195 000	195 000	195 000	195 000
0603019908	IMT - Instituto Mobilidade Transportes	10	0	0	0	0
0603019909	Corredores do Património Natural	11 942	0	0	0	0
0603019910	Fundo Eficiência Energética	10	0	0	0	0
0603019911	CIUS-Centro Inov. Ungulados Silvestres Serra Lousã	61 615	0	0	0	0
0603019913	Instituto Habitação	19 065	0	0	0	0
0603019999	Diversas	10	0	0	0	0
060306	Estado-Particip.comunit.projectos co-financiados					
06030601	F.E.D.E.R.					
0603060101	Provere Aldeias do Xisto	10	0	0	0	0
0603060102	Provere Inature	150	0	0	0	0
0603060103	Sust Forest Plus	21 505	0	0	0	0
0603060104	Caça e Pesca Sem Morte	26 670	0	0	0	0
0603060105	Marcos Históricos Romanização	99 000	0	0	0	0
0603060106	Natal em Família	90 040	0	0	0	0
0603060107	Do Xisto à Chanfana vai um Mundo	57 660	0	0	0	0
0603060199	Outros	10	0	0	0	0
06030602	F.S.E. - Fundo Social Europeu					

Município de Penela

ORÇAMENTO PARA O ANO 2023 - Receita

Código	Designação	Montante €	Plano orçamental plurianual			
			2024	2025	2026	2027
0603060201	PEPAL	10	0	0	0	0
0603060202	Erasmus	10	0	0	0	0
0603060203	Planos Inovadores Combate Insucesso Escolar	140 880	0	0	0	0
0603060204	Cadastro Simplificado do Território	17 915	0	0	0	0
0603060299	Outros	10	0	0	0	0
06030603	F.E.A.D.E.R - Fundo Europeu Agrícola Desenv. Rural					
0603060301	Estabilização de Emergência	10	0	0	0	0
0603060302	Sistema Silvopastoril	725	0	0	0	0
0603060303	Rede Defesa Floresta Contra Incêndios	67 635	0	0	0	0
0603060399	Outras	10	0	0	0	0
06030604	F.C. - Fundo Coesão					
0603060401	PEN ECO	365	0	0	0	0
0603060499	Outras	10	0	0	0	0
06030605	PRR - Plano de Recuperação e Resiliência					
0603060599	Outras	10	0	0	0	0
06030699	Outras	11 045	0	0	0	0
060307	Serviços e fundos autónomos					
06030701	Transferência de Competências - Lei 50/2018	10	10	10	10	10
06030799	Serviços e fundos autónomos - Outros	10	10	10	10	10
0605	Administração local					
060501	Continente					
06050101	Municípios	10	10	10	10	10

Município de Penela

ORÇAMENTO PARA O ANO 2023 - Receita

Código	Designação	Montante €	Plano orçamental plurianual			
			2024	2025	2026	2027
06050102	Freguesias	10	10	10	10	10
06050104	Associações de municípios	10	10	10	10	10
06050199	Outros	10	10	10	10	10
0606	Segurança social					
060601	Sistemas de solidariedade e segurança social	11 850	11 850	11 850	11 850	11 850
0607	Instituições sem fins lucrativos					
060701	Instituições sem fins lucrativos	10	10	10	10	10
0608	Famílias					
060801	Famílias	10	10	10	10	10
Total do Capítulo Económico 06:		5 867 643	5 223 637	5 223 637	5 223 637	5 223 637
07	Venda de bens e serviços correntes					
0701	Venda de bens					
070102	Livros e documentação técnica	1 135	930	930	930	930
070103	Publicações e impressos	530	460	460	460	460
070105	Bens inutilizados	10	10	10	10	10
070106	Produtos agrícolas e pecuários	10	10	10	10	10
070108	Mercadorias					
07010899	Outras	1 685	1 615	1 615	1 615	1 615
070109	Matérias de consumo	10	10	10	10	10
070110	Desperdícios, resíduos e refugos					
07011001	Sucata	10	10	10	10	10
07011099	Outros	10	10	10	10	10

Município de Penela

ORÇAMENTO PARA O ANO 2023 - Receita

Código	Designação	Montante €	Plano orçamental plurianual			
			2024	2025	2026	2027
070111	Produtos acabados e intermédios					
07011102	Água	43 060	10	10	10	10
07011103	Electricidade	205	205	205	205	205
07011199	Outros	10	10	10	10	10
070199	Outros	10	10	10	10	10
0702	Serviços					
070201	Aluguer de espaços e equipamentos	1 750	1 245	1 245	1 245	1 245
070203	Vistorias e ensaios	440	440	440	440	440
070208	Serv.sociais,recreativos,culturais e de desporto					
07020801	Serviços sociais					
0702080101	Actividades Animação Apoio Família	36 175	19 940	19 940	19 940	19 940
0702080102	Refeições Escolares em Cantinas	46 460	26 580	26 580	26 580	26 580
0702080103	Desc. Comp. Educação (2º e 3º Ciclo)	100 000	100 000	100 000	100 000	100 000
0702080199	Outras	10	10	10	10	10
07020802	Serviços recreativos					
0702080201	Turismo Sénior	10	10	10	10	10
0702080299	Outros	10	10	10	10	10
07020803	Serviços culturais					
0702080301	Turismo Sénior	10	10	10	10	10
0702080399	Outros	8 535	8 535	8 535	8 535	8 535
07020804	Serviços desportivos	10	10	10	10	10
070209	Serviços específicos das autarquias					

Município de Penela

ORÇAMENTO PARA O ANO 2023 - Receita

Código	Designação	Montante €	Plano orçamental plurianual			
			2024	2025	2026	2027
07020901	Saneamento	4 790	10	10	10	10
07020902	Resíduos sólidos	8 040	10	10	10	10
07020903	Transportes colectivos de pessoas e mercadorias					
0702090302	Transportes Escolares	10	10	10	10	10
0702090303	Transportes de pessoas e mercadorias	10	10	10	10	10
0702090399	Outros	10	10	10	10	10
07020904	Trabalhos por conta de particulares	3 020	130	130	130	130
07020905	Cemitérios	3 340	3 280	3 280	3 280	3 280
07020906	Mercados e feiras	10	10	10	10	10
07020908	Parques de campismo	10	10	10	10	10
07020999	Outros	9 465	270	270	270	270
070299	Outros					
07029902	Encargos de cobrança de receitas	10	10	10	10	10
07029999	Outros	920	895	895	895	895
0703	Rendas					
070301	Habitações	25 725	16 370	16 370	16 370	16 370
070302	Edifícios	153 745	91 290	91 290	91 290	91 290
070399	Outras	10	10	10	10	10
	Total do Capítulo Económico 07:	449 210	272 405	272 405	272 405	272 405
08	Outras receitas correntes					
0801	Outras					
080199	Outras					

Município de Penela

ORÇAMENTO PARA O ANO 2023 - Receita

Código	Designação	Montante €	Plano orçamental plurianual			
			2024	2025	2026	2027
08019901	Indemniz.por deterior,roubo extravio bens patrim.	10	10	10	10	10
08019902	Indem.estrag.prov.outrém viat.outr.equip.aut.local	10	10	10	10	10
08019903	IVA reembolsado	44 540	10	10	10	10
08019999	Diversas	895	895	895	895	895
0802	Subsidios					
080209	Segurança social	10	10	10	10	10
Total do Capítulo Económico 08:		45 465	935	935	935	935
Total das Receitas Correntes:		8 041 358	7 075 417	7 075 417	7 075 407	7 075 407
09	Venda de bens de investimento					
0901	Terrenos					
090101	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	192 545	10	10	10	10
090110	Famílias	800	10	10	10	10
0903	Edifícios					
090301	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	10	10	10	10	10
090310	Famílias	10	10	10	10	10
0904	Outros bens de investimento					
090401	Sociedades e quase-sociedades não financeiras					
09040101	Equipamento de transporte	10	10	10	10	10
09040102	Maquinaria e equipamento	10	10	10	10	10
09040103	Outros	10	10	10	10	10
090402	Sociedades financeiras					
09040201	Equipamento de transporte	10	10	10	10	10

Município de Penela

ORÇAMENTO PARA O ANO 2023 - Receita

Código	Designação	Montante €	Plano orçamental plurianual			
			2024	2025	2026	2027
09040202	Maquinaria e equipamento	10	10	10	10	10
09040203	Outros	10	10	10	10	10
090406	Admin.Pública-Admin.local-Continente					
09040601	Equipamento de transporte	10	10	10	10	10
09040602	Maquinaria e equipamento	10	10	10	10	10
09040603	Outros	10	10	10	10	10
090409	Instituições sem fins lucrativos					
09040901	Equipamento de transporte	10	10	10	10	10
09040902	Maquinaria e equipamento	10	10	10	10	10
09040903	Outros	10	10	10	10	10
090410	Famílias					
09041001	Equipamento de transporte	10	10	10	10	10
09041002	Maquinaria e equipamento	10	10	10	10	10
09041003	Outros	10	10	10	10	10
Total do Capítulo Económico 09:		193 515	190	190	190	190
10	Transferências de capital					
1003	Administração central					
100301	Estado					
10030101	Fundo de Equilibrio Financeiro	416 187	416 187	416 187	416 187	416 187
10030105	Art. 35.º , n.º 3 da Lei n.º 73/2013	503 026	503 026	503 026	503 026	503 026
10030106	Transferência de Competências - Lei 50/2018					
1003010601	Transferência de Competências - Educação	10	10	10	10	10

Município de Penela

ORÇAMENTO PARA O ANO 2023 - Receita

Código	Designação	Montante €	Plano orçamental plurianual			
			2024	2025	2026	2027
1003010602	Transferência de Competências - Saúde	10	10	10	10	10
1003010603	Transferência de Competências - Ação Social	10	10	10	10	10
1003010699	Transferência de Competências - Outras	10	10	10	10	10
10030199	Outras					
1003019901	Fundo Emergência Municipal	10	0	0	0	0
1003019902	Fundo Ambiental	28 000	12 000	12 000	12 000	0
1003019903	Fundo Eficiência Energética	10	0	0	0	0
1003019904	Aldeias.Com - Casa do Rebanho	47 430	0	0	0	0
1003019905	CIUS-Centro Inov. Ungulados Silvestres Serra Lousã	44 725	0	0	0	0
1003019906	Penela Wifi	10	0	0	0	0
1003019907	Reposição Infraestruturas Equipamentos - Leslie	10	0	0	0	0
1003019908	Instituto Português de Museus/RPM	2 070	0	0	0	0
1003019909	Remodelação Edifício Paços Concelho	10	0	0	0	0
1003019999	Outras	10	0	0	0	0
100307	Estado-Particip.comunitária project.co-financiados					
10030701	FEDER					
1003070101	Recuperação Infraestruturas Básicas	14 140	0	0	0	0
1003070102	Programa de Mobilidade Urbana Multimodal	1 176 705	0	0	0	0
1003070103	Centros Escolares	18 060	0	0	0	0
1003070104	Loteamento Industrial Louriceira	55 885	0	0	0	0
1003070105	Casa de Saberes e do Território	398 020	0	0	0	0
1003070106	Residência das Indústrias Criativas	21 215	0	0	0	0

Município de Penela

ORÇAMENTO PARA O ANO 2023 - Receita

Código	Designação	Montante €	Plano orçamental plurianual			
			2024	2025	2026	2027
1003070107	Arranjos Exteriores Envolventes Castelo Penela	110 010	0	0	0	0
1003070108	Piscina Municipal	101 000	0	0	0	0
1003070109	Modernização Administrativa	4 090	0	0	0	0
1003070112	Provere inature	2 825	0	0	0	0
1003070113	HIESE-Habitat Inovação Empr. Sectores Estratégicos	327 900	0	0	0	0
1003070114	Espaço Natural Louçainha	104 130	0	0	0	0
1003070115	Centro Municipal Proteção Civil	1 585	0	0	0	0
1003070120	Natal em Família	9 963	0	0	0	0
1003070121	Do Xisto à Chanfana vai um Mundo	14 920	0	0	0	0
1003070199	Outros	10	0	0	0	0
10030702	F.S.E. - Fundo Social Europeu					
1003070201	Planos Inovadores Combate Insucesso Escolar	21 505	0	0	0	0
1003070202	Cadastro Simplificado Território	8 125	0	0	0	0
1003070299	Outros	10	0	0	0	0
10030703	F.E.A.D.E.R - Fundo Europeu Agrícola Desenv. Rural					
1003070301	Rede Viária Florestal	10	0	0	0	0
1003070302	Estabilização Emergência	10	0	0	0	0
1003070303	Beneficiação Regadios	64 320	0	0	0	0
1003070304	Rede Aldeias Calcário	14 650	0	0	0	0
1003070305	Rede Defesa Floresta Contra Incêndios	8 675	0	0	0	0
1003070306	Modernização e Valorização do Mercado de Penela	46 945	0	0	0	0
1003070399	Outros	10	0	0	0	0

Município de Penela

ORÇAMENTO PARA O ANO 2023 - Receita

Código	Designação	Montante €	Plano orçamental plurianual			
			2024	2025	2026	2027
10030704	F.C. - Fundo Coesão					
1003070401	Elaboração Cadastro Infraestruturas Sistemas Baixa	3 310	0	0	0	0
1003070402	Redes de Drenagem Águas Residuais	10	0	0	0	0
1003070403	Redes de Abastecimento de Água	21 435	0	0	0	0
1003070404	PEN ECO	7 940	0	0	0	0
1003070405	Promoção Eficiência Energética Transportes Público	329 025	0	0	0	0
1003070499	Outros	10	0	0	0	0
10030705	PRR - Plano de Recuperação e Resiliência					
1003070501	Remodelação Edifício Câmara Municipal	6 000	0	0	0	0
1003070502	Eficiência Energética nos Equipamentos de Saúde	10	0	0	0	0
1003070599	Outros	10	0	0	0	0
10030799	Outros	420	0	0	0	0
100308	Serviços e fundos autónomos					
10030801	Transferência de Competências - Lei 50/2018	10	10	10	10	10
10030899	Serviços e fundos autónomos - Outros	10	10	10	10	10
1005	Administração local					
100501	Continente					
10050101	Municípios	10	10	10	10	10
10050102	Freguesias	10	10	10	10	10
10050104	Associações de municípios	10	10	10	10	10
10050199	Outros	10	10	10	10	10
1007	Instituições sem fins lucrativos					

Município de Penela

ORÇAMENTO PARA O ANO 2023 - Receita

Código	Designação	Montante €	Plano orçamental plurianual			
			2024	2025	2026	2027
100701	Instituições sem fins lucrativos	10	10	10	10	10
1008	Famílias					
100801	Famílias	10	10	10	10	10
	Total do Capítulo Económico 10:	3 934 506	931 333	931 333	931 333	919 333
13	Outras receitas de capital					
1301	Outras					
130101	Indemnizações	10	10	10	10	10
130199	Outras	10	1 080 000	400 000	10	10
	Total do Capítulo Económico 13:	20	1 080 010	400 010	20	20
15	Reposições não abatidas nos pagamentos					
1501	Reposições não abatidas nos pagamentos					
150101	Reposições não abatidas nos pagamentos	10	10	10	10	10
	Total do Capítulo Económico 15:	10	10	10	10	10
	Total das Receitas de Capital:	4 128 051	2 011 543	1 331 543	931 553	919 553
11	Activos financeiros					
1108	Acções e outras participações					
110801	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	10	10	10	10	10
1110	Alienação de partes sociais de empresas	10	10	10	10	10
	Total do Capítulo Económico 11:	20	20	20	20	20
12	Passivos financeiros					
1205	Empréstimos a curto prazo					

Município de Penela

ORÇAMENTO PARA O ANO 2023 - Receita

Código	Designação	Montante €	Plano orçamental plurianual			
			2024	2025	2026	2027
120502	Sociedades financeiras	10	10	10	10	10
1206	Empréstimos a médio e longo prazos					
120602	Sociedades financeiras	1 115 561	10	10	10	10
	Total do Capítulo Económico 12:	1 115 571	20	20	20	20
	Total das Receitas não Efetivas:	1 115 591	40	40	40	40

Total do Orçamento da Receita:	13 285 000	9 087 000	8 407 000	8 007 000	7 995 000
Total das Receitas Correntes:	8 041 358	7 075 417	7 075 417	7 075 407	7 075 407
Total das Receitas de Capital:	4 128 051	2 011 543	1 331 543	931 553	919 553
Total das Receitas Efetivas:	12 169 409	9 086 960	8 406 960	8 006 960	7 994 960
Total das Receitas Não Efetivas:	1 115 591	40	40	40	40
Total do Orçamento da Receita:	13 285 000	9 087 000	8 407 000	8 007 000	7 995 000

Município de Penela

ORÇAMENTO PARA O ANO 2023 - Despesa

Código	Designação	Montante €	Plano orçamental plurianual			
			2024	2025	2026	2027
01	Administração Autárquica					
0101	Assembleia Municipal					
0101 01	Despesas com o pessoal					
0101 0102	Abonos variáveis ou eventuais					
0101 010204	Ajudas de custo	500	500	500	500	500
0101 010213	Outros suplementos e prémios					
0101 01021303	Senhas de Presença	9 000	9 000	9 000	9 000	9 000
	Total do Capítulo Económico 01:	9 500	9 500	9 500	9 500	9 500
0101 02	Aquisição de bens e serviços					
0101 0201	Aquisição de bens					
0101 020108	Material de escritório	250	250	250	250	250
0101 020121	Outros bens	250	250	250	250	250
0101 0202	Aquisição de serviços					
0101 020213	Deslocações e estadas	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000
0101 020225	Outros serviços	3 000	3 000	3 000	3 000	3 000
	Total do Capítulo Económico 02:	4 500	4 500	4 500	4 500	4 500
	Total das Despesas Correntes:	14 000	14 000	14 000	14 000	14 000
	Total da Divisão Orgânica 0101:	14 000	14 000	14 000	14 000	14 000
0102	Câmara Municipal					
0102 01	Despesas com o pessoal					
0102 0101	Remunerações certas e permanentes					

Município de Penela

ORÇAMENTO PARA O ANO 2023 - Despesa

Código	Designação	Montante €	Plano orçamental plurianual			
			2024	2025	2026	2027
0102 010101	Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	97 100	97 100	97 100	97 100	97 100
0102 010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho					
0102 01010401	Pessoal em funções	1 630 000	1 700 000	1 700 000	1 700 000	1 700 000
0102 01010402	Alterações obrigatórias posicionamento remuneratór	7 500	7 500	7 500	7 500	7 500
0102 01010403	Alterações facultativas posicionamento remuneratór	10	10	10	10	10
0102 01010404	Recrutamento pessoal para novos postos trabalho	120 000	10	10	10	10
0102 010106	Pessoal contratado a termo					
0102 01010601	Pessoal em funções	10	10	10	10	10
0102 01010604	Recrutamento pessoal para novos postos trabalho	10	10	10	10	10
0102 010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	6 000	6 000	6 000	6 000	6 000
0102 010108	Pessoal aguardando aposentação	4 000	4 000	4 000	4 000	4 000
0102 010109	Pessoal em qualquer outra situação	90 500	90 500	90 500	90 500	90 500
0102 010111	Representação	28 000	28 000	28 000	28 000	28 000
0102 010113	Subsidio de refeição	186 000	186 000	186 000	186 000	186 000
0102 010114	Subsidio de férias e de Natal	324 000	324 000	324 000	324 000	324 000
0102 010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	17 500	17 500	17 500	17 500	17 500
0102 0102	Abonos variáveis ou eventuais					
0102 010202	Horas extraordinárias	17 500	17 500	17 500	17 500	17 500
0102 010204	Ajudas de custo	2 500	2 500	2 500	2 500	2 500
0102 010205	Abono para falhas	2 150	2 150	2 150	2 150	2 150
0102 010212	Indemnizações por cessação de funções	10	10	10	10	10
0102 010213	Outros suplementos e prémios					

Município de Penela

ORÇAMENTO PARA O ANO 2023 - Despesa

Código	Designação	Montante €	Plano orçamental plurianual			
			2024	2025	2026	2027
0102 01021301	Premios de desempenho	7 500	7 500	7 500	7 500	7 500
0102 01021302	Outros	8 500	8 500	8 500	8 500	8 500
0102 01021303	Senhas de Presença	3 500	3 500	3 500	3 500	3 500
0102 010214	Outros abonos em numerário ou espécie	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000
0102 0103	Segurança social					
0102 010301	Encargos com a saúde	38 000	38 000	38 000	38 000	38 000
0102 010302	Outros encargos com a saúde	12 500	12 500	12 500	12 500	12 500
0102 010303	Subsídio familiar a criança e jovens	6 000	6 000	6 000	6 000	6 000
0102 010304	Outras prestações familiares	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000
0102 010305	Contribuições para a segurança social					
0102 01030501	Assistência na doença funcionários públicos (ADSE)	12 000	12 000	12 000	12 000	12 000
0102 01030502	Segurança social pessoal (RCTFP)					
0102 0103050201	Caixa Geral de Aposentações	261 000	261 000	261 000	261 000	261 000
0102 0103050202	Segurança Social - Regime Geral	295 000	295 000	295 000	295 000	295 000
0102 010309	Seguros					
0102 01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	32 500	32 500	32 500	32 500	32 500
0102 010310	Outras despesas de segurança social					
0102 01031001	Eventualidade Maternidade, paternidade e adopção	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000
0102 01031099	Outras despesas de segurança social	2 000	2 000	2 000	2 000	2 000
Total do Capítulo Económico 01:		3 214 290	3 164 300	3 164 300	3 164 300	3 164 300
0102 02	Aquisição de bens e serviços					
0102 0201	Aquisição de bens					

Município de Penela

ORÇAMENTO PARA O ANO 2023 - Despesa

Código	Designação	Montante €	Plano orçamental plurianual			
			2024	2025	2026	2027
0102 020101	Matérias-primas e subsidiárias	84 500	79 500	79 500	79 500	79 500
0102 020102	Combustíveis e lubrificantes					
0102 02010201	Gasolina	4 000	4 000	4 000	4 000	4 000
0102 02010202	Gasóleo	115 000	115 000	115 000	115 000	115 000
0102 02010299	Outros	95 500	95 500	95 500	95 500	95 500
0102 020104	Limpeza e higiene	30 010	30 010	30 010	30 010	30 010
0102 020105	Alimentação - Refeições confeccionadas	30 000	10	10	10	10
0102 020106	Alimentação - Géneros para confeccionar	124 000	124 000	124 000	124 000	124 000
0102 020107	Vestuário e artigos pessoais	17 000	17 000	17 000	17 000	17 000
0102 020108	Material de escritório	9 760	9 760	9 760	9 760	9 760
0102 020112	Material de transporte-Peças	7 500	7 500	7 500	7 500	7 500
0102 020114	Outro material-Peças	9 500	9 500	9 500	9 500	9 500
0102 020115	Prémios, condecorações e ofertas	5 010	25 000	5 000	5 000	5 000
0102 020116	Mercadorias para venda					
0102 02011603	Outras	7 500	7 500	7 500	7 500	7 500
0102 020117	Ferramentas e utensílios	3 500	3 500	3 500	3 500	3 500
0102 020118	Livros e documentação técnica	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000
0102 020119	Artigos honoríficos e de decoração	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000
0102 020120	Material de educação, cultura e recreio	13 000	13 000	13 000	13 000	13 000
0102 020121	Outros bens	101 000	93 500	93 500	93 500	93 500
0102 0202	Aquisição de serviços					
0102 020201	Encargos das instalações	253 000	253 000	253 000	253 000	253 000

Município de Penela

ORÇAMENTO PARA O ANO 2023 - Despesa

Código	Designação	Montante €	Plano orçamental plurianual			
			2024	2025	2026	2027
0102 020202	Limpeza e higiene	150	150	150	150	150
0102 020203	Conservação de bens	114 000	124 000	124 000	124 000	124 000
0102 020204	Locação de edifícios	19 350	18 600	18 600	18 600	18 600
0102 020206	Locação de material de transporte	13 500	15 000	15 000	15 000	7 500
0102 020208	Locação de outros bens	12 510	12 510	12 510	12 510	12 510
0102 020209	Comunicações	70 010	70 010	70 010	70 010	70 010
0102 020210	Transportes	143 900	8 900	8 900	8 900	8 900
0102 020211	Representação dos serviços	250	250	250	250	250
0102 020212	Seguros	97 000	97 000	97 000	97 000	97 000
0102 020213	Deslocações e estadas	10 000	10 000	10 000	10 000	10 000
0102 020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	128 860	55 010	55 000	55 000	55 000
0102 020215	Formação	21 100	20 000	20 000	20 000	20 000
0102 020217	Publicidade	10 000	10 000	10 000	10 000	10 000
0102 020219	Assistência técnica	45 000	45 000	45 000	45 000	45 000
0102 020220	Outros trabalhos especializados	412 340	147 000	147 000	147 000	147 000
0102 020222	Serviços de saúde	10 000	10 000	10 000	10 000	10 000
0102 020224	Encargos de cobrança de receitas	25 000	25 000	25 000	25 000	25 000
0102 020225	Outros serviços	892 149	649 340	649 820	649 010	636 500
Total do Capítulo Económico 02:		2 936 899	2 207 050	2 187 520	2 186 710	2 166 700
0102 04	Transferências correntes					
0102 0401	Sociedades e quase sociedades não financeiras					
0102 040101	Públicas					

Município de Penela

ORÇAMENTO PARA O ANO 2023 - Despesa

Código	Designação	Montante €	Plano orçamental plurianual			
			2024	2025	2026	2027
0102 04010101	Empresas públicas municipais e intermunicipais	10	0	0	0	0
0102 040102	Privadas	3 000	0	0	0	0
0102 0403	Administração central					
0102 040301	Estado	10 010	0	0	0	0
0102 0405	Administração local					
0102 040501	Continente					
0102 04050101	Municípios	12 500	12 500	12 500	12 500	12 500
0102 04050102	Freguesias	101 500	101 500	101 500	101 500	101 500
0102 04050104	Associações de municípios	160 000	187 500	132 000	132 000	132 000
0102 0407	Instituições sem fins lucrativos					
0102 040701	Instituições sem fins lucrativos	788 835	490 060	490 050	490 050	490 050
0102 0408	Famílias					
0102 040802	Outras					
0102 04080201	Programas Ocupacionais	26 000	26 000	26 000	26 000	26 000
0102 04080202	Outras	77 000	100 000	100 000	100 000	100 000
	Total do Capítulo Económico 04:	1 178 855	917 560	862 050	862 050	862 050
0102 05	Subsídios					
0102 0508	Famílias					
0102 050803	Outras	75 000	75 000	75 000	75 000	75 000
	Total do Capítulo Económico 05:	75 000	75 000	75 000	75 000	75 000
0102 06	Outras despesas correntes					

Município de Penela

ORÇAMENTO PARA O ANO 2023 - Despesa

Código	Designação	Montante €	Plano orçamental plurianual			
			2024	2025	2026	2027
0102 0602	Diversas					
0102 060203	Outras					
0102 06020302	IVA pago	10	10	10	10	10
0102 06020304	Serviços bancários	3 000	3 000	3 000	3 000	3 000
0102 06020305	Outras	80 090	74 590	74 590	74 590	74 590
Total do Capítulo Económico 06:		83 100	77 600	77 600	77 600	77 600
Total das Despesas Correntes:		7 488 144	6 441 510	6 366 470	6 365 660	6 345 650
0102 07	Aquisição de bens de capital					
0102 0701	Investimentos					
0102 070101	Terrenos	10 550	510	510	510	510
0102 070103	Edifícios					
0102 07010301	Instalações de serviços	610 040	60 020	25 000	25 000	25 000
0102 07010302	Instalações desportivas e recreativas	82 500	12 500	12 500	12 500	12 500
0102 07010303	Mercados e instalações de fiscalização sanitária	11 010	20 000	0	0	0
0102 07010305	Escolas	42 410	45 000	30 000	30 000	30 000
0102 07010307	Outros	30 010	0	0	0	0
0102 070104	Construções diversas					
0102 07010405	Parques e jardins	10 000	0	0	0	0
0102 07010406	Instalações desportivas e recreativas	46 500	9 500	9 500	9 500	9 500
0102 07010409	Sinalização e trânsito	30 000	10 000	10 000	10 000	10 000
0102 07010412	Cemitérios	7 500	7 500	7 500	7 500	7 500
0102 07010413	Outros	379 520	110 010	10 010	10 010	10 000

Município de Penela

ORÇAMENTO PARA O ANO 2023 - Despesa

Código	Designação	Montante €	Plano orçamental plurianual			
			2024	2025	2026	2027
0102 070106	Material de transporte					
0102 07010602	Outro	487 920	15 000	15 000	15 000	15 000
0102 070107	Equipamento de informática	22 000	20 000	20 000	20 000	20 000
0102 070108	Software informático	27 400	27 400	15 000	15 000	15 000
0102 070109	Equipamento administrativo	11 010	10 000	10 000	10 000	10 000
0102 070110	Equipamento básico					
0102 07011002	Outro	223 970	99 950	78 750	78 750	78 750
0102 070111	Ferramentas e utensílios	4 000	4 000	4 000	4 000	4 000
0102 0702	Locação financeira					
0102 070205	Material de transporte	60 000	60 000	60 000	60 000	60 000
0102 070207	Maquinaria e equipamento	60 000	60 000	60 000	60 000	60 000
0102 070209	Outros investimentos	10	10	10	10	10
0102 0703	Bens de domínio público					
0102 070303	Outras construções e infraestruturas					
0102 07030301	Viadutos, arruamentos e obras complementares	2 579 040	1 170 040	920 010	522 020	680 040
0102 07030302	Sistemas de drenagem de águas residuais	25 000	25 000	25 000	25 000	25 000
0102 07030304	Iluminação pública	32 500	7 500	7 500	7 500	7 500
0102 07030305	Parques e jardins	1 500	1 500	1 500	1 500	1 500
0102 07030307	Captação e distribuição de água	7 500	7 500	7 500	7 500	7 500
0102 07030308	Viação rural	10 000	10 000	10 000	10 000	10 000
0102 07030313	Outros	273 740	173 500	13 500	13 500	13 500
Total do Capítulo Económico 07:		5 085 630	1 966 440	1 352 790	954 800	1 112 810

Município de Penela

ORÇAMENTO PARA O ANO 2023 - Despesa

Código	Designação	Montante €	Plano orçamental plurianual			
			2024	2025	2026	2027
0102 08	Transferências de capital					
0102 0805	Administração local					
0102 080501	Continente					
0102 08050102	Freguesias	10 000	10 000	10 000	10 000	10 000
0102 08050104	Associações de municípios	21 000	15 010	1 200	0	0
0102 0807	Instituições sem fins lucrativos					
0102 080701	Instituições sem fins lucrativos	308 706	250 020	250 020	250 020	250 020
0102 0808	Famílias					
0102 080802	Outras	42 500	30 000	30 000	30 000	30 000
	Total do Capítulo Económico 08:	382 206	305 030	291 220	290 020	290 020
	Total das Despesas de Capital:	5 467 836	2 271 470	1 644 010	1 244 820	1 402 830
	Total da Divisão Orgânica 0102:	12 955 980	8 712 980	8 010 480	7 610 480	7 748 480
0103	Operações Financeiras					
0103 03	Juros e outros encargos					
0103 0301	Juros da dívida pública					
0103 030103	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras					
0103 03010301	Empréstimos de curto prazo	10	10	10	10	10
0103 03010302	Empréstimos de médio e longo prazos	40 000	30 000	27 500	22 500	17 500
0103 0302	Outros encargos correntes da dívida pública					
0103 030201	Despesas diversas	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000
0103 0303	Juros de locação financeira					

Município de Penela

ORÇAMENTO PARA O ANO 2023 - Despesa

Código		Designação	Montante €	Plano orçamental plurianual			
Class. Org./Económica				2024	2025	2026	2027
0103	030305	Material de transporte	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000
0103	030307	Maquinaria e equipamento	5 000	5 000	5 000	5 000	5 000
0103	0305	Outros juros					
0103	030502	Outros					
0103	03050202	Juros de mora	2 500	2 500	2 500	2 500	2 500
0103	0306	Outros encargos financeiros					
0103	030601	Outros encargos financeiros	1 500	1 500	1 500	1 500	1 500
Total do Capítulo Económico 03:			55 010	45 010	42 510	37 510	32 510
Total das Despesas Correntes:			55 010	45 010	42 510	37 510	32 510
0103	10	Passivos financeiros					
0103	1005	Empréstimos a curto prazo					
0103	100503	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	10	10	10	10	10
0103	1006	Empréstimos a médio e longo prazos					

Município de Penela

ORÇAMENTO PARA O ANO 2023 - Despesa

Código	Designação	Montante €	Plano orçamental plurianual			
			2024	2025	2026	2027
0103 100603	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	260 000	315 000	340 000	345 000	200 000
	Total do Capítulo Económico 10:	260 010	315 010	340 010	345 010	200 010
	Total das Despesas não Efetivas:	260 010	315 010	340 010	345 010	200 010
	Total da Divisão Orgânica 0103:	315 020	360 020	382 520	382 520	232 520
	Total do Capítulo Orgânico 01:	13 285 000	9 087 000	8 407 000	8 007 000	7 995 000
	Total do Orçamento da Despesa:	13 285 000	9 087 000	8 407 000	8 007 000	7 995 000
	Total das Despesas Correntes:	7 557 154	6 500 520	6 422 980	6 417 170	6 392 160
	Total das Despesas de Capital:	5 467 836	2 271 470	1 644 010	1 244 820	1 402 830
	Total das Despesas Efetivas:	13 024 990	8 771 990	8 066 990	7 661 990	7 794 990
	Total das Despesas Não Efetivas:	260 010	315 010	340 010	345 010	200 010
	Total do Orçamento da Despesa:	13 285 000	9 087 000	8 407 000	8 007 000	7 995 000

ORGÃO EXECUTIVO

Em de de

.....

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

.....

Orçamento Inicial - Grandes Opções do Plano do ano 2023

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)				Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas									Total previsto (j) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)+(i)
		Ano / Nº	Ação				RP	RG	UE	EM		Início	Fim			Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2024 (e)	2025 (f)	2026 (g)	2027 (h)	2028 e seg. (i)		
01				EDUCAÇÃO																					
01	001			EDUCAÇÃO PARA O FUTURO																					
01	001	2018/1		Implementação de Ambientes Inovadores de Educação																					
01	001	2018/1	2	Equipas Multidisciplinares de Intervenção Multinível	0102 020220	O	15		85	05	01/2018	12/2023	3	88 837	60 050	60 050							148 887		
Totais do Programa 001:															88 837	60 050	60 050								148 887
01	002			ENSINO BÁSICO																					
01	002	2007/9		Centros Escolares - Projetos	0102 07010305	O	100			05	01/2007	12/2023	4	60 543	2 400	2 400							62 943		
01	002	2021/1		Cobertura Espaço Recreio Centro Escolar Espinhal	0102 07010305	E	100			05	01/2021	12/2023	0		10	10		15 000					15 010		
01	002	2022/2		Construção Espaço Recreio Centro Escolar Espinhal	0102 07010406	O	100			05	01/2022	12/2023	0		5 000	5 000							5 000		
01	002	2022/195		Plataforma de Gestão Municipal da Educação	0102 070108	O	100			05	01/2022	12/2025	0		12 400	12 400		12 400					24 800		
01	002	2023/1		Programa Educação+	0102 04080202	O	100			05	01/2023	12/2027	0		12 500	12 500		12 500	12 500	12 500	12 500		62 500		
01	002	2023/2		Programa Creche+	0102 040701	O	100			05	01/2023	12/2027	0		3 000	3 000		3 000	3 000	3 000	3 000		15 000		
01	002	2023/3		Centros Escolares																					
01	002	2023/3	1	Conservação, Beneficiação e Manutenção Edifícios	0102 07010305	O	100			05	01/2023	12/2027	0		10 000	10 000		10 000	10 000	10 000	10 000		50 000		
01	002	2023/3	2	Reabilitação e Construção Espaços Recreio e Desporto	0102 07010406	O	100			05	01/2023	12/2027	0		2 000	2 000		2 000	2 000	2 000	2 000		10 000		
01	002	2023/3	3	Auxílios Económicos Directos	0102 04080202	O	100			05	01/2023	12/2027	0		3 000	3 000		3 000	3 000	3 000	3 000		15 000		
01	002	2023/3	4	Protocolo Transportes Escolares	0102 04050102	O	100			05	01/2023	12/2027	0		26 500	26 500		26 500	26 500	26 500	26 500		132 500		
01	002	2023/3	5	Transportes Escolares	0102 020210	O	100			05	01/2023	12/2027	0		100 000	100 000		10					100 010		
01	002	2023/3	6	Enriquecimento Curricular	0102 040701	O	100			05	01/2023	12/2027	0		60 000	60 000		10					60 010		
01	002	2023/3	7	Atividades Enriquecimento Curricular	0102 020220	O	100			05	01/2023	12/2027	0		10	10		60 000	60 000	60 000	60 000		240 010		
01	002	2023/3	8	Empreendedorismo nas Escolas	0102 020220	O	100			05	01/2023	12/2027	0		10	10							10		
01	002	2023/3	9	Estudos e Projetos	0102 020220	O	100			05	01/2023	12/2027	0												

Orçamento Inicial - Grandes Opções do Plano do ano 2023

																				(valores em euros)						
Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)				Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas									Total previsto (j) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)+(i)	
																2023			Anos seguintes							
		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)				Financiam. não definido (d)	2024 (e)	2025 (f)	2026 (g)		2027 (h)	2028 e seg. (i)													
01				EDUCAÇÃO																						
01 003				ENSINO SECUNDÁRIO																						
01	003	2023/6		Apoio Transporte Alunos a Estudar Fora do Concelho	0102 04080202	O	100			05	01/2023	12/2027	0		20 000	20 000		20 000	20 000	20 000	20 000			100 000		
															Totais do Programa 003:		42 500	42 500		32 500	32 500	32 500	32 500			172 500
01 004				ENSINO SUPERIOR																						
01	004	2023/7		Programa Jovem Estudante Universitário	0102 04080202	O	100			05	01/2023	12/2027	0		2 000	2 000		10 000	10 000	10 000	10 000			42 000		
															Totais do Programa 004:		2 000	2 000		10 000	10 000	10 000	10 000			42 000
01 005				FUNCIONAMENTO																						
01	005	2023/8		Transferência de Competências - Educação																						
01	005	2023/8	1	Manutenção das Instalações	0102 07010305	O	100			05	01/2023	12/2027	0		20 000	20 000		20 000	20 000	20 000	20 000			100 000		
01	005	2023/8	2	Combustíveis e Lubrificantes	0102 02010299	O	100			05	01/2023	12/2027	0		32 000	32 000		32 000	32 000	32 000	32 000			160 000		
01	005	2023/8	3	Material Higiene e Limpeza	0102 020104	O	100			05	01/2023	12/2027	0		5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000			25 000		
01	005	2023/8	4	Refeições Confeccionadas	0102 020105	O	100			05	01/2023	12/2027	0		30 000	30 000		10	10	10	10			30 040		
01	005	2023/8	5	Géneros Alimentícios	0102 020106	O	100			05	01/2023	12/2027	0		115 000	115 000		115 000	115 000	115 000	115 000			575 000		
01	005	2023/8	6	Material de Escritório	0102 020108	O	100			05	01/2023	12/2027	0		2 000	2 000		2 000	2 000	2 000	2 000			10 000		
01	005	2023/8	7	Material Didático, Cultura e Recreio	0102 020120	O	100			05	01/2023	12/2027	0		2 000	2 000		2 000	2 000	2 000	2 000			10 000		
01	005	2023/8	8	Outros Bens	0102 020121	O	100			05	01/2023	12/2027	0		9 500	9 500		9 500	9 500	9 500	9 500			47 500		
01	005	2023/8	9	Encargos das Instalações	0102 020201	O	100			05	01/2023	12/2027	0		27 500	27 500		27 500	27 500	27 500	27 500			137 500		
01	005	2023/8	10	Comunicações	0102 020209	O	100			05	01/2023	12/2027	0		10 000	10 000		10 000	10 000	10 000	10 000			50 000		
01	005	2023/8	11	Outros Serviços	0102 020225	O	100			05	01/2023	12/2027	0		20 000	20 000		20 000	20 000	20 000	20 000			100 000		
01	005	2023/8	12	Protocolos de Colaboração	0102 040701	O	100			05	01/2023	12/2027	0		10	10		10	10	10	10			50		
01	005	2023/8	13	Delegação Competências - Manutenção e Funcionamento	0102 040301	O	100			05	01/2023	12/2023	0		10 000	10 000								10 000		
															Totais do Programa 005:		283 010	283 010		243 020	243 020	243 020	243 020			1 255 090
															Totais do Objetivo 01:		149 380	634 990	634 990	0	437 440	410 020	410 020	410 020	0	2 451 870
02				CULTURA																						
02 001				BIBLIOTECA E AUDITÓRIO MUNICIPAL																						
02	001	2023/9		Conservação e Beneficiação Edifício	0102 07010301	O	100			04	01/2023	12/2027	0		10 000	10 000		40 000	5 000	5 000	5 000			65 000		
02	001	2023/10		Equipamento Básico	0102 07011002	O	100			04	01/2023	12/2027	0		5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000			25 000		
02	001	2023/11		Fundos Documentais e Publicações Diversas	0102 020120	O	100			04	01/2023	12/2027	0		5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000			25 000		

Município de Penela

Orçamento Inicial - Grandes Opções do Plano do ano 2023

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)				Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas									Total previsto (j) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)+(i)
																2023			Anos seguintes						
		Ano / N°	Ação				Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2024 (e)		2025 (f)	2026 (g)			2027 (h)	2028 e seg. (i)								
02				CULTURA																					
02 001				BIBLIOTECA E AUDITÓRIO MUNICIPAL																					
02	001	2023/12		Outros Bens	0102 020121	O	100				04	01/2023	12/2027	0		2 000	2 000		2 000	2 000	2 000	2 000			10 000
02	001	2023/13		Programação Cultural	0102 020225	O	100				04	01/2023	12/2027	0		10 000	10 000		10 000	10 000	10 000	10 000			50 000
Totais do Programa 001:																32 000	32 000		62 000	27 000	27 000	27 000		175 000	
02 002				PATRIMÓNIO CULTURAL																					
02	002	2017/12		Reabilitação Castelo Penela - Percurso Pedonal e Iluminação	0102 07030313	E		85	15		04	01/2017	12/2023	2	352 544	185 000	185 000								537 544
02	002	2018/12		Casa dos Saberes e do Território/Casa da Legião																					
02	002	2018/12	1	Reabilitação do Edifício	0102 07010301	E	15	85			04	01/2018	12/2023	1	23 921	450 000	450 000		10						473 931
02	002	2018/12	2	Equipamento	0102 07011002	O	100				04	01/2018	12/2023	0		10	10		21 200						21 210
02	002	2020/15		Villa Romana de São Simão	0102 07030313	E	100				04	01/2020	12/2023	0		60 000	60 000								60 000
02	002	2020/18		Casa da Cultura Espinhal	0102 080701	O	100				04	01/2020	12/2033	0		52 336	52 336		40 000	40 000	40 000	40 000	200 000		412 336
02	002	2020/19		Centro Cultural da Cumieira	0102 080701	O	100				04	01/2020	12/2033	0		41 000	41 000		40 000	40 000	40 000	40 000	200 000		401 000
02	002	2020/212		Clube Desportivo e Recreativo Penelense	0102 080701	O	100				04	01/2020	12/2033	0		31 100	31 100		30 000	30 000	30 000	30 000	150 000		301 100
02	002	2021/22		Marcos Históricos Romanização																					
02	002	2021/22	1	Aquisição de Serviços	0102 020220	O		100			04	01/2021	12/2023	0	16 988	49 500	49 500								66 488
02	002	2021/23		Natal em Família																					
02	002	2021/23	1	Aquisição de Serviços	0102 020220	O		100			04	01/2021	12/2023	0		70 050	70 050								70 050
02	002	2021/23	2	Equipamento	0102 07011002	O		100			04	01/2021	12/2023	0		10 000	10 000								10 000
02	002	2021/24		Do Xisto à Chanfana vai um Mundo																					
02	002	2021/24	1	Aquisição de Serviços	0102 020220	O	1	99			04	01/2021	12/2023	0	16 580	15 400	15 400								31 980
02	002	2021/24	2	Equipamento	0102 07011002	O	1	99			04	01/2021	12/2023	0		5 700	5 700								5 700
02	002	2022/17		Complexo Arqueológico da Villa Romana do Rabaçal																					
02	002	2022/17	1	Concurso Ideias	0102 020115	O	100				04	01/2022	12/2023	0		10	10		20 000						20 010
02	002	2022/17	2	Empreitada	0102 07010413	E	15	85			03	01/2022	12/2027	0		2 040 510	10	2 040 500	10	10	10				2 040 540
02	002	2023/14		Requalificação Zona Frontal e Acesso Quintal Lapas	0102 07030313	E	100				04	01/2023	12/2024	0		10	10		160 000						160 010
02	002	2023/15		Valorização do Castelo de Penela e Outros Espaços Património	0102 07030313	O	100				04	01/2023	12/2027	0		5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000			25 000
02	002	2023/16		Aquisição de Edifícios	0102 07010301	O	100				04	01/2023	12/2024	0		10	10								10
02	002	2023/17		Apoio à Recuperação Património Cultural Construído	0102 080701	O	100				04	01/2023	12/2027	0		20 000	20 000		20 000	20 000	20 000	20 000			100 000
02	002	2023/18		Apoio Construção e Recuperação Sedes Associações	0102 080701	O	100				04	01/2023	12/2027	0		33 000	33 000		15 000	15 000	15 000	15 000			93 000

Orçamento Inicial - Grandes Opções do Plano do ano 2023

																				(valores em euros)						
Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)				Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado	Despesas									Total previsto (j) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)+(i)	
																2023			Anos seguintes							
		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)				Financiam. não definido (d)	2024 (e)	2025 (f)	2026 (g)		2027 (h)	2028 e seg. (i)													
02		CULTURA																								
02 002		PATRIMÓNIO CULTURAL																								
02	002	2023/19		Apoio Actividades Carácter Cultural e Recreativo	0102 040701	O	100				04	01/2023	12/2027	0		35 000	35 000		35 000	35 000	35 000	35 000			175 000	
02	002	2023/20		Apoio Actividades Arqueológicas	0102 040701	O	100				04	01/2023	12/2027	0		22 000	22 000		22 000	22 000	22 000	22 000			110 000	
02	002	2023/21		Academias de Música	0102 040701	O	100				04	01/2023	12/2027	0		18 000	18 000		18 000	18 000	18 000	18 000			90 000	
02	002	2023/22		Oficina do Humor	0102 020225	O	100				04	01/2023	12/2027	0		10	10								10	
02	002	2023/23		Bienal Humor Oliveira Guimarães	0102 020225	O	100				04	01/2023	12/2027	0		2 500	2 500		25 000	2 500	25 000	2 500			57 500	
02	002	2023/24		Bienal Artes Plásticas	0102 020225	O	100				04	01/2023	12/2027	0		10	10		10	10 000		10	10 000			20 030
02	002	2023/25		Promoção e Divulgação do Património	0102 020220	O	100				04	01/2023	12/2027	0		8 000	8 000		8 000	8 000	8 000	8 000			40 000	
02	002	2023/26		Cooperação Transfronteiriça	0102 020225	O	100				04	01/2023	12/2027	0		10 000	10 000		10 000	10 000	10 000	10 000			50 000	
02	002	2023/27		Iniciativas Culturais - A Cultura vai à Rua	0102 020225	O	100				04	01/2023	12/2027	0		15 000	15 000		15 000	15 000	15 000	15 000			75 000	
02	002	2023/28		APP Penela+	0102 020220	O	100				04	01/2023	12/2023	0		10	10								10	
02	002	2023/29		Aquisição de Terrenos	0102 070101	O	100				04	01/2023	12/2023	0		5 000	5 000								5 000	
Totais do Programa 002:															410 033	3 184 166	1 143 666	2 040 500	484 230	270 510	283 020	270 500	550 000	5 452 459		
02 003		FUNCIONAMENTO																								
02	003	2023/30		Funcionamento																						
02	003	2023/30	1	Géneros Alimentícios	0102 020106	O	100				04	01/2023	12/2027	0		1 500	1 500		1 500	1 500	1 500	1 500			7 500	
02	003	2023/30	2	Material Didáctico, Cultura e Recreio	0102 020120	O	100				04	01/2023	12/2027	0		500	500		500	500	500	500			2 500	
02	003	2023/30	3	Outros Bens	0102 020121	O	100				04	01/2023	12/2027	0		7 500	7 500		7 500	7 500	7 500	7 500			37 500	
02	003	2023/30	4	Outros Serviços	0102 020225	O	100				04	01/2023	12/2027	0		12 500	12 500		12 500	12 500	12 500	12 500			62 500	
Totais do Programa 003:																22 000	22 000		22 000	22 000	22 000	22 000			110 000	
Totais do Objetivo 02:															410 033	3 238 166	1 197 666	2 040 500	568 230	319 510	332 020	319 500	550 000	5 737 459		
03		JUVENTUDE E DESPORTO																								
03 001		PARQUES DESPORTIVOS																								
03	001	2016/32		Reabilitação Piscina Municipal Penela	0102 07010302	E	16		28	56	04	01/2016	12/2023	1	34 982	70 000	70 000								104 982	
03	001	2023/31		Implementação de Novos Equipamentos Desportivos	0102 07010406	O	100				04	01/2023	12/2023	0		25 000	25 000								25 000	
03	001	2023/32		Conservação e Beneficiação Edifícios Desportivos	0102 07010302	O	100				04	01/2023	12/2027	0		12 500	12 500		12 500	12 500	12 500	12 500			62 500	
03	001	2023/33		Reab. e Benef. Equipamentos Desportivos e Parques Infantis	0102 07010406	O	100				04	01/2023	12/2027	0		7 500	7 500		7 500	7 500	7 500	7 500			37 500	
03	001	2023/34		Equipamento Básico	0102 07011002	O	100				04	01/2023	12/2027	0		5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000			25 000	

Orçamento Inicial - Grandes Opções do Plano do ano 2023

ores em euros)

Orçamento Inicial - Grandes Opções do Plano do ano 2023

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)				Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas									Total previsto (j) = (a)+(b)+ (e)+(f)+ (g)+(h)+(i)	
																2023			Anos seguintes							
		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)				Financiam. não definido (d)	2024 (e)	2025 (f)	2026 (g)		2027 (h)	2028 e seg. (i)													
04				SAÚDE E SOCIAL																						
04 001				SAÚDE E ACÇÃO SOCIAL																						
04	001	2022/196		S@úde + Perto	0102 040701	O	100				05	01/2022	12/2023	0		16 200	16 200									16 200
04	001	2023/45		Tarifário Social - APIN	0102 050803	O	100				05	01/2023	12/2027	0		75 000	75 000		75 000	75 000	75 000	75 000				375 000
04	001	2023/46		Realojamento de Emergência	0102 07011002	O	100				05	01/2023	12/2027	0		1 000	1 000									1 000
04	001	2023/47		Apoio Infraestruturas de âmbito Social	0102 080701	O	100				05	01/2023	12/2027	0		1 000	1 000									1 000
04	001	2023/48		Programa Apoio Pobreza (Habitações e Equipamentos)	0102 080802	O	100				05	01/2023	12/2027	0		15 000	15 000		15 000	15 000	15 000	15 000				75 000
04	001	2023/49		Programa Apoio a Situações de Emergência	0102 04080202	O	100				05	01/2023	12/2027	0		10 000	10 000		10 000	10 000	10 000	10 000				50 000
04	001	2023/50		Programa ABEM - Rede Solidária do Medicamento	0102 040701	O	100				05	01/2023	12/2027	0		10 000	10 000		10 000	10 000	10 000	10 000				50 000
04	001	2023/51		Plano Municipal de Igualdade e não Discriminação	0102 040701	O	100				05	01/2023	12/2027	0		10	10									10
04	001	2023/52		CLDS - Apoio ao Funcionamento	0102 040701	O	100				05	01/2023	12/2027	0		1 000	1 000									1 000
04	001	2023/53		Seguro de Saúde	0102 020212	O	100				05	01/2023	12/2027	0		60 000	60 000		60 000	60 000	60 000	60 000				300 000
04	001	2023/54		Promoção Actividades Saúde e Acção Social	0102 020225	O	100				05	01/2023	12/2027	0		4 000	4 000		4 000	4 000	4 000	4 000				20 000
04	001	2023/55		Universidade Sénior	0102 020225	O	100				05	01/2023	12/2027	0		2 000	2 000		2 000	2 000	2 000	2 000				10 000
04	001	2023/56		Estratégia Local Habitação																						
04	001	2023/56	1	Apoio Obras	0102 080802	O	100				05	01/2023	12/2027	0		15 000	15 000		15 000	15 000	15 000	15 000				75 000
04	001	2023/56	2	Apoio Arrendamento	0102 04080202	O	100				05	01/2023	12/2027	0		5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000				25 000
04	001	2023/57		Penela Jovem																						
04	001	2023/57	1	Apoio à Natalidade e 1ª Infância	0102 04080202	O	100				05	01/2023	12/2027	0		5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000				25 000
04	001	2023/57	2	Apoio à Habitação	0102 080802	O	100				05	01/2023	12/2027	0		12 500	12 500									12 500
04	001	2023/58		Penela + Próxima																						
04	001	2023/58	1	Viatura	0102 020206	O	100				05	01/2023	12/2027	0		7 500	7 500		7 500	7 500	7 500					30 000
04	001	2023/58	2	Outros Serviços	0102 020225	O	100				05	01/2023	12/2027	0		3 000	3 000		3 000	3 000	3 000	3 000				15 000
04	001	2023/59		CPCJ - Funcionamento																						
04	001	2023/59	1	Equipamento Informático	0102 070107	O	100				05	01/2023	12/2023	0		2 000	2 000									2 000
04	001	2023/59	2	Equipamento Básico	0102 07011002	O	100				05	01/2023	12/2027	0		250	250		250	250	250	250				1 250
04	001	2023/59	3	Material de Escritório	0102 020108	O	100				05	01/2023	12/2027	0		250	250		250	250	250	250				1 250
04	001	2023/59	4	Apoio Situações Emergência	0102 04080202	O	100				05	01/2023	12/2027	0		2 500	2 500		2 500	2 500	2 500	2 500				12 500
04	001	2023/59	5	Outros Bens	0102 020121	O	100				05	01/2023	12/2027	0		1 000	1 000		1 000	1 000	1 000	1 000				5 000
04	001	2023/59	6	Instalações	0102 020204	O	100				05	01/2023	12/2023	0		750	750									750
04	001	2023/59	7	Equipamentos	0102 020208	O	100				05	01/2023	12/2027	0		2 500	2 500		2 500	2 500	2 500	2 500				12 500

Orçamento Inicial - Grandes Opções do Plano do ano 2023

(valores em euros)																									
Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)				Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado	Despesas									Total previsto (j) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)+(i)
																2023			Anos seguintes						
		Ano / N.º	Ação				Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2024 (e)		2025 (f)	2026 (g)			2027 (h)	2028 e seg. (i)								
04				SAÚDE E SOCIAL																					
04 001				SAÚDE E ACÇÃO SOCIAL																					
04	001	2023/59	8	Seguros	0102 020212	O	100				05	01/2023	12/2027	0		1 000	1 000		1 000	1 000	1 000	1 000	5 000		
04	001	2023/59	9	Outros Serviços	0102 020225	O	100				05	01/2023	12/2027	0		2 500	2 500		2 500	2 500	2 500	2 500	12 500		
04	001	2023/60		Transferência Competências - Saúde																					
04	001	2023/60	1	Eficiência Energética nos Equipamentos de Saúde	0102 07010301	E		100			05	01/2023	12/2024	0		296 810	10	296 800	10				296 820		
04	001	2023/60	2	Instalações	0102 07010301	O	100				05	01/2023	12/2027	0		10	10						10		
04	001	2023/60	3	Equipamentos	0102 07011002	O	100				05	01/2023	12/2027	0		10	10						10		
04	001	2023/60	4	Transferência / Delegação de Competências	0102 040301	O	100				05	01/2023	12/2023	0		10	10						10		
04	001	2023/60	5	Combustíveis e Lubrificantes - Gasolina	0102 02010201	O	100				05	01/2023	12/2027	0		1 000	1 000		1 000	1 000	1 000	1 000	5 000		
04	001	2023/60	6	Material Higiene e Limpeza	0102 020104	O	100				05	01/2023	12/2027	0		10	10		10	10	10	10	50		
04	001	2023/60	7	Material de Escritório	0102 020108	O	100				05	01/2023	12/2027	0		10	10		10	10	10	10	50		
04	001	2023/60	8	Outros Bens	0102 020121	O	100				05	01/2023	12/2027	0		1 000	1 000		1 000	1 000	1 000	1 000	5 000		
04	001	2023/60	9	Encargos das Instalações	0102 020201	O	100				05	01/2023	12/2027	0		25 500	25 500		25 500	25 500	25 500	25 500	127 500		
04	001	2023/60	10	Serviços Limpeza	0102 020202	O	100				05	01/2023	12/2027	0		150	150		150	150	150	150	750		
04	001	2023/60	11	Rendas de Imóveis	0102 020204	O	100				05	01/2023	12/2027	0		4 600	4 600		4 600	4 600	4 600	4 600	23 000		
04	001	2023/60	12	Conservação e Manutenção Edifícios e Equipamentos	0102 020203	O	100				05	01/2023	12/2027	0		34 000	34 000		34 000	34 000	34 000	34 000	170 000		
04	001	2023/60	13	Comunicações	0102 020209	O	100				05	01/2023	12/2027	0		10	10		10	10	10	10	50		
04	001	2023/60	14	Transportes	0102 020210	O	100				05	01/2023	12/2027	0		3 900	3 900		3 900	3 900	3 900	3 900	19 500		
04	001	2023/60	15	Seguros	0102 020212	O	100				05	01/2023	12/2027	0		1 000	1 000		1 000	1 000	1 000	1 000	5 000		
04	001	2023/60	16	Outros Serviços	0102 020225	O	100				05	01/2023	12/2027	0		5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000	25 000		
04	001	2023/61		Transferência Competências - Ação Social																					
04	001	2023/61	1	Outros Bens	0102 020121	O	100				05	01/2023	12/2027	0		1 000	1 000		1 000	1 000	1 000	1 000	5 000		
04	001	2023/61	2	Outros Serviços	0102 020225	O	100				05	01/2023	12/2027	0		1 000	1 000		1 000	1 000	1 000	1 000	5 000		
04	001	2023/62		Funcionamento																					
04	001	2023/62	1	Outros Bens	0102 020121	O	100				05	01/2023	12/2027	0		2 500	2 500		2 500	2 500	2 500	2 500	12 500		
04	001	2023/62	2	Outros Serviços	0102 020225	O	100				05	01/2023	12/2027	0		2 500	2 500		2 500	2 500	2 500	2 500	12 500		
Totais do Programa 001:															21 500	638 980	342 180	296 800	304 690	304 680	304 680	297 180		1 871 710	
Totais do Objetivo 04:															21 500	638 980	342 180	296 800	304 690	304 680	304 680	297 180	0	1 871 710	

Orçamento Inicial - Grandes Opções do Plano do ano 2023

																				(valores em euros)				
Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)				Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas					Total previsto (j) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)+(i)			
																2023			Anos seguintes					
		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)				Financiam. não definido (d)	2024 (e)	2025 (f)	2026 (g)		2027 (h)	2028 e seg. (i)											
05				PLANEAMENTO E URBANISMO																				
05 001				PLANEAMENTO E ORDENAMENTO																				
05	001	2020/61		Operações de Reabilitação Urbana	0102 020214	O	100				03	01/2020	12/2026	0		3 850	3 850				3 850			
05	001	2023/63		Planos de Expansão																				
05	001	2023/63	1	Estudos e Projetos	0102 020214	O	100				03	01/2023	12/2024	0		10	10		10		20			
05	001	2023/63	2	Infraestruturas	0102 07030301	E	100				03	01/2023	12/2027	0		10	10		10	10	50			
05	001	2023/64		Eficiência Energética na Iluminação Pública	0102 070209	O	100				03	01/2023	12/2027	0		10	10		10	10	50			
05	001	2023/65		Sistema de Informação Geográfica - Cartografia e Ortofotomapas	0102 020220	O	100				03	01/2023	12/2027	0	20 539	7 500	7 500				28 039			
Totais do Programa 001:															20 539	11 380	11 380		30	20	20	20		32 009
05 002				URBANIZAÇÃO																				
05	002	2019/58		Toponímia e Números de Polícia	0102 020121	O	100				03	01/2019	12/2023	0	16 651	7 500	7 500				24 151			
05	002	2023/66		Aquisição de Terrenos	0102 070101	O	100				03	01/2023	12/2027	0		10	10		10	10	50			
Totais do Programa 002:															16 651	7 510	7 510		10	10	10	10		24 201
05 003				REABILITAÇÃO URBANA																				
05	003	2020/63		Plano de Mobilidade da Vila de Penela	0102 07030301	E	2	61	37	03	01/2020	12/2023	1	132 735	1 493 000	1 493 000		10			1 625 745			
05	003	2020/64		Regenerações Urbanas - Penela + Acessível	0102 07030301	E	2	62	36	03	01/2020	12/2023	1		301 000	301 000		10			301 010			
05	003	2020/66		Parque Verde Intergeracional	0102 07010405	E	100				03	01/2020	12/2023	0	14 723	10 000	10 000				24 723			
05	003	2021/57		Parque das Águas Romanas - Iluminação	0102 07030304	O	100				03	01/2021	12/2023	0	1 582	12 500	12 500				14 082			
05	003	2021/183		Reabilitação Equipamentos Parque das Águas Romanas	0102 07010406	E	100				03	03/2021	12/2023	0	36 489	7 000	7 000				43 489			
05	003	2023/67		Regenerações Urbanas em Espaço Público	0102 07030301	O	100				03	01/2023	12/2027	0		20 000	20 000		20 000	20 000	100 000			
05	003	2023/68		Mobiliário Urbano e outro equipamento básico	0102 07011002	O	100				03	01/2023	12/2027	0		7 500	7 500		7 500	7 500	37 500			
05	003	2023/69		Espaços Verdes	0102 07030305	O	100				03	01/2023	12/2027	0		1 500	1 500		1 500	1 500	7 500			
05	003	2023/70		Rede de Iluminação Pública	0102 07030304	O	100				03	01/2023	12/2027	0		20 000	20 000		7 500	7 500	50 000			
05	003	2023/71		Delegação de Competências	0102 08050102	O	100				03	01/2023	12/2027	0		10 000	10 000		10 000	10 000	50 000			
05	003	2023/72		Projeto Pintar Penela	0102 04080202	O	100				03	01/2023	12/2027	0		15 000	15 000		30 000	30 000	135 000			
05	003	2023/73		Matérias Primas e Subsidiárias	0102 020101	O	100				03	01/2023	12/2027	0		7 500	7 500		7 500	7 500	37 500			
05	003	2023/74		Outros Serviços	0102 020225	O	100				03	01/2023	12/2027	0		7 500	7 500		7 500	7 500	37 500			
Totais do Programa 003:															185 529	1 912 500	1 912 500		91 520	91 500	91 500	91 500		2 464 049
Totais do Objetivo 05:															222 719	1 931 390	1 931 390	0	91 560	91 530	91 530	91 530	0	2 520 259

Orçamento Inicial - Grandes Opções do Plano do ano 2023

(valores em euros)																								
Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)				Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado	Despesas								Total previsto (j) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)+(i)
																2023			Anos seguintes					
		Ano / N°	Ação				Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2024 (e)		2025 (f)	2026 (g)			2027 (h)	2028 e seg. (i)							
06		INFRA-ESTRUTURAS BÁSICAS																						
06 001		SANEAMENTO E ÁGUAS PLUVIAIS																						
06	001	2022/74	Extensão Redes Saneamento - Investimentos não elegíveis	0102 07030301	O	100				03	01/2022	12/2024	0		300 000	300 000		1 000 000	750 000		2 050 000			
06	001	2023/75	Construção, Manutenção e Beneficiação Redes Saneamento	0102 07030302	O	100				03	01/2023	12/2027	0		15 000	15 000		15 000	15 000	15 000	15 000	75 000		
06	001	2023/76	Águas Pluviais	0102 07030302	O	100				03	01/2023	12/2027	0		10 000	10 000		10 000	10 000	10 000	10 000	50 000		
06	001	2023/77	Matérias Primas e Subsidiárias	0102 020101	O	100				03	01/2023	12/2027	0		10 000	10 000		10 000	10 000	10 000	10 000	50 000		
06	001	2023/78	Outros Serviços	0102 020225	O	100				03	01/2023	12/2027			5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000	25 000		
Totais do Programa 001:															340 000	340 000		1 040 000	790 000	40 000	40 000		2 250 000	
06 002		ABASTECIMENTO DE ÁGUA																						
06	002	2023/79	Construção, Manutenção e Beneficiação Redes e Depósitos Água	0102 07030307	O	100				03	01/2023	12/2027	0		7 500	7 500		7 500	7 500	7 500	7 500	37 500		
06	002	2023/80	Equipamento Básico	0102 07011002	O	100				03	01/2023	12/2027	0		3 000	3 000		3 000	3 000	3 000	3 000	15 000		
06	002	2023/81	Matérias Primas e Subsidiárias	0102 020101	O	100				03	01/2023	12/2027	0		2 500	2 500		2 500	2 500	2 500	2 500	12 500		
06	002	2023/82	Outros Serviços	0102 020225	O	100				03	01/2023	12/2027	0		2 500	2 500		2 500	2 500	2 500	2 500	12 500		
Totais do Programa 002:															15 500	15 500		15 500	15 500	15 500	15 500		77 500	
06 003		COMUNICAÇÃO E TRANSPORTES																						
06	003	2019/201	E.M. 557 - Variante (Boiça)	0102 07030301	E	100				03	01/2019	12/2027	1	78 047	10 000	10 000		10				88 057		
06	003	2020/85	E.M. Espinheiro - Rabaçal	0102 07030301	E	100				03	01/2020	12/2027	0		10	10				70 010	182 530	252 550		
06	003	2020/86	E.M. Cumieira - Cabeça Redonda	0102 07030301	E	100				03	01/2020	12/2027	0		10	10					327 500	327 510		
06	003	2020/87	E.M. Fonte Casal - Carvalhais	0102 07030301	E	100				03	01/2020	12/2027	0		10	10				282 000		282 010		
06	003	2023/83	Pav. Repav. Arruamentos e Reparação Conserv. Outras Vias	0102 07030301	O	100				03	01/2023	12/2027	0		400 000	400 000		150 000	150 000	150 000	150 000	1 000 000		
06	003	2023/84	Sinalização da Rede Viária	0102 07010409	O	100				03	01/2023	12/2027	0		10 000	10 000		10 000	10 000	10 000	10 000	50 000		
06	003	2023/85	Matérias Primas e Subsidiárias	0102 020101	O	100				03	01/2023	12/2027	0		30 000	30 000		30 000	30 000	30 000	30 000	150 000		
06	003	2023/86	Outros Serviços	0102 020225	O	100				03	01/2023	12/2027	0		5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000	25 000		
Totais do Programa 003:															78 047	455 030	455 030		195 010	195 000	547 010	705 030		2 175 127
06 004		CEMITÉRIOS																						
06	004	2023/87	Beneficiação e Manutenção Cemitérios	0102 07010412	O	100				03	01/2023	12/2027	0		7 500	7 500		7 500	7 500	7 500	7 500	37 500		

Orçamento Inicial - Grandes Opções do Plano do ano 2023

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)				Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas									Total previsto (j) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)+(i)
		Ano / N°	Ação													2023			Anos seguintes						
																Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2024 (e)	2025 (f)	2026 (g)	2027 (h)	2028 e seg. (i)		
06		INFRA-ESTRUTURAS BÁSICAS																							
06	004	CEMITÉRIOS																							
06	004	2023/88	Matérias Primas e Subsidiárias		0102 020101	O	100				03	01/2023	12/2027	0		10 000	10 000		10 000	10 000	10 000	10 000			50 000
Totais do Programa 004:																17 500	17 500		17 500	17 500	17 500	17 500			87 500
Totais do Objetivo 06:																78 047	828 030	828 030	0	1 268 010	1 018 000	620 010	778 030	0	4 590 127
07		DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO																							
07	001	INOVAÇÃO COMPETITIVIDADE E EMPREENDEDORÍSMO																							
07	001	2020/94	HIESE - Capacitação Económica do Território		0102 040701	O	100				0102	01/2020	12/2023	3	176 316	52 000	52 000								228 316
07	001	2020/213	Projeto Neetmaker - Capacitação e Estimulo à Empregabilidade e Inclusão Social		0102 040701	O	100				0102	01/2020	12/2023	3	31 461	30 300	30 300								61 761
07	001	2021/80	Programa Municipal Criatividade e Inovação Fab Lab		0102 020225	O	100				0102	01/2021	12/2026	0		500	500		500	500	500	500			2 500
07	001	2023/90	Fórum Desenvolvimento Económico		0102 020225	O	100				0102	01/2023	12/2027	0		3 000	3 000		3 000	3 000	3 000	3 000			15 000
07	001	2023/91	Programa "Penela Não Pára"		0102 020210	O	100				0102	01/2023	12/2027	0		35 000	35 000								35 000
07	001	2023/92	Conexão Metro Mondego		0102 070101	O	100				0102	01/2023	12/2027	0		500	500		500	500	500	500			2 500
Totais do Programa 001:																207 777	121 300	121 300	4 000	4 000	4 000	4 000			345 077
07	002	INVESTIMENTO EMPRESARIAL																							
07	002	2018/85	HIESE - Habitat de Inovação Empresarial em Sectores Estratégicos																						
07	002	2018/85	1	Ampliação do Edifício	0102 07010301	E			85	15	03	01/2018	12/2023	1	390 528	72 500	72 500								463 028
07	002	2018/85	2	Mobiliário	0102 070109	O	100				03	01/2018	12/2023	0		1 000	1 000								1 000
07	002	2018/90	Zona Industrial Louriceira																						
07	002	2018/90	1	Zona Industrial Louriceira - Obra	0102 07010413	E	15		85		03	01/2018	12/2023	1	1 423 798	65 000	65 000								1 488 798
07	002	2018/90	2	Aquisição de Terrenos	0102 070101	O	15		85		0102	01/2018	12/2023	3	404 336	5 000	5 000								409 336
07	002	2018/90	4	Sinalética	0102 07010409	O	15		85		03	01/2018	12/2023	0		10 000	10 000								10 000
07	002	2023/93	Parque Industrial PENELI		0102 07010413	O	100				03	01/2023	12/2027	0		10	10								10
07	002	2023/94	Zona Industrial de Penela		0102 07010413	O	100				03	01/2023	12/2027	0		5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000			25 000
07	002	2023/95	Sinalética		0102 07010409	O	100				03	01/2023	12/2027	0		10 000	10 000								10 000
07	002	2023/96	Intervenções em Zonas Industriais		0102 020225	O	100				03	01/2023	12/2027	0		10 000	10 000		10 000	10 000	10 000	10 000			50 000
07	002	2023/97	Núcleo Empresarial Penela - Apoio Funcionamento		0102 040701	O	100				0102	01/2023	12/2027	0		16 500	16 500		16 500	16 500	16 500	16 500			82 500
07	002	2023/98	Aquisição de Terrenos		0102 070101	O	100				0102	01/2023	12/2027	0		10	10								10
Totais do Programa 002:																2 218 662	195 020	195 020	31 500	31 500	31 500	31 500			2 539 682

Orçamento Inicial - Grandes Opções do Plano do ano 2023

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)				Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas									Total previsto (j) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)+(i)
		Ano / N°	Ação									2023				Anos seguintes									
												Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)			Financiam. não definido (d)	2024 (e)	2025 (f)	2026 (g)	2027 (h)	2028 e seg. (i)				
07 003				DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO																					
07 003				TURISMO																					
07	003	2018/189		1	Provere iNature - Trilhos do Sicó	0102 07010413	O	100			04	01/2018	12/2023	3	8 400	15 000	15 000								23 400
07	003	2018/189		1	Acessibilidades Sistema Visitação Multimédia	0102 07010307	E	50		50	04	01/2019	12/2023	0	8 400	30 000	30 000								38 400
07	003	2019/202			Requalificação Espaço Natural da Louçainha	0102 07010413	E	14		36	50	04	01/2019	12/2023	1	27 410	260 000	260 000		100 000					387 410
07	003	2020/108			Pousada do Rabaçal	0102 07010301	E	100				04	01/2020	12/2023	0	57 175	10	10							57 185
07	003	2020/209			Ferraria Aldeia Viva - Protocolo de Colaboração	0102 040701	O	100				04	04/2020	12/2023	3	50 000	15 000	15 000							65 000
07	003	2022/191			Miradouro da Boavista	0102 07030301	E	100				04	01/2022	12/2023	0		30 000	30 000							30 000
07	003	2022/192			Corredores do Património	0102 020225	O	100				04	01/2022	12/2023	0		18 450	18 450							18 450
07	003	2023/99			Praia Fluvial Louçainha	0102 07010413	O	100				04	01/2023	12/2027	0		5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000		25 000
07	003	2023/100			Conservação e Beneficiação Edifícios Turísticos e de Restauração	0102 07010301	O	100				04	01/2023	12/2027	0		10 000	10 000		10 000	10 000	10 000	10 000		50 000
07	003	2023/101			Aproveitamento Outros Locais Recreio e Turismo	0102 07030313	O	100				04	01/2023	12/2027	0		2 500	2 500		2 500	2 500	2 500	2 500		12 500
07	003	2023/102			ASA - Área Serviço Autocaravanas	0102 07010413	E	100				04	01/2023	12/2023	0		3 000	3 000							3 000
07	003	2023/103			Inature - Comparticipação Eficiência Coletiva	0102 040701	O	100				04	01/2023	12/2023	0		4 565	4 565							4 565
07	003	2023/104			Rede Aldeias Xisto - Dinamização FarmReal	0102 020225	O	100				04	01/2023	12/2027	0		500	500		500	500	500	500		2 500
07	003	2023/105			Aquisição Material Divulgação Turística	0102 020120	O	100				04	01/2023	12/2027	0		5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000		25 000
07	003	2023/106			Acções Promocionais	0102 020225	O	100				04	01/2023	12/2027	0		20 000	20 000		20 000	20 000	20 000	20 000		100 000
07	003	2023/107			Penela Presépio																				
07	003	2023/107		1	Outros Bens	0102 020121	O	100				04	01/2023	12/2027	0		20 000	20 000		20 000	20 000	20 000	20 000		100 000
07	003	2023/107		2	Outros Serviços	0102 020225	O	100				04	01/2023	12/2027	0		180 000	180 000		130 000	130 000	130 000	130 000		700 000
07	003	2023/108			Feira Medieval																				
07	003	2023/108		1	Outros Bens	0102 020121	O	100				04	01/2023	12/2027	0		5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000		25 000
07	003	2023/108		2	Outros Serviços	0102 020225	O	100				04	01/2023	12/2027	0		15 000	15 000		15 000	15 000	15 000	15 000		75 000
07	003	2023/109			Apoio a Eventos de Promoção Concelhia	0102 04050102	O	100				04	01/2023	12/2027	0		10 000	10 000		10 000	10 000	10 000	10 000		50 000
07	003	2023/110			Apoio a Eventos de Interesse Municipal	0102 040701	O	100				04	01/2023	12/2027	0		15 000	15 000		15 000	15 000	15 000	15 000		75 000
07	003	2023/111			Matérias Primas e Subsidiárias	0102 020101	O	100				04	01/2023	12/2027	0		5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000		25 000
07	003	2023/112			Aquisição de Edifícios	0102 07010307	O	100				04	01/2023	12/2027	0		10	10							10
07	003	2023/113			Aquisição de Terrenos	0102 070101	O	100				0102	01/2023	12/2023	0		10	10							10
07	003	2023/114			Funcionamento																				
07	003	2023/114		1	Outros Bens	0102 020121	O	100				04	01/2023	12/2027	0		5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000		25 000

Orçamento Inicial - Grandes Opções do Plano do ano 2023

(valores em euros)																									
Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)				Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas									Total previsto (j) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)+(i)
																2023			Anos seguintes						
		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)				Financiam. não definido (d)	2024 (e)	2025 (f)	2026 (g)		2027 (h)	2028 e seg. (i)												
07				DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO																					
07	003			TURISMO																					
07	003	2023/114	2	Outros Serviços	0102 020225	O	100				04	01/2023	12/2027	0		12 500	12 500		12 500	12 500	12 500	12 500			62 500
Totais do Programa 003:															151 385	686 545	686 545	360 500	260 500	260 500	260 500			1 979 930	
07	004			MERCADOS E FEIRAS																					
07	004	2023/115		Feira São Miguel / FAGRIP																					
07	004	2023/115	1	Outros Bens	0102 020121	O	100				04	01/2023	12/2027	0		5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000			25 000
07	004	2023/115	2	Outros Serviços	0102 020225	O	100				04	01/2023	12/2027	0		160 000	160 000		160 000	160 000	160 000	160 000			800 000
07	004	2023/116		Feira do Mel																					
07	004	2023/116	1	Outros Bens	0102 020121	O	100				04	01/2023	12/2027	0		5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000			25 000
07	004	2023/116	2	Outros Serviços	0102 020225	O	100				04	01/2023	12/2027	0		27 500	27 500		27 500	27 500	27 500	27 500			137 500
07	004	2023/117		Mercado do Queijo e dos Romanos																					
07	004	2023/117	1	Outros Bens	0102 020121	O	100				04	01/2023	12/2027	0		2 500	2 500		2 500	2 500	2 500	2 500			12 500
07	004	2023/117	2	Outros Serviços	0102 020225	O	100				04	01/2023	12/2027	0		7 500	7 500		7 500	7 500	7 500	7 500			37 500
Totais do Programa 004:																207 500	207 500	207 500	207 500	207 500	207 500			1 037 500	
07	005			PATRIMÓNIO AGRÍCOLA																					
07	005	2020/126		Caça e Pesca sem Morte	0102 020220	O	15		85		03	01/2020	12/2023	1	10 640	10	10								10 650
07	005	2023/118		Caminhos Agrícolas	0102 07030308	O	100				03	01/2023	12/2027	0		5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000			25 000
07	005	2023/119		Beneficiação de Regadios, Açudes, Levadas e Linhas de Água	0102 07030313	O	100				03	01/2023	12/2027	0		5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000			25 000
07	005	2023/120		Matérias Primas e Subsidiárias	0102 020101	O	100				03	01/2023	12/2027	0		2 500	2 500		2 500	2 500	2 500	2 500			12 500
Totais do Programa 005:															10 640	12 510	12 510	12 500	12 500	12 500	12 500			73 150	
07	006			PATRIMÓNIO FLORESTAL																					
07	006	2019/119		CIUS - Centro Investigação dos Ungulados																					
07	006	2019/119	1	Requalificação Infraestruturas	0102 07010301	E	100				03	01/2019	12/2023	1	65 806	7 500	7 500								73 306
07	006	2019/119	3	Equipamento	0102 07011002	O	100				03	01/2019	12/2023	0		44 000	44 000								44 000
07	006	2019/119	4	Trabalhos Especializados	0102 020220	O	100				03	01/2019	12/2023	0		51 700	51 700								51 700
07	006	2019/119	5	Protocolos de Colaboração	0102 040701	O	100				03	01/2019	12/2023	0		66 500	66 500								66 500
07	006	2019/120		Centro Competências Geoespacial	0102 020220	O	100				03	01/2019	12/2026	3		5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000			25 000
07	006	2019/122		Sistema Silvopastoril - Quinta Vale Espinhal																					
07	006	2019/122	1	Instalação Sistema Silvopastoril	0102 020220	E	15		85		03	01/2019	12/2023	3	14 188	500	500								14 688

Orçamento Inicial - Grandes Opções do Plano do ano 2023

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)				Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas									Total previsto (j) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)+(i)
																2023			Anos seguintes						
		Ano / N°	Ação				Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2024 (e)		2025 (f)	2026 (g)			2027 (h)	2028 e seg. (i)								
07		DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO																							
07 006		PATRIMÓNIO FLORESTAL																							
07	006	2022/120		Condomínio de Aldeia																					
07	006	2022/120	1	Conservação e Reparação Muros e Linhas de Água	0102 07030313	O	100				03	01/2022	12/2023	0		15 230	15 230								15 230
07	006	2022/120	2	Equipamento Básico	0102 07011002	O	100				03	01/2022	12/2023	0		2 500	2 500								2 500
07	006	2022/120	3	Silvicultura Preventiva	0102 020220	O	100				03	01/2022	12/2023	0		17 500	17 500								17 500
07	006	2022/120	4	Formação	0102 020215	O	100				03	01/2022	12/2023	0		1 100	1 100								1 100
07	006	2023/121		Plano Municipal Defesa Floresta Contra Incêndios																					
07	006	2023/121	1	Rede Viária Florestal	0102 07030308	O	100				03	01/2023	12/2027	0		5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000			25 000
07	006	2023/121	2	Pontos de Água	0102 07030313	O	100				03	01/2023	12/2027	0		1 000	1 000		1 000	1 000	1 000	1 000			5 000
07	006	2023/121	3	Equipamento Básico	0102 07011002	O	100				03	01/2023	12/2027	0		3 000	3 000		3 000	3 000	3 000	3 000			15 000
07	006	2023/121	4	Silvicultura Preventiva	0102 020220	O	100				03	01/2023	12/2023	0		30 000	30 000		30 000	30 000	30 000	30 000			150 000
07	006	2023/121	5	Outros Bens	0102 020121	O	100				03	01/2023	12/2027	0		3 500	3 500		3 500	3 500	3 500	3 500			17 500
07	006	2023/121	6	Outros Serviços	0102 020225	O	100				03	01/2023	12/2027	0		3 500	3 500		3 500	3 500	3 500	3 500			17 500
07	006	2023/121	7	Equipamento de Protecção individual	0102 020107	O	100				03	01/2023	12/2027	0		2 000	2 000		2 000	2 000	2 000	2 000			10 000
Totais do Programa 006:															79 994	259 530	259 530		53 000	53 000	53 000	53 000			551 524
07 007		DESENVOLVIMENTO RURAL																							
07	007	2020/128		Aldeias.com - Casa do Rebanho																					
07	007	2020/128	1	Casa do Rebanho	0102 07010413	E	100				03	01/2020	12/2023	1		11 500	11 500								11 500
07	007	2021/110		Mercado dos Produtores																					
07	007	2021/110	1	Requalificação Mercado Municipal de Penela	0102 07010303	E	50		50		03	01/2021	12/2023	0	20 545	11 000	11 000								31 545
07	007	2021/110	2	Equipamento	0102 07011002	O	50		50		03	01/2021	12/2023	0		20 000	20 000								20 000
07	007	2021/114		Programa Valorização Económica e Territorial do Queijo na Região Centro	0102 040701	O	100				03	01/2021	12/2027	0		500	500								500
07	007	2022/122		Mercado Sicó Rabaçal	0102 07010303	O	100				03	01/2022	12/2023	0		10	10		20 000						20 010
07	007	2023/122		Área Agrícola da Quinta Vale Espinhal	0102 020101	O	100				03	01/2023	12/2027	0		5 000	5 000								5 000
07	007	2023/123		Vinália	0102 020225	O	100				04	01/2023	12/2027	0		5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000			25 000
07	007	2023/124		Broa Cumieira	0102 020225	O	100				04	01/2023	12/2027	0		5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000			25 000
07	007	2023/125		Funcionamento																					
07	007	2023/125	1	Outros Bens	0102 020121	O	100				03	01/2023	12/2027	0		2 500	2 500		2 500	2 500	2 500	2 500			12 500

Orçamento Inicial - Grandes Opções do Plano do ano 2023

Pág. 14/18

Orçamento Inicial - Grandes Opções do Plano do ano 2023

(valores em euros)																								
Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)				Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado	Despesas								Total previsto (j) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)+(i)
																2023			Anos seguintes					
		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)				Financiam. não definido (d)	2024 (e)	2025 (f)	2026 (g)		2027 (h)	2028 e seg. (i)											
08				AMBIENTE E PROTECÇÃO CIVIL																				
08	003			PROTECÇÃO CIVIL																				
08	003	2023/135		Acções de Vigilância Florestal	0102 040701	O	100				0102	01/2023	12/2027	0		6 000	6 000		6 000	6 000	6 000	6 000	30 000	
08	003	2023/136		Acções de Vigilância Parques e Equipamentos	0102 040701	O	100				0102	01/2023	12/2027	0		10	10						10	
08	003	2023/137		Protocolos de Colaboração	0102 040701	O	100				0102	01/2023	12/2027	0		1 000	1 000		1 000	1 000	1 000	1 000	5 000	
08	003	2023/138		Incentivo ao Voluntariado	0102 04080202	O	100				0102	01/2023	12/2027	0		2 000	2 000		2 000	2 000	2 000	2 000	10 000	
08	003	2023/139		Equipamento Básico	0102 07011002	O	100				0102	01/2023	12/2027	0		5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000	25 000	
08	003	2023/140		Outros Bens	0102 020121	O	100				0102	01/2023	12/2027	0		5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000	25 000	
08	003	2023/141		Outros Serviços	0102 020225	O	100				0102	01/2023	12/2027	0		2 000	2 000		2 000	2 000	2 000	2 000	10 000	
Totais do Programa 003:															207 284	266 520	266 520		245 010	245 010	245 010	245 010	67 000	1 520 844
Totais do Objetivo 08:															216 503	490 720	490 720	0	424 510	424 510	424 510	424 510	67 000	2 472 263
09				ASSOCIATIVISMO																				
09	001			ASSOCIAÇÕES																				
09	001	2023/142		Terras de Sico - Associação de Desenvolvimento - Quotas	0102 06020305	O	100				0102	01/2023	12/2027	0		12 000	12 000		12 000	12 000	12 000	12 000	60 000	
09	001	2023/143		Terras de Sico - Associação de Desenvolvimento - Comparticipação Projectos Comuns	0102 040701	O	100				0102	01/2023	12/2027	0		11 000	11 000		11 000	11 000	11 000	11 000	55 000	
09	001	2023/144		Terras de Sico - Associação de Desenvolvimento - Comparticipação Projectos Comuns	0102 080701	O	100				0102	01/2023	12/2027	0		10 000	10 000		10 000	10 000	10 000	10 000	50 000	
09	001	2023/145		ANMP - Associação Nacional Municípios Portugueses - Quotas	0102 06020305	O	100				0102	01/2023	12/2027	0		4 425	4 425		4 425	4 425	4 425	4 425	22 125	
09	001	2023/146		DUECEIRA - Associação de Desenvolvimento - Quotas	0102 06020305	O	100				0102	01/2023	12/2027	0		4 500	4 500		4 500	4 500	4 500	4 500	22 500	
09	001	2023/147		DUECEIRA - Comparticipação de Projectos Comuns	0102 040701	O	100				0102	01/2023	12/2027	0		5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000	25 000	
09	001	2023/148		DUECEIRA - Comparticipação Projectos Comuns	0102 080701	O	100				0102	01/2023	12/2027	0		5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000	25 000	
09	001	2023/149		FLOPEN - Assoc. Prod. Florestais Concelho Penela - Quotas	0102 06020305	O	100				0102	01/2023	12/2027	0		500	500		500	500	500	500	2 500	
09	001	2023/150		FLOPEN - Comparticipação Projectos Comuns	0102 040701	O	100				0102	01/2023	12/2027	0		10	10		10	10	10	10	50	
09	001	2023/151		Associação Arbitragem Conflitos Consumo - Quotas	0102 06020305	O	100				0102	01/2023	12/2027	0		750	750		750	750	750	750	3 750	
09	001	2023/152		AREAC - Agência Reg. Energia Amb. Centro - Quotas	0102 06020305	O	100				0102	01/2023	12/2027	0		1 750	1 750		1 750	1 750	1 750	1 750	8 750	
09	001	2023/153		Agência ADXTUR - Quotas	0102 06020305	O	100				0102	01/2023	12/2027	0		7 680	7 680		7 680	7 680	7 680	7 680	38 400	
09	001	2023/154		Agência ADXTUR - Comparticipação Projectos Comuns	0102 040701	O	100				0102	01/2023	12/2027	0		10	10		10	10	10	10	50	
09	001	2023/155		Agência ADXTUR - Comparticipação Projectos Comuns	0102 080701	O	100				0102	01/2023	12/2027	0		10	10		10	10	10	10	50	

Orçamento Inicial - Grandes Opções do Plano do ano 2023

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)				Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas									Total previsto (j) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)+(i)
																2023			Anos seguintes						
		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)				Financiam. não definido (d)	2024 (e)	2025 (f)	2026 (g)		2027 (h)	2028 e seg. (i)												
09		ASSOCIATIVISMO																							
09 001		ASSOCIAÇÕES																							
09	001	2023/156		CIMRC - Comunidade Intermunicipal Região Coimbra - Quotas	0102 06020305	O		100			0102	01/2023	12/2027	0		16 100	16 100		16 100	16 100	16 100	16 100			80 500
09	001	2023/157		CIMRC - Comunidade Intermunicipal Região Coimbra - Comparticipação projectos comuns	0102 04050104	O		100			0102	01/2023	12/2030	0		160 000	160 000		187 500	132 000	132 000	132 000	330 000		1 073 500
09	001	2023/158		CIMRC - Comunidade Intermunicipal Região Coimbra - Comparticipação projectos comuns	0102 08050104	O		100			0102	01/2023	12/2027	0		21 000	21 000		15 010	1 200					37 210
09	001	2023/159		FICAM - Foro Ibérico das Cidades Amuralhadas - Quotas	0102 06020305	O		100			0102	01/2023	12/2027	0		300	300		300	300	300	300			1 500
09	001	2023/160		ACMMM - Agência dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego - Quotas	0102 06020305	O		100			0102	01/2023	12/2027	0		2 500	2 500		2 500	2 500	2 500	2 500			12 500
09	001	2023/161		ACMMM - Agência dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego - Comparticipação Projectos Comuns	0102 040701	O		100			0102	01/2023	12/2027	0		10	10		10	10	10	10			50
09	001	2023/162		ACMMM - Agência dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego - Comparticipação Projectos Comuns	0102 080701	O		100			0102	01/2023	12/2027	0		10	10		10	10	10	10			50
09	001	2023/163		Inov Cluster - Associação do Cluster Agro-Industrial do Centro - Quotas	0102 06020305	O		100			0102	01/2023	12/2027	0		350	350		350	350	350	350			1 750
09	001	2023/164		Rutis - Rede de Universidades Sêniiores - Quotas	0102 06020305	O		100			0102	01/2023	12/2027	0		60	60		60	60	60	60			300
09	001	2023/165		ADSL - Associação Desenvolvimento Serra da Lousã - Quotas	0102 06020305	O		100			0102	01/2023	12/2027	0		5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000			25 000
09	001	2023/166		Associação Nacional Assembleias Municipais - Quotas	0102 06020305	O		100			0102	01/2023	12/2027	0		1 175	1 175		1 175	1 175	1 175	1 175			5 875
09	001	2023/167		Novas Associações - Adesão Municipal ou Apoio Constituição Outras	0102 06020305	O		100			0102	01/2023	12/2027	0		8 000	8 000		2 500	2 500	2 500	2 500			18 000
Totais do Programa 001:																277 140	277 140		293 150	223 840	222 640	222 640	330 000	1 569 410	
Totais do Objetivo 09:																0	277 140	277 140	0	293 150	223 840	222 640	222 640	330 000	1 569 410
10		EDIFÍCIOS MUNICIPAIS																							
10 001		EDIFÍCIOS MUNICIPAIS																							
10	001	2020/186		Reabilitação Edifício Câmara Municipal																					
10	001	2020/186 1		Reabilitação Edifício	0102 07010301	E		100			03	01/2020	12/2023	0		525 000	10 000	515 000							525 000
10	001	2020/186 2		Mobiliário	0102 070109	O		100			03	01/2020	12/2023	0		40 010	10	40 000							40 010
10	001	2023/168		Rep., Conservação e Adaptação Edifícios Municipais	0102 07010301	O		100			03	01/2023	12/2027	0		50 000	50 000		10 000	10 000	10 000	10 000			90 000
10	001	2023/169		Aquisição de Terrenos	0102 070101	O		100			0102	01/2023	12/2023	0		10	10								10
10	001	2023/170		Funcionamento																					
10	001	2023/170 1		Material Higiene e Limpeza	0102 020104	O		100			03	01/2023	12/2027	0		25 000	25 000		25 000	25 000	25 000	25 000			125 000
10	001	2023/170 2		Matérias Primas e Subsidiárias	0102 020101	O		100			03	01/2023	12/2027	0		12 000	12 000		12 000	12 000	12 000	12 000			60 000

Orçamento Inicial - Grandes Opções do Plano do ano 2023

(valores em euros)																												
Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)				Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (j) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)+(i)				
																2023			Anos seguintes									
		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)				Financiam. não definido (d)	2024 (e)	2025 (f)	2026 (g)		2027 (h)	2028 e seg. (i)															
10							EDIFÍCIOS MUNICIPAIS																					
10	001						EDIFÍCIOS MUNICIPAIS																					
10	001	2023/170	3	Outros Serviços	0102 020225	O	100			03	01/2023	12/2027	0		17 500	17 500		17 500	17 500	17 500	17 500	87 500						
Totais do Programa 001:															669 520	114 520	555 000	64 500	64 500	64 500	64 500		927 520					
Totais do Objetivo 10:															0	669 520	114 520	555 000	64 500	64 500	64 500	64 500	0	927 520				
11				CONSERV. E APROV. SERVIÇOS MUNICIPAIS																								
11	001			MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E FORMAÇÃO																								
11	001	2023/171		Equipamento																								
11	001	2023/171	1	Equipamento Informático	0102 070107	O	100			0102	01/2023	12/2027	0		20 000	20 000		20 000	20 000	20 000	20 000	100 000						
11	001	2023/171	2	Software Informático	0102 070108	O	100			0102	01/2023	12/2027	0		15 000	15 000		15 000	15 000	15 000	15 000	75 000						
11	001	2023/171	3	Equipamento Administrativo	0102 070109	O	100			0102	01/2023	12/2027	0		10 000	10 000		10 000	10 000	10 000	10 000	50 000						
11	001	2023/171	4	Equipamento Básico	0102 07011002	O	100			0102	01/2023	12/2027	0		30 000	30 000		30 000	30 000	30 000	30 000	150 000						
11	001	2023/172		Acompanhamento do Sistema de Qualidade	0102 020220	O	100			0102	01/2023	12/2027	0		10 000	10 000		10 000	10 000	10 000	10 000	50 000						
11	001	2023/173		Formação	0102 020215	O	100			0102	01/2023	12/2027	0		20 000	20 000		20 000	20 000	20 000	20 000	100 000						
Totais do Programa 001:															105 000	105 000		105 000	105 000	105 000	105 000		525 000					
11	002			EQUIPAMENTO																								
11	002	2020/194		Postos Carregamento Viaturas Elétricas	0102 07011002	O	100			03	01/2020	12/2026	0		27 000	27 000						27 000						
11	002	2020/197		Viaturas - Locação	0102 070205	O	100			03	01/2020	12/2027	3	56 564	60 000	60 000		60 000	60 000	60 000	60 000	356 564						
11	002	2020/199		Máquinas - Locação	0102 070207	O	100			03	01/2020	12/2027	0	30 872	60 000	60 000		60 000	60 000	60 000	60 000	330 872						
11	002	2020/207		Juros Locação - Viaturas	0103 030305	O	100			0103	01/2020	12/2027	3	304	5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000	25 304						
11	002	2021/169		Juros Locação - Máquinas	0103 030307	O	100			0103	01/2021	12/2027	0	324	5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000	25 324						
11	002	2022/193		Infraestruturas Postos Carregamento Veículos Elétricos	0102 07010413	O	100			03	01/2022	12/2023	0		15 000	15 000						15 000						
11	002	2022/194		Promoção da Eficiência Energética Transportes Públicos	0102 07010602	O	28	72		03	01/2022	12/2023	0		435 420	435 420						435 420						
11	002	2023/174		Viaturas - Locação Operacional	0102 020206	O	100			03	01/2023	12/2027	0		6 000	6 000		7 500	7 500	7 500	7 500	36 000						
11	002	2023/175		Máquinas - Locação Operacional	0102 020208	O	100			03	01/2023	12/2027	0		10	10		10	10	10	10	50						
11	002	2023/176		Viaturas	0102 07010602	O	100			03	01/2023	12/2027	0		52 500	52 500		15 000	15 000	15 000	15 000	112 500						
11	002	2023/177		Máquinas	0102 07011002	O	100			03	01/2023	12/2027	0		47 500	47 500		12 500	12 500	12 500	12 500	97 500						
11	002	2023/178		Ferramentas e Utensílios	0102 070111	O	100			03	01/2023	12/2027	0		4 000	4 000		4 000	4 000	4 000	4 000	20 000						
11	002	2023/179		Oleos e Lubrificantes	0102 02010299	O	100			03	01/2023	12/2027	0		3 500	3 500		3 500	3 500	3 500	3 500	17 500						

Orçamento Inicial - Grandes Opções do Plano do ano 2023

(valores em euros)																									
Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)				Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas									Total previsto (j) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)+(i)
		Ano / N°	Ação				RP	RG	UE	EM		Início	Fim			2023			Anos seguintes						
																Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2024 (e)	2025 (f)	2026 (g)	2027 (h)	2028 e seg. (i)		
11				CONSERV. E APROV. SERVIÇOS MUNICIPAIS																					
11	002			EQUIPAMENTO																					
11	002	2023/180		Equipamento Higiene e Saúde no Trabalho	0102 020107	O	100				03	01/2023	12/2027	0		15 000	15 000		15 000	15 000	15 000	15 000		75 000	
11	002	2023/181		Material de Transporte - Peças	0102 020112	O	100				03	01/2023	12/2027	0		7 500	7 500		7 500	7 500	7 500	7 500		37 500	
11	002	2023/182		Outro Material - Peças	0102 020114	O	100				03	01/2023	12/2027	0		9 500	9 500		9 500	9 500	9 500	9 500		47 500	
11	002	2023/183		Ferramentas e Utensílios Desgaste Rápido	0102 020117	O	100				03	01/2023	12/2027	0		3 500	3 500		3 500	3 500	3 500	3 500		17 500	
11	002	2023/184		Outros Bens	0102 020121	O	100				03	01/2023	12/2027	0		6 000	6 000		6 000	6 000	6 000	6 000		30 000	
11	002	2023/185		Conservação e Manutenção Equipamentos	0102 020203	O	100				03	01/2023	12/2027	0		80 000	80 000		90 000	90 000	90 000	90 000		440 000	
Totais do Programa 002:															88 064	842 430	842 430		304 010	304 010	304 010	304 010		2 146 534	
Totais do Objetivo 11:															88 064	947 430	947 430	0	409 010	409 010	409 010	409 010	0	2 671 534	
Total Geral:															3 937 731	11 582 041	8 689 741	2 892 300	4 811 600	4 096 100	3 709 420	3 847 420	947 000	32 931 312	

ORGÃO EXECUTIVO

Em _____ de _____ de _____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em _____ de _____ de _____

Orçamento Inicial - Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2023

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)				Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas									Total previsto (j) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)+(i)
		Ano / N°	Ação				Total (b)=(c)+(d)	2023		Anos seguintes															
								Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2024 (e)		2025 (f)	2026 (g)			2027 (h)	2028 e seg. (i)								
01				EDUCAÇÃO																					
01 002				ENSINO BÁSICO																					
01	002	2007/9		Centros Escolares - Projetos	0102 07010305	O	100			05	01/2007	12/2023	4	60 543	2 400	2 400							62 943		
01	002	2021/1		Cobertura Espaço Recreio Centro Escolar Espinhal	0102 07010305	E	100			05	01/2021	12/2023	0		10	10		15 000					15 010		
01	002	2022/2		Construção Espaço Recreio Centro Escolar Espinhal	0102 07010406	O	100			05	01/2022	12/2023	0		5 000	5 000							5 000		
01	002	2022/195		Plataforma de Gestão Municipal da Educação	0102 070108	O	100			05	01/2022	12/2025	0		12 400	12 400		12 400					24 800		
01	002	2023/3		Centros Escolares																					
01	002	2023/3	1	Conservação, Beneficiação e Manutenção Edifícios	0102 07010305	O	100			05	01/2023	12/2027	0		10 000	10 000		10 000	10 000	10 000	10 000		50 000		
01	002	2023/3	2	Reabilitação e Construção Espaços Recreio e Desporto	0102 07010406	O	100			05	01/2023	12/2027	0		2 000	2 000		2 000	2 000	2 000	2 000		10 000		
Totais do Programa 002:															60 543	31 810	31 810		39 400	12 000	12 000	12 000		167 753	
01 003				ENSINO SECUNDÁRIO																					
01	003	2023/4		ETP Sicó - Polo de Penela - Manutenção e Conservação Edifício	0102 07010305	O	100			05	01/2023	12/2027	0		10 000	10 000							10 000		
Totais do Programa 003:																10 000	10 000							10 000	
01 005				FUNCIONAMENTO																					
01	005	2023/8		Transferência de Competências - Educação																					
01	005	2023/8	1	Manutenção das Instalações	0102 07010305	O	100			05	01/2023	12/2027	0		20 000	20 000		20 000	20 000	20 000	20 000		100 000		
Totais do Programa 005:																20 000	20 000		20 000	20 000	20 000	20 000		100 000	
Totais do Objetivo 01:															60 543	61 810	61 810	0	59 400	32 000	32 000	32 000	0	277 753	
02				CULTURA																					
02 001				BIBLIOTECA E AUDITÓRIO MUNICIPAL																					
02	001	2023/9		Conservação e Beneficiação Edifício	0102 07010301	O	100			04	01/2023	12/2027	0		10 000	10 000		40 000	5 000	5 000	5 000		65 000		
02	001	2023/10		Equipamento Básico	0102 07011002	O	100			04	01/2023	12/2027	0		5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000		25 000		
Totais do Programa 001:																15 000	15 000		45 000	10 000	10 000	10 000		90 000	
02 002				PATRIMÓNIO CULTURAL																					
02	002	2017/12		Reabilitação Castelo Penela - Percurso Pedonal e Iluminação	0102 07030313	E		85	15	04	01/2017	12/2023	2	352 544	185 000	185 000							537 544		
02	002	2018/12		Casa dos Saberes e do Território/Casa da Legião																					
02	002	2018/12	1	Reabilitação do Edifício	0102 07010301	E	15		85	04	01/2018	12/2023	1	23 921	450 000	450 000		10					473 931		
02	002	2018/12	2	Equipamento	0102 07011002	O	100			04	01/2018	12/2023	0		10	10		21 200					21 210		

Orçamento Inicial - Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2023

(valores em euros)																									
Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)				Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas									Total previsto (j) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)+(i)
																2023			Anos seguintes						
		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)				Financiam. não definido (d)	2024 (e)	2025 (f)	2026 (g)		2027 (h)	2028 e seg. (i)												
02				CULTURA																					
02 002				PATRIMÓNIO CULTURAL																					
02	002	2020/15		Villa Romana de São Simão	0102 07030313	E	100				04	01/2020	12/2023	0		60 000	60 000							60 000	
02	002	2021/23		Natal em Família																					
02	002	2021/23	2	Equipamento	0102 07011002	O			100		04	01/2021	12/2023	0		10 000	10 000							10 000	
02	002	2021/24		Do Xisto à Chanfana vai um Mundo																					
02	002	2021/24	2	Equipamento	0102 07011002	O	1		99		04	01/2021	12/2023	0		5 700	5 700							5 700	
02	002	2022/17		Complexo Arqueológico da Villa Romana do Rabaçal																					
02	002	2022/17	2	Empreitada	0102 07010413	E	15		85		03	01/2022	12/2027	0		2 040 510	10	2 040 500	10	10	10			2 040 540	
02	002	2023/14		Requalificação Zona Frontal e Acesso Quintal Lapas	0102 07030313	E	100				04	01/2023	12/2024	0		10	10		160 000					160 010	
02	002	2023/15		Valorização do Castelo de Penela e Outros Espaços Património	0102 07030313	O	100				04	01/2023	12/2027	0		5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000		25 000	
02	002	2023/16		Aquisição de Edifícios	0102 07010301	O	100				04	01/2023	12/2024	0		10	10							10	
02	002	2023/29		Aquisição de Terrenos	0102 070101	O	100				04	01/2023	12/2023	0		5 000	5 000							5 000	
Totais do Programa 002:															376 465	2 761 240	720 740	2 040 500	186 220	5 010	5 010	5 000			3 338 945
Totais do Objetivo 02:															376 465	2 776 240	735 740	2 040 500	231 220	15 010	15 010	15 000	0		3 428 945
03				JUVENTUDE E DESPORTO																					
03 001				PARQUES DESPORTIVOS																					
03	001	2016/32		Reabilitação Piscina Municipal Penela	0102 07010302	E	16		28	56	04	01/2016	12/2023	1	34 982	70 000	70 000							104 982	
03	001	2023/31		Implementação de Novos Equipamentos Desportivos	0102 07010406	O	100				04	01/2023	12/2023	0		25 000	25 000							25 000	
03	001	2023/32		Conservação e Beneficiação Edifícios Desportivos	0102 07010302	O	100				04	01/2023	12/2027	0		12 500	12 500		12 500	12 500	12 500	12 500		62 500	
03	001	2023/33		Reab. e Benef. Equipamentos Desportivos e Parques Infantis	0102 07010406	O	100				04	01/2023	12/2027	0		7 500	7 500		7 500	7 500	7 500	7 500		37 500	
03	001	2023/34		Equipamento Básico	0102 07011002	O	100				04	01/2023	12/2027	0		5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000		25 000	
03	001	2023/35		Eficiência Energética Equipamentos Desportivos	0102 07011002	O	100				04	01/2023	12/2027	0		5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000		25 000	
03	001	2023/36		Aquisição de Terrenos	0102 070101	O	100				04	01/2023	12/2023	0		10	10							10	
Totais do Programa 001:															34 982	125 010	125 010		30 000	30 000	30 000	30 000			279 992
Totais do Objetivo 03:															34 982	125 010	125 010	0	30 000	30 000	30 000	30 000	0		279 992
04				SAÚDE E SOCIAL																					
04 001				SAÚDE E ACÇÃO SOCIAL																					
04	001	2023/46		Realojamento de Emergência	0102 07011002	O	100				05	01/2023	12/2027	0		1 000	1 000							1 000	

Orçamento Inicial - Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2023

(valores em euros)																									
Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)				Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas									Total previsto (j) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)+(i)
																2023			Anos seguintes						
		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)				Financiam. não definido (d)	2024 (e)	2025 (f)	2026 (g)		2027 (h)	2028 e seg. (i)												
04				SAÚDE E SOCIAL																					
04 001				SAÚDE E ACÇÃO SOCIAL																					
04	001	2023/59		CPCJ - Funcionamento																					
04	001	2023/59	1	Equipamento Informático	0102 070107	O	100				05	01/2023	12/2023	0		2 000	2 000							2 000	
04	001	2023/59	2	Equipamento Básico	0102 07011002	O	100				05	01/2023	12/2027	0		250	250		250	250	250	250		1 250	
04	001	2023/60		Transferência Competências - Saúde																					
04	001	2023/60	1	Eficiência Energética nos Equipamentos de Saúde	0102 07010301	E			100		05	01/2023	12/2024	0		296 810	10	296 800	10					296 820	
04	001	2023/60	2	Instalações	0102 07010301	O	100				05	01/2023	12/2027	0		10	10							10	
04	001	2023/60	3	Equipamentos	0102 07011002	O	100				05	01/2023	12/2027	0		10	10							10	
Totais do Programa 001:																300 080	3 280	296 800	260	250	250	250		301 090	
Totais do Objetivo 04:																0	300 080	3 280	296 800	260	250	250	250	0	301 090
05				PLANEAMENTO E URBANISMO																					
05 001				PLANEAMENTO E ORDENAMENTO																					
05	001	2023/63		Planos de Expansão																					
05	001	2023/63	2	Infraestruturas	0102 07030301	E	100				03	01/2023	12/2027	0		10	10		10	10	10	10		50	
05	001	2023/64		Eficiência Energética na Iluminação Pública	0102 070209	O	100				03	01/2023	12/2027	0		10	10		10	10	10	10		50	
Totais do Programa 001:																20	20		20	20	20	20		100	
05 002				URBANIZAÇÃO																					
05	002	2023/66		Aquisição de Terrenos	0102 070101	O	100				03	01/2023	12/2027	0		10	10		10	10	10	10		50	
Totais do Programa 002:																10	10		10	10	10	10		50	
05 003				REABILITAÇÃO URBANA																					
05	003	2020/63		Plano de Mobilidade da Vila de Penela	0102 07030301	E	2	61	37	03	01/2020	12/2023	1	132 735	1 493 000	1 493 000		10						1 625 745	
05	003	2020/64		Regenerações Urbanas - Penela + Acessível	0102 07030301	E	2		62	36	03	01/2020	12/2023	1		301 000	301 000		10					301 010	
05	003	2020/66		Parque Verde Intergeracional	0102 07010405	E	100				03	01/2020	12/2023	0	14 723	10 000	10 000							24 723	
05	003	2021/57		Parque das Águas Romanas - Iluminação	0102 07030304	O	100				03	01/2021	12/2023	0	1 582	12 500	12 500							14 082	
05	003	2021/183		Reabilitação Equipamentos Parque das Águas Romanas	0102 07010406	E	100				03	03/2021	12/2023	0	36 489	7 000	7 000							43 489	
05	003	2023/67		Regenerações Urbanas em Espaço Público	0102 07030301	O	100				03	01/2023	12/2027	0		20 000	20 000		20 000	20 000	20 000	20 000		100 000	
05	003	2023/68		Mobiliário Urbano e outro equipamento básico	0102 07011002	O	100				03	01/2023	12/2027	0		7 500	7 500		7 500	7 500	7 500	7 500		37 500	
05	003	2023/69		Espaços Verdes	0102 07030305	O	100				03	01/2023	12/2027	0		1 500	1 500		1 500	1 500	1 500	1 500		7 500	

Orçamento Inicial - Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2023

																				(valores em euros)											
Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)				Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas									Total previsto (j) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)+(i)						
		Ano / N°	Ação				RP	RG	UE	EM		Início	Fim			2023			Anos seguintes												
																Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2024 (e)	2025 (f)	2026 (g)	2027 (h)	2028 e seg. (i)								
05 PLANEAMENTO E URBANISMO																															
05 003 REABILITAÇÃO URBANA																															
05	003	2023/70		Rede de Iluminação Pública	0102 07030304	O	100				03	01/2023	12/2027	0		20 000	20 000		7 500	7 500	7 500	7 500			50 000						
Totais do Programa 003:																185 529	1 872 500	1 872 500	36 520	36 500	36 500	36 500			2 204 049						
Totais do Objetivo 05:																185 529	1 872 530	1 872 530	0	36 550	36 530	36 530	36 530	0		2 204 199					
06 INFRA-ESTRUTURAS BÁSICAS																															
06 001 SANEAMENTO E ÁGUAS PLUVIAIS																															
06	001	2022/74		Extensão Redes Saneamento - Investimentos não elegíveis	0102 07030301	O	100				03	01/2022	12/2024	0		300 000	300 000		1 000 000	750 000					2 050 000						
06	001	2023/75		Construção, Manutenção e Beneficiação Redes Saneamento	0102 07030302	O	100				03	01/2023	12/2027	0		15 000	15 000		15 000	15 000	15 000	15 000			75 000						
06	001	2023/76		Águas Pluviais	0102 07030302	O	100				03	01/2023	12/2027	0		10 000	10 000		10 000	10 000	10 000	10 000			50 000						
Totais do Programa 001:																325 000	325 000		1 025 000	775 000	25 000	25 000			2 175 000						
06 002 ABASTECIMENTO DE ÁGUA																															
06	002	2023/79		Construção, Manutenção e Beneficiação Redes e Depósitos Água	0102 07030307	O	100				03	01/2023	12/2027	0		7 500	7 500		7 500	7 500	7 500	7 500			37 500						
06	002	2023/80		Equipamento Básico	0102 07011002	O	100				03	01/2023	12/2027	0		3 000	3 000		3 000	3 000	3 000	3 000			15 000						
Totais do Programa 002:																10 500	10 500		10 500	10 500	10 500	10 500			52 500						
06 003 COMUNICAÇÃO E TRANSPORTES																															
06	003	2019/201		E.M. 557 - Variante (Boiça)	0102 07030301	E	100				03	01/2019	12/2027	1	78 047	10 000	10 000		10						88 057						
06	003	2020/85		E.M. Espinheiro - Rabaçal	0102 07030301	E	100				03	01/2020	12/2027	0		10	10				70 010	182 530			252 550						
06	003	2020/86		E.M. Cumieira - Cabeça Redonda	0102 07030301	E	100				03	01/2020	12/2027	0		10	10					327 500			327 510						
06	003	2020/87		E.M. Fonte Casal - Carvalhais	0102 07030301	E	100				03	01/2020	12/2027	0		10	10				282 000				282 010						
06	003	2023/83		Pav. Repav. Arruamentos e Reparação Conserv. Outras Vias	0102 07030301	O	100				03	01/2023	12/2027	0		400 000	400 000		150 000	150 000	150 000	150 000			1 000 000						
06	003	2023/84		Sinalização da Rede Viária	0102 07010409	O	100				03	01/2023	12/2027	0		10 000	10 000		10 000	10 000	10 000	10 000			50 000						
Totais do Programa 003:																78 047	420 030	420 030	160 010	160 000	512 010	670 030			2 000 127						
06 004 CEMITÉRIOS																															
06	004	2023/87		Beneficiação e Manutenção Cemitérios	0102 07010412	O	100				03	01/2023	12/2027	0		7 500	7 500		7 500	7 500	7 500	7 500			37 500						
Totais do Programa 004:																7 500	7 500		7 500	7 500	7 500	7 500			37 500						
Totais do Objetivo 06:																78 047	763 030	763 030	0	1 203 010	953 000	555 010	713 030	0		4 265 127					

Orçamento Inicial - Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2023

(valores em euros)																									
Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)				Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas									Total previsto (j) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)+(i)
		Ano / Nº	Ação				RP	RG	UE	EM		Início	Fim			2023			Anos seguintes						
																Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2024 (e)	2025 (f)	2026 (g)	2027 (h)	2028 e seg. (i)		
07 DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO																									
07 001 INOVAÇÃO COMPETITIVIDADE E EMPREENDEDORÍSMC																									
07	001	2023/92		Conexão Metro Mondego	0102 070101	O	100				0102	01/2023	12/2027	0		500	500		500	500	500	500	2 500		
Totais do Programa 001:															500	500		500	500	500	500	2 500			
07 002 INVESTIMENTO EMPRESARIAL																									
07	002	2018/85		HIESE - Habitat de Inovação Empresarial em Sectores Estratégicos																					
07	002	2018/85	1	Ampliação do Edifício	0102 07010301	E		85	15	03	01/2018	12/2023	1	390 528	72 500	72 500						463 028			
07	002	2018/85	2	Mobiliário	0102 070109	O	100			03	01/2018	12/2023	0		1 000	1 000						1 000			
07	002	2018/90		Zona Industrial Louriceira																					
07	002	2018/90	1	Zona Industrial Louriceira - Obra	0102 07010413	E	15	85		03	01/2018	12/2023	1	1 423 798	65 000	65 000						1 488 798			
07	002	2018/90	2	Aquisição de Terrenos	0102 070101	O	15	85		0102	01/2018	12/2023	3	404 336	5 000	5 000						409 336			
07	002	2018/90	4	Sinalética	0102 07010409	O	15	85		03	01/2018	12/2023	0		10 000	10 000						10 000			
07	002	2023/93		Parque Industrial PENELI	0102 07010413	O	100			03	01/2023	12/2027	0		10	10						10			
07	002	2023/94		Zona Industrial de Penela	0102 07010413	O	100			03	01/2023	12/2027	0		5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000	25 000			
07	002	2023/95		Sinalética	0102 07010409	O	100			03	01/2023	12/2027	0		10 000	10 000						10 000			
07	002	2023/98		Aquisição de Terrenos	0102 070101	O	100			0102	01/2023	12/2027	0		10	10						10			
Totais do Programa 002:															2 218 662	168 520	168 520		5 000	5 000	5 000	5 000	2 407 182		
07 003 TURISMO																									
07	003	2018/189		Provere iNature - Trilhos do Sicó																					
07	003	2018/189	1	Acessibilidades Sistema Visitação Multimédia	0102 07010413	O	100			04	01/2018	12/2023	3	8 400	15 000	15 000						23 400			
07	003	2019/99		Rede Aldeias Calcário e Sicó	0102 07010307	E	50	50		04	01/2019	12/2023	0	8 400	30 000	30 000						38 400			
07	003	2019/202		Requalificação Espaço Natural da Louçainha	0102 07010413	E	14	36	50	04	01/2019	12/2023	1	27 410	260 000	260 000		100 000				387 410			
07	003	2020/108		Pousada do Rabaçal	0102 07010301	E	100			04	01/2020	12/2023	0	57 175	10	10						57 185			
07	003	2022/191		Miradouro da Boavista	0102 07030301	E	100			04	01/2022	12/2023	0		30 000	30 000						30 000			
07	003	2023/99		Praia Fluvial Louçainha	0102 07010413	O	100			04	01/2023	12/2027	0		5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000	25 000			
07	003	2023/100		Conservação e Beneficiação Edifícios Turísticos e de Restauração	0102 07010301	O	100			04	01/2023	12/2027	0		10 000	10 000		10 000	10 000	10 000	10 000	50 000			
07	003	2023/101		Aproveitamento Outros Locais Recreio e Turismo	0102 07030313	O	100			04	01/2023	12/2027	0		2 500	2 500		2 500	2 500	2 500	2 500	12 500			
07	003	2023/102		ASA - Área Serviço Autocaravanas	0102 07010413	E	100			04	01/2023	12/2023	0		3 000	3 000						3 000			
07	003	2023/112		Aquisição de Edifícios	0102 07010307	O	100			04	01/2023	12/2027	0		10	10						10			

Orçamento Inicial - Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2023

(valores em euros)																								
Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)				Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (j) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)+(i)
																2023			Anos seguintes					
		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)				Financiam. não definido (d)	2024 (e)	2025 (f)	2026 (g)		2027 (h)	2028 e seg. (i)											
07				DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO																				
07	003			TURISMO																				
07	003	2023/113		Aquisição de Terrenos	0102 070101	O	100				0102	01/2023	12/2023	0		10	10						10	
Totais do Programa 003:															101 385	355 530	355 530	117 500	17 500	17 500	17 500		626 915	
07	005			PATRIMÓNIO AGRÍCOLA																				
07	005	2023/118		Caminhos Agrícolas	0102 07030308	O	100				03	01/2023	12/2027	0		5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000	25 000	
07	005	2023/119		Beneficiação de Regadios, Açudes, Levadas e Linhas de Água	0102 07030313	O	100				03	01/2023	12/2027	0		5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000	25 000	
Totais do Programa 005:																10 000	10 000	10 000	10 000	10 000	10 000		50 000	
07	006			PATRIMÓNIO FLORESTAL																				
07	006	2019/119		CIUS - Centro Investigação dos Ungulados																				
07	006	2019/119 1		Requalificação Infraestruturas	0102 07010301	E	100				03	01/2019	12/2023	1	65 806	7 500	7 500						73 306	
07	006	2019/119 3		Equipamento	0102 07011002	O	100				03	01/2019	12/2023	0		44 000	44 000						44 000	
07	006	2022/120		Condominio de Aldeia																				
07	006	2022/120 1		Conservação e Reparação Muros e Linhas de Água	0102 07030313	O	100				03	01/2022	12/2023	0		15 230	15 230						15 230	
07	006	2022/120 2		Equipamento Básico	0102 07011002	O	100				03	01/2022	12/2023	0		2 500	2 500						2 500	
07	006	2023/121		Plano Municipal Defesa Floresta Contra Incêndios																				
07	006	2023/121 1		Rede Viária Florestal	0102 07030308	O	100				03	01/2023	12/2027	0		5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000	25 000	
07	006	2023/121 2		Pontos de Água	0102 07030313	O	100				03	01/2023	12/2027	0		1 000	1 000		1 000	1 000	1 000	1 000	5 000	
07	006	2023/121 3		Equipamento Básico	0102 07011002	O	100				03	01/2023	12/2027	0		3 000	3 000		3 000	3 000	3 000	3 000	15 000	
Totais do Programa 006:															65 806	78 230	78 230	9 000	9 000	9 000	9 000		180 036	
07	007			DESENVOLVIMENTO RURAL																				
07	007	2020/128		Aldeias.com - Casa do Rebanho																				
07	007	2020/128 1		Casa do Rebanho	0102 07010413	E	100				03	01/2020	12/2023	1		11 500	11 500						11 500	
07	007	2021/110		Mercado dos Produtores																				
07	007	2021/110 1		Requalificação Mercado Municipal de Penela	0102 07010303	E	50		50		03	01/2021	12/2023	0	20 545	11 000	11 000						31 545	
07	007	2021/110 2		Equipamento	0102 07011002	O	50		50		03	01/2021	12/2023	0		20 000	20 000						20 000	
07	007	2022/122		Mercado Sicó Rabaçal	0102 07010303	O	100				03	01/2022	12/2023	0		10	10		20 000				20 010	
Totais do Programa 007:															20 545	42 510	42 510	20 000					83 055	

Orçamento Inicial - Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2023

(valores em euros)																																
Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)				Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (j) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)+(i)								
		Ano / N°	Ação				RP	RG	UE	EM		Início	Fim			2023			Anos seguintes													
																Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2024 (e)	2025 (f)	2026 (g)	2027 (h)	2028 e seg. (i)									
07				DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO																												
07	008			ORÇAMENTO PARTICIPATIVO																												
07	008	2021/185		Miradouro da Boavista	0102 07030301	E		100			03	03/2021	12/2023	0		25 000	25 000							25 000								
</																																

Orçamento Inicial - Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2023

																				(valores em euros)				
Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)				Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (j) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)+(i)
																2023			Anos seguintes					
		Ano / N°	Ação				Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2024 (e)		2025 (f)	2026 (g)			2027 (h)	2028 e seg. (i)							
11		CONSERV. E APROV. SERVIÇOS MUNICIPAIS																						
11	001	MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E FORMAÇÃO																						
11	001	2023/171	4	Equipamento Básico	0102 07011002	O	100				0102	01/2023	12/2027	0		30 000	30 000		30 000	30 000	30 000	30 000		150 000
Totais do Programa 001:																75 000	75 000		75 000	75 000	75 000	75 000		375 000
11	002	EQUIPAMENTO																						
11	002	2020/194		Postos Carregamento Viaturas Elétricas	0102 07011002	O	100				03	01/2020	12/2026	0		27 000	27 000							27 000
11	002	2020/197		Viaturas - Locação	0102 070205	O	100				03	01/2020	12/2027	3	56 564	60 000	60 000		60 000	60 000	60 000	60 000		356 564
11	002	2020/199		Máquinas - Locação	0102 070207	O	100				03	01/2020	12/2027	0	30 872	60 000	60 000		60 000	60 000	60 000	60 000		330 872
11	002	2022/193		Infraestruturas Postos Carregamento Veículos Elétricos	0102 07010413	O	100				03	01/2022	12/2023	0		15 000	15 000							15 000
11	002	2022/194		Promoção da Eficiência Energética Transportes Públicos	0102 07010602	O	28		72			03	01/2022	12/2023	0		435 420	435 420						435 420
11	002	2023/176		Viaturas	0102 07010602	O	100				03	01/2023	12/2027	0		52 500	52 500		15 000	15 000	15 000	15 000		112 500
11	002	2023/177		Máquinas	0102 07011002	O	100				03	01/2023	12/2027	0		47 500	47 500		12 500	12 500	12 500	12 500		97 500
11	002	2023/178		Ferramentas e Utensílios	0102 070111	O	100				03	01/2023	12/2027	0		4 000	4 000		4 000	4 000	4 000	4 000		20 000
Totais do Programa 002:															87 436	701 420	701 420		151 500	151 500	151 500	151 500		1 394 856
Totais do Objetivo 11:															87 436	776 420	776 420	0	226 500	226 500	226 500	226 500	0	1 769 856
Total Geral:															3 229 401	7 977 930	5 085 630	2 892 300	1 966 440	1 352 790	954 800	1 112 810	0	16 594 171

ORGÃO EXECUTIVO

Em _____ de _____ de _____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em _____ de _____ de _____

Orçamento Inicial - Atividades mais Relevantes do ano 2023

(valores em euros)																									
Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)				Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas									Total previsto (j) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)+(i)
		Ano / N°	Ação				RP	RG	UE	EM		Início	Fim			2023			Anos seguintes						
																Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2024 (e)	2025 (f)	2026 (g)	2027 (h)	2028 e seg. (i)		
01 EDUCAÇÃO																									
01 001 EDUCAÇÃO PARA O FUTURO																									
01	001	2018/1		Implementação de Ambientes Inovadores de Educação																					
01	001	2018/1	2	Equipas Multidisciplinares de Intervenção Multinível	0102 020220	O	15		85		05	01/2018	12/2023	3	88 837	60 050	60 050						148 887		
Totais do Programa 001:															88 837	60 050	60 050								148 887
01 002 ENSINO BÁSICO																									
01	002	2023/1		Programa Educação+	0102 04080202	O	100				05	01/2023	12/2027	0		12 500	12 500		12 500	12 500	12 500	12 500	62 500		
01	002	2023/2		Programa Creche+	0102 040701	O	100				05	01/2023	12/2027	0		3 000	3 000		3 000	3 000	3 000	3 000	15 000		
01	002	2023/3		Centros Escolares																					
01	002	2023/3	3	Auxílios Económicos Directos	0102 04080202	O	100				05	01/2023	12/2027	0		3 000	3 000		3 000	3 000	3 000	3 000	15 000		
01	002	2023/3	4	Protocolo Transportes Escolares	0102 04050102	O	100				05	01/2023	12/2027	0		26 500	26 500		26 500	26 500	26 500	26 500	132 500		
01	002	2023/3	5	Transportes Escolares	0102 020210	O	100				05	01/2023	12/2027	0		100 000	100 000		10				100 010		
01	002	2023/3	6	Enriquecimento Curricular	0102 040701	O	100				05	01/2023	12/2027	0		60 000	60 000		10				60 010		
01	002	2023/3	7	Atividades Enriquecimento Curricular	0102 020220	O	100				05	01/2023	12/2027	0		10	10		60 000	60 000	60 000	60 000	240 010		
01	002	2023/3	8	Empreendedorismo nas Escolas	0102 020220	O	100				05	01/2023	12/2027	0		10	10						10		
01	002	2023/3	9	Estudos e Projetos	0102 020220	O	100				05	01/2023	12/2027	0		3 100	3 100						3 100		
01	002	2023/3	10	Gala Anual Educação	0102 020225	O	100				05	01/2023	12/2027	0		5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000	25 000		
01	002	2023/3	11	Forum Educação / Jornadas Pedagógicas	0102 020225	O	100				05	01/2023	12/2027	0		2 500	2 500		2 500	2 500	2 500	2 500	12 500		
Totais do Programa 002:																215 620	215 620		112 520	112 500	112 500	112 500			665 640
01 003 ENSINO SECUNDÁRIO																									
01	003	2023/5		Transporte Alunos a Estudar Fora do Concelho	0102 04050101	O	100				05	01/2023	12/2027	0		12 500	12 500		12 500	12 500	12 500	12 500	62 500		
01	003	2023/6		Apoio Transporte Alunos a Estudar Fora do Concelho	0102 04080202	O	100				05	01/2023	12/2027	0		20 000	20 000		20 000	20 000	20 000	20 000	100 000		
Totais do Programa 003:																32 500	32 500		32 500	32 500	32 500	32 500			162 500
01 004 ENSINO SUPERIOR																									
01	004	2023/7		Programa Jovem Estudante Universitário	0102 04080202	O	100				05	01/2023	12/2027	0		2 000	2 000		10 000	10 000	10 000	10 000	42 000		
Totais do Programa 004:																2 000	2 000		10 000	10 000	10 000	10 000			42 000
01 005 FUNCIONAMENTO																									
01	005	2023/8		Transferência de Competências - Educação																					
01	005	2023/8	2	Combustíveis e Lubrificantes	0102 02010299	O	100				05	01/2023	12/2027	0		32 000	32 000		32 000	32 000	32 000	32 000	160 000		

Orçamento Inicial - Atividades mais Relevantes do ano 2023

(valores em euros)																									
Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)				Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (j) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)+(i)	
		Ano / N°	Ação				RP	RG	UE	EM		Início	Fim			2023			Anos seguintes						
																Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2024 (e)	2025 (f)	2026 (g)	2027 (h)	2028 e seg. (i)		
01 EDUCAÇÃO																									
01 005 FUNCIONAMENTO																									
01	005	2023/8	3	Material Higiene e Limpeza	0102 020104	O	100				05	01/2023	12/2027	0		5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000	25 000		
01	005	2023/8	4	Refeições Confeccionadas	0102 020105	O	100				05	01/2023	12/2027	0		30 000	30 000		10	10	10	10	30 040		
01	005	2023/8	5	Géneros Alimentícios	0102 020106	O	100				05	01/2023	12/2027	0		115 000	115 000		115 000	115 000	115 000	115 000	575 000		
01	005	2023/8	6	Material de Escritório	0102 020108	O	100				05	01/2023	12/2027	0		2 000	2 000		2 000	2 000	2 000	2 000	10 000		
01	005	2023/8	7	Material Didático, Cultura e Recreio	0102 020120	O	100				05	01/2023	12/2027	0		2 000	2 000		2 000	2 000	2 000	2 000	10 000		
01	005	2023/8	8	Outros Bens	0102 020121	O	100				05	01/2023	12/2027	0		9 500	9 500		9 500	9 500	9 500	9 500	47 500		
01	005	2023/8	9	Encargos das Instalações	0102 020201	O	100				05	01/2023	12/2027	0		27 500	27 500		27 500	27 500	27 500	27 500	137 500		
01	005	2023/8	10	Comunicações	0102 020209	O	100				05	01/2023	12/2027	0		10 000	10 000		10 000	10 000	10 000	10 000	50 000		
01	005	2023/8	11	Outros Serviços	0102 020225	O	100				05	01/2023	12/2027	0		20 000	20 000		20 000	20 000	20 000	20 000	100 000		
01	005	2023/8	12	Protocolos de Colaboração	0102 040701	O	100				05	01/2023	12/2027	0		10	10		10	10	10	10	50		
01	005	2023/8	13	Delegação Competências - Manutenção e Funcionamento	0102 040301	O	100				05	01/2023	12/2023	0		10 000	10 000						10 000		
Totais do Programa 005:																263 010	263 010		223 020	223 020	223 020	223 020		1 155 090	
Totais do Objetivo 01:																88 837	573 180	573 180	0	378 040	378 020	378 020	378 020	0	2 174 117
02 CULTURA																									
02 001 BIBLIOTECA E AUDITÓRIO MUNICIPAL																									
02	001	2023/11		Fundos Documentais e Publicações Diversas	0102 020120	O	100				04	01/2023	12/2027	0		5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000	25 000		
02	001	2023/12		Outros Bens	0102 020121	O	100				04	01/2023	12/2027	0		2 000	2 000		2 000	2 000	2 000	2 000	10 000		
02	001	2023/13		Programação Cultural	0102 020225	O	100				04	01/2023	12/2027	0		10 000	10 000		10 000	10 000	10 000	10 000	50 000		
Totais do Programa 001:																17 000	17 000		17 000	17 000	17 000	17 000		85 000	
02 002 PATRIMÓNIO CULTURAL																									
02	002	2020/18		Casa da Cultura Espinhal	0102 080701	O	100				04	01/2020	12/2033	0		52 336	52 336		40 000	40 000	40 000	40 000	200 000	412 336	
02	002	2020/19		Centro Cultural da Cumieira	0102 080701	O	100				04	01/2020	12/2033	0		41 000	41 000		40 000	40 000	40 000	40 000	200 000	401 000	
02	002	2020/212		Clube Desportivo e Recreativo Penelense	0102 080701	O	100				04	01/2020	12/2033	0		31 100	31 100		30 000	30 000	30 000	30 000	150 000	301 100	
02	002	2021/22		Marcos Históricos Romanização																					
02	002	2021/22	1	Aquisição de Serviços	0102 020220	O			100		04	01/2021	12/2023	0	16 988	49 500	49 500						66 488		
02	002	2021/23		Natal em Família																					
02	002	2021/23	1	Aquisição de Serviços	0102 020220	O			100		04	01/2021	12/2023	0		70 050	70 050						70 050		

Orçamento Inicial - Atividades mais Relevantes do ano 2023

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)				Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas									Total previsto (j) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)+(i)
		Ano / N°	Ação				2023					Anos seguintes													
							Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2024 (e)		2025 (f)	2026 (g)			2027 (h)	2028 e seg. (i)								
02				CULTURA																					
02	002			PATRIMÔNIO CULTURAL																					
02	002	2021/24		Do Xisto à Chanfana vai um Mundo																					
02	002	2021/24	1	Aquisição de Serviços	0102 020220	O		1		99		04	01/2021	12/2023	0	16 580	15 400	15 400							31 980
02	002	2022/17		Complexo Arqueológico da Villa Romana do Rabaçal																					
02	002	2022/17	1	Concurso Ideias	0102 020115	O		100				04	01/2022	12/2023	0		10	10	20 000						20 010
02	002	2023/17		Apoio à Recuperação Património Cultural Construído	0102 080701	O		100				04	01/2023	12/2027	0		20 000	20 000	20 000	20 000	20 000	20 000	20 000		100 000
02	002	2023/18		Apoio Construção e Recuperação Sedes Associações	0102 080701	O		100				04	01/2023	12/2027	0		33 000	33 000	15 000	15 000	15 000	15 000			93 000
02	002	2023/19		Apoio Actividades Carácter Cultural e Recreativo	0102 040701	O		100				04	01/2023	12/2027	0		35 000	35 000	35 000	35 000	35 000	35 000	35 000		175 000
02	002	2023/20		Apoio Actividades Arqueológicas	0102 040701	O		100				04	01/2023	12/2027	0		22 000	22 000	22 000	22 000	22 000	22 000			110 000
02	002	2023/21		Academias de Música	0102 040701	O		100				04	01/2023	12/2027	0		18 000	18 000	18 000	18 000	18 000	18 000			90 000
02	002	2023/22		Oficina do Humor	0102 020225	O		100				04	01/2023	12/2027	0		10	10							10
02	002	2023/23		Bienal Humor Oliveira Guimarães	0102 020225	O		100				04	01/2023	12/2027	0		2 500	2 500	25 000	2 500	25 000	2 500			57 500
02	002	2023/24		Bienal Artes Plásticas	0102 020225	O		100				04	01/2023	12/2027	0		10	10	10	10 000	10	10 000			20 030
02	002	2023/25		Promoção e Divulgação do Património	0102 020220	O		100				04	01/2023	12/2027	0		8 000	8 000	8 000	8 000	8 000	8 000			40 000
02	002	2023/26		Cooperação Transfronteiriça	0102 020225	O		100				04	01/2023	12/2027	0		10 000	10 000	10 000	10 000	10 000	10 000			50 000
02	002	2023/27		Iniciativas Culturais - A Cultura vai à Rua	0102 020225	O		100				04	01/2023	12/2027	0		15 000	15 000	15 000	15 000	15 000	15 000			75 000
02	002	2023/28		APP Penela+	0102 020220	O		100				04	01/2023	12/2023	0		10	10							10
Totais do Programa 002:																33 568	422 926	422 926	298 010	265 500	278 010	265 500	550 000	2 113 514	
02	003			FUNCIONAMENTO																					
02	003	2023/30		Funcionamento																					
02	003	2023/30	1	Géneros Alimentícios	0102 020106	O		100				04	01/2023	12/2027	0		1 500	1 500	1 500	1 500	1 500	1 500			7 500
02	003	2023/30	2	Material Didáctico, Cultura e Recreio	0102 020120	O		100				04	01/2023	12/2027	0		500	500	500	500	500	500			2 500
02	003	2023/30	3	Outros Bens	0102 020121	O		100				04	01/2023	12/2027	0		7 500	7 500	7 500	7 500	7 500	7 500			37 500
02	003	2023/30	4	Outros Serviços	0102 020225	O		100				04	01/2023	12/2027	0		12 500	12 500	12 500	12 500	12 500	12 500			62 500
Totais do Programa 003:																	22 000	22 000	22 000	22 000	22 000	22 000		110 000	
Totais do Objetivo 02:																33 568	461 926	461 926	0	337 010	304 500	317 010	304 500	550 000	2 308 514

Orçamento Inicial - Atividades mais Relevantes do ano 2023

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)				Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas									Total previsto (j) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)+(i)
																2023			Anos seguintes						
		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)				Financiam. não definido (d)	2024 (e)	2025 (f)	2026 (g)		2027 (h)	2028 e seg. (i)												
03				JUVENTUDE E DESPORTO																					
03 002				ACTIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS																					
03	002	2023/37		Apoio a Actividades de Carácter Desportivo e Tempos Livres	0102 040701	O	100			04	01/2023	12/2027	0		36 500	36 500		36 500	36 500	36 500	36 500			182 500	
03	002	2023/38		Promoção de Actividades Desportivas	0102 020225	O	100			04	01/2023	12/2027	0		2 000	2 000		2 000	2 000	2 000	2 000			10 000	
															Totais do Programa 002:	38 500	38 500		38 500	38 500	38 500	38 500			192 500
03 003				JUVENTUDE																					
03	003	2023/39		OPJ - Orçamento Participativo Jovem	0102 040701	O	100			04	01/2023	12/2027	0		1 000	1 000		1 000	1 000	1 000	1 000			5 000	
03	003	2023/40		CCJ - Conselho Consultivo Jovem	0102 020225	O	100			04	01/2023	12/2027	0		1 000	1 000		1 000	1 000	1 000	1 000			5 000	
03	003	2023/41		OTL - Ocupação Tempos Livres	0102 020225	O	100			04	01/2023	12/2027	0		5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000			25 000	
03	003	2023/42		Cartão Jovem Municipal	0102 020225	O	100			04	01/2023	12/2027	0		1 000	1 000		1 000	1 000	1 000	1 000			5 000	
03	003	2023/43		PenelaFest	0102 020225	O	100			04	01/2023	12/2027	0		20 000	20 000		20 000	20 000	20 000	20 000			100 000	
															Totais do Programa 003:	28 000	28 000		28 000	28 000	28 000	28 000			140 000
03 004				FUNCIONAMENTO																					
03	004	2023/44		Funcionamento																					
03	004	2023/44	1	Combustíveis e Lubrificantes	0102 02010299	O	100			04	01/2023	12/2027	0		60 000	60 000		60 000	60 000	60 000	60 000			300 000	
03	004	2023/44	2	Géneros Alimentícios	0102 020106	O	100			04	01/2023	12/2027	0		7 500	7 500		7 500	7 500	7 500	7 500			37 500	
03	004	2023/44	3	Material Desportivo	0102 020120	O	100			04	01/2023	12/2027	0		500	500		500	500	500	500			2 500	
03	004	2023/44	4	Outros Bens	0102 020121	O	100			04	01/2023	12/2027	0		6 000	6 000		6 000	6 000	6 000	6 000			30 000	
03	004	2023/44	5	Outros Serviços	0102 020225	O	100			04	01/2023	12/2027	0		6 000	6 000		6 000	6 000	6 000	6 000			30 000	
															Totais do Programa 004:	80 000	80 000		80 000	80 000	80 000	80 000			400 000
															Totais do Objetivo 03:	0	146 500	146 500	0	146 500	146 500	146 500	146 500	0	732 500
04				SAÚDE E SOCIAL																					
04 001				SAÚDE E ACÇÃO SOCIAL																					
04	001	2020/211		Fundo Municipal de Emergência - Covid 19																					
04	001	2020/211	2	Apoio Empresas	0102 040102	O	100			05	01/2020	12/2023	0	21 500	3 000	3 000								24 500	
04	001	2022/196		S@úde + Perto	0102 040701	O	100			05	01/2022	12/2023	0		16 200	16 200								16 200	
04	001	2023/45		Tarifário Social - APIN	0102 050803	O	100			05	01/2023	12/2027	0		75 000	75 000		75 000	75 000	75 000	75 000			375 000	
04	001	2023/47		Apoio Infraestruturas de âmbito Social	0102 080701	O	100			05	01/2023	12/2027	0		1 000	1 000								1 000	
04	001	2023/48		Programa Apoio Pobreza (Habitações e Equipamentos)	0102 080802	O	100			05	01/2023	12/2027	0		15 000	15 000		15 000	15 000	15 000	15 000			75 000	

Orçamento Inicial - Atividades mais Relevantes do ano 2023

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)				Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas									Total previsto (j) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)+(i)
																2023			Anos seguintes						
		Ano / N°	Ação				Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2024 (e)		2025 (f)	2026 (g)			2027 (h)	2028 e seg. (i)								
04				SAÚDE E SOCIAL																					
04 001				SAÚDE E ACÇÃO SOCIAL																					
04	001	2023/49		Programa Apoio a Situações de Emergência	0102 04080202	O	100				05	01/2023	12/2027	0		10 000	10 000		10 000	10 000	10 000	10 000			50 000
04	001	2023/50		Programa ABEM - Rede Solidária do Medicamento	0102 040701	O	100				05	01/2023	12/2027	0		10 000	10 000		10 000	10 000	10 000	10 000			50 000
04	001	2023/51		Plano Municipal de Igualdade e não Discriminação	0102 040701	O	100				05	01/2023	12/2027	0		10	10								10
04	001	2023/52		CLDS - Apoio ao Funcionamento	0102 040701	O	100				05	01/2023	12/2027	0		1 000	1 000								1 000
04	001	2023/53		Seguro de Saúde	0102 020212	O	100				05	01/2023	12/2027	0		60 000	60 000		60 000	60 000	60 000	60 000			300 000
04	001	2023/54		Promoção Actividades Saúde e Acção Social	0102 020225	O	100				05	01/2023	12/2027	0		4 000	4 000		4 000	4 000	4 000	4 000			20 000
04	001	2023/55		Universidade Sénior	0102 020225	O	100				05	01/2023	12/2027	0		2 000	2 000		2 000	2 000	2 000	2 000			10 000
04	001	2023/56		Estratégia Local Habitação																					
04	001	2023/56	1	Apoio Obras	0102 080802	O	100				05	01/2023	12/2027	0		15 000	15 000		15 000	15 000	15 000	15 000			75 000
04	001	2023/56	2	Apoio Arrendamento	0102 04080202	O	100				05	01/2023	12/2027	0		5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000			25 000
04	001	2023/57		Penela Jovem																					
04	001	2023/57	1	Apoio à Natalidade e 1ª Infância	0102 04080202	O	100				05	01/2023	12/2027	0		5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000			25 000
04	001	2023/57	2	Apoio à Habitação	0102 080802	O	100				05	01/2023	12/2027	0		12 500	12 500								12 500
04	001	2023/58		Penela + Próxima																					
04	001	2023/58	1	Viatura	0102 020206	O	100				05	01/2023	12/2027	0		7 500	7 500		7 500	7 500	7 500				30 000
04	001	2023/58	2	Outros Serviços	0102 020225	O	100				05	01/2023	12/2027	0		3 000	3 000		3 000	3 000	3 000	3 000			15 000
04	001	2023/59		CPCJ - Funcionamento																					
04	001	2023/59	3	Material de Escritório	0102 020108	O	100				05	01/2023	12/2027	0		250	250		250	250	250	250			1 250
04	001	2023/59	4	Apoio Situações Emergência	0102 04080202	O	100				05	01/2023	12/2027	0		2 500	2 500		2 500	2 500	2 500	2 500			12 500
04	001	2023/59	5	Outros Bens	0102 020121	O	100				05	01/2023	12/2027	0		1 000	1 000		1 000	1 000	1 000	1 000			5 000
04	001	2023/59	6	Instalações	0102 020204	O	100				05	01/2023	12/2023	0		750	750								750
04	001	2023/59	7	Equipamentos	0102 020208	O	100				05	01/2023	12/2027	0		2 500	2 500		2 500	2 500	2 500	2 500			12 500
04	001	2023/59	8	Seguros	0102 020212	O	100				05	01/2023	12/2027	0		1 000	1 000		1 000	1 000	1 000	1 000			5 000
04	001	2023/59	9	Outros Serviços	0102 020225	O	100				05	01/2023	12/2027	0		2 500	2 500		2 500	2 500	2 500	2 500			12 500
04	001	2023/60		Transferência Competências - Saúde																					
04	001	2023/60	4	Transferência / Delegação de Competências	0102 040301	O	100				05	01/2023	12/2023	0		10	10								10
04	001	2023/60	5	Combustíveis e Lubrificantes - Gasolina	0102 02010201	O	100				05	01/2023	12/2027	0		1 000	1 000		1 000	1 000	1 000	1 000			5 000
04	001	2023/60	6	Material Higiene e Limpeza	0102 020104	O	100				05	01/2023	12/2027	0		10	10		10	10	10	10			50
04	001	2023/60	7	Material de Escritório	0102 020108	O	100				05	01/2023	12/2027	0		10	10		10	10	10	10			50

Orçamento Inicial - Atividades mais Relevantes do ano 2023

																							(valores em euros)		
Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)				Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado	Despesas									Total previsto (j) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)+(i)
																2023			Anos seguintes						
		Ano / N°	Ação				Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2024 (e)		2025 (f)	2026 (g)			2027 (h)	2028 e seg. (i)								
04																							SAÚDE E SOCIAL		
04 001																							SAÚDE E ACÇÃO SOCIAL		
04	001	2023/60	8	Outros Bens	0102 020121	O	100				05	01/2023	12/2027	0		1 000	1 000		1 000	1 000	1 000	1 000		5 000	
04	001	2023/60	9	Encargos das Instalações	0102 020201	O	100				05	01/2023	12/2027	0		25 500	25 500		25 500	25 500	25 500	25 500		127 500	
04	001	2023/60	10	Serviços Limpeza	0102 020202	O	100				05	01/2023	12/2027	0		150	150		150	150	150	150		750	
04	001	2023/60	11	Rendas de Imóveis	0102 020204	O	100				05	01/2023	12/2027	0		4 600	4 600		4 600	4 600	4 600	4 600		23 000	
04	001	2023/60	12	Conservação e Manutenção Edifícios e Equipamentos	0102 020203	O	100				05	01/2023	12/2027	0		34 000	34 000		34 000	34 000	34 000	34 000		170 000	
04	001	2023/60	13	Comunicações	0102 020209	O	100				05	01/2023	12/2027	0		10	10		10	10	10	10		50	
04	001	2023/60	14	Transportes	0102 020210	O	100				05	01/2023	12/2027	0		3 900	3 900		3 900	3 900	3 900	3 900		19 500	
04	001	2023/60	15	Seguros	0102 020212	O	100				05	01/2023	12/2027	0		1 000	1 000		1 000	1 000	1 000	1 000		5 000	
04	001	2023/60	16	Outros Serviços	0102 020225	O	100				05	01/2023	12/2027	0		5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000		25 000	
04	001	2023/61		Transferência Competências - Ação Social																					
04	001	2023/61	1	Outros Bens	0102 020121	O	100				05	01/2023	12/2027	0		1 000	1 000		1 000	1 000	1 000	1 000		5 000	
04	001	2023/61	2	Outros Serviços	0102 020225	O	100				05	01/2023	12/2027	0		1 000	1 000		1 000	1 000	1 000	1 000		5 000	
04	001	2023/62		Funcionamento																					
04	001	2023/62	1	Outros Bens	0102 020121	O	100				05	01/2023	12/2027	0		2 500	2 500		2 500	2 500	2 500	2 500		12 500	
04	001	2023/62	2	Outros Serviços	0102 020225	O	100				05	01/2023	12/2027	0		2 500	2 500		2 500	2 500	2 500	2 500		12 500	
Totais do Programa 001:															21 500	338 900	338 900		304 430	304 430	304 430	296 930		1 570 620	
Totais do Objetivo 04:															21 500	338 900	338 900	0	304 430	304 430	304 430	296 930	0	1 570 620	
05																							PLANEAMENTO E URBANISMO		
05 001																							PLANEAMENTO E ORDENAMENTO		
05	001	2020/61		Operações de Reabilitação Urbana	0102 020214	O	100				03	01/2020	12/2026	0		3 850	3 850							3 850	
05	001	2023/63		Planos de Expansão																					
05	001	2023/63	1	Estudos e Projetos	0102 020214	O	100				03	01/2023	12/2024	0		10	10		10					20	
05	001	2023/65		Sistema de Informação Geográfica - Cartografia e Ortofotomapas	0102 020220	O	100				03	01/2023	12/2027	0	20 539	7 500	7 500							28 039	
Totais do Programa 001:															20 539	11 360	11 360		10					31 909	
05 002																							URBANIZAÇÃO		
05	002	2019/58		Toponímia e Números de Polícia	0102 020121	O	100				03	01/2019	12/2023	0	16 651	7 500	7 500							24 151	
Totais do Programa 002:															16 651	7 500	7 500							24 151	

Orçamento Inicial - Atividades mais Relevantes do ano 2023

																				(valores em euros)					
Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)				Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (j) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)+(i)	
																2023			Anos seguintes						
		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)				Financiam. não definido (d)	2024 (e)	2025 (f)	2026 (g)		2027 (h)	2028 e seg. (i)												
05				PLANEAMENTO E URBANISMO																					
05 003				REABILITAÇÃO URBANA																					
05	003	2023/71		Delegação de Competências	0102 08050102	O	100				03	01/2023	12/2027	0		10 000	10 000		10 000	10 000	10 000	10 000		50 000	
05	003	2023/72		Projeto Pintar Penela	0102 04080202	O	100				03	01/2023	12/2027	0		15 000	15 000		30 000	30 000	30 000	30 000		135 000	
05	003	2023/73		Matérias Primas e Subsidiárias	0102 020101	O	100				03	01/2023	12/2027	0		7 500	7 500		7 500	7 500	7 500	7 500		37 500	
05	003	2023/74		Outros Serviços	0102 020225	O	100				03	01/2023	12/2027	0		7 500	7 500		7 500	7 500	7 500	7 500		37 500	
Totais do Programa 003:																40 000	40 000		55 000	55 000	55 000	55 000		260 000	
Totais do Objetivo 05:																37 190	58 860	58 860	0	55 010	55 000	55 000	55 000	0	316 060
06				INFRA-ESTRUTURAS BÁSICAS																					
06 001				SANEAMENTO E ÁGUAS PLUVIAIS																					
06	001	2023/77		Matérias Primas e Subsidiárias	0102 020101	O	100				03	01/2023	12/2027	0		10 000	10 000		10 000	10 000	10 000	10 000		50 000	
06	001	2023/78		Outros Serviços	0102 020225	O	100				03	01/2023	12/2027			5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000		25 000	
Totais do Programa 001:																15 000	15 000		15 000	15 000	15 000	15 000		75 000	
06 002				ABASTECIMENTO DE ÁGUA																					
06	002	2023/81		Matérias Primas e Subsidiárias	0102 020101	O	100				03	01/2023	12/2027	0		2 500	2 500		2 500	2 500	2 500	2 500		12 500	
06	002	2023/82		Outros Serviços	0102 020225	O	100				03	01/2023	12/2027	0		2 500	2 500		2 500	2 500	2 500	2 500		12 500	
Totais do Programa 002:																5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000		25 000	
06 003				COMUNICAÇÃO E TRANSPORTES																					
06	003	2023/85		Matérias Primas e Subsidiárias	0102 020101	O	100				03	01/2023	12/2027	0		30 000	30 000		30 000	30 000	30 000	30 000		150 000	
06	003	2023/86		Outros Serviços	0102 020225	O	100				03	01/2023	12/2027	0		5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000		25 000	
Totais do Programa 003:																35 000	35 000		35 000	35 000	35 000	35 000		175 000	
06 004				CEMITÉRIOS																					
06	004	2023/88		Matérias Primas e Subsidiárias	0102 020101	O	100				03	01/2023	12/2027	0		10 000	10 000		10 000	10 000	10 000	10 000		50 000	
Totais do Programa 004:																10 000	10 000		10 000	10 000	10 000	10 000		50 000	
Totais do Objetivo 06:																0	65 000	65 000	0	65 000	65 000	65 000	65 000	0	325 000
07				DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO																					
07 001				INOVAÇÃO COMPETITIVIDADE E EMPREENDEDORÍSMO																					
07	001	2020/94		HIESE - Capacitação Económica do Território	0102 040701	O	100				0102	01/2020	12/2023	3	176 316	52 000	52 000							228 316	

Orçamento Inicial - Atividades mais Relevantes do ano 2023

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)				Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas									Total previsto (j) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)+(i)	
																2023			Anos seguintes							
		Ano / Nº	Ação				Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2024 (e)		2025 (f)	2026 (g)			2027 (h)	2028 e seg. (i)									
07 DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO																										
07 001		INOVAÇÃO COMPETITIVIDADE E EMPREENDEDORÍSMC																								
07	001	2020/213		Projeto Neetmaker - Capacitação e Estimulo à Empregabilidade e Inclusão Social	0102 040701	O	100				0102	01/2020	12/2023	3	31 461	30 300	30 300									61 761
07	001	2021/80		Programa Municipal Criatividade e Inovação Fab Lab	0102 020225	O	100				0102	01/2021	12/2026	0		500	500		500	500	500	500			2 500	
07	001	2023/90		Fórum Desenvolvimento Económico	0102 020225	O	100				0102	01/2023	12/2027	0		3 000	3 000		3 000	3 000	3 000	3 000			15 000	
07	001	2023/91		Programa "Penela Não Pára"	0102 020210	O	100				0102	01/2023	12/2027	0		35 000	35 000								35 000	
Totais do Programa 001:																207 777	120 800	120 800	3 500	3 500	3 500	3 500		342 577		
07 002		INVESTIMENTO EMPRESARIAL																								
07	002	2023/96		Intervenções em Zonas Industriais	0102 020225	O	100				03	01/2023	12/2027	0		10 000	10 000		10 000	10 000	10 000	10 000			50 000	
07	002	2023/97		Núcleo Empresarial Penela - Apoio Funcionamento	0102 040701	O	100				0102	01/2023	12/2027	0		16 500	16 500		16 500	16 500	16 500	16 500			82 500	
Totais do Programa 002:																	26 500	26 500	26 500	26 500	26 500	26 500		132 500		
07 003		TURISMO																								
07	003	2020/209		Ferraria Aldeia Viva - Protocolo de Colaboração	0102 040701	O	100				04	04/2020	12/2023	3	50 000	15 000	15 000								65 000	
07	003	2022/192		Corredores do Património	0102 020225	O	100				04	01/2022	12/2023	0		18 450	18 450								18 450	
07	003	2023/103		Inature - Comparticipação Eficiência Coletiva	0102 040701	O	100				04	01/2023	12/2023	0		4 565	4 565								4 565	
07	003	2023/104		Rede Aldeias Xisto - Dinamização FarmReal	0102 020225	O	100				04	01/2023	12/2027	0		500	500		500	500	500	500			2 500	
07	003	2023/105		Aquisição Material Divulgação Turística	0102 020120	O	100				04	01/2023	12/2027	0		5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000			25 000	
07	003	2023/106		Ações Promocionais	0102 020225	O	100				04	01/2023	12/2027	0		20 000	20 000		20 000	20 000	20 000	20 000			100 000	
07	003	2023/107		Penela Presépio																						
07	003	2023/107 1		Outros Bens	0102 020121	O	100				04	01/2023	12/2027	0		20 000	20 000		20 000	20 000	20 000	20 000			100 000	
07	003	2023/107 2		Outros Serviços	0102 020225	O	100				04	01/2023	12/2027	0		180 000	180 000		130 000	130 000	130 000	130 000			700 000	
07	003	2023/108		Feira Medieval																						
07	003	2023/108 1		Outros Bens	0102 020121	O	100				04	01/2023	12/2027	0		5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000			25 000	
07	003	2023/108 2		Outros Serviços	0102 020225	O	100				04	01/2023	12/2027	0		15 000	15 000		15 000	15 000	15 000	15 000			75 000	
07	003	2023/109		Apoio a Eventos de Promoção Concelhia	0102 04050102	O	100				04	01/2023	12/2027	0		10 000	10 000		10 000	10 000	10 000	10 000			50 000	
07	003	2023/110		Apoio a Eventos de Interesse Municipal	0102 040701	O	100				04	01/2023	12/2027	0		15 000	15 000		15 000	15 000	15 000	15 000			75 000	
07	003	2023/111		Matérias Primas e Subsidiárias	0102 020101	O	100				04	01/2023	12/2027	0		5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000			25 000	
07	003	2023/114		Funcionamento																						
07	003	2023/114 1		Outros Bens	0102 020121	O	100				04	01/2023	12/2027	0		5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000			25 000	

Orçamento Inicial - Atividades mais Relevantes do ano 2023

cores em euros)

Orçamento Inicial - Atividades mais Relevantes do ano 2023

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)				Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas									Total previsto (j) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)+(i)
																2023			Anos seguintes						
		Ano / N°	Ação				Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2024 (e)		2025 (f)	2026 (g)			2027 (h)	2028 e seg. (i)								
07		DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO																							
07 006		PATRIMÓNIO FLORESTAL																							
07	006	2023/121	4	Silvicultura Preventiva	0102 020220	O	100				03	01/2023	12/2023	0		30 000	30 000		30 000	30 000	30 000	30 000			150 000
07	006	2023/121	5	Outros Bens	0102 020121	O	100				03	01/2023	12/2027	0		3 500	3 500		3 500	3 500	3 500	3 500			17 500
07	006	2023/121	6	Outros Serviços	0102 020225	O	100				03	01/2023	12/2027	0		3 500	3 500		3 500	3 500	3 500	3 500			17 500
07	006	2023/121	7	Equipamento de Protecção individual	0102 020107	O	100				03	01/2023	12/2027	0		2 000	2 000		2 000	2 000	2 000	2 000			10 000
Totais do Programa 006:															14 188	181 300	181 300	44 000	44 000	44 000	44 000			371 488	
07 007		DESENVOLVIMENTO RURAL																							
07	007	2021/114		Programa Valorização Económica e Territorial do Queijo na Região Centro	0102 040701	O	100				03	01/2021	12/2027	0		500	500								500
07	007	2023/122		Área Agrícola da Quinta Vale Espinhal	0102 020101	O	100				03	01/2023	12/2027	0		5 000	5 000								5 000
07	007	2023/123		Vinália	0102 020225	O	100				04	01/2023	12/2027	0		5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000			25 000
07	007	2023/124		Broa Cumieira	0102 020225	O	100				04	01/2023	12/2027	0		5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000			25 000
07	007	2023/125		Funcionamento																					
07	007	2023/125	1	Outros Bens	0102 020121	O	100				03	01/2023	12/2027	0		2 500	2 500		2 500	2 500	2 500	2 500			12 500
07	007	2023/125	2	Outros Serviços	0102 020225	O	100				03	01/2023	12/2027	0		2 500	2 500		2 500	2 500	2 500	2 500			12 500
Totais do Programa 007:															20 500	20 500	15 000	15 000	15 000	15 000			80 500		
07 008		ORÇAMENTO PARTICIPATIVO																							
07	008	2019/132		Requalificação Largo Central Cumieira e construção Forno Comunitário	0102 080701	O	100				03	01/2019	12/2023	4	27 500	13 750	13 750								41 250
07	008	2023/126		Orçamento Participativo	0102 080701	O	100				0102	01/2023	12/2027	0		70 000	70 000		70 000	70 000	70 000	70 000			350 000
Totais do Programa 008:															27 500	83 750	83 750	70 000	70 000	70 000	70 000			391 250	
Totais do Objetivo 07:															310 105	973 875	973 875	0	612 000	612 000	612 000	612 000	0	3 731 980	
08		AMBIENTE E PROTECÇÃO CIVIL																							
08 001		AMBIENTE																							
08	001	2019/136		Sustentabilidade Ambiental, a Alavanca da Inclusão Social	0102 040701	O	100				03	01/2019	12/2023	3		42 700	42 700								42 700
08	001	2023/127		Agenda XXI Local	0102 020225	O	100				03	01/2023	12/2027	0	6 212	2 000	2 000		2 000	2 000	2 000	2 000			16 212
08	001	2023/128		Protocolos Cooperação p/ Integração Pessoas c/ Deficiência	0102 040701	O	100				03	01/2023	12/2027	0		106 000	106 000		106 000	106 000	106 000	106 000			530 000
08	001	2023/129		Acordos de Execução - Transferência de Competências	0102 04050102	O	100				03	01/2023	12/2027	0		65 000	65 000		65 000	65 000	65 000	65 000			325 000
Totais do Programa 001:															6 212	215 700	215 700	173 000	173 000	173 000	173 000			913 912	

Orçamento Inicial - Atividades mais Relevantes do ano 2023

Pág. 11/14

Orçamento Inicial - Atividades mais Relevantes do ano 2023

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)				Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas									Total previsto (j) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)+(i)	
																2023			Anos seguintes							
		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)				Financiam. não definido (d)	2024 (e)	2025 (f)	2026 (g)		2027 (h)	2028 e seg. (i)													
09				ASSOCIATIVISMO																						
09 001				ASSOCIAÇÕES																						
09	001	2023/149		FLOPEN - Assoc. Prod. Florestais Concelho Penela - Quotas	0102 06020305	O	100				0102	01/2023	12/2027	0		500	500		500	500	500	500			2 500	
09	001	2023/150		FLOPEN - Participação Projectos Comuns	0102 040701	O	100				0102	01/2023	12/2027	0		10	10		10	10	10	10			50	
09	001	2023/151		Associação Arbitragem Conflitos Consumo - Quotas	0102 06020305	O	100				0102	01/2023	12/2027	0		750	750		750	750	750	750			3 750	
09	001	2023/152		AREAC - Agência Reg. Energia Amb. Centro - Quotas	0102 06020305	O	100				0102	01/2023	12/2027	0		1 750	1 750		1 750	1 750	1 750	1 750			8 750	
09	001	2023/153		Agência ADXTUR - Quotas	0102 06020305	O	100				0102	01/2023	12/2027	0		7 680	7 680		7 680	7 680	7 680	7 680			38 400	
09	001	2023/154		Agência ADXTUR - Participação Projectos Comuns	0102 040701	O	100				0102	01/2023	12/2027	0		10	10		10	10	10	10			50	
09	001	2023/155		Agência ADXTUR - Participação Projectos Comuns	0102 080701	O	100				0102	01/2023	12/2027	0		10	10		10	10	10	10			50	
09	001	2023/156		CIMRC - Comunidade Intermunicipal Região Coimbra - Quotas	0102 06020305	O	100				0102	01/2023	12/2027	0		16 100	16 100		16 100	16 100	16 100	16 100			80 500	
09	001	2023/157		CIMRC - Comunidade Intermunicipal Região Coimbra - Participação projectos comuns	0102 04050104	O	100				0102	01/2023	12/2030	0		160 000	160 000		187 500	132 000	132 000	132 000	330 000		1 073 500	
09	001	2023/158		CIMRC - Comunidade Intermunicipal Região Coimbra - Participação projectos comuns	0102 08050104	O	100				0102	01/2023	12/2027	0		21 000	21 000		15 010	1 200					37 210	
09	001	2023/159		FICAM - Foro Ibérico das Cidades Amuralhadas - Quotas	0102 06020305	O	100				0102	01/2023	12/2027	0		300	300		300	300	300	300			1 500	
09	001	2023/160		ACMMM - Agência dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego - Quotas	0102 06020305	O	100				0102	01/2023	12/2027	0		2 500	2 500		2 500	2 500	2 500	2 500			12 500	
09	001	2023/161		ACMMM - Agência dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego - Participação Projectos Comuns	0102 040701	O	100				0102	01/2023	12/2027	0		10	10		10	10	10	10			50	
09	001	2023/162		ACMMM - Agência dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego - Participação Projectos Comuns	0102 080701	O	100				0102	01/2023	12/2027	0		10	10		10	10	10	10			50	
09	001	2023/163		Inov Cluster - Associação do Cluster Agro-Industrial do Centro - Quotas	0102 06020305	O	100				0102	01/2023	12/2027	0		350	350		350	350	350	350			1 750	
09	001	2023/164		Rutis - Rede de Universidades Sêniores - Quotas	0102 06020305	O	100				0102	01/2023	12/2027	0		60	60		60	60	60	60			300	
09	001	2023/165		ADSL - Associação Desenvolvimento Serra da Lousã - Quotas	0102 06020305	O	100				0102	01/2023	12/2027	0		5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000			25 000	
09	001	2023/166		Associação Nacional Assembleias Municipais - Quotas	0102 06020305	O	100				0102	01/2023	12/2027	0		1 175	1 175		1 175	1 175	1 175	1 175			5 875	
09	001	2023/167		Novas Associações - Adesão Municipal ou Apoio Constituição Outras	0102 06020305	O	100				0102	01/2023	12/2027	0		8 000	8 000		2 500	2 500	2 500	2 500			18 000	
Totais do Programa 001:																277 140	277 140		293 150	223 840	222 640	222 640	330 000		1 569 410	
Totais do Objetivo 09:																0	277 140	277 140	0	293 150	223 840	222 640	222 640	330 000		1 569 410

Orçamento Inicial - Atividades mais Relevantes do ano 2023

(valores em euros)																									
Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)				Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas								Total previsto (j) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)+(i)	
		RP	RG				UE	EM	2023			Anos seguintes													
									Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)		Financiam. não definido (d)	2024 (e)			2025 (f)	2026 (g)	2027 (h)	2028 e seg. (i)						
10				EDIFÍCIOS MUNICIPAIS																					
10	001			EDIFÍCIOS MUNICIPAIS																					
10	001	2023/170		Funcionamento																					
10	001	2023/170	1	Material Higiene e Limpeza	0102 020104	O	100				03	01/2023	12/2027	0		25 000	25 000		25 000	25 000	25 000	25 000	125 000		
10	001	2023/170	2	Matérias Primas e Subsidiárias	0102 020101	O	100				03	01/2023	12/2027	0		12 000	12 000		12 000	12 000	12 000	12 000	60 000		
10	001	2023/170	3	Outros Serviços	0102 020225	O	100				03	01/2023	12/2027	0		17 500	17 500		17 500	17 500	17 500	17 500	87 500		
Totais do Programa 001:																54 500	54 500		54 500	54 500	54 500	54 500		272 500	
Totais do Objetivo 10:																0	54 500	54 500	0	54 500	54 500	54 500	54 500	0	272 500
11				CONSERV. E APROV. SERVIÇOS MUNICIPAIS																					
11	001			MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E FORMAÇÃO																					
11	001	2023/172		Acompanhamento do Sistema de Qualidade	0102 020220	O	100				0102	01/2023	12/2027	0		10 000	10 000		10 000	10 000	10 000	10 000	50 000		
11	001	2023/173		Formação	0102 020215	O	100				0102	01/2023	12/2027	0		20 000	20 000		20 000	20 000	20 000	20 000	100 000		
Totais do Programa 001:																30 000	30 000		30 000	30 000	30 000	30 000		150 000	
11	002			EQUIPAMENTO																					
11	002	2020/207		Juros Locação - Viaturas	0103 030305	O	100				0103	01/2020	12/2027	3	304	5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000	25 304		
11	002	2021/169		Juros Locação - Máquinas	0103 030307	O	100				0103	01/2021	12/2027	0	324	5 000	5 000		5 000	5 000	5 000	5 000	25 324		
11	002	2023/174		Viaturas - Locação Operacional	0102 020206	O	100				03	01/2023	12/2027	0		6 000	6 000		7 500	7 500	7 500	7 500	36 000		
11	002	2023/175		Máquinas - Locação Operacional	0102 020208	O	100				03	01/2023	12/2027	0		10	10		10	10	10	10	50		
11	002	2023/179		Oleos e Lubrificantes	0102 02010299	O	100				03	01/2023	12/2027	0		3 500	3 500		3 500	3 500	3 500	3 500	17 500		
11	002	2023/180		Equipamento Higiene e Saúde no Trabalho	0102 020107	O	100				03	01/2023	12/2027	0		15 000	15 000		15 000	15 000	15 000	15 000	75 000		
11	002	2023/181		Material de Transporte - Peças	0102 020112	O	100				03	01/2023	12/2027	0		7 500	7 500		7 500	7 500	7 500	7 500	37 500		
11	002	2023/182		Outro Material - Peças	0102 020114	O	100				03	01/2023	12/2027	0		9 500	9 500		9 500	9 500	9 500	9 500	47 500		
11	002	2023/183		Ferramentas e Utensílios Desgaste Rápido	0102 020117	O	100				03	01/2023	12/2027	0		3 500	3 500		3 500	3 500	3 500	3 500	17 500		
11	002	2023/184		Outros Bens	0102 020121	O	100				03	01/2023	12/2027	0		6 000	6 000		6 000	6 000	6 000	6 000	30 000		

Orçamento Inicial - Atividades mais Relevantes do ano 2023

(valores em euros)																										
Obj.	Prog.	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)				Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas									Total previsto (j) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)+(i)	
		Ano / N°	Ação									2023				Anos seguintes										
							RP	RG	UE	EM		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)			Financiam. não definido (d)	2024 (e)	2025 (f)	2026 (g)	2027 (h)	2028 e seg. (i)					
11		CONSERV. E APROV. SERVIÇOS MUNICIPAIS																								
11	002	EQUIPAMENTO																								
11	002	2023/185		Conservação e Manutenção Equipamentos	0102 020203	O	100				03	01/2023	12/2027	0		80 000	80 000		90 000	90 000	90 000	90 000		440 000		
Totais do Programa 002:																628	141 010	141 010		152 510	152 510	152 510	152 510		751 678	
Totais do Objetivo 11:																628	171 010	171 010	0	182 510	182 510	182 510	182 510	0	901 678	
Total Geral:																708 330	3 604 111	3 604 111	0	2 845 160	2 743 310	2 754 620	2 734 610	947 000	16 337 141	

ORGÃO EXECUTIVO

Em _____ de _____ de _____

ORGÃO DELIBERATIVO

Em _____ de _____ de _____

Município de Penela
Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2023

Classif. Orçamental		Projeto de GOP's				Dotação
0102	020101	Matérias-primas e subsidiárias				
		05	003	2023/73	Matérias Primas e Subsidiárias	7 500,00
		06	001	2023/77	Matérias Primas e Subsidiárias	10 000,00
		06	002	2023/81	Matérias Primas e Subsidiárias	2 500,00
		06	003	2023/85	Matérias Primas e Subsidiárias	30 000,00
		06	004	2023/88	Matérias Primas e Subsidiárias	10 000,00
		07	003	2023/111	Matérias Primas e Subsidiárias	5 000,00
		07	005	2023/120	Matérias Primas e Subsidiárias	2 500,00
		07	007	2023/122	Área Agrícola da Quinta Vale Espinhal	5 000,00
		10	001	2023/170	2 Matérias Primas e Subsidiárias	12 000,00
		Total dos Projetos de GOP's:				84 500,00
		Total da Classificação Orçamental:				84 500,00
0102	02010201	Gasolina				
		04	001	2023/60	5 Combustíveis e Lubrificantes - Gasolina	1 000,00
		Total dos Projetos de GOP's:				1 000,00
		Total da Classificação Orçamental:				4 000,00
0102	02010299	Outros				
		01	005	2023/8	2 Combustíveis e Lubrificantes	32 000,00
		03	004	2023/44	1 Combustíveis e Lubrificantes	60 000,00
		11	002	2023/179	Oleos e Lubrificantes	3 500,00
		Total dos Projetos de GOP's:				95 500,00
		Total da Classificação Orçamental:				95 500,00
0102	020104	Limpeza e higiene				
		01	005	2023/8	3 Material Higiene e Limpeza	5 000,00
		04	001	2023/60	6 Material Higiene e Limpeza	10,00
		10	001	2023/170	1 Material Higiene e Limpeza	25 000,00
		Total dos Projetos de GOP's:				30 010,00
		Total da Classificação Orçamental:				30 010,00
0102	020105	Alimentação - Refeições confeccionadas				
		01	005	2023/8	4 Refeições Confeccionadas	30 000,00
		Total dos Projetos de GOP's:				30 000,00
		Total da Classificação Orçamental:				30 000,00
0102	020106	Alimentação - Géneros para confeccionar				

Município de Penela
Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2023

Classif. Orçamental		Projeto de GOP's					Dotação
		01	005	2023/8	5	Géneros Alimentícios	115 000,00
		02	003	2023/30	1	Géneros Alimentícios	1 500,00
		03	004	2023/44	2	Géneros Alimentícios	7 500,00
		Total dos Projetos de GOP's:					124 000,00
		Total da Classificação Orçamental:					124 000,00
0102	020107	Vestuário e artigos pessoais					
		07	006	2023/121	7	Equipamento de Protecção individual	2 000,00
		11	002	2023/180		Equipamento Higiene e Saúde no Trabalho	15 000,00
		Total dos Projetos de GOP's:					17 000,00
		Total da Classificação Orçamental:					17 000,00
0102	020108	Material de escritório					
		01	005	2023/8	6	Material de Escritório	2 000,00
		04	001	2023/59	3	Material de Escritório	250,00
		04	001	2023/60	7	Material de Escritório	10,00
		Total dos Projetos de GOP's:					2 260,00
		Total da Classificação Orçamental:					9 760,00
0102	020112	Material de transporte-Peças					
		11	002	2023/181		Material de Transporte - Peças	7 500,00
		Total dos Projetos de GOP's:					7 500,00
		Total da Classificação Orçamental:					7 500,00
0102	020114	Outro material-Peças					
		11	002	2023/182		Outro Material - Peças	9 500,00
		Total dos Projetos de GOP's:					9 500,00
		Total da Classificação Orçamental:					9 500,00
0102	020115	Prémios, condecorações e ofertas					
		02	002	2022/17	1	Concurso Ideias	10,00
		Total dos Projetos de GOP's:					10,00
		Total da Classificação Orçamental:					5 010,00
0102	020117	Ferramentas e utensílios					

Município de Penela
Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2023

Classif. Orçamental	Projeto de GOP's				Dotação
11 002 2023/183				Ferramentas e Utensílios Desgaste Rápido	3 500,00
Total dos Projetos de GOP's:					3 500,00
Total da Classificação Orçamental:					3 500,00

0102 020120

Material de educação, cultura e recreio

01 005 2023/8	7	Material Didático, Cultura e Recreio	2 000,00
02 001 2023/11		Fundos Documentais e Publicações Diversas	5 000,00
02 003 2023/30	2	Material Didático, Cultura e Recreio	500,00
03 004 2023/44	3	Material Desportivo	500,00
07 003 2023/105		Aquisição Material Divulgação Turística	5 000,00
Total dos Projetos de GOP's:			13 000,00
Total da Classificação Orçamental:			13 000,00

0102 020121

Outros bens

01 005 2023/8	8	Outros Bens	9 500,00
02 001 2023/12		Outros Bens	2 000,00
02 003 2023/30	3	Outros Bens	7 500,00
03 004 2023/44	4	Outros Bens	6 000,00
04 001 2023/59	5	Outros Bens	1 000,00
04 001 2023/60	8	Outros Bens	1 000,00
04 001 2023/61	1	Outros Bens	1 000,00
04 001 2023/62	1	Outros Bens	2 500,00
05 002 2019/58		Toponímia e Números de Polícia	7 500,00
07 003 2023/107	1	Outros Bens	20 000,00
07 003 2023/108	1	Outros Bens	5 000,00
07 003 2023/114	1	Outros Bens	5 000,00
07 004 2023/115	1	Outros Bens	5 000,00
07 004 2023/116	1	Outros Bens	5 000,00
07 004 2023/117	1	Outros Bens	2 500,00
07 006 2023/121	5	Outros Bens	3 500,00
07 007 2023/125	1	Outros Bens	2 500,00
08 003 2023/140		Outros Bens	5 000,00
11 002 2023/184		Outros Bens	6 000,00
Total dos Projetos de GOP's:			97 500,00
Total da Classificação Orçamental:			101 000,00

0102 020201

Encargos das instalações

Município de Penela
Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2023

Classif. Orçamental		Projeto de GOP's					Dotação
		01	005	2023/8	9	Encargos das Instalações	27 500,00
		04	001	2023/60	9	Encargos das Instalações	25 500,00
		Total dos Projetos de GOP's:					53 000,00
		Total da Classificação Orçamental:					253 000,00
0102	020202	Limpeza e higiene					
		04	001	2023/60	10	Serviços Limpeza	150,00
		Total dos Projetos de GOP's:					150,00
		Total da Classificação Orçamental:					150,00
0102	020203	Conservação de bens					
		04	001	2023/60	12	Conservação e Manutenção Edifícios e Equipamentos	34 000,00
		11	002	2023/185		Conservação e Manutenção Equipamentos	80 000,00
		Total dos Projetos de GOP's:					114 000,00
		Total da Classificação Orçamental:					114 000,00
0102	020204	Locação de edifícios					
		04	001	2023/59	6	Instalações	750,00
		04	001	2023/60	11	Rendas de Imóveis	4 600,00
		Total dos Projetos de GOP's:					5 350,00
		Total da Classificação Orçamental:					19 350,00
0102	020206	Locação de material de transporte					
		04	001	2023/58	1	Viatura	7 500,00
		11	002	2023/174		Viaturas - Locação Operacional	6 000,00
		Total dos Projetos de GOP's:					13 500,00
		Total da Classificação Orçamental:					13 500,00
0102	020208	Locação de outros bens					
		04	001	2023/59	7	Equipamentos	2 500,00
		11	002	2023/175		Máquinas - Locação Operacional	10,00
		Total dos Projetos de GOP's:					2 510,00
		Total da Classificação Orçamental:					12 510,00
0102	020209	Comunicações					
		01	005	2023/8	10	Comunicações	10 000,00

Município de Penela
Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2023

Classif. Orçamental		Projeto de GOP's				Dotação	
		04	001	2023/60	13	Comunicações	10,00
						Total dos Projetos de GOP's:	10 010,00
						Total da Classificação Orçamental:	70 010,00
0102	020210	Transportes					
		01	002	2023/3	5	Transportes Escolares	100 000,00
		04	001	2023/60	14	Transportes	3 900,00
		07	001	2023/91		Programa "Penela Não Pára"	35 000,00
						Total dos Projetos de GOP's:	138 900,00
						Total da Classificação Orçamental:	143 900,00
0102	020212	Seguros					
		04	001	2023/53		Seguro de Saúde	60 000,00
		04	001	2023/59	8	Seguros	1 000,00
		04	001	2023/60	15	Seguros	1 000,00
						Total dos Projetos de GOP's:	62 000,00
						Total da Classificação Orçamental:	97 000,00
0102	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria					
		05	001	2020/61		Operações de Reabilitação Urbana	3 850,00
		05	001	2023/63	1	Estudos e Projetos	10,00
						Total dos Projetos de GOP's:	3 860,00
						Total da Classificação Orçamental:	128 860,00
0102	020215	Formação					
		07	006	2022/120	4	Formação	1 100,00
		11	001	2023/173		Formação	20 000,00
						Total dos Projetos de GOP's:	21 100,00
						Total da Classificação Orçamental:	21 100,00
0102	020220	Outros trabalhos especializados					
		01	001	2018/1	2	Equipas Multidisciplinares de Intervenção Multinível	60 050,00
		01	002	2023/3	7	Atividades Enriquecimento Curricular	10,00
		01	002	2023/3	8	Empreendedorismo nas Escolas	10,00
		01	002	2023/3	9	Estudos e Projetos	3 100,00
		02	002	2021/22	1	Aquisição de Serviços	49 500,00
		02	002	2021/23	1	Aquisição de Serviços	70 050,00

Município de Penela
Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2023

Classif. Orçamental	Projeto de GOP's				Dotação	
	02	002	2021/24	1	Aquisição de Serviços	15 400,00
	02	002	2023/25		Promoção e Divulgação do Património	8 000,00
	02	002	2023/28		APP Penela+	10,00
	05	001	2023/65		Sistema de Informação Geográfica - Cartografia e Ortofotomapas	7 500,00
	07	005	2020/126		Caça e Pesca sem Morte	10,00
	07	006	2019/119	4	Trabalhos Especializados	51 700,00
	07	006	2019/120		Centro Competências Geoespacial	5 000,00
	07	006	2019/122	1	Instalação Sistema Silvopastoril	500,00
	07	006	2022/120	3	Silvicultura Preventiva	17 500,00
	07	006	2023/121	4	Silvicultura Preventiva	30 000,00
	08	002	2023/130		Tratamento de R.S.U. - ERSUC	4 000,00
	11	001	2023/172		Acompanhamento do Sistema de Qualidade	10 000,00
Total dos Projetos de GOP's:						332 340,00
Total da Classificação Orçamental:						412 340,00

0102 020225

Outros serviços

01	002	2023/3	10	Gala Anual Educação	5 000,00
01	002	2023/3	11	Forum Educação / Jornadas Pedagógicas	2 500,00
01	005	2023/8	11	Outros Serviços	20 000,00
02	001	2023/13		Programação Cultural	10 000,00
02	002	2023/22		Oficina do Humor	10,00
02	002	2023/23		Bienal Humor Oliveira Guimarães	2 500,00
02	002	2023/24		Bienal Artes Plásticas	10,00
02	002	2023/26		Cooperação Transfronteiriça	10 000,00
02	002	2023/27		Iniciativas Culturais - A Cultura vai à Rua	15 000,00
02	003	2023/30	4	Outros Serviços	12 500,00
03	002	2023/38		Promoção de Actividades Desportivas	2 000,00
03	003	2023/40		CCJ - Conselho Consultivo Jovem	1 000,00
03	003	2023/41		OTL - Ocupação Tempos Livres	5 000,00
03	003	2023/42		Cartão Jovem Municipal	1 000,00
03	003	2023/43		PenelaFest	20 000,00
03	004	2023/44	5	Outros Serviços	6 000,00
04	001	2023/54		Promoção Actividades Saúde e Acção Social	4 000,00
04	001	2023/55		Universidade Sénior	2 000,00
04	001	2023/58	2	Outros Serviços	3 000,00
04	001	2023/59	9	Outros Serviços	2 500,00
04	001	2023/60	16	Outros Serviços	5 000,00

Município de Penela
Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2023

Classif. Orçamental		Projeto de GOP's				Dotação	
		04	001	2023/61	2	Outros Serviços	1 000,00
		04	001	2023/62	2	Outros Serviços	2 500,00
		05	003	2023/74		Outros Serviços	7 500,00
		06	001	2023/78		Outros Serviços	5 000,00
		06	002	2023/82		Outros Serviços	2 500,00
		06	003	2023/86		Outros Serviços	5 000,00
		07	001	2021/80		Programa Municipal Criatividade e Inovação Fab Lab	500,00
		07	001	2023/90		Fórum Desenvolvimento Económico	3 000,00
		07	002	2023/96		Intervenções em Zonas Industriais	10 000,00
		07	003	2022/192		Corredores do Património	18 450,00
		07	003	2023/104		Rede Aldeias Xisto - Dinamização FarmReal	500,00
		07	003	2023/106		Acções Promocionais	20 000,00
		07	003	2023/107	2	Outros Serviços	180 000,00
		07	003	2023/108	2	Outros Serviços	15 000,00
		07	003	2023/114	2	Outros Serviços	12 500,00
		07	004	2023/115	2	Outros Serviços	160 000,00
		07	004	2023/116	2	Outros Serviços	27 500,00
		07	004	2023/117	2	Outros Serviços	7 500,00
		07	006	2023/121	6	Outros Serviços	3 500,00
		07	007	2023/123		Vinália	5 000,00
		07	007	2023/124		Broa Cumieira	5 000,00
		07	007	2023/125	2	Outros Serviços	2 500,00
		08	001	2023/127		Agenda XXI Local	2 000,00
		08	002	2018/188	3	Acções Sensibilização e Marketing	2 000,00
		08	003	2023/141		Outros Serviços	2 000,00
		10	001	2023/170	3	Outros Serviços	17 500,00
						Total dos Projetos de GOP's:	646 970,00
						Total da Classificação Orçamental:	892 149,00
0102	040102			Privadas			
		04	001	2020/211	2	Apoio Empresas	3 000,00
						Total dos Projetos de GOP's:	3 000,00
						Total da Classificação Orçamental:	3 000,00
0102	040301			Estado			
		01	005	2023/8	13	Delegação Competências - Manutenção e Funcionamento	10 000,00

Município de Penela
Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2023

Classif. Orçamental		Projeto de GOP's				Dotação	
		04	001	2023/60	4	Transferência / Delegação de Competências	10,00
						Total dos Projetos de GOP's:	10 010,00
						Total da Classificação Orçamental:	10 010,00
0102	04050101	Municípios					
		01	003	2023/5		Transporte Alunos a Estudar Fora do Concelho	12 500,00
						Total dos Projetos de GOP's:	12 500,00
						Total da Classificação Orçamental:	12 500,00
0102	04050102	Freguesias					
		01	002	2023/3	4	Protocolo Transportes Escolares	26 500,00
		07	003	2023/109		Apoio a Eventos de Promoção Concelhia	10 000,00
		08	001	2023/129		Acordos de Execução - Transferência de Competências	65 000,00
						Total dos Projetos de GOP's:	101 500,00
						Total da Classificação Orçamental:	101 500,00
0102	04050104	Associações de municípios					
		09	001	2023/157		CIMRC - Comunidade Intermunicipal Região Coimbra - Comparticipação projectos comuns	160 000,00
						Total dos Projetos de GOP's:	160 000,00
						Total da Classificação Orçamental:	160 000,00
0102	040701	Instituições sem fins lucrativos					
		01	002	2023/2		Programa Creche+	3 000,00
		01	002	2023/3	6	Enriquecimento Curricular	60 000,00
		01	005	2023/8	12	Protocolos de Colaboração	10,00
		02	002	2023/19		Apoio Actividades Carácter Cultural e Recreativo	35 000,00
		02	002	2023/20		Apoio Actividades Arqueológicas	22 000,00
		02	002	2023/21		Academias de Música	18 000,00
		03	002	2023/37		Apoio a Actividades de Carácter Desportivo e Tempos Livres	36 500,00
		03	003	2023/39		OPJ - Orçamento Participativo Jovem	1 000,00
		04	001	2022/196		S@úde + Perto	16 200,00
		04	001	2023/50		Programa ABEM - Rede Solidária do Medicamento	10 000,00
		04	001	2023/51		Plano Municipal de Igualdade e não Discriminação	10,00
		04	001	2023/52		CLDS - Apoio ao Funcionamento	1 000,00
		07	001	2020/94		HIESE - Capacitação Económica do Território	52 000,00
		07	001	2020/213		Projeto Neetmaker - Capacitação e Estimulo à Empregabilidade e Inclusão Social	30 300,00

Município de Penela
Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2023

Classif. Orçamental	Projeto de GOP's				Dotação
	07	002	2023/97	Núcleo Empresarial Penela - Apoio Funcionamento	16 500,00
	07	003	2020/209	Ferraria Aldeia Viva - Protocolo de Colaboração	15 000,00
	07	003	2023/103	Inature - Comparticipação Eficiência Coletiva	4 565,00
	07	003	2023/110	Apoio a Eventos de Interesse Municipal	15 000,00
	07	006	2019/119	5 Protocolos de Colaboração	66 500,00
	07	007	2021/114	Programa Valorização Económica e Territorial do Queijo na Região Centro	500,00
	08	001	2019/136	Sustentabilidade Ambiental, a Alavanca da Inclusão Social	42 700,00
	08	001	2023/128	Protocolos Cooperação p/ Integração Pessoas c/ Deficiência	106 000,00
	08	003	2023/132	Apoio ao Funcionamento AHBVP	84 000,00
	08	003	2023/133	Protocolo EIP - Equipa Intervenção Permanente	130 000,00
	08	003	2023/134	Protocolo EIM - Equipa Intervenção Municipal	10,00
	08	003	2023/135	Acções de Vigilância Florestal	6 000,00
	08	003	2023/136	Acções de Vigilância Parques e Equipamentos	10,00
	08	003	2023/137	Protocolos de Colaboração	1 000,00
	09	001	2023/143	Terras de Sico - Associação de Desenvolvimento - Comparticipação Projectos Comuns	11 000,00
	09	001	2023/147	DUECEIRA - Comparticipação de Projectos Comuns	5 000,00
	09	001	2023/150	FLOPEN - Comparticipação Projectos Comuns	10,00
	09	001	2023/154	Agência ADXTUR - Comparticipação Projectos Comuns	10,00
	09	001	2023/161	ACMMM - Agência dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego - Comparticipação Projectos Comuns	10,00
Total dos Projetos de GOP's:					788 835,00
Total da Classificação Orçamental:					788 835,00
0102 04080202	Outras				
	01	002	2023/1	Programa Educação+	12 500,00
	01	002	2023/3	3 Auxílios Económicos Directos	3 000,00
	01	003	2023/6	Apoio Transporte Alunos a Estudar Fora do Concelho	20 000,00
	01	004	2023/7	Programa Jovem Estudante Universitário	2 000,00
	04	001	2023/49	Programa Apoio a Situações de Emergência	10 000,00
	04	001	2023/56	2 Apoio Arrendamento	5 000,00
	04	001	2023/57	1 Apoio à Natalidade e 1ª Infância	5 000,00
	04	001	2023/59	4 Apoio Situações Emergência	2 500,00
	05	003	2023/72	Projeto Pintar Penela	15 000,00

Município de Penela
Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2023

Classif. Orçamental		Projeto de GOP's			Dotação	
	08	003	2023/138	Incentivo ao Voluntariado	2 000,00	
	Total dos Projetos de GOP's:				77 000,00	
	Total da Classificação Orçamental:				77 000,00	
0102	050803	Outras				
		04	001	2023/45	Tarifário Social - APIN	75 000,00
		Total dos Projetos de GOP's:				75 000,00
		Total da Classificação Orçamental:				75 000,00
		Outras				
		09	001	2023/142	Terras de Sicó - Associação de Desenvolvimento - Quotas	12 000,00
		09	001	2023/145	ANMP - Associação Nacional Municípios Portugueses - Quotas	4 425,00
		09	001	2023/146	DUECEIRA - Associação de Desenvolvimento - Quotas	4 500,00
		09	001	2023/149	FLOPEN - Assoc. Prod. Florestais Concelho Penela - Quotas	500,00
		09	001	2023/151	Associação Arbitragem Conflitos Consumo - Quotas	750,00
		09	001	2023/152	AREAC - Agência Reg. Energia Amb. Centro - Quotas	1 750,00
		09	001	2023/153	Agência ADXTUR - Quotas	7 680,00
		09	001	2023/156	CIMRC - Comunidade Intermunicipal Região Coimbra - Quotas	16 100,00
		09	001	2023/159	FICAM - Foro Ibérico das Cidades Amuralhadas - Quotas	300,00
		09	001	2023/160	ACMMM - Agência dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego - Quotas	2 500,00
		09	001	2023/163	Inov Cluster - Associação do Cluster Agro-Industrial do Centro - Quotas	350,00
		09	001	2023/164	Rutis - Rede de Universidades Sêniors - Quotas	60,00
		09	001	2023/165	ADSL - Associação Desenvolvimento Serra da Lousã - Quotas	5 000,00
		09	001	2023/166	Associação Nacional Assembleias Municipais - Quotas	1 175,00
		09	001	2023/167	Novas Associações - Adesão Municipal ou Apoio Constituição Outras	8 000,00
Total dos Projetos de GOP's:					65 090,00	
Total da Classificação Orçamental:					80 090,00	
0102	070101	Terrenos				
		02	002	2023/29	Aquisição de Terrenos	5 000,00
		03	001	2023/36	Aquisição de Terrenos	10,00
		05	002	2023/66	Aquisição de Terrenos	10,00
		07	001	2023/92	Conexão Metro Mondego	500,00

Município de Penela
Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2023

Classif. Orçamental		Projeto de GOP's				Dotação	
		07	002	2018/90	2	Aquisição de Terrenos	5 000,00
		07	002	2023/98		Aquisição de Terrenos	10,00
		07	003	2023/113		Aquisição de Terrenos	10,00
		10	001	2023/169		Aquisição de Terrenos	10,00
Total dos Projetos de GOP's:							10 550,00
Total da Classificação Orçamental:							10 550,00
0102	07010301	Instalações de serviços					
		02	001	2023/9		Conservação e Beneficiação Edifício	10 000,00
		02	002	2018/12	1	Reabilitação do Edifício	450 000,00
		02	002	2023/16		Aquisição de Edifícios	10,00
		04	001	2023/60	1	Eficiência Energética nos Equipamentos de Saúde	10,00
		04	001	2023/60	2	Instalações	10,00
		07	002	2018/85	1	Ampliação do Edifício	72 500,00
		07	003	2020/108		Pousada do Rabaçal	10,00
		07	003	2023/100		Conservação e Beneficiação Edifícios Turísticos e de Restauração	10 000,00
		07	006	2019/119	1	Requalificação Infraestruturas	7 500,00
		10	001	2020/186	1	Reabilitação Edifício	10 000,00
		10	001	2023/168		Rep., Conservação e Adaptação Edifícios Municipais	50 000,00
Total dos Projetos de GOP's:							610 040,00
Total da Classificação Orçamental:							610 040,00
0102	07010302	Instalações desportivas e recreativas					
		03	001	2016/32		Reabilitação Piscina Municipal Penela	70 000,00
		03	001	2023/32		Conservação e Beneficiação Edifícios Desportivos	12 500,00
Total dos Projetos de GOP's:							82 500,00
Total da Classificação Orçamental:							82 500,00
0102	07010303	Mercados e instalações de fiscalização sanitária					
		07	007	2021/110	1	Requalificação Mercado Municipal de Penela	11 000,00
		07	007	2022/122		Mercado Sicó Rabaçal	10,00
Total dos Projetos de GOP's:							11 010,00
Total da Classificação Orçamental:							11 010,00
0102	07010305	Escolas					
		01	002	2007/9		Centros Escolares - Projetos	2 400,00

Município de Penela
Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2023

Classif. Orçamental	Projeto de GOP's				Dotação
	01	002	2021/1	Cobertura Espaço Recreio Centro Escolar Espinhal	10,00
	01	002	2023/3	1 Conservação, Beneficiação e Manutenção Edifícios	10 000,00
	01	003	2023/4	ETP Sicó - Polo de Penela - Manutenção e Conservação Edifício	10 000,00
	01	005	2023/8	1 Manutenção das Instalações	20 000,00
	Total dos Projetos de GOP's:				42 410,00
	Total da Classificação Orçamental:				42 410,00
0102 07010307	Outros				
	07	003	2019/99	Rede Aldeias Calcário e Sicó	30 000,00
	07	003	2023/112	Aquisição de Edifícios	10,00
	Total dos Projetos de GOP's:				30 010,00
	Total da Classificação Orçamental:				30 010,00
0102 07010405	Parques e jardins				
	05	003	2020/66	Parque Verde Intergeracional	10 000,00
	Total dos Projetos de GOP's:				10 000,00
	Total da Classificação Orçamental:				10 000,00
0102 07010406	Instalações desportivas e recreativas				
	01	002	2022/2	Construção Espaço Recreio Centro Escolar Espinhal	5 000,00
	01	002	2023/3	2 Reabilitação e Construção Espaços Recreio e Desporto	2 000,00
	03	001	2023/31	Implementação de Novos Equipamentos Desportivos	25 000,00
	03	001	2023/33	Reab. e Benef. Equipamentos Desportivos e Parques Infantis	7 500,00
	05	003	2021/183	Reabilitação Equipamentos Parque das Águas Romanas	7 000,00
	Total dos Projetos de GOP's:				46 500,00
	Total da Classificação Orçamental:				46 500,00
0102 07010409	Sinalização e trânsito				
	06	003	2023/84	Sinalização da Rede Viária	10 000,00
	07	002	2018/90	4 Sinalética	10 000,00
	07	002	2023/95	Sinalética	10 000,00
	Total dos Projetos de GOP's:				30 000,00
	Total da Classificação Orçamental:				30 000,00
0102 07010412	Cemitérios				

Município de Penela
Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2023

Classif. Orçamental			Projeto de GOP's			Dotação
	06	004	2023/87		Beneficiação e Manutenção Cemitérios	7 500,00
					Total dos Projetos de GOP's:	7 500,00
					Total da Classificação Orçamental:	7 500,00
0102	07010413				Outros	
	02	002	2022/17	2	Empreitada	10,00
	07	002	2018/90	1	Zona Industrial Louriceira - Obra	65 000,00
	07	002	2023/93		Parque Industrial PENELI	10,00
	07	002	2023/94		Zona Industrial de Penela	5 000,00
	07	003	2018/189	1	Acessibilidades Sistema Visitação Multimédia	15 000,00
	07	003	2019/202		Requalificação Espaço Natural da Louçainha	260 000,00
	07	003	2023/99		Praia Fluvial Louçainha	5 000,00
	07	003	2023/102		ASA - Área Serviço Autocaravanas	3 000,00
	07	007	2020/128	1	Casa do Rebanho	11 500,00
	11	002	2022/193		Infraestruturas Postos Carregamento Veículos Elétricos	15 000,00
					Total dos Projetos de GOP's:	379 520,00
					Total da Classificação Orçamental:	379 520,00
0102	07010602				Outro	
	11	002	2022/194		Promoção da Eficiência Energética Transportes Públicos	435 420,00
	11	002	2023/176		Viaturas	52 500,00
					Total dos Projetos de GOP's:	487 920,00
					Total da Classificação Orçamental:	487 920,00
0102	070107				Equipamento de informática	
	04	001	2023/59	1	Equipamento Informático	2 000,00
	11	001	2023/171	1	Equipamento Informático	20 000,00
					Total dos Projetos de GOP's:	22 000,00
					Total da Classificação Orçamental:	22 000,00
0102	070108				Software informático	
	01	002	2022/195		Plataforma de Gestão Municipal da Educação	12 400,00
	11	001	2023/171	2	Software Informático	15 000,00
					Total dos Projetos de GOP's:	27 400,00
					Total da Classificação Orçamental:	27 400,00
0102	070109				Equipamento administrativo	

Município de Penela
Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2023

Classif. Orçamental		Projeto de GOP's					Dotação
		07	002	2018/85	2	Mobiliário	1 000,00
		10	001	2020/186	2	Mobiliário	10,00
		11	001	2023/171	3	Equipamento Administrativo	10 000,00
		Total dos Projetos de GOP's:					11 010,00
		Total da Classificação Orçamental:					11 010,00
0102	07011002	Outro					
		02	001	2023/10		Equipamento Básico	5 000,00
		02	002	2018/12	2	Equipamento	10,00
		02	002	2021/23	2	Equipamento	10 000,00
		02	002	2021/24	2	Equipamento	5 700,00
		03	001	2023/34		Equipamento Básico	5 000,00
		03	001	2023/35		Eficiência Energética Equipamentos Desportivos	5 000,00
		04	001	2023/46		Realojamento de Emergência	1 000,00
		04	001	2023/59	2	Equipamento Básico	250,00
		04	001	2023/60	3	Equipamentos	10,00
		05	003	2023/68		Mobiliário Urbano e outro equipamento básico	7 500,00
		06	002	2023/80		Equipamento Básico	3 000,00
		07	006	2019/119	3	Equipamento	44 000,00
		07	006	2022/120	2	Equipamento Básico	2 500,00
		07	006	2023/121	3	Equipamento Básico	3 000,00
		07	007	2021/110	2	Equipamento	20 000,00
		08	002	2023/131		Equip. Básico - Ecopontos,Contentores e Papeleiras	2 500,00
		08	003	2023/139		Equipamento Básico	5 000,00
		11	001	2023/171	4	Equipamento Básico	30 000,00
		11	002	2020/194		Postos Carregamento Viaturas Elétricas	27 000,00
		11	002	2023/177		Máquinas	47 500,00
		Total dos Projetos de GOP's:					223 970,00
		Total da Classificação Orçamental:					223 970,00
0102	070111	Ferramentas e utensílios					
		11	002	2023/178		Ferramentas e Utensílios	4 000,00
		Total dos Projetos de GOP's:					4 000,00
		Total da Classificação Orçamental:					4 000,00
0102	070205	Material de transporte					

Município de Penela
Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2023

Classif. Orçamental	Projeto de GOP's				Dotação
	11	002	2020/197	Viaturas - Locação	60 000,00
				Total dos Projetos de GOP's:	60 000,00
				Total da Classificação Orçamental:	60 000,00
0102 070207	Maquinaria e equipamento				
	11	002	2020/199	Máquinas - Locação	60 000,00
				Total dos Projetos de GOP's:	60 000,00
				Total da Classificação Orçamental:	60 000,00
0102 070209	Outros investimentos				
	05	001	2023/64	Eficiência Energética na Iluminação Pública	10,00
				Total dos Projetos de GOP's:	10,00
				Total da Classificação Orçamental:	10,00
0102 07030301	Viadutos, arruamentos e obras complementares				
	05	001	2023/63	2 Infraestruturas	10,00
	05	003	2020/63	Plano de Mobilidade da Vila de Penela	1 493 000,00
	05	003	2020/64	Regenerações Urbanas - Penela + Acessível	301 000,00
	05	003	2023/67	Regenerações Urbanas em Espaço Público	20 000,00
	06	001	2022/74	Extensão Redes Saneamento - Investimentos não elegíveis	300 000,00
	06	003	2019/201	E.M. 557 - Variante (Boiça)	10 000,00
	06	003	2020/85	E.M. Espinheiro - Rabaçal	10,00
	06	003	2020/86	E.M. Cumieira - Cabeça Redonda	10,00
	06	003	2020/87	E.M. Fonte Casal - Carvalhais	10,00
	06	003	2023/83	Pav. Repav. Arruamentos e Reparação Conserv. Outras Vias	400 000,00
	07	003	2022/191	Miradouro da Boavista	30 000,00
	07	008	2021/185	Miradouro da Boavista	25 000,00
				Total dos Projetos de GOP's:	2 579 040,00
				Total da Classificação Orçamental:	2 579 040,00
0102 07030302	Sistemas de drenagem de águas residuais				
	06	001	2023/75	Construção, Manutenção e Beneficiação Redes Saneamento	15 000,00
	06	001	2023/76	Águas Pluviais	10 000,00
				Total dos Projetos de GOP's:	25 000,00
				Total da Classificação Orçamental:	25 000,00
0102 07030304	Iluminação pública				

Município de Penela
Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2023

Classif. Orçamental		Projeto de GOP's				Dotação
		05	003	2021/57	Parque das Águas Romanas - Iluminação	12 500,00
		05	003	2023/70	Rede de Iluminação Pública	20 000,00
					Total dos Projetos de GOP's:	32 500,00
					Total da Classificação Orçamental:	32 500,00
0102	07030305	Parques e jardins				
		05	003	2023/69	Espaços Verdes	1 500,00
					Total dos Projetos de GOP's:	1 500,00
					Total da Classificação Orçamental:	1 500,00
0102	07030307	Captação e distribuição de água				
		06	002	2023/79	Construção, Manutenção e Beneficiação Redes e Depósitos Água	7 500,00
					Total dos Projetos de GOP's:	7 500,00
					Total da Classificação Orçamental:	7 500,00
0102	07030308	Viação rural				
		07	005	2023/118	Caminhos Agrícolas	5 000,00
		07	006	2023/121	1 Rede Viária Florestal	5 000,00
					Total dos Projetos de GOP's:	10 000,00
					Total da Classificação Orçamental:	10 000,00
0102	07030313	Outros				
		02	002	2017/12	Reabilitação Castelo Penela - Percurso Pedonal e Iluminação	185 000,00
		02	002	2020/15	Villa Romana de São Simão	60 000,00
		02	002	2023/14	Requalificação Zona Frontal e Acesso Quintal Lapas	10,00
		02	002	2023/15	Valorização do Castelo de Penela e Outros Espaços Património	5 000,00
		07	003	2023/101	Aproveitamento Outros Locais Recreio e Turismo	2 500,00
		07	005	2023/119	Beneficiação de Regadios, Açudes, Levadas e Linhas de Água	5 000,00
		07	006	2022/120	1 Conservação e Reparação Muros e Linhas de Água	15 230,00
		07	006	2023/121	2 Pontos de Água	1 000,00
					Total dos Projetos de GOP's:	273 740,00
					Total da Classificação Orçamental:	273 740,00
0102	08050102	Freguesias				

Município de Penela
Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2023

Classif. Orçamental		Projeto de GOP's			Dotação	
		05	003	2023/71	Delegação de Competências	10 000,00
					Total dos Projetos de GOP's:	10 000,00
					Total da Classificação Orçamental:	10 000,00
0102	08050104	Associações de municípios				
		09	001	2023/158	CIMRC - Comunidade Intermunicipal Região Coimbra - Comparticipação projectos comuns	21 000,00
					Total dos Projetos de GOP's:	21 000,00
					Total da Classificação Orçamental:	21 000,00
0102	080701	Instituições sem fins lucrativos				
		02	002	2020/18	Casa da Cultura Espinhal	52 336,00
		02	002	2020/19	Centro Cultural da Cumieira	41 000,00
		02	002	2020/212	Clube Desportivo e Recreativo Penelense	31 100,00
		02	002	2023/17	Apoio à Recuperação Património Cultural Construído	20 000,00
		02	002	2023/18	Apoio Construção e Recuperação Sedes Associações	33 000,00
		04	001	2023/47	Apoio Infraestruturas de âmbito Social	1 000,00
		07	008	2019/132	Requalificação Largo Central Cumieira e construção Forno Comunitário	13 750,00
		07	008	2023/126	Orçamento Participativo	70 000,00
		08	003	2021/123	Apoio a Instalações e Equipamentos	31 500,00
		09	001	2023/144	Terras de Sico - Associação de Desenvolvimento - Comparticipação Projectos Comuns	10 000,00
		09	001	2023/148	DUECEIRA - Comparticipação Projectos Comuns	5 000,00
		09	001	2023/155	Agência ADXTUR - Comparticipação Projectos Comuns	10,00
		09	001	2023/162	ACMMM - Agência dos Castelos e Muralhas Medievais do Mondego - Comparticipação Projectos Comuns	10,00
					Total dos Projetos de GOP's:	308 706,00
					Total da Classificação Orçamental:	308 706,00
0102	080802	Outras				
		04	001	2023/48	Programa Apoio Pobreza (Habitações e Equipamentos)	15 000,00
		04	001	2023/56	1 Apoio Obras	15 000,00
		04	001	2023/57	2 Apoio à Habitação	12 500,00
					Total dos Projetos de GOP's:	42 500,00
					Total da Classificação Orçamental:	42 500,00
0103	030305	Material de transporte				

Município de Penela
Resumo Orçamental das Grandes Opções do Plano para 2023

Classif. Orçamental			Projeto de GOP's		Dotação	
0103	030307	11	002	2020/207	Juros Locação - Viaturas	5 000,00
		Total dos Projetos de GOP's:				5 000,00
		Total da Classificação Orçamental:				5 000,00
0103	030307	Maquinaria e equipamento				
		11	002	2021/169	Juros Locação - Máquinas	5 000,00
		Total dos Projetos de GOP's:				5 000,00
Total da Classificação Orçamental:				5 000,00		





ASSEMBLEIA MUNICIPAL
PENELA



Anexo 2

Aprovado por unanimidade
de sessões de A.M. de
16/12/2022. *[Signature]* *[Signature]*

Despacho: *Panc deliberação no*
Reunião de Câmara de 28/11/
2022

23/11/2022

O Presidente da Câmara,

[Signature]
(Eduardo Nogueira dos Santos)

Deliberação: *Aprovada por unanimidade*
O mapa de pessoal para 2023.

28/11/2022

[Signature] *[Signature]* *Assimões*

N.º: _____ | Data: 15/09/2022

Assunto: Mapa de Pessoal para 2023 - Proposta.

1. Enquadramento e Descrição:

Considerando:

- O disposto nos artigos 28.º e 29.º da LTFP, de onde resulta que os Mapas de Pessoal constituem um instrumento de gestão de recursos humanos que devem traduzir a política de emprego superiormente perfilhada para o Município, tendo subjacente os objetivos a alcançar, os recursos financeiros disponíveis e a planificação das atividades a desenvolver por cada unidade orgânica e/ou serviço, devendo indicar o número de postos de trabalho necessários ao desempenho de tais atividades, sejam elas de carácter permanente ou temporário;
- Que o Mapa de Pessoal, enquanto instrumento de planeamento e gestão de recursos humanos, materializa a previsão dos trabalhadores que se prevê serem necessários para, anualmente, levar a cabo a realização das atividades dos serviços, no quadro das atribuições do Município e das estratégias por este previamente definidas;
- O novo quadro de transferência de competências para as Autarquias Locais, nos termos do disposto na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que aprovou a Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais;

- d) A mobilidade de trabalhadores do Município e para o Município, bem como as aposentações previstas para o próximo ano civil;

Procedeu-se à elaboração da proposta de Mapa de Pessoal para 2023 (cf. documento em **anexo**), o qual tem por base os seguintes pressupostos:

- i) A necessidade de suprir carências e efetuar ajustes pontuais de recursos humanos existentes nas diversas áreas de atividade do Município;
- ii) A ser reformulado por aposentações e mobilidades;
- iii) A preocupação em evitar o aumento de despesa, limitando, sempre que possível, a admissão de novos trabalhadores à luz de uma política de aproveitamento dos recursos humanos disponíveis, mediante o recurso aos instrumentos de mobilidade de trabalhadores.

Deste modo, a proposta de alteração ao mapa de pessoal ora preconizada apresenta um número total de postos de trabalho igual ao anterior, cifrando-se em 177, incluindo os postos ocupados, as situações de mobilidade e os postos a prover ou a ocupar.

2. Conclusão e Proposta:

Em face do exposto, submete-se à consideração superior proposta de Mapa de Pessoal para 2023, conforme documento anexo. Caso o referido documento venha a merecer despacho de concordância, deverá o mesmo ser submetido a aprovação do Executivo Municipal e da Assembleia Municipal, enquanto proposta de Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Penela para o Ano de 2023, nos termos previstos no artigo 29.º da LTFP, na sua redação atual, em articulação com a al.ª a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na sua redação atual.

Penela, 23 de novembro de 2022

O Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência,



(Rui Miguel Rodrigues Moreira Claro)

Mapa de Pessoal 2023

			Postos de Trabalho									
Atribuições / Competências/Atividades	Cargo/carreira/categoria	Área de formação académica e/ou profissional	Contrato Tempo Indeterminado				Contrato a Termo Resolutivo					
			Ocupados	Situação de Mobilidade	A Ocupar	Total	Ocupados	A Ocupar	Total	Número de postos de trabalho		
Divisão Técnica Obras e Serviços Urbanos	Divisão de Cultura, Turismo, Desporto e Juventude	Engenharia Civil	1	0	0	1	0	0	0	0		
	Divisão de Cultura, Turismo, Desporto e Juventude	História de Arte	1	0	0	1	0	0	0	0		
	Divisão Administrativa e Financeira	Área Financeira	0	0	1	1	0	0	0	0		
Gabinete de Apoio à Presidência e aos Órgãos Autárquicos (GAPOA)		Subtotal	2	0	1	3	0	0	0	0		
	Técnico Superior	Jurídica	0	0	0	0	0	1	1	1		
	Técnico Superior	Administração Pública ou Comunicação	0	0	0	0	0	1	1	1		
	Assistente Técnico	Administrativa	1	0	0	1	0	1	1	1		
	Assistente Operacional	Administrativa	1	0	0	1	0	0	0	0		
		Subtotal	2	0	0	2	0	3	3	5		
Gabinete de Apoio à Inovação, Competitividade e Empreendedorismo (GAICE)	Técnico Superior	Economia	1	0	0	1	0	0	0	0		
Gabinete Municipal de Proteção Civil, Florestas e Desenvolvimento Rural (GMPCFDR)		Subtotal	1	0	0	1	0	0	0	0		
	Técnico Superior	Engenharia Florestal	1	0	0	1	0	1	1	1		
		Subtotal	1	0	0	1	0	1	1	2		
Gabinete de Planeamento Urbanístico e Projetos (GPUP)	Técnico Superior	Gestão do Território	1	0	0	1	0	0	0	0		
	Técnico Superior	Arquitetura	1	0	1	2	0	0	0	0		
	Técnico Superior	Engenharia Civil	0	0	0	0	0	1	1	1		
	Técnico Superior	Geografia ou Sistemas de Informação Geográfica	0	0	0	0	0	1	1	1		
	Assistente Técnico	Desenhado e Medições	1	0	0	1	0	0	0	0		
	Assistente Técnico	Topografia e Cadastro	0	0	1	1	0	0	0	0		
		Subtotal	3	0	2	5	0	2	2	7		
	Técnico Superior	Medicina Veterinária	1	0	0	1	0	0	0	0		
Gabinete de Comunicação e Imagem (GCI)		Subtotal	1	0	0	1	0	0	0	0		
	Técnico Superior	Comunicação e Jornalismo	0	0	1	1	0	1	1	1		
		Subtotal	0	0	1	1	0	1	1	2		
Gabinete de Recursos Humanos e Formação (GRHF)	Técnico Superior	Recursos Humanos	1	0	0	1	0	2	2	3		
	Assistente Técnico	Administrativa	1	0	0	1	0	0	0	0		
	Assistente Operacional	Administrativa	0	0	0	0	0	0	0	0		
Gabinete de Fiscalização Municipal (GFM)		Subtotal	2	0	0	2	0	2	2	4		
	Fiscal Municipal	Fiscalização	1	0	0	1	0	0	0	0		
		Subtotal	1	0	0	1	0	0	0	0		
		Transporte	13	0	4	17	0	9	9	26		

mapa de competências											
Atribuições / Competências/Actividades	Cargo/carreira/categoria	Área de formação académica e/ou profissional	Postos de Trabalho								
			Contrato Tempo Indeterminado				Contrato a Termo Resolutivo				
			Ocupados	Situação de Mobilidade	A Ocupar	Total	Ocupados	A Ocupar	Total	Número de postos de trabalho	
			Transporte	13	0	4	17	0	9	9	26
Divisão Administrativa e Financeira	Técnico Superior	Gestão e Administração Pública	2	0	0	2	0	0	0	2	
	Técnico Superior	Contabilidade, Economia ou Gestão de Empresas	0	0	0	0	0	1	1	1	
	Técnico Superior	Administração Regional e Autárquica	1	0	0	1	0	0	0	1	
	Técnico Superior	Controlo de Gestão	1	0	0	1	0	0	0	1	
	Coordenador Técnico	Administrativa	1	0	0	1	0	0	0	1	
	Assistente Técnico	Administrativa	7	0	0	7	0	1	1	8	
	Assistente Operacional	Administrativa	2	0	0	2	0	1	1	3	
		Subtotal	14	0	0	14	0	3	3	17	
		Técnico Superior	Engenharia Civil	3	0	0	3	0	0	0	3
		Técnico Superior	Engenharia Eletrotécnica	0	0	0	0	0	1	1	1
Divisão Técnica Obras e Serviços Urbanos	Técnico Superior	Saúde Ambiental	1	0	0	1	0	0	0	1	
	Técnico Superior	Arquitectura	1	0	0	1	0	0	0	1	
	Técnico Superior	Administração Pública, Administração Regional e Autárquica	1	0	0	1	0	0	0	1	
	Coordenador Técnico	Administrativa	1	0	0	1	0	0	0	1	
	Assistente Técnico	Administrativa	1	0	0	1	0	2	2	3	
	Encarregado Operacional	Administrativa	1	0	0	1	0	0	0	1	
	Assistente Operacional	Apoio e Limpeza	26	0	6	32	0	3	3	35	
		Subtotal	35	0	6	41	0	6	6	47	
		Técnico Superior	História de Arte	1	0	0	1	0	0	0	1
		Técnico Superior	Educação de Infância	1	0	0	1	0	0	0	1
Divisão de Cultura, Turismo, Desporto e Juventude	Técnico Superior	Biblioteca	1	0	0	1	0	0	0	1	
	Técnico Superior	Arqueologia	1	0	0	1	0	0	0	1	
	Técnico Superior	Conservação e Restauro	1	0	0	1	0	0	0	1	
	Técnico Superior	Educação Física	1	0	0	1	0	0	0	1	
	Técnico Superior	Turismo, Lazer e Património ou Design e Multimédia	0	0	0	0	0	1	1	1	
	Assistente Técnico	Administrativa	4	0	0	4	0	1	1	5	
	Assistente Operacional	Apoio e Limpeza	7	0	0	7	0	1	1	8	
		Subtotal	17	0	0	17	0	3	3	20	
		Técnico Superior	Educação de Infância	1	0	0	1	0	0	0	1
		Técnico Superior	Serviço Social	2	0	0	2	0	0	0	2
Divisão de Educação, Saúde e Ação Social	Técnico Superior	Psicologia ou Serviço Social	0	0	0	0	0	1	1	1	
	Assistente Técnico	Administrativa	9	0	0	9	0	3	3	12	
	Assistente Operacional	Apoio e Limpeza	18	0	0	18	0	2	2	20	
		Subtotal	30	0	0	30	0	6	6	36	
	Coordenador Técnico	Administrativa	0	1	1	1	0	0	0	1	
	Assistente Técnico	Administrativa	5	0	0	5	0	0	0	5	
	Encarregado Operacional	Administrativa	0	1	1	1	0	0	0	1	
	Assistente Operacional	Apoio e Limpeza	24	0	0	24	0	0	0	24	
		Subtotal	29	2	2	31	0	0	0	31	
		TOTAL	138	2	12	150	0	27	27	177	



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
PENELA



Anexo 3

Aprovado por unanimidade
na sessão de AM. de 16/12/2022.
[Handwritten signature]

Informação

<p>Despacho: <i>A REM de 28.11.22 para deliberação.</i></p> <p><i>24/11/2022</i></p> <p>O Presidente da Câmara,</p> <p><i>[Signature]</i></p> <p>(Eduardo Nogueira dos Santos)</p>	<p>Deliberação: <i>Aprova-se por unanimidade a manutenção de Taxa de Imi para 2023.</i></p> <p><i>28/11/2022</i></p> <p><i>[Signature]</i> <i>[Signature]</i> <i>[Signature]</i> <i>[Signature]</i></p> <p>N.º: ____ Data: 21/11/2022</p>
--	---

Assunto: Taxas de Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) relativas ao ano de 2022, a aplicar na liquidação e cobrança em 2023.

1. Enquadramento e descrição:

De acordo com a al.^a a) do artigo 14.^o da Lei n.^o 73/2013, de 3 de setembro, com as respetivas alterações, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, o produto da cobrança do imposto municipal sobre imóveis (IMI) constitui uma receita dos Municípios, competindo à Assembleia Municipal (AM), sob proposta da Câmara Municipal (CMC), nos termos da al.^a d) do n.^o 1 do artigo 25.^o da Lei n.^o 75/2013, de 12 de setembro, fixar anualmente as taxas a aplicar. A receita anual do IMI depende do Valor Patrimonial Tributário dos prédios rústicos e urbanos localizados no Concelho, das isenções previstas no Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF) (artigos 44.^o a 50.^o e 71.^o), das isenções previstas no n.^o 1 do artigo 16.^o da Lei n.^o 73/2013, de 3 de setembro, das isenções totais ou parciais reconhecidas pela Câmara Municipal, no cumprimento das normas do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) e do regime de Taxas que constam nos artigos 112.^o, 112.^o A e 112.^o B do CIMI, aprovado pelo Decreto-Lei n.^o 287/2003, de 12 de Novembro, com as sucessivas alterações, no qual podem constar reduções/agravamentos a aprovar por deliberação da Assembleia Municipal e que se transcrevem na íntegra:

Artigo 112º

Taxas

1 - As taxas do imposto municipal sobre imóveis são as seguintes:

a) Prédios rústicos: 0,8%;

b) (Revogada.) (Redação da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro)

c) Prédios urbanos - de 0,3 % a 0,45 %. (Redação da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março)

2 - Tratando-se de prédios constituídos por parte rústica e urbana, aplica-se ao valor patrimonial tributário de cada parte a respetiva taxa.

3 - Salvo quanto aos prédios abrangidos pela alínea b) do n.º 2 do artigo 11.º, as taxas previstas nas alíneas b) e c) do n.º 1 são elevadas, anualmente, ao triplo nos casos: (Redação da Lei n.º 119/2019, de 18 de setembro)

a) De prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano, ou prédios em ruínas, como tal definidos em diploma próprio; (Redação da Lei n.º 119/2019, de 18 de setembro)

b) Prédios urbanos parcialmente devolutos, incidindo o agravamento da taxa, no caso dos prédios não constituídos em propriedade horizontal, apenas sobre a parte do valor patrimonial tributário correspondente às partes devolutas. (Redação da Lei n.º 119/2019, de 18 de setembro)

4 - A taxa do imposto é de 7,5 % para os prédios de sujeitos passivos que: (Redação da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro)

a) Tenham domicílio fiscal em país, território ou região sujeito a um regime fiscal mais favorável, constante de lista aprovada por portaria do Ministro das Finanças; (Redação da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro)

b) Sejam, nos termos previstos no n.º 8 do artigo 17.º do Código do IMT, uma entidade dominada ou controlada, direta ou indiretamente, por entidade que tenha domicílio fiscal em país, território ou região sujeito a um regime fiscal mais favorável, constante de lista aprovada por portaria do Ministro das Finanças. (Redação da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro)

5 - Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, fixam a taxa a aplicar em cada ano, dentro dos intervalos previstos na alínea c) do n.º 1, podendo esta ser fixada por freguesia. (Redação da Lei n.º 82-D/2014, de 31 de dezembro)

6 - Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, podem definir áreas territoriais, correspondentes a freguesias ou zonas delimitadas de freguesias, que sejam objeto de operações de

reabilitação urbana ou combate à desertificação, e majorar ou minorar até 30% a taxa que vigorar para o ano a que respeita o imposto. (anterior nº 5)

7 - Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, podem definir áreas territoriais correspondentes a freguesias ou zonas delimitadas de freguesias e fixar uma redução até 20% da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto a aplicar aos prédios urbanos arrendados, que pode ser cumulativa com a definida no número anterior. (anterior nº 6)

8 - Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, podem majorar até 30% a taxa aplicável a prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens. (anterior nº 7)

9 - Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, podem majorar até ao dobro a taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, não podendo da aplicação desta majoração resultar uma coleta de imposto inferior a (euro) 20 por cada prédio abrangido. (Redação da Lei 21/2006, de 23 de junho)

10 - Consideram-se prédios rústicos com áreas florestais em situação de abandono aqueles que integrem terrenos ocupados com arvoredos florestais, com uso silvo-pastoril ou incultos de longa duração, e em que se verifiquem, cumulativamente, as seguintes condições: (Redação da Lei 21/2006, de 23 de junho)

- a) Não estarem incluídos em zonas de intervenção florestal (ZIF), nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de agosto;**
- b) A sua exploração não estar submetida a plano de gestão florestal elaborado, aprovado e executado nos termos da legislação aplicável;**
- c) Não terem sido neles praticadas as operações silvícolas mínimas necessárias para reduzir a continuidade vertical e horizontal da carga combustível, de forma a limitar os riscos de ignição e propagação de incêndios no seu interior e nos prédios confinantes.**

11 - Constitui competência dos municípios proceder ao levantamento dos prédios rústicos com áreas florestais em situação de abandono e à identificação dos respetivos proprietários, até 30 de março de cada ano, para posterior comunicação à Direcção-Geral dos Impostos. (Redação da Lei 21/2006, de 23 de junho)

12 - Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, podem fixar uma redução até 50 % da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto a aplicar aos prédios classificados como de interesse público, de valor municipal ou património cultural, nos termos da respetiva legislação em

vigor, desde que estes prédios não se encontrem abrangidos pela alínea n) do n.º 1 do artigo 44.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais. (Redação da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro)

13 - (Revogado.) (Redação da Lei n.º 7-A/2016 de 30 de março)

14 - As deliberações da assembleia municipal referidas no presente artigo devem ser comunicadas à Autoridade Tributária e Aduaneira, por transmissão eletrónica de dados, para vigorarem no ano seguinte, aplicando-se a taxa mínima referida na alínea c) do n.º 1, caso as comunicações não sejam recebidas até 31 de dezembro. (Redação da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro)

15 - No caso de as deliberações compreenderem zonas delimitadas de freguesias ou prédios individualmente considerados, das comunicações referidas no número anterior deve constar a indicação dos artigos matriciais dos prédios abrangidos, bem como o número de identificação fiscal dos respetivos titulares. (Anterior n.º 14 - Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro)

16 - A identificação dos prédios ou frações autónomas devolutos, os prédios em ruínas e os terrenos para construção referidos no artigo 112.º-B deve ser comunicada pelos municípios à Autoridade Tributária e Aduaneira, por transmissão eletrónica de dados, nos termos e prazos referidos no n.º 14 e divulgada por estes no respetivo sítio na Internet, bem como no boletim municipal, quando este exista. (Redação da Lei n.º 2/2020, de 31 de março)

17 - O disposto no n.º 4 não se aplica aos prédios que sejam propriedade de pessoas singulares. (Anterior n.º 16 - Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro)

18 - Os municípios abrangidos por programa de apoio à economia local, ao abrigo da Lei n.º 43/2012, de 28 de agosto, ou programa de ajustamento municipal, ao abrigo da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, alterada pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, podem determinar que a taxa máxima do imposto municipal prevista na alínea c) do n.º 1, seja de 0,5 %, com fundamento na sua indispensabilidade para cumprir os objetivos definidos nos respetivos planos ou programas. (Aditado pela Lei n.º 7-A/2016 de 30 de março)

Artigo 112.º-A (*)

Prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo

1 - Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, podem fixar uma redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis que vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar, e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes

que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela:

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20
2	40
3 ou mais	70

2 - A deliberação referida no número anterior deve ser comunicada à Autoridade Tributária e Aduaneira, nos termos e prazo previstos no n.º 14 do artigo 112.º do Código do IMI.

3 - A verificação dos pressupostos para a redução da taxa do IMI é efetuada pela Autoridade Tributária e Aduaneira, de forma automática e com base nos elementos constantes nas matrizes prediais, no registo de contribuintes e nas declarações de rendimentos entregues.

4 - Para efeitos do disposto no presente artigo, a composição do agregado familiar é aquela que se verificar no último dia do ano anterior àquele a que respeita o imposto.

5 - Considera-se o prédio ou parte de prédio urbano afeto à habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar quando nele estiver fixado o respetivo domicílio fiscal.

6 - A Autoridade Tributária e Aduaneira disponibiliza aos municípios, até 15 de setembro, o número de agregados com um, dois e três ou mais dependentes que tenham, na sua área territorial, domicílio fiscal em prédio ou parte de prédio destinado a habitação própria e permanente.

(*) Artigo aditado pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março

Artigo 112.º- B

Prédios devolutos localizados em zonas de pressão urbanística

1 - Os prédios urbanos ou frações autónomas que se encontrem devolutos há mais de dois anos, os prédios em ruínas, bem como os terrenos para construção inseridos no solo urbano e cuja qualificação em plano municipal de ordenamento do território atribua aptidão para o uso habitacional, sempre que se localizem em zonas de pressão urbanística, como tal definidas em diploma próprio, estão sujeitos ao seguinte agravamento, em substituição do previsto no n.º 3 do artigo 112.º: (Redação da Lei n.º 2/2020, de 31 de março)

a) A taxa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º é elevada ao sêxtuplo, agravada, em cada ano subsequente, em mais 10 %;

b) O agravamento referido tem como limite máximo o valor de 12 vezes a taxa prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 112.º



2 - As receitas obtidas pelo agravamento previsto no número anterior, na parte em que as mesmas excedam a aplicação do n.º 3 do artigo 112.º, são afetas pelos municípios ao financiamento das políticas municipais de habitação.

Resumindo:

- A taxa aplicada aos prédios rústicos (0,8%) está fixada no CIMI [al.ª a) do n.º 1 do artigo 112.º] não sendo suscetível de alteração pelos municípios, salvo pelas majorações previstas nos números 9 a 11;
- As taxas aplicáveis aos prédios urbanos são aprovadas anualmente por deliberação da Assembleia Municipal dentro de certos limites compreendidos entre 0,3% e 0,45%.

O quadro seguinte permite visualizar a evolução da receita líquida de IMI, no período compreendido entre os anos de 2019 e 2022 (até outubro).

Ano	IMI (receita líquida)
2019	554 642,89 €
2020	567 368,49 €
2021	588 465,49 €
2022*	387 247,86 €

* Valores até 31/10/2022.

Importa criar um parêntesis para apresentar uma análise da aplicação de diferentes taxas de IMI, tendo em conta o intervalo definido na al.ª. c) do n.º 1, do artigo n.º 112.º, do CIMI, e verificar o seu impacto na receita do IMI do Município em 2021.

Nos termos do n.º 5 do artigo 112.º do CIMI, deve o Município, mediante deliberação da Assembleia Municipal fixar a taxa de IMI a aplicar aos prédios urbanos, no intervalo de 0,30% a 0,45%.

Sucedem, não obstante a fixação da taxa no intervalo melhor referenciado, não se pode olvidar a assunção pelo município de diversos compromissos com elevado impacto financeiro, decorrentes dos anos de 2020 e 2021.

Em face disso, verifica-se que, de momento, tais encargos obstam à redução da taxa desejada e propugnada pelo atual executivo municipal, sendo que, por tal motivo, será de manter os termos da fixação da taxa prevista no último ano e que foi de 0,375%, a qual corresponde a um posicionamento ligeiramente acima da média do intervalo legalmente estabelecido, na convicção de que assim ficam

salvaguardados os legítimos interesses dos proprietários de imóveis e, em simultâneo, fica garantida a arrecadação da receita fiscal a que o município está legalmente vinculado.

Por outro lado, face a conjuntura atual, é da máxima importância a manutenção de aplicação de IMI reduzido às famílias com dependentes a cargo, sendo esta medida de apoio social essencial para apoio e equilíbrio do orçamento das famílias e dos agregados familiares com dependentes do concelho de Penela.


Deste modo, não obstante os efeitos de estimativa de receita que o município pode não vir a arrecadar, com a tomada de deliberação, pela aplicação da redução da taxa de IMI, entende-se propor para fixação de uma redução da taxa de IMI, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes, que nos termos do CIRS, compõem o respetivo agregado familiar, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 112.º-A do CIMI, tendo presente que a mesma estima uma diminuição na arrecadação de receita passível de ser acomodável no atual quadro financeiro do município e que tal se impõe por motivos de responsabilidade e equidade social.

Assim, considerando o informação dos serviços e procurando não colocar em causa os pressupostos de maximização da receita arrecadada pelo Município, ditando regras muito restritas em relação à arrecadação de impostos diretos e taxas municipais, importa fixar uma taxa de IMI sobre os prédios urbanos que possa de alguma forma manter o desagravamento do montante que os munícipes deste concelho terão de suportar com este imposto sem que no global a “receita fiscal” do Município não sofra uma redução face aos montantes arrecadados em anos anteriores.

2. Conclusão e Proposta:

Em face do exposto, considerando que nos termos da alínea d) do artigo 25º, conjugado com a alínea ccc) do nº 1 do artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar, sob proposta da Câmara Municipal, a fixação anual do valor da taxa do IMI e que nos termos do n.º 14 do artigo n.º 112 do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), as deliberações que venham a ser tomadas deverão ser comunicadas, por via eletrónica, à Direcção-Geral dos Impostos, até 31.12.2022, propõe-se que:

- i) relativamente às taxas de IMI do ano de 2022 (receita a cobrar em 2023), deverá ser apresentada proposta de taxa de IMI, para os prédios urbanos, em 0,375% (cf. al.ª c), n.º 1 do artigo 112.º do CIMI), a submeter à Câmara e Assembleia Municipais.



- ii) relativamente à redução para agregados familiares com dependentes, deverá ser apresentada a dedução fixa legalmente estabelecida nos seguintes termos:

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20
2	40
3 ou mais	70

- iii) posteriormente se comunique à Autoridade Tributária a deliberação da Assembleia Municipal relativa ao IMI, até 31 de dezembro de 2022 (cf. n.º 14 do artigo 112.º do CIMI).

À consideração superior.

Penela, 21 de novembro de 2022

A Técnica Superior,



(Maria Leonor Carnoto)

O Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência e aos Órgãos Autárquicos,



(Rui Miguel Rodrigues Moreira Claro)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
PENELA



Anexo 4

Aprovado por unanimidade
na sessão de A.ª. de 16/12/2022.

[Handwritten signatures]

Informação

Despacho: *Parec. deliberacão*
na REM de 28.11.2022.

Deliberação: *Aprova de por unanimidade*
a manutenção de participacão variá-
vel no IRS para 2023.

24/11/2022

O Presidente da Câmara,

[Handwritten signature of Eduardo Nogueira dos Santos]

(Eduardo Nogueira dos Santos)

28/11/2022

[Handwritten signatures]

N.º: ____ | Data: 21/11/2022

Assunto: Participação Variável no IRS para 2023.

1. Enquadramento e descrição:

Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar as taxas do município, fixar o respetivo valor e deliberar em matéria de exercício dos poderes tributários do município, nos termos do disposto nas al.^{as} b) e c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual.

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, no âmbito da repartição de recursos públicos entre o Estado e os municípios, determina na al.º c) do n.º 1 do artigo 25.º que os municípios podem obter uma participação variável de 5 % no IRS, determinada nos termos do artigo 26.º, dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS.

A referida participação está regulamentada no artigo 26.º da supramencionada Lei n.º 73/2013, que se transcreve:



Artigo 26.º

Participação variável no IRS

1 - Os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5 % no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS.

2 - A participação referida no número anterior depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município, a qual é comunicada por via eletrónica pela respetiva câmara municipal à AT, até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos.

3 - Na ausência de deliberação ou de comunicação referida no número anterior o município tem direito a uma participação de 5% no IRS.

4 - Caso a percentagem deliberada pelo município seja inferior à taxa máxima definida no n.º 1, o produto da diferença de taxas e a coleta líquida é considerado como dedução à coleta do IRS, a favor do sujeito passivo, relativo aos rendimentos do ano imediatamente anterior àquele a que respeita a participação variável referida no n.º 1, desde que a respetiva liquidação tenha sido feita com base em declaração apresentada dentro do prazo legal e com os elementos nela constantes.

5 - A inexistência da dedução à coleta a que se refere o número anterior não determina, em caso algum, um acréscimo ao montante da participação variável apurada com base na percentagem deliberada pelo município.

6 - Para efeitos do disposto no presente artigo, considera-se como domicílio fiscal o do sujeito passivo identificado em primeiro lugar na respetiva declaração de rendimentos.

7 - O percentual e o montante da participação variável no IRS constam da nota de liquidação dos sujeitos passivos deste imposto.

Evolução da Receita cobrada resultante da participação variável no IRS

Ano	% participação	Receita anual	Variação (%)
2007	5%	83 498,00 €	
2008	5%	86 451,00 €	2 953,00 €

2009	5%	94 391,00 €	7 940,00 €
2010	5%	93 027,00 €	-1 364,00 €
2011	5%	95 054,00 €	2 027,00 €
2012	5%	94 752,00 €	-302,00 €
2013	5%	94 752,00 €	0,00 €
2014	5%	96 035,00 €	1 283,00 €
2015	5%	125 862,00 €	29 827,00 €
2016	5%	126 172,00 €	310,00 €
2017	5%	116 914,00 €	-9 258,00 €
2018	5%	126 283,00 €	9 369,00 €
2019	5%	136 113,00 €	9 830,00 €
2020	5%	156 397,00 €	20 284,00 €
2021	5%	168 129,00 €	11 732,00 €
2022*	5%	166 997,00 €	-1 132,00 €
2023**	5%	219 283,00 €	52 286,00 €

* Receita anual definida no Orçamento de Estado para 2022.

** Receita anual definida na Proposta de Orçamento de Estado para 2023.

Em resumo:

- De acordo com o previsto na al.ª c) do n.º 1 do artigo 25.º, e no n.º 1 do artigo 26.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, *os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, (...).*
- Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, caso a percentagem deliberada pelo município seja inferior à taxa máxima, o produto da diferença de taxas e a coleta líquida é considerado como dedução à coleta do IRS, a favor do sujeito passivo, relativo aos rendimentos do ano imediatamente anterior àquele a que respeita a participação variável, desde que a respetiva liquidação tenha sido feita com base em declaração apresentada dentro do prazo legal e com os elementos nela constantes.
- Esta participação depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município, a qual deve ser comunicada por via eletrónica pela respetiva câmara municipal à

Autoridade Tributaria, até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos (n.º 2 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro).

- Na ausência da referida deliberação ou comunicação o município tem direito a uma participação de 5% no IRS (n.º 3 do artigo 26.º da mesma Lei).

2. Conclusão e Proposta:

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, propõe-se:

- Submeter à Câmara e à Assembleia Municipal, a fixação da taxa variável de IRS a vigorar no ano de 2023, até ao limite de 5%;
- O n.º 2 do mesmo artigo, refere ainda que a taxa aprovada deverá ser comunicada, por via eletrónica, à Autoridade Tributária até ao dia 31.12.2022.

À consideração superior,

Penela, 21 de novembro de 2022

A Técnica Superior,



(Maria Leonor Carnoto)

O Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência e aos Órgãos Autárquicos,



(Rui Miguel Rodrigues Moreira Claro)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
PENELA



Anexo 5

2. Conclusão e Proposta:

Nos termos da alínea b) do nº. 2 do artº. 106º. da Lei nº. 5/2004, de 10 de fevereiro, com as várias alterações entretanto introduzidas, em conjugação com a alínea ccc) do nº. 1 do artº. 33º. do Anexo I da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, propõe-se:

- i) que o percentual da TMDP a aplicar no Município de Penela, no ano de 2023, seja de 0,25%;
- ii) e ainda, nos termos da alínea b) do nº. 1 do artº. 25º. do Anexo I da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, que a presente proposta seja remetida para aprovação da Assembleia Municipal.

À consideração superior.

Penela, 21 de novembro de 2022.

A Técnica Superior,



(Maria Leonor dos Santos Carnoto)

O Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência e aos Órgãos Autárquicos,



(Rui Miguel Rodrigues Moreira Claro)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
PENELA



Anexo 6

[Handwritten signature]

Informação

Despacho *A REM de 5/12/2022*
para discussão e deliberação.

30/11/2022

O Presidente da Câmara,

[Handwritten signature]
(Eduardo Nogueira dos Santos)

Deliberação, *Aprovado por unanimidade de*
a apresentação do projeto "Plano
Estratégico Penela 2030"

05/11/2022

[Handwritten signature]

[Handwritten initials]

N.º Interno: 2911/2022 | Data: 21/11/2022

Assunto: Plano Estratégico Penela 2030 – Apresentação de projeto

1. Enquadramento e Descrição:

No âmbito do desenvolvimento do plano estratégico do concelho de Penela, foi realizado durante o primeiro semestre do ano de 2021, para o horizonte de 2021-2030, o **Plano Estratégico Penela 2030**, cujo objetivo geral é a definição das prioridades de desenvolvimento concelhio, tendo sido concretizado através de uma metodologia participada, respeitando o contexto pandémico em que foi desenvolvido, num trabalho realizado em estreita e permanente articulação entre o Município de Penela e a empresa SPI.

Para o desenvolvimento do Plano foi realizada a análise das macrotendências que determinam os contextos e diretrizes estratégicas ao nível de políticas públicas em vigor, desde o nível europeu ao regional, verificando-se entre estes um alinhamento em termos de domínios/agendas temáticas; ao nível intermunicipal e local, com destaque para a unidade Pinhal Interior e abordagens setoriais de escala concelhia. Partindo do diagnóstico e de uma abordagem bidimensional, focada no concelho intra e supraconcelhio, o quadro estratégico Penela 2030 integra diversos níveis: as agendas estruturais que ligam ao cenário macro estratégico, nomeadamente ao contexto nacional, a visão de

futuro; os eixos estratégicos focados nas especificidades e desafios identificados e aos quais está associado um conjunto de objetivos estratégicos.

As agendas estruturais (AE) Penela 2030 assumem-se como focos temáticos que norteiam a estratégia de desenvolvimento do concelho e consequentemente são pilares estratégicos a ter em consideração na definição e implementação dos vários níveis estratégicos que constituem o Plano Penela 2030. A visão de futuro consubstancia a necessidade de uma mobilização coletiva dos agentes de desenvolvimento do concelho e do território alargado em que este se integra, num esforço conjunto de fazer emergir fatores de competitividade existentes que se encontram fragilizados por um quadro demográfico em perda e por um modelo de ordenamento e de intervenção pública que carece de abordagens e apoios estruturais integrados e multidimensionais. Nesta visão reforça-se um posicionamento estratégico focado na inovação aberta, inspirado no modelo *Living Lab* e que vinca a importância da aposta na produção e transferência de conhecimento científico para o território/economia/comunidade com base nas suas necessidades específicas, podendo assim alavancar processos de crescimento e desenvolvimento integrado que responda aos desafios das várias agendas estruturais Penela 2030.

Com base nestas premissas, em 15 de julho de 2021, após a conclusão do trabalho de conceção do plano estratégico foi realizada uma apresentação pública do mesmo no HIESE. Neste momento, o documento carece de aprovação nos respetivos órgãos municipais de forma a ter a devida validação e eficácia externa.

2. Conclusão e Proposta:

Neste sentido, coloco à consideração superior a aprovação do projeto do plano estratégico em anexo para tramitação ulterior.

Paços do Concelho, Penela, 21 de novembro de 2022

O Técnico Superior,



(Pedro Gonçalo Ferreira)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
PENELA



Anexo 7

Aprovado por unanimidade
na sessão da A.M. de
16/12/2022.

[Handwritten signature]

Informação

Despacho: A REM de 28/11/22
para deliberação.

24/11/2022

O Presidente da Câmara,

[Handwritten signature of Eduardo Nogueira dos Santos]

(Eduardo Nogueira dos Santos)

Deliberação: Aprovada por unanimidade
o relatório técnico respeitante à
2ª fase do Estudo.

28/11/2022

[Handwritten signature]

[Handwritten initials]

[Handwritten initials]

[Handwritten signature]
Simões

N.º: ____ | Data: 21/11/2022

Assunto: Expansão do Sistema de Mobilidade do Mondego.

1. Enquadramento:

O Sistema de Mobilidade do Mondego, aprovado e localizado no antigo Ramal Ferroviário da Lousã e na área urbana de Coimbra, previa inicialmente um sistema de metro ligeiro entre Coimbra B (concelho de Coimbra) e Serpins (concelho da Lousã) e na ligação entre a Baixa de Coimbra e a zona do Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra (CHUC).

O projeto inicial foi alvo de adaptação para um sistema de circulação rodoviária com autocarros elétricos, em canal dedicado do tipo BRT – Bus Rapid Transit, que é de forma mais vulgar designado de Metrobus. Este sistema aplica a tipologia da infraestrutura de uma ferrovia aos sistemas de autocarros, atribuindo-lhes direitos de passagem segregados e estações em plataforma, facilitando a aplicação de sistemas de transporte inteligentes e disponibilizando níveis de serviço elevados por um custo muito inferior ao que normalmente está associado à ferrovia.

Mais recentemente surgiu o “Estudo de Expansão do Sistema de Mobilidade do Mondego”, contratualizado entre a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra e a empresa OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, SA, com sede no Porto.

2. Descrição:

O aludido estudo, desenvolvido em quatro fases, tem como objetivo a análise de quatro novos eixos, não contemplados em qualquer estudo anterior:

- o Eixo Góis / Arganil;
- o Eixo Mealhada/Cantanhede;
- o Eixo Condeixa-a-Nova; e
- o Eixo Penela.

Na primeira fase foram analisadas, segundo uma abordagem preliminar, as opções de traçado para cada um dos quatro eixos em análise. Assim, foi feita uma análise inicial aos padrões de ocupação de território, abrangendo a geografia, localização da população residente, principais polos de emprego e equipamentos geradores de viagens. Esta análise foi complementada com a avaliação do sistema de mobilidade existente, combinando a avaliação da infraestrutura rodoviária e a oferta de transporte público.

A sobreposição destes dois níveis de análise permitiu a definição das opções preliminares de traçado, com duas soluções por eixo. Estas soluções preliminares de traçado foram posteriormente submetidas a um processo de validação por parte dos diferentes municípios envolvidos, com vista à obtenção da solução final.

A segunda fase agregou, num primeiro momento, a construção de um modelo territorial para a execução das estimativas de procura para cada eixo. Este modelo, combinou diferentes fontes de informação sobre a área de estudo, incluindo população residente, emprego e polos geradores de viagens, níveis de tráfego, configuração de rede de transporte público e movimentos pendulares. Concluída a construção e validação do modelo foram construídas as estimativas de procura, sendo apresentados os resultados para a hora de ponta, para um dia útil tipo e para o total anual. Esta estimativa foi calculada para diferentes horizontes temporais e cenários de evolução demográfica.

A terceira fase consistiu na elaboração da estimativa de custos para cada um dos eixos em estudo, discriminados em custos de investimento e de operação. A primeira parcela resultou de uma análise das características do território na envolvente de cada troço, permitindo o cálculo das componentes de construção da infraestrutura, movimentação de terras e expropriações. O objeto analisado foi a inserção do BRT no tecido urbano e na estrutura viária do território e a adaptação das infraestruturas necessárias ao seu adequado funcionamento, em conformidade com os requisitos e de acordo com a legislação e boas práticas aplicáveis. A segunda parcela baseou-se na combinação da definição da

operação, em aspetos como necessidades de veículos, recursos humanos, e outros custos tipo para sistemas desta natureza.

A quarta fase, e última, deste estudo pretendeu aferir o mérito relativo de cada um dos projetos. Esta análise da viabilidade não foi avaliada apenas sob uma perspetiva económica (binómio receita-custo), mas também pela importância do BRT como agente de coesão territorial, decisivo nos territórios mais isolados da CIM.

O lançamento do projeto foi apresentado aos municípios nas instalações da CIM Região de Coimbra, em 19 de novembro de 2021, tendo existido algumas reuniões e comunicações ao longo do período de desenvolvimento do estudo.

No dia 27 de maio de 2022 o Município de Penela recebeu a versão inicial do relatório técnico da fase 2 do estudo para a expansão do Sistema de Mobilidade do Mondego, que contemplava os traçados para cada eixo, a estimativa de procura e a estimativa de custos (*cf.* Planta anexa).

O traçado então apresentado introduziu uma paragem no lugar de Zambujal, concelho de Condeixa-a-Nova, retirando a paragem de Alfafar, no concelho de Penela, o que subvertia os anseios do executivo municipal e a solução validada na reunião de 19 de janeiro e ratificada nas fichas de decisão enviadas no dia 4 de fevereiro, até porque esta última solução de traçado acompanhava a infraestrutura rodoviária existente, reunindo condições mais favoráveis em termos económicos, ambientais e paisagísticos na implementação da linha.

O traçado apresentado contrariava ainda, tal como os serviços municipais lograram comprovar, o critério respeitante à captação de população dos aglomerados, visto que, de acordo com a metodologia adotada no estudo, utilizando um raio de 1000 metros relativamente às paragens consideradas, verificava-se que entre o traçado inicial e o traçado proposto neste relatório, não existia um acréscimo de população abrangida de cerca de 70 indivíduos, como foi referido, mas sim um decréscimo de cerca de 307 indivíduos (censos 2011), residentes em Alfafar (78), Carvalhal de Santo Amaro (80), Santo Amaro (55) e Espinheiro (94), visto que a população destes aglomerados não ficaria convenientemente abrangida pelas paragens propostas.

Neste sentido, foram encetadas pelo município as devidas diligências para que fosse considerado o traçado do eixo de Penela inicialmente proposto, tendo sido inclusivamente suportadas da respetiva fundamentação e planta (*cf.* Planta anexa), não se pronunciando sobre a eventual inclusão da paragem do Zambujal, mas pugnando, em qualquer dos casos, pela contemplação da paragem de Alfafar, que, note-se, potencia a atração de boa parte da população da freguesia de Podentes, bem como a paragem localizada na proximidade das localidades de Camarinha ou Santo Amaro, de modo a abranger os lugares de Camarinha, Chainça, Santo Amaro, Carvalhal de Santo Amaro e Espinheiro.

A sugestão proposta pelo Município de Penela foi assim devidamente ponderada e acolhida, encontrando-se contemplada no traçado final do Eixo 4: Condeixa-a-Nova – Penela – Espinhal.

3. Conclusão e proposta:

O estudo efetuado concretiza-se no Relatório Técnico apresentado pela OPT, respeitante à 2.^a fase do “Estudo para a expansão do Sistema de Mobilidade do Mondego, do qual resulta o traçado para o eixo 4, Condeixa-a-Nova – Penela – Espinhal, documentado na planta designada “Expansão do SMM, Eixo 4, Condeixa-a-Nova - Penela – Espinhal”.

Atendendo ao exposto, propõe-se:

- A submissão do presente estudo e do respetivo traçado à Câmara Municipal de Penela para deliberação.
- A comunicação à CIM-RC e empresa responsável pelo estudo do sentido da deliberação tomada em sede de reunião de executivo municipal.

Paços do Concelho, 21 de novembro de 2022

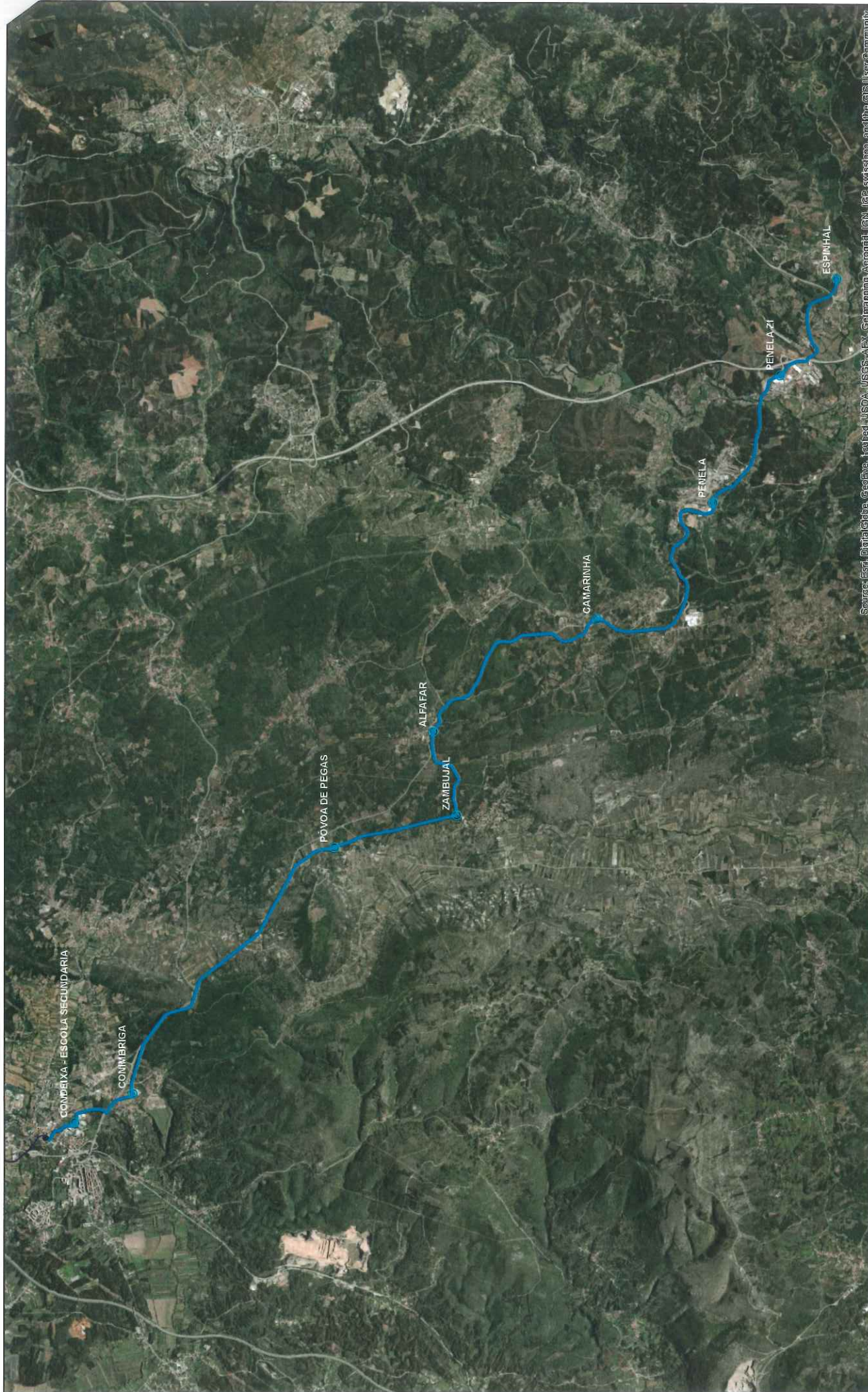
O Técnico Superior,



(Rui Lopes)

Anexo:

- 1- Planta do traçado proposto na versão inicial do relatório técnico da fase 2 do Estudo.
- 2- Planta do traçado proposto pelo Município de Penela.
- 3- Estudo para a expansão do Sistema de Mobilidade do Mondego.



Source: Esri, DigitalGlobe, GeoEye, IGN, USDA, USGS, AeroGRID, IGN, IGP, swisstopo, and the GIS User Community

Legenda

- Paragens_Condeixa_Penela
- Tracado_Condeixa_Penela

Coordinate System: ETRS 1989 Portugal TM06
Projection: Transverse Mercator
Datum: ETRS 1989
False Easting: 0.0000
False Northing: 0.0000
Semi-major axis: 6378137.000
Scale Factor: 1.0000
Latitude Of Origin: 38.6683
Units: Meter

Expansão do SMM
Eixo 4
Condeixa-a-Nova - Penela - Espinhal
Escala 1:50 000
Date: 02/11/2022





ASSEMBLEIA MUNICIPAL
PENELA



Anexo 8

Aprovado por unanimidade
na sessão de A.M. de
16/12/2022.

Informação

Despacho: concordo com o propo-
to. Remeta-se a REM
para deliberação e tramitação
ulterior.

30/11/2022

O Presidente da Câmara,


(Eduardo Nogueira dos Santos)

Deliberação: A movido por unanimidade
o PMIND.

05/12/2022



N.º: ____ | Data: 30/11/2022

Assunto: Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação (PMIND) do Município de Penela.

1- Enquadramento:

A igualdade entre homens e mulheres, enquanto princípio de cidadania está consagrada na Constituição da República Portuguesa, constituindo a sua promoção uma das tarefas fundamentais do Estado Português.

A candidatura "Região de Coimbra, Com Igualdade" foi aprovada no âmbito do Aviso Nº POISE- 22- 2020-03, enquanto entidade promotora, abrangendo todos os municípios na sua área de intervenção, na qual se insere o município de Penela.

Para promover esta tarefa de promoção de igualdade entre homens e mulheres afigurava-se necessário a realização de um Diagnóstico, que além de identificar as vulnerabilidades e fragilidades, as potencialidades e os recursos, apresente, também, uma análise compreensiva das condições e modos de vida de mulheres e de homens.

Neste conspecto, o Município de Penela, reconhecendo a igualdade como condição essencial para a construção de um futuro sustentável, desenvolveu um Diagnóstico Municipal de Igualdade e Não

Discriminação com o objetivo de identificar e priorizar as necessidades do Município e do território em termos de igualdade e não discriminação.

O diagnóstico encontra-se articulado com a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação (ENIND) – Portugal + Igual 2018-2030 e com os respetivos Planos Nacionais de Ação, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros nº 61/2018, de 21 de maio.

Longos meses de trabalhos volvidos na prossecução desse objetivo, que permitiram conhecer a realidade do Município no âmbito da igualdade e não discriminação, eis que surge agora o Plano Municipal de Igualdade e Não Discriminação, um documento que apresenta conteúdos que sustentam a atuação estratégica do Município em matéria de política para a igualdade de género e não discriminação, para o período de 2023 – 2026.

Neste sentido, o presente Plano Municipal de Igualdade e Não Discriminação apresenta um conjunto de objetivos estratégicos específicos, definidos com base nas principais conclusões do diagnóstico, e que se materializam em medidas concretas que nos conduzirão a um futuro “mais igual e menos discriminatório”.

Por outro lado, a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação (ENIND) visa promover a construção de um país com um futuro sustentável que assegure os direitos humanos e a participação de todos/as, priorizando a intervenção ao nível do mercado de trabalho, educação, prevenção e combate à violência doméstica e de género e combate à discriminação em razão do sexo, da orientação sexual, identidade e expressão de género, e características sexuais.

A Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação — Portugal + Igual assenta em quatro eixos que revelam as metas de ação global e estrutural a atingir até 2030:

- Integração das dimensões do combate à discriminação em razão do sexo e da promoção da igualdade entre mulheres e homens, e do combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género, e características sexuais na governança a todos os níveis e em todos os domínios;
- Participação plena e igualitária na esfera pública e privada;

- Desenvolvimento científico e tecnológico igualitário, inclusivo e orientado para o futuro;
- Eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres, violência de género e violência doméstica, e da violência exercida contra as pessoas LGBTQIA+.

Assim, a estratégia principal pressupõe a eliminação dos estereótipos, através das medidas concretas presentes nos três Planos de Ação:

- Plano de ação para a igualdade entre mulheres e homens (PAIMH);
- Plano de ação para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica (PAVMVD);
- Plano de ação para o combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género, e características sexuais (PAOIEC).

2- Descrição:

O Município de Penela tem elegido, nos últimos anos, as questões da igualdade como prioritárias, consubstanciando esta temática num forte compromisso político para a promoção da igualdade de género, visando aumentar a qualidade de vida das mulheres e dos homens do Município.

Não obstante os esforços desenvolvidos e os resultados alcançados, persistem desigualdades, assimetrias, discriminações e violência em razão do sexo, características sexuais, género, orientação sexual, identidade e expressão de género, idade, nacionalidade, origem ou pertença étnica, funcionalidade diversa ou qualquer outra condição que conduza a tratamento desigual, as quais estão na base de disparidades económicas e sociais que caracterizam sociedades injustas e desequilibradas.

O Município considera que, atendendo à sua posição privilegiada de proximidade com a população e ao conhecimento das condições de vida e das expectativas das pessoas que habitam o seu território, tem um papel crucial na implementação do direito à igualdade.

Reconhecendo a necessidade de ir mais além, e uma vez que ainda há muito a fazer, identificou-se a necessidade de efetuar um Diagnóstico e um Plano Municipal para a Igualdade para identificar e priorizar as reais necessidades do Município nestas matérias.

É, pois, através deste Diagnóstico Municipal que se fará uma análise detalhada da realidade, descrevendo-se percepções, valores e práticas de (des)igualdades no concelho e na autarquia que culminarão num Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação estruturado e coerente, capaz de sensibilizar e mobilizar os agentes do concelho para as questões da igualdade e não discriminação, eliminando estereótipos no desenvolvimento local e proporcionando a igualdade de acesso em todas as dimensões/áreas, nomeadamente: educação, saúde, desporto, cultura e empresas, entre outras áreas da vida social, tendo em vista facilitar a conciliação entre a vida familiar, pessoal e profissional e contribuir para uma comunidade mais igualitária e equilibrada.

Neste contexto, o presente documento abrange três áreas de destaque alinhadas com a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação (ENIND):

- Igualdade entre mulheres e homens;
- Prevenção e combate à discriminação em razão do sexo, bem como à discriminação que resulta da interseção de vários fatores de discriminação como a origem racial e étnica, a idade, a deficiência, a nacionalidade, orientação sexual, identidade e expressão de género, e características sexuais, entre outros;
- Prevenção e combate a todas as formas de violência contra as mulheres e raparigas e de violência doméstica, incluindo em grupos vulneráveis como mulheres idosas, ciganas, migrantes, refugiadas e com deficiência.

Ademais, a redação de todo o diagnóstico foi feita de forma cuidada, seguindo as recomendações do manual de apoio ao uso de uma linguagem inclusiva do CES e do documento do Parlamento Europeu sobre a linguagem neutra do ponto de vista do género.

Mais se informa que o presente protocolo ou acordo de cooperação não prevê diretamente encargos para as partes.

3- Proposta:

Face ao exposto, propõe-se, nos termos e para os efeitos previstos nas alíneas m) e p) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, submeter à

apreciação e deliberação do Executivo Municipal e posteriormente da Assembleia Municipal, o Plano Municipal para a Igualdade e a Não Discriminação do Município de Penela, nos termos melhor descritos em anexo à presente informação.

À consideração superior,

Penela, 30 de novembro de 2022

O Chefe do Gabinete de Apoio à Presidência e aos Órgãos Autárquicos,



(Rui Moreira Claro)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
PENELA



A handwritten signature in blue ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke.

Anexo 9

Regulamento Interno do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (SAAS)

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Objeto

O presente Regulamento Interno tem por objeto organizar o funcionamento do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social, adiante designado por SAAS, no âmbito do artigo 8.º, da Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, na sua redação atual.

Artigo 2.º

Legislação aplicável

1- O SAAS rege-se pela Portaria n.º 188/2014, de 18 de setembro, na sua redação atual, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2- O SAAS desenvolve os procedimentos inerentes à componente de inserção social dos beneficiários de Rendimento Social de Inserção (RSI), determinados pela Portaria n.º 257/2012, de 27 de agosto, na sua redação atual.

Artigo 3.º

Objetivos do Regulamento Interno

O presente Regulamento Interno de funcionamento visa:

- 1- Garantir o bom funcionamento do SAAS e assegurar o bem-estar e a segurança das famílias e demais interessados, no respeito pela sua individualidade e privacidade;
- 2- Assegurar a divulgação e o cumprimento das regras de funcionamento do SAAS;
- 3- Promover a participação ativa das pessoas e famílias ao nível da gestão do SAAS.

Artigo 4.º

Âmbito de aplicação

O presente Regulamento aplica-se aos/às profissionais da equipa técnica, coordenador(a)s técnico(a)s ou outro pessoal que exerça funções no âmbito do SAAS, bem como às pessoas utilizadoras do citado serviço.

Artigo 5.º

Entidade promotora do SAAS

A entidade promotora do SAAS é a Câmara Municipal de Penela no âmbito das suas competências.

Artigo 6.º

Natureza do serviço

- 1- O SAAS assegura o atendimento e o acompanhamento social, de pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão social, incluindo beneficiários de RSI.
- 2- O SAAS assegura também o atendimento em situação de emergência social.

Artigo 7.º

Objetivos do SAAS

São objetivos do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social:

- a) Informar, aconselhar e encaminhar para respostas, serviços ou prestações sociais adequadas a cada situação, em articulação com os competentes serviços e organismos da administração pública;
- b) Apoiar em situações de vulnerabilidade social;
- c) Prevenir situações de pobreza e de exclusão social;
- d) Contribuir para a aquisição e ou fortalecimento das competências das pessoas e famílias, promovendo a sua autonomia e potenciando as redes de suporte familiar e social;
- e) Assegurar o acompanhamento social do percurso de inserção social;
- f) Mobilizar os recursos da comunidade adequados à progressiva autonomia pessoal, social e profissional.

Artigo 8.º

Princípios orientadores

O SAAS obedece, designadamente, aos seguintes princípios:

- 1- Promoção da inserção social e comunitária;
- 2- Contratualização para a inserção, como instrumento mobilizador da corresponsabilização dos diferentes intervenientes;
- 3- Personalização, seletividade e flexibilidade de apoios sociais;
- 4- Intervenção prioritária das entidades mais próximas dos cidadãos;
- 5- Valorização das parcerias para uma atuação integrada;
- 6- Intervenção mínima, imediata e oportuna.

Artigo 9.º

Atividades do SAAS

No SAAS são desenvolvidas as seguintes atividades:

- a) Atendimento, informação e orientação de cada pessoa e família, tendo em conta os seus direitos, deveres e responsabilidades, bem como dos serviços adequados à situação e respetivo encaminhamento, caso se justifique;
- b) Informação detalhada sobre a forma de acesso a recursos, equipamentos e serviços sociais que permitam às pessoas e famílias o exercício dos direitos de cidadania e de participação social;
- c) Atribuição de prestações de carácter eventual com a finalidade de colmatar situações de emergência social e de comprovada carência económica;
- d) Planeamento e organização da intervenção social;
- e) Contratualização no âmbito da intervenção social;
- f) Coordenação e avaliação da execução das ações contratualizadas.
- g) Sempre que se justifique uma intervenção complementar, devem ser acionadas, em parceria, outras entidades ou setores da comunidade vocacionadas para a prestação dos apoios mais adequados, designadamente da segurança social, saúde, educação, justiça, migrações, emprego e formação profissional.

Artigo 10.º

Âmbito territorial de intervenção

O âmbito territorial de intervenção do serviço de Atendimento e Acompanhamento Social é o Concelho de Penela.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO E REGRAS DE FUNCIONAMENTO

Artigo 11.º

Localização do SAAS

- 1- O serviço de Atendimento e Acompanhamento Social está sediado em edifício do Município de Penela, devidamente publicitado para o efeito, sendo que, sempre que o serviço funcione noutro local ou em mais do que um local serão identificados todos os locais onde o serviço é desenvolvido).
- 2- O acesso e os espaços nos quais se desenvolve o serviço obedecem, em matéria de acessibilidades e de higiene e segurança no trabalho, à legislação em vigor.

Artigo 12.º

Instalações do SAAS

1- O SAAS dispõe de instalações e espaços adequados à prossecução dos seus objetivos, reunindo as condições de segurança, funcionalidade e conforto, nomeadamente em matéria de edificado, segurança e higiene no trabalho e acessibilidades, de acordo com a legislação em vigor aplicável.

2- O SAAS dispõe das seguintes áreas funcionais:

- a) Área de receção e sala de espera, onde é disponibilizada informação útil de carácter geral sobre o serviço;
- b) Área de atendimento, concebida de forma a garantir uma efetiva privacidade e segurança, de forma a possibilitar um atendimento eficiente;
- c) Área técnica, espaço dimensionado para o funcionamento da equipa técnica, dotado dos equipamentos necessários e em quantidade suficiente para a execução das atividades a desenvolver por cada um dos elementos constituintes da equipa;
- d) Área de arquivo dos processos familiares, onde se assegura e garante a confidencialidade dos mesmos;
- e) Instalações sanitárias para utilização dos/as funcionários/as e para os/as utilizadores/as do serviço.

Artigo 13.º

Horário de funcionamento

- 1- O SAAS funciona de segunda a sexta, com encerramento de uma hora durante o período de almoço (das 13:00 às 14:00).
- 2- O período de atendimento do serviço tem a duração de seis horas diárias, abrangendo os períodos da manhã, das 09:00 às 13:00, e da tarde, das 14:00 às 16:00.
- 3- O SAAS encontra-se fechado aos sábados, domingos e feriados.
- 4- O horário de funcionamento do SAAS e a identificação do serviço, encontram-se afixados em local visível.

Artigo 14.º

Constituição da Equipa Técnica

- 1- A intervenção técnica do SAAS é assegurada por uma equipa multidisciplinar, composta por técnico(a)s superiores, com formação superior na área das ciências sociais ou humanidades, e pelo/a coordenador/a. A constituição das equipas técnicas integra, obrigatoriamente, pelo menos um técnico com formação superior na área de serviço social.
- 2 A equipa técnica do SAAS é constituída por duas Assistentes Sociais.

Artigo 15.º

Competências da Equipa Técnica

Compete à equipa técnica do SAAS:

- a) Atendimento, informação e orientação das pessoas e famílias;
- b) Avaliação e diagnóstico social, com a participação dos requerentes;
- c) Instrução e organização do processo familiar;
- d) Definição, com a participação dos próprios, do plano de inserção e respetiva contratualização;
- e) Cooperação e articulação com outras entidades e serviços da comunidade, nomeadamente nas áreas da educação, da saúde, da justiça, da segurança social e do emprego e formação profissional que se revelem estratégicos para a prossecução dos objetivos de inserção;
- f) Encaminhamento das pessoas e famílias para outra entidade ou serviço, sempre que resultar da avaliação e do diagnóstico social a necessidade de uma intervenção específica em outra área de atuação;
- g) Elaboração de propostas técnicas, devidamente fundamentadas, de atribuição de prestação de caráter eventual com a finalidade de colmatar situações de emergência social e de comprovada carência económica
- h) Comunicação às entidades parceiras envolvidas no processo de intervenção social das alterações que se verifiquem durante o processo de acompanhamento social;
- i) Comunicação aos serviços competentes da segurança social das alterações que se verifiquem durante o processo de acompanhamento social de pessoas ou famílias beneficiárias de RSI;
- j) Identificação de estratégias e metodologias de trabalho inovadoras;
- k) Interlocação e promoção das relações interinstitucionais, com responsabilidades sociais no território;
- l) Avaliação contínua do SAAS, possibilitando adaptações e modificações necessárias a uma intervenção eficaz.

Artigo 16.º

Coordenação Técnica

- 1- A equipa técnica é dirigida por coordenador/a/s técnico(a)s com formação superior.
- 2- Os(As) coordenador(a)s técnico(a)s do SAAS faz-se substituir, nas suas ausências e impedimentos, por um dos elementos da equipa técnica.

Artigo 17.º

Atribuições da(o)s Coordenador(a)s Técnica(o)s

1- Ao/À/s coordenador(a)s técnica(o)s da equipa compete a:

- a) Gestão adequada ao bom funcionamento do serviço, através da programação, supervisão e avaliação das atividades desenvolvidas pela equipa técnica;
- b) Coordenação e apoio da equipa técnica nas diferentes ações e atividades desenvolvidas no âmbito do desenvolvimento da sua atividade, de forma a garantir a qualidade técnica do serviço;
- c) Interlocução, articulação e relações interinstitucionais da equipa com as várias entidades multisectoriais representadas nas estruturas locais;
- d) Avaliação contínua da ação da equipa, promovendo a identificação de estratégias e metodologias de trabalho eficazes e inovadoras;
- e) Validação das propostas de atribuição de prestações de carácter eventual, quanto à sua natureza e finalidade, de acordo com as condições e regras de atribuição definidas superiormente;
- f) Elaboração de relatórios e recolha de dados de natureza estatística de acordo com os modelos e instrumentos em vigor.

Artigo 18.º

Indicadores territoriais de referência

- 1- O SAAS definirá e manterá atualizados os indicadores de atividade adequados,
- 2- O SAAS fará a monitorização dos indicadores de referência da intervenção realizada pelas instituições com as quais venha a contratualizar a prestação deste serviço
- 3- Os indicadores de atividade e os relatórios produzidos são objeto de comunicação ao CLAS.

Artigo 19.º

Livro de Reclamações

- 1 -O SAAS dispõe de Livro de Reclamações.
- 2- O aviso sobre a existência do Livro de Reclamações, encontra-se afixado em local visível.
- 3- Nos termos da legislação em vigor, o Livro de Reclamações, poderá ser solicitado junto da Coordenador/a Técnico/a ou junto do técnico/a administrativo/a afetos ao serviço, sempre que desejado. Está disponível, igualmente, na página da Internet do Município o acesso à Plataforma Digital do Livro de Reclamações, como disposto no art.º 5-B do Decreto-Lei n.º 156/2005, de 15 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 74/2017, de 21 de junho, que vem alterar a obrigatoriedade da manutenção do Livro de Reclamações e criar o Livro de Reclamações Eletrónico (LRE).

CAPÍTULO III

DIREITOS E DEVERES

Artigo 20.º

Direitos e deveres da Equipa Técnica

1- São direitos dos/as profissionais da equipa técnica e do/a coordenador/a:

- a)Aceder a condições de trabalho adequadas ao exercício das suas funções
- b)Serem tratados/as com respeito e dignidade;
- c)Frequentar ações de formação para atualização de conhecimentos e aquisição de novas competências necessárias ao desenvolvimento profissional e pessoal;
- d)Usufruir, regularmente, de supervisão técnica.

2- São deveres dos/as profissionais da equipa técnica e do/a coordenador/a:

- a)Desenvolver as atividades necessárias à concretização do SAAS;
- b)Recolher o consentimento informado para a intervenção a desenvolver e registo da informação;
- c)Cumprir deveres de privacidade e de confidencialidade no uso responsável da informação sobre as pessoas e famílias;
- d)Aceder às aplicações do sistema de informação específico da segurança social, no uso estritamente necessário e restringido aos dados e informação relevantes para a prossecução das finalidades legalmente previstas;
- e)Guardar sigilo da informação cujo conhecimento lhes advenha da execução das suas atribuições profissionais;
- f)Organizar, registar e assegurar a coerência dos dados no processo familiar, bem como zelar pela qualidade da informação inserida no sistema de informação específico;
- g)Garantir a organização de um arquivo, em condições de segurança e de conservação, relativamente ao qual deverá ser assegurado o acesso restrito e a confidencialidade das informações nele contido;
- h)Promover a intervenção personalizada, mínima, imediata e oportuna, ajustadas às necessidades e às capacidades das pessoas e famílias, promovendo a corresponsabilização de todos os intervenientes incluindo entidades parceiras e ou de proximidade;
- i)Zelar pela progressiva melhoria e sustentabilidade dos serviços prestados pelo SAAS tendo em conta os fins a que ele se destina;
- j)Disponibilizar ao individuo ou ao agregado familiar, cópia do instrumento de contratualização para a inserção celebrado, devidamente datado e subscrito pelas partes outorgantes do mesmo;
- k)Disponibilizar, sempre que for solicitado, o Regulamento Interno e o Livro de Reclamações do serviço.

Artigo 21.º

Direitos e deveres das pessoas utilizadoras de SAAS

1- São direitos da pessoa, enquanto sujeito de direitos e consequentemente de cada um e de todos os elementos de uma família, atendida e ou acompanhada, no âmbito do SAAS:

- a) Ser respeitada pela sua identidade pessoal e reserva da sua vida privada e familiar;
- b) Ver garantida a confidencialidade da informação prestada no âmbito do Atendimento e Acompanhamento Social;
- c) Contratualizar o seu percurso de inserção social e ser apoiada na articulação e no acesso aos recursos mobilizados para a sua progressiva autonomia pessoal, social e profissional;
- d) Participar no seu processo de inserção social, designadamente na negociação, celebração, avaliação do plano de inserção devidamente contratualizado;
- e) Ser informada sobre os direitos e deveres que lhe advém da contratualização para a inserção, bem como das diligências realizadas no âmbito do atendimento e acompanhamento social;
- l) Ter acesso a uma cópia do instrumento de contratualização para a inserção celebrado, devidamente datado e subscrito pelas partes outorgantes do mesmo;
- f) Ter a prerrogativa de solicitar junto dos serviços a cessação do compromisso /acordo materializado na contratualização para a inserção, e da intervenção da equipa do SAAS, tomando esta decisão de forma livre e informada;
- g) Ter acesso ao Regulamento Interno do SAAS e ao Livro de Reclamações, nos termos da legislação em vigor.

2- São deveres da pessoa, enquanto sujeito de direitos e consequentemente de cada um e de todos os elementos de uma família, atendida e ou acompanhada, no âmbito do SAAS:

- a) Tratar com respeito e dignidade qualquer profissional do SAAS e os restantes utilizadores do serviço;
- b) Contratualizar o seu percurso de inserção social e ser apoiada na articulação e no acesso aos recursos mobilizados para a sua progressiva autonomia pessoal, social e profissional;
- c) Comunicar as alterações que se verifiquem durante o processo de acompanhamento social e que sejam relevantes para a alteração ou manutenção das ações inscritas no instrumento de contratualização em vigor;
- d) Cumprir as regras de funcionamento do serviço previstas no Regulamento Interno.

CAPÍTULO IV

PROCESSO FAMILIAR

Artigo 22.º

Organização do processo familiar

1- É obrigatória a organização de um processo familiar, do qual deve constar:

- a) Caracterização individual e familiar;
- b) Diagnóstico social e familiar;
- c) Contratualização para a inserção;
- d) Relatórios sobre o processo de evolução da situação familiar;
- e) Data do início e do termo da intervenção;
- f) Avaliação da intervenção;
- g) Registo das diligências efetuadas.

2- O processo familiar organizado, em formato informático, não dispensa a coexistência de um processo em suporte físico, com o mesmo número mecanográfico atribuído automaticamente pelo sistema informático, para efeitos de arquivo de documentação probatória que se considere relevante para o processo.

3- Cada processo familiar é de acesso restrito e natureza confidencial, e deverá ser arquivado em condições de segurança, nos termos da legislação em vigor.

CAPÍTULO V

SISTEMA DE INFORMAÇÃO

Artigo 23.º

Sistema de informação específico

1- O acesso ao sistema de informação específico referido no n.º 5 do artigo 10.º e no n.º 4 do artigo 11º do Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, é efetuado de acordo com os perfis definidos para as respetivas funções, envolvendo apenas utilizadores devidamente credenciados para o efeito, e encontrando-se restringido aos dados relevantes para prossecução das competências a que se refere a alínea a) e a alínea f) do n.º 1 do artigo 3.º e os artigos 10.º e 11º do mesmo decreto-lei.

2- O acesso é garantido pelo Instituto de Informática, I. P., mediante identificação dos utilizadores autorizados pela câmara municipal, com vista à atribuição de um código de utilizador e de uma palavra passe, pessoal e intransmissível, nos termos das normas em vigor para a atribuição de acessos.

3- Os utilizadores com acesso autorizado comprometem-se a assegurar a coerência dos dados registados, bem como a zelar pela qualidade da informação inserida no Sistema de Informação da Segurança Social (SISS).

4- De acordo com o previsto nos artigos 14.º e 15.º da Lei n.º 67/98, de 26 de outubro, alterada pela Lei n.º 103/2015, de 24 de agosto, são ainda adotadas e periodicamente atualizadas as seguintes medidas de segurança de tratamentos de dados pessoais em causa:

a) Os perfis são atribuídos a cada utilizador, em função do seu perfil de acesso a cada módulo aplicacional do sistema de informação específico;

b) O acesso à informação por parte dos utilizadores carece de autenticação por código de utilizador e palavra-passe, assegurando que apenas utilizadores credenciados possam aceder a cada um dos módulos aplicacionais do sistema de informação específico, e dentro de cada um destes, apenas às operações a que estão autorizados a realizar.

5- O acesso ao sistema de informação específico salvaguarda a segurança e a confidencialidade dos dados pessoais ou de matérias sujeitas a sigilo, encontrando-se os utilizadores vinculados ao dever de sigilo e confidencialidade da informação cujo conhecimento lhes advenha pelas atividades inerentes às suas funções, mesmo após o termo das mesmas.

6- O acesso à informação e o perfil atribuído a cada utilizador é efetivado mediante a assinatura de termo de responsabilidade e de acordo com a política de acessos definida pelo Instituto da Segurança Social, I. P.

7- São adotadas e periodicamente atualizadas medidas de segurança ao tratamento dos dados pessoais em causa, pelo que, todos os acessos são registados em base de dados para efeitos de auditoria, identificado o utilizador, operação realizada e data e hora da alteração.

8- Sem prejuízo do disposto nos anteriores, ao tratamento de dados pessoais aplica-se o Regulamento (EU) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, doravante designado por RGPD, bem como os requisitos técnicos mínimos das redes e sistemas de informação, que são exigidos ou recomendados a todos os serviços e entidades da Administração direta e indireta do Estado, constante no Anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 41/2018, de 28 de março de 2018.

Artigo 24.º

Obrigatoriedade de sigilo

1- A(o)s técnicos/as afetos/as ao SAAS estão sujeitos a guardar sigilo da informação cujo conhecimento lhes advenha das atividades exercidas estabelecidas no seu âmbito, mesmo após o termo das suas funções.

2- A violação do disposto no número anterior faz incorrer o/a faltoso/a em responsabilidade penal, sem prejuízo de outras sanções legais aplicáveis.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 25.º

Alterações ao Regulamento

A Camara Municipal fará as alterações que vierem a demonstrar-se necessárias no presente Regulamento Interno para a melhoria da organização e funcionamento do SAAS, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 26.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento Interno foi aprovado em..... e entra em vigor adede 202.....



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
PENELA



Anexo 10

Informação

Parecer: Despacho:

Em consonância com o
propósito, remeto à próxi-
ma REM para delibera-
ção de
ARU, em virtude da
anterior ter caducado
em 8/10/2021.

30/11/2022 

Despacho: Aprovado por unanimidade
a proposta de delimitação de ARU de
Boiça.

05/12/2022

O Presidente da Câmara,


(Eduardo Nogueira dos Santos)

N.º: _____ | Data: 29/11/2022

Assunto: Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Boiça

1. Enquadramento:

O presente documento constitui a Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana (ARU) da Boiça e, de acordo com o artigo 13.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (DL n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, pelo DL n.º 136/2014, de 9 de setembro, pelo DL n.º 88/2017, de 27 de julho, e pelo DL n.º 66/2019, de 21 de maio), integra a memória descritiva e justificativa da proposta de delimitação da ARU, que inclui os critérios subjacentes à respetiva delimitação e os objetivos estratégicos a prosseguir, a planta com a delimitação da área abrangida pela ARU e o quadro dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais.

O Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU) estabelece os objetivos e procedimentos de programação e execução da reabilitação urbana, atribuindo aos proprietários dos edifícios ou frações o dever de assegurar a reabilitação dos mesmos e aos municípios a responsabilidade de promoção da reabilitação urbana através da delimitação de áreas de reabilitação urbana e da aprovação das respetivas operações de reabilitação urbana.

De acordo com o artigo 12.º do RJRU, as ARU incidem sobre espaços urbanos que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, justifiquem uma intervenção integrada, através de uma operação de reabilitação urbana (ORU). Assim definidas, as ARU podem abranger diferentes tipologias de espaços urbanos, designadamente, áreas e centros históricos, património cultural imóvel classificado ou em vias de classificação, áreas urbanas degradadas ou zonas urbanas consolidadas.

O Município de Penela, na prossecução da sua estratégia municipal de desenvolvimento urbano, atribui grande importância à reabilitação urbana, principalmente nos núcleos edificados onde a história do município é mais viva e onde ainda se mantêm núcleos edificados com valor patrimonial e interesse arquitetónico.

De acordo com os n.ºs 2 e 3 do artigo 7.º do RJRU, os municípios têm a possibilidade de encetar estes processos de forma faseada. Assim sendo, a aprovação da delimitação da ARU e ORU pode ter lugar em simultâneo ou a aprovação da delimitação da ARU pode ter lugar em momento anterior à aprovação da ORU a desenvolver nessas áreas, sendo que, como disposto no artigo 15.º do supracitado diploma legal, no caso da aprovação da delimitação da ARU não ter lugar em simultâneo com a aprovação da ORU a desenvolver nessa área, aquela delimitação caduca se, no prazo de três anos, não for aprovada a correspondente ORU.

O município de Penela optou pela aprovação da delimitação das ARU da Boiça em momento anterior à aprovação da respetiva ORU, porém, na sequência deste procedimento, a respetiva delimitação caducou em 8 de outubro de 2021, pelo que foi elaborada nova proposta de delimitação desta ARU, apresentada em anexo à presente informação, que visa dar cumprimento ao preconizado nos artigos 13º e 14º RJRU.

2. Conclusão e proposta:

Atendendo ao exposto, propõe-se a aprovação da proposta de delimitação da ARU da Boiça, cuja planta com a delimitação da área abrangida se encontra anexa a este documento, bem como o quadro de benefícios fiscais associados aos impostos municipais.

De acordo com o disposto no artigo 13.º do RJRU, o processo de constituição legal da ARU de Penela deve contemplar os seguintes procedimentos:

- a) Aprovação da proposta de delimitação da ARU pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal;

- b) Publicação do ato de aprovação da delimitação da ARU através de aviso na 2ª série do Diário da República e envio simultâneo do processo para o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana;
- c) Divulgação do ato de aprovação da delimitação da ARU através da página eletrónica do Município.

Paços do Concelho, 29 de novembro de 2022

O Técnico Superior,



(Rui Lopes)



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
PENELA



Anexo 11

[Signature]

Informação

Despacho: concordo. A REM de
5/12/2022 por deliberação.

30/11/2022

O Presidente da Câmara,

[Signature]
(Eduardo Nogueira dos Santos)

Deliberação: Aprovado por unanimidade
a delegação de competências de
gestão da AIGP Ribeira da Azenha
na CIM-RC.

05/12/2022

[Signature]

[Signature]

N.º: ____ | Data: 30/11/2022

Assunto: Delegação de competências da gestão da AIGP Ribeira da Azenha na CIM-RC

1. Enquadramento:

O Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho, entretanto alterado pelo Decreto-Lei n.º 16/2022, de 14 de janeiro, estabelece o Regime Jurídico da Reconversão da Paisagem (PJR) através do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP) e de Áreas Integradas da Gestão da Paisagem (AIGP), enquanto instrumento de intervenção nos territórios de floresta tendo em vista a resiliência, a sustentabilidade e a valorização do território.

O concelho de Penela, enquanto território integrante da Região do Pinhal Interior caracteriza-se pela predominância de uma vasta mancha florestal com sistemas florestais desordenados e de monocultura, ciclicamente afetados por incêndios rurais de grande dimensão com consequências ao nível da biodiversidade, da capacidade produtiva dos solos e socioeconómicas.

Em maio de 2021, o Município de Penela submeteu à Direção Geral do Território (DGT) quatro propostas de Constituição de Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP), integrando áreas territoriais das freguesias do Espinhal e da União de Freguesias de São Miguel, Santa Eufémia e Rabaçal (UFMSER), freguesias classificadas como vulneráveis de acordo com a Portaria n.º 301/2020, de 24 de dezembro.



Das quatro propostas apresentadas, três destas obtiveram Parecer Favorável, sem dotação financeira.

De acordo com o Despacho n.º 11891/2021, de 2 de dezembro que determina a elaboração do **Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem Montes Ocidentais e Bira Alta**, entre outros, apenas está contemplada a Freguesia do Espinhal sendo que, a única AIGP inserida integralmente na freguesia do Espinhal é a **AIGP Ribeira da Azenha**.

A construção do PRGP, sendo um programa setorial direcionado para territórios vulneráveis, que tem como objetivo o desenho e a construção de paisagens qualificadas e resilientes, alicerçadas nas aptidões do solo e nos ativos locais; resilientes e vulnerabilidades e riscos, fomentadoras de biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas e geradoras de rendimentos sustentados e sustentáveis, contribuindo para a atratividade territorial e a qualidade de vida das áreas rurais, está alinhada com as metas assumidas no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) na componente de Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis e no Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR).

Em face do descrito, a AIGP Ribeira da Azenha é a que reúne condições para ser constituída, visto ter enquadramento em PRGP cuja elaboração está prevista iniciar em 2023.

2. Descrição/Pedido:

No âmbito da candidatura à DGT, não foi, até à data, aprovado o financiamento para a constituição e funcionamento da AIGP Ribeira da Azenha, encontrando-se o Município a desenvolver esforços no sentido de encontrar uma solução que possibilite concretizar o proposto em sede de candidatura.

O Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho estabelecia que a constituição de uma AIGP podia ser promovida, entre outros, pelas autarquias locais não podendo estas, no entanto, serem entidades responsáveis pela elaboração e execução das OIGP assumindo a qualidade de entidade gestora, dada a sua natureza jurídica não estar configurada neste diploma.

Com a publicação do Decreto-Lei n.º 16/2022, de 14 de janeiro, que altera o anterior diploma, é preceituado que as entidades gestoras das AIGP podem revestir a modalidade de **empresa local de promoção do desenvolvimento local e regional** constituída ao abrigo do disposto no artigo 48.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Neste sentido, foi proposto pela Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM-RC), um modelo de gestão para as AIGP, cujos promotores foram os Municípios, com ou sem dotação

financeira, através da delegação de competências do Município na CIM-RC das competências relativas à função de Entidade Gestora da AIGP.

Esta proposta assenta naqueles que são objetivos específicos do Plano de Transformação da Paisagem (PTP) nomeadamente aumentar a área agregada de pequenas propriedades e dar resposta à baixa adesão que os territórios florestais em minifúndio têm em implementar projetos com escala, promovendo uma gestão mais eficiente da AIGP, depondo a favor de uma gestão de nível intermunicipal, que permita realizar, de forma integrada, a gestão de várias AIGP, com a vantagem incrementada da otimização de recursos.

A delegação de competências na CIM-RC para a gestão da AIGP Ribeira da Azenha abrange todas as funções definidas para a entidade gestora da AIGP nomeadamente:

- Elaborar a proposta de OIGP;
- Promover a participação e adesão voluntária dos proprietários à OIGP;
- Promover a divulgação e prestar os esclarecimentos necessários relativos às medidas e apoios existentes para a concretização das ações previstas na OIGP;
- Executar a OIGP, desenvolvendo as ações necessárias à sua concretização;
- Monitorizar a sua execução e prestar informações à DGT e ICNF, I.P;
- Prestar apoio técnico aos proprietários abrangidos pela OIGP;
- Contratar e capacitar recursos humanos e técnicos e celebrar os demais contratos necessários à execução da OIGP;
- Instruir e submeter candidaturas, procurando obter financiamento para a elaboração e/ou execução da OIGP;
- Apoiar o Município nas operações de execução de cadastro necessárias à obtenção da configuração geométrica dos prédios que integram a AIGP e demais dados cadastrais; e
- As demais funções atribuídas nos termos da lei à entidade gestora da AIGP.

3. Conclusão e Proposta:

Face ao descrito, atendendo a que no passado não foi consensualizado o modelo de gestão junto dos proprietários e assim encontrar financiamento adequado à necessidade de implementação do modelo de gestão em apreço, decorre da análise efetuada à legislação em vigor e à documentação de suporte



enviada pela CIM-RC para análise do Município que importa equacionar quais os objetivos que se pretendem adotar relativamente a esta temática, bem como se se entende delegar as funções de gestão da AIGP Ribeira da Azenha na CIM-RC e assim promover uma gestão de escala, podendo beneficiar de apoios concedidos e adaptados a este “modelo progressivo”.

Importa ainda referir que, o Município poderia optar por promover a constituição de uma entidade externa para a gestão da AIGP Ribeira da Azenha, mas dada a ausência do financiamento pela DGT e de escala ao nível dos apoios previstos noutros instrumentos, representaria um significativo esforço financeiro para o Município, que no atual contexto económico, revelaria um estrangulamento a esse nível.

Em face do referido, **propõe-se** que, a Câmara Municipal delibere sobre o modelo de gestão apresentado, submetendo à Assembleia Municipal, proposta para delegação na CIM-RC das competências relativas à função de Entidade Gestora da AIGP Ribeira da Azenha, que junto se anexa para os devidos e legais efeitos.

À consideração superior,

Paços do Município de Penela, 30 de novembro de 2022

O Gabinete Municipal de Proteção Civil e Florestas,

(Tânia Sofia Antunes)

PROPOSTA

Assunto: Delegação do Município na CIM-RC das competências relativas à função de Entidade Gestora da AIGP – proposta para autorização pela Assembleia Municipal

Considerando que:

- a *floresta* constitui um recurso natural da maior importância, onde impera a necessidade de conciliação entre o regime da propriedade privada e a prossecução dos interesses públicos associados à *floresta*, seja enquanto recurso natural, seja enquanto recurso económico;
- em particular, interessa dotar a *floresta* de uma gestão *ambientalmente consciente* que permita dela retirar *proveitos económicos*, assegurando simultaneamente a defesa da floresta contra um perigo que, como é consabido, a tem assolado – o perigo de *incêndio*.
- não obstante a sua importância, a floresta portuguesa não conheceu ainda um desenvolvimento que lhe permita quer ser uma fonte de rendimento sustentável, quer apresentar resiliência aos incêndios;
- pelo contrário, e como se reconheceu na Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2020, de 24 de junho, que cria o PTP – Programa de Transformação da Paisagem, “as características físicas, como o relevo ou os solos pobres, o acentuado despovoamento e envelhecimento da população, e consequente abandono do modelo agrossilvopastoril, a par de uma extensa fragmentação das propriedades, determinam um quadro marcado por extensas áreas florestais de monocultura, a sua maioria não geridas, que, em presença de condições atmosféricas adversas, atingem níveis de perigosidade de incêndio extremo”;
- assim, assumindo a importância da “gestão ativa, enquanto pilar da prevenção dos incêndios rurais e da construção de uma paisagem rural sustentável e resiliente”, o PTP assume como objetivos específicos, entre o mais, “aumentar a área com gestão agregada de pequenas propriedades” e “dar resposta à baixa adesão que os territórios florestais em minifúndio têm em implementar projetos com escala”;
- na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2020, que cria o PTP, foi aprovado o **Regime Jurídico da Reconversão da Paisagem (RJRP)**, através do Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho, entretanto alterado pelo Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho;
- o RJRP prevê a constituição de AIGP – Área Integrada de Gestão da Paisagem, que “*sujeita uma*

determinada área com fatores críticos de perigo de incêndio e vulnerabilidade a um conjunto articulado de intervenções visando, de forma integrada, a reconversão e gestão de espaços florestais, agrícolas e silvopastoris com o objetivo de garantir uma maior resiliência ao fogo e melhorar os serviços de ecossistemas, promovendo a revitalização destes territórios e a adaptação às alterações climáticas” e, no âmbito de cada AIGP, a execução de uma OIGP – Operação Integrada de Gestão da Paisagem, a qual “define, no espaço e no tempo, as intervenções de transformação da paisagem de reconvenção de culturas e de valorização e revitalização territorial, bem como o modelo operativo, os recursos financeiros e o sistema de gestão e de monitorização a implementar” (artigos 12.º, n.º 1, e 17.º, n.º 1 do RJRP);

– o Município de Penela procedeu já à constituição da AIGP de Ribeira da Azenha, sendo sua Entidade Promotora, nos termos do artigo 13.º, n.º 1, do RJRP;

– constituída a AIGP, importa agora proceder à elaboração e execução da OIGP, o que, nos termos do artigo 15.º, n.º 1, do RJRP, constitui função da Entidade Gestora;

– nos termos do artigo 15.º, n.º 5, do RJRP, pode o Município de Penela, enquanto entidade promotora da AIGP de Ribeira da Azenha, assumir a função de entidade gestora da AIGP;

– a gestão mais eficiente da AIGP – em especial, no que respeita à prevenção de fogos – depõe a favor de uma gestão de nível intermunicipal, que permita realizar, de forma integrada, a gestão de várias AIGP, oferecendo ainda a vantagem não despendendo a otimização de recursos;

– nos termos dos artigos 116.º e seguintes da Lei n.º 75/2013, pode o Município, através de contrato interadministrativo, proceder à delegação de competências na Comunidade Intermunicipal em todos os domínios dos interesses próprios das respetivas populações, competindo à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências, mediante proposta da Câmara Municipal, nos termos, respetivamente, dos artigos 25.º, n.º 1, alínea k) e 33.º, n.º 1, alínea ccc) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Assim,

considerando as vantagens para o Município da gestão integrada de AIGP a nível intermunicipal, considera-se conveniente proceder à delegação das competências de Entidade Gestora da AIGP de Ribeira da Azenha na Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM – RC), nos termos da minuta de contrato em anexo;

e considerando, para efeitos do disposto no artigo 115.º, n.º 3, aplicável *ex-vi* artigo 122.º, n.º 1, da Lei

n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com o [Estudo anexo¹], que a delegação de competências não implica um aumento da despesa pública global, antes gerando uma otimização dos recursos a afetar à gestão da AIGP; contribui para o aumento da eficiência da gestão dos recursos e gera ganhos de eficácia no exercício das competências, uma vez que a gestão integrada evita a duplicação de funções e permite a sua otimização; promove a articulação entre os diversos níveis da administração pública, operando precisamente uma gestão em rede das diferentes AIGP municipais, salvaguardando-se mecanismos de informação e cooperação; cumpre os objetivos fixados no artigo 112.º da Lei n.º 75/2013, designadamente promovendo a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis;

tenho a honra de propor que a Câmara Municipal, ao abrigo do artigo 33.º, n.º 1, alínea ccc), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 25.º, n.º 1, alínea k) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprove:

- submeter à Assembleia Municipal proposta de autorização para celebração de contrato de delegação de competências entre o Município de Penela e a CIM-RC, nos termos da minuta de Contrato de Delegação de Competências em anexo.**

Anexo: minuta de Contrato de Delegação de Competências

¹ Decorre dos preceitos indicados que a delegação de competências tem que ser precedida de um estudo demonstrativo dos requisitos elencados no n.º 2 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013.

05.05.2022

Estratégia de Gestão OIGP – Modelo Agrupado de Reconversão e Gestão da Paisagem

**LOE
VAS**

Forest
Reinvented

Apresentação
05.05.2022

Modelo Agrupado

Sumário

A) Enquadramento: a gestão ativa da floresta e os obstáculos colocados pelos minifúndios

B) Instrumentos jurídicos: o Regime Jurídico de Reconversão da Paisagem (RJRP) e as Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP)

C) Desenvolvimento da Estratégia para a Parceria

D) Instrumentos contratuais necessários à Parceria

Anexo I – Esquema da Parceria

Anexo II – Esquema de implementação AIGP/OIGP (principais passos)

Apresentação
05.05.2022

Modelo Agrupado

A) Enquadramento: a gestão ativa da floresta e os obstáculos colocados pelos minifúndios

1. A *floresta* constitui um recurso natural da maior importância, onde impera a necessidade de conciliação entre o regime da propriedade privada e a prossecução dos interesses públicos associados à *floresta*, seja enquanto recurso natural, seja enquanto recurso económico. Em particular, interessa dotar a *floresta* de uma gestão *ambientalmente consciente* que permita dela retirar *proveitos económicos*, assegurando simultaneamente a defesa da floresta contra um perigo que, como é consabido, a tem assolado – o perigo de *incêndio*.

2. O primeiro obstáculo que existe à gestão eficiente da floresta é o da excessiva fragmentação da propriedade, com o *minifúndio* a constituir a nota dominante. Esta fragmentação obsta a uma gestão em escala suficiente do território, que permita quer a sua rentabilização económica, quer a adoção de medidas de defesa contra incêndios. A fragmentação coloca, pois, problemas a nível da *decisão*, por definição não agregada, bem como da disponibilidade de *recursos financeiros* e de *know how* para implementar uma política de gestão eficiente da floresta.

3. O propósito de ultrapassar os obstáculos trazidos pela excessiva fragmentação da propriedade tem estado presente nos mais diversos instrumentos jurídicos. A **Lei de Bases da Política Florestal** (Lei n.º 33/96, de 17 de agosto) prevê a existência de *planos* – os “Planos Regionais de Ordenamento Florestal” (PROF) e os “Planos de Gestão Florestal” (PGF) –, por sua vez disciplinados pelo Decreto-Lei n.º 16/2009, de 14 de janeiro (sucessivamente alterado). Da Lei de Bases decorria já igualmente o objetivo, atribuído ao Estado, de “dinamizar a constituição de explorações florestais com dimensão que possibilite ganhos de eficiência na sua gestão”, bem como o de promover o *associativismo*. Neste âmbito, merece destaque o regime das **ZIF – Zonas de Intervenção Florestal**, que viria a ser instituído pelo Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de agosto (sucessivamente alterado) e que corresponde a uma forma de “gestão agrupada” de diversas propriedades, sujeitando-as, entre o mais, à criação de um Plano de Gestão Florestal (que, fora de uma ZIF, apenas é obrigatório para propriedades privadas acima de determinada dimensão mínima, a definir no respetivo PROF).

Apresentação
05.05.2022

Modelo Agrupado

4. Não obstante, a floresta portuguesa não conheceu ainda um desenvolvimento que lhe permita quer ser uma fonte de rendimento sustentável, quer apresentar resiliência aos incêndios. Pelo contrário, e como se reconheceu na Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2020, de 24 de junho, que cria o **PTP – Programa de Transformação da Paisagem**, “as características físicas, como o relevo ou os solos pobres, o acentuado despovoamento e envelhecimento da população, e consequente abandono do modelo agrossilvopastoril, a par de uma extensa fragmentação das propriedades, determinam um quadro marcado por extensas áreas florestais de monocultura, a sua maioria não geridas, que, em presença de condições atmosféricas adversas, atingem níveis de perigosidade de incêndio extremo”.

Assim, assumindo a importância da “gestão ativa, enquanto pilar da prevenção dos incêndios rurais e da construção de uma paisagem rural sustentável e resiliente”, o PTP assume como objetivos específicos, entre o mais, “aumentar a área com gestão agregada de pequenas propriedades” e “dar resposta à baixa adesão que os territórios florestais em minifúndio têm em implementar projetos com escala”.

De entre as suas medidas programáticas de intervenção contam-se i) os **PRGP – Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem**; ii) as **AIGP – Áreas Integradas de Gestão da Paisagem**, a operacionalizar através de **OIGP – Operações Integradas de Gestão da Paisagem**; iii) os “Condomínios de Aldeia” e iv) o programa “Emparcelar para Ordenar”. Ao presente Projeto interessa as AIGP, que passamos, sumariamente, a descrever.

B) Instrumentos jurídicos: o Regime Jurídico de Reconversão da Paisagem (RJRP) e as Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP)

1. Na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2020, que cria o **PTP**, foi aprovado o **Regime Jurídico da Reconversão da Paisagem (RJRP)**, através do Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho. O regime jurídico, cujo objetivo é o de permitir a intervenção para *reconversão da paisagem*, prevê a criação dos **PRGP – Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem**, que são programas sectoriais, e, preferencialmente mas não necessariamente no seu âmbito, de **AIGP – Áreas Integradas de Gestão da Paisagem**.

Apresentação
05.05.2022

Modelo Agrupado

2. A constituição de uma **AIGP – Área Integrada de Gestão da Paisagem** “sujeita uma determinada área com fatores críticos de perigo de incêndio e vulnerabilidade a um conjunto articulado de intervenções visando, de forma integrada, a reconversão e gestão de espaços florestais, agrícolas e silvopastoris com o objetivo de garantir uma maior resiliência ao fogo e melhorar os serviços de ecossistemas, promovendo a revitalização destes territórios e a adaptação às alterações climáticas”. As AIGP são contínuas e abrangem uma área mínima de 100 hectares ou, no caso de áreas percorridas por incêndios de grandes dimensões, de 500 hectares.

3. No que se refere à sua **constituição**, destaca-se:

– **iniciativa da constituição:** pertence ao Estado, às autarquias locais, às organizações

de produtores florestais e agrícolas, cooperativas, associações locais, entidades gestoras de baldios ou aos organismos de investimento coletivo (ou do ICNF, no caso de áreas percorridas por grandes incêndios); quando não seja da iniciativa das autarquias locais, devem estas ser *consultadas*;

– **conteúdo da proposta:** Memória descritiva e justificativa da proposta; Planta com a delimitação da área a intervencionar à escala 1:25000; Proposta de modelo de gestão, com indicação da entidade gestora já constituída ou a natureza jurídica da entidade a constituir; Prazo de apresentação da OIGP¹;

– **apresentação da proposta na DGT (Direção Geral do Território)**, que emite parecer sobre a sua constituição;

– **constituição** no âmbito do PRGP ou, inexistindo este, por despacho de membros do Governo.

4. Na sequência da constituição da AIGP, é celebrado um **contrato-programa** entre a Entidade Gestora, a DGT e o ICNF. Este contrato tem por base um caderno de encargos, no qual se define as “ações elegíveis”:

¹ Em <https://www.dgterritorio.gov.pt/paisagem/ptp/aigp-oigp/perguntas-frequentes> é feita uma descrição mais pormenorizada dos elementos a apresentar.

Apresentação
05.05.2022

Modelo Agrupado

- i) Constituição, dinamização e funcionamento da entidade de gestão, incluindo a mobilização dos proprietários e apoio nas questões jurídico-administrativas relativas às propriedades rústicas;
- ii) Cadastro predial;
- iii) Contratação e capacitação de recursos humanos e técnicos;
- iv) Planeamento, ordenamento e gestão florestal;
- v) Elaboração de estudos, projetos temáticos e de projetos de investimento;
- vi) Ações de divulgação.

O contrato-programa deve conter, como “elementos obrigatórios”:

- i) As áreas que serão alvo de investimento/intervenções florestais, acompanhadas dos Planos de Gestão Florestal aprovados na área de intervenção da Área Integrada de Gestão da Paisagem (AIGP);
- ii) As áreas que desempenham função de mosaico/faixas de gestão, como sejam as zonas agrícolas;
- iii) As áreas em que se identifique a necessidade de criar mosaicos/faixas de gestão, nomeadamente em zonas críticas à passagem do fogo;
- iv) As linhas de água, áreas ripícolas, entre outras;
- v) A viabilidade da operação integrada de gestão da paisagem, com a apresentação dos proveitos e despesas previsionais, incluindo os apoios públicos potenciais, nomeadamente o pagamento dos serviços dos ecossistemas;
- vi) A programação da operação de cadastro dos prédios da AIGP;
- vii) A instrução e submissão das candidaturas aos diversos regimes de apoio disponibilizados;
- viii) A certificação da gestão florestal sustentável das explorações florestais da AIGP

5. Instrumento essencial à AIGP é a OIGP – Operação Integrada de Gestão da Paisagem, a qual “define, no espaço e no tempo, as intervenções de transformação da paisagem de reconvenção de culturas e de valorização e revitalização territorial, bem como o modelo operativo, os recursos financeiros e o sistema de gestão e de monitorização a implementar”; a OIGP deve incorporar os Planos de Gestão Florestal que integrem a área da AIGP.

A **OIGP** deve identificar, sem prejuízo do disposto para os Planos de Gestão Florestal:

Apresentação
05.05.2022

Modelo Agrupado

- i) as intervenções de fomento da agricultura e da pastorícia em territórios florestais;
- ii) intervenções de revitalização económica e desenvolvimento rural;
- iii) os proprietários e titulares de outros direitos, ónus e encargos; a menção, se for o caso, ao desconhecimento da titularidade do prédio, para efeitos de início do procedimento de identificação e reconhecimento de prédio sem dono conhecido, nos termos e para os efeitos previstos no Decreto-Lei n.º 15/2019, de 21 de janeiro, na sua redação atual;
- iv) a extensão e calendário das intervenções a realizar;
- v) fontes de financiamento e respetiva programação plurianual;
- vi) o programa de monitorização, com identificação dos indicadores de execução financeira, física e de impacto

A OIGP vigora por um período de 25 anos prorrogável, mediante fundamentação, por períodos adicionais até ao limite máximo global de 50 anos.

6. O Decreto-Lei n.º 16/2022, de 14 de janeiro veio alterar o artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho, alargando as responsabilidades das autarquias locais na elaboração e execução das OIGP. Neste quadro, nos termos do n.º 1 desse artigo, a entidade responsável pela elaboração e execução da OIGP assume a qualidade de entidade gestora, podendo revestir as modalidades de unidade de gestão florestal, de entidade de gestão florestal, de entidade gestora de zona de intervenção florestal, de entidade gestora de baldio "ou, nos termos do disposto no artigo seguinte, de empresa local de promoção do desenvolvimento local e regional constituída ao abrigo do disposto no artigo 48.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto, na sua redação atual". Nos termos do n.º 3, as autarquias locais da área abrangida pela AIGP podem, mediante contrato celebrado com a entidade gestora, assumir a qualidade de entidades corresponsáveis pela execução da OIGP. Finalmente, a entidade promotora da AIGP pode assumir a função de entidade gestora, caso preencha os requisitos exigíveis para o efeito, nos termos do disposto no n.º 1.

7. Quanto ao **modelo de gestão**, o RJRP prevê a existência de uma **entidade gestora**, a qual é responsável pela elaboração e execução da OIGP. A entidade gestora da AIGP (EG.AIGP) pode assumir formas jurídicas diversas: **unidade de gestão florestal, entidade gestora de**

Apresentação
05.05.2022

Modelo Agrupado

zona de intervenção florestal, entidade gestora de baldio e empresa local de promoção do desenvolvimento local e regional.

A **unidade de gestão florestal** é, nos termos do Decreto-Lei n.º 66/2017, 12 de junho, “a pessoa coletiva de direito privado, constituída nos termos do Código Cooperativo ou do Código Civil, sob a forma de associação com personalidade jurídica, gestora de prédios rústicos contínuos, de área não superior a 50 hectares cada, com uma área territorial mínima de 100 hectares e máxima de 5000 hectares”.

Já a **entidade gestora de zona de intervenção florestal** é, nos termos Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de agosto, “qualquer organização associativa de proprietários e produtores florestais ou outra pessoa coletiva, aprovada pelos proprietários e produtores florestais, cujo objeto social inclua a prossecução de atividades diretamente relacionadas com a silvicultura e a gestão e exploração florestais, e a atividade agrícola no caso de administração total, bem como a prestação de serviços a elas associadas, e ainda, com as necessárias adaptações, os municípios, em parceria com organização associativa de proprietários e produtores florestais ou outra pessoa coletiva”.

Por sua vez, a **entidade gestora de baldio**, estabelece a sua atividade nos termos da Lei n.º 75/2017, de 17 de Agosto, nas áreas delimitadas de Baldio, e com as especificidades inerentes a esse modelo de gestão territorial

Mesmo no modelo anterior, e não sendo obrigatório, a DGT considerava aconselhável que as **autarquias locais** “estejam fortemente envolvidas na AIGP, integrando a entidade gestora ou com ela estabelecendo protocolos de parceria”.

8. A grande novidade decorrente da alteração realizada pelo Decreto-Lei n.º 16/2022, foi a previsão expressa de uma iniciativa empresarial municipal por via da possível criação de uma **empresa local de promoção do desenvolvimento local e regional, que assuma a natureza de EG.AIGP** tendo em vista a elaboração da proposta de OIGP e a sua gestão subsequente.

É a EG.AIGP que:

- i) procede à elaboração da proposta de OIGP,
- ii) promove as operações de cadastro necessárias;
- iii) promove a participação e adesão voluntária dos proprietários,

Apresentação
05.05.2022

Modelo Agrupado

- iv) divulga a informação e presta os esclarecimentos necessários às medidas e apoios existentes para a concretização da OIGP;
- v) desenvolve as ações necessárias à concretização da AIGP;
- vi) presta informações à DGT.

9. No que respeita às operações de **cadastro**, a EG.AIGP é considerada "entidade promotora", podendo promover as operações de representação gráfica georreferenciada de prédios, nos termos da Lei n.º 78/2017, de 17 de agosto (Sistema de Informação Cadastral simplificada), e dispondo ainda de acesso à informação existente no Balcão Único do Prédio. Tal como a EG.ZIF, a EG.AIGP é "entidade executante" para efeitos de realizar operações de execução do cadastro na AIGP, nos termos do Decreto-Lei n.º 224/2007 (com as alterações do Decreto-Lei n.º 65/2011, de 16 de maio).

10. Quanto à **aprovação da OIGP**, e feita a identificação dos proprietários com base nas operações de cadastro, preveem-se as seguintes fases:

- i) a OIGP é submetida à apreciação dos proprietários e demais titulares de direitos reais, ou quem exerça poderes legais de representação, e produtores florestais abrangidos pela AIGP em **reunião expressamente convocada** para o efeito e devidamente publicitada;
- ii) a **convocatória da reunião** é efetuada pela entidade gestora, mediante publicação de **aviso num jornal** de âmbito local ou nacional, e publicitada através de **anúncio em sítio na Internet da respetiva autarquia** e por afixação de **edital** nas sedes das autarquias locais da área de circunscrição dos prédios abrangidos;
- iii) deve ser **disponibilizada a proposta de OIGP, para consulta** e recolha de sugestões, na sede do município da área de circunscrição dos prédios e no sítio na Internet da DGT pelo prazo mínimo de 30 dias;
- iv) **aprovação da proposta da OIGP em reunião e, simultaneamente, estabelecimento de compromissos prévios**, por via de declarações de compromisso a estabelecer com **os proprietários** e demais titulares de direitos reais, ou quem exerça poderes legais de representação, manifestando a intenção de aderir à OIGP, com identificação do meio de adesão, dos prédios a considerar e da tipologia de uso.

Apresentação
05.05.2022

Modelo Agrupado

v) envio da proposta de OIGP à **DGT**, que emite **parecer**, ouvidos o ICNF, a CCDR, as autarquias locais respetivas, a DGADR e a AGIFR, I.P.

vi) **aprovação da OIGP pelos membros do Governo** competentes.

11. Quanto à **execução da OIGP**, prevê-se a notificação dos proprietários, nos termos do Código do Procedimento Administrativo, para a sua execução voluntária; admite-se que a notificação seja efetuada por edital, quando se desconheça o paradeiro do proprietário. Se não for possível identificar o proprietário, tem aplicação o regime de administração previsto para o prédio reconhecido e registado como sem dono conhecido, em que a administração cabe à FlorestGal – Empresa de Gestão e Desenvolvimento Florestal, S.A. (Decreto-Lei n.º 15/2019, de 21 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 149/2019, de 9 de outubro). Embora o RJRP não o diga expressamente, admite-se que, na ausência de “execução voluntária”, possa haver lugar a execução coerciva, nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

Aspeto importante é que a **gestão dos prédios pode ser transmitida pelos proprietários à EG.AIGP**, através de instrumento contratual. Nesta hipótese, assegura-se a gestão centralizada no que respeita à própria execução da OIGP, superando-se a eventualidade de não execução voluntária pelo proprietário.

C) Estratégia para a Parceria

1. A estratégia subjacente deverá tomar em consideração os seguintes princípios:

- a) Permitir a participação alargada a todos os intervenientes tendo em vista a harmonização otimizada de posições (**coordenação aprofundada no modelo de Ostrom**);
- b) Definição de uma atuação privada de base principal, em que a ação pública necessária se limite ao âmbito de supressão de eventuais falhas de mercado ou de regulação de determinados interesses divergentes (**subsidiariedade da intervenção pública perante a privada**);

Apresentação
05.05.2022

Modelo Agrupado

- c) Previsão de uma sustentabilidade de longo prazo, por definição intergeracional, suportada pelas opções gerais tomadas na OIGP (**solidariedade intergeracional**);
- d) Estabelecimento de um modelo financeiro sustentável, salientando o "saldo ecológico", a internalização dos custos e os benefícios sociais do modelo de gestão. A intervenção pretendida é ao nível do território e abrange outros setores de atividade económica (como sejam a agricultura, pastorícia, apicultura, cinegética, pesca desportiva, turismo, entre outras que possam ser viáveis no território em causa). O "saldo ecológico" não pode, nem deve ser atingido exclusivamente pelas atividades florestais (**sustentabilidade financeira e ecológica "forte"**);
- e) Estabelecimento de uma estratégia de gama larga, com a identificação das vantagens que se fazem sentir ao nível das diversas políticas públicas previstas nos diversos elementos de gestão (**inserção das políticas públicas de "espectro alargado"**);
- f) Atender à possibilidade de incluir um modelo de redistribuição de benefícios e encargos, nos termos do regime previsto da Lei do Solo (**modelo perequativo**).

2. O RJRP fornece, através da figura da AIGP, o *instrumentarium* jurídico de suporte a uma intervenção de reconversão da paisagem que permita a participação alargada dos proprietários e, simultaneamente, a gestão centralizada da paisagem e a sua reconversão de forma sustentável e em consideração de um horizonte temporal alargado (25 anos, no mínimo). Para tanto contribui a previsão legal de um instrumento de execução, a OIGP, que vigora pelo prazo mínimo de 25 anos, e a centralização da gestão numa entidade, a EG.AIGP, que é responsável pela elaboração da OIGP e, ainda, pela sua execução, *podendo* ademais receber a gestão dos prédios por delegação dos seus proprietários. Nesta medida, a AIGP cumpre o desiderato já antes assumido na Lei de Bases da Política Empresarial: o da promoção de um *modelo associativo* na gestão da floresta.

Não obstante, se a realização dos objetivos de reconversão da paisagem encontra suporte jurídico adequado no RJGP, continuarão a verificar-se obstáculos à sua execução, nomeadamente no que respeita à disponibilidade de financiamento e à falta de *know how* especializado na gestão florestal. O *modelo associativo* da AIGP necessita, portanto, de ser combinado com um *modelo empresarial*.

Apresentação
05.05.2022

Modelo Agrupado

É neste âmbito que se propõe o desenvolvimento ao nível da CIM Região de Coimbra de um ***"modelo de serviços partilhados"*** para o desenvolvimento das tarefas a desenvolver pelos SPV, de âmbito local. Neste quadro, a CIM Região de Coimbra, em tornando-se, assim, o seu "braço operacional" e, com isso, possibilitando economias de escala e harmonização nas opções adoptadas

Neste quadro, a CIM Região de Coimbra

- deterá uma direcção operativa, com competência para a propositura de decisões gestionárias essenciais ao nível da gestão florestal e agropecuária da área de intervenção;
- funcionará como centro de recursos comuns e serviços partilhados na área, desenvolvendo todas as actividades de suporte e fornecendo os meios e equipamentos para a gestão comunitária do território abrangido pela AIGP, quer sejam próprios, quer seja através de subcontratação a terceiros numa lógica integradora e de escala das ações a desenvolver;
- constituir-se-á enquanto interlocutor do financiamento público das operações, como promotora de candidaturas operacionais, e como veículo junto de potenciais financiamentos privados;
- constituirá um centro de excelência colaborativo que poderá prestar os serviços da sua especialidade na restante região;
- promoverá a gestão da marca dos produtos gerados na área e garantirá os respetivos canais de distribuição, se exequível em função da AIGP em causa;
- promoverá a animação turística do território, zelando pela manutenção dos seus traços característicos;
- desenvolverá, se aplicável, o plano de reabilitação do edificado, na lógica das áreas de reabilitação urbana das aldeias, revitalizando-as, gerando ativos imobiliários para rentabilizar em alojamento local ou para a atração de novos habitantes;
- promoverá iniciativas de angariação de financiamento alternativo, visando a sustentabilidade financeira da operação, por via da criação de modelos de exploração cooperativa e colaborativa.

A CIM Região de Coimbra articular-se-á com a EG.AIGP numa ótica de prestação de serviços de suporte à gestão da AIGP e execução da OIGP, constituindo-se como o suporte institucional às tarefas de âmbito empresarial ou que pressuponham a utilização de financiamento visando

Apresentação
05.05.2022

Modelo Agrupado

a otimização do modelo gestor. A sua ação basear-se-á na otimização dos proveitos e redução dos custos de exploração.

D) A criação da Empresa Intermunicipal no âmbito da Estratégia para a Parceria

1. A criação da **Empresa Intermunicipal**, cuja existência encontra-se expressamente prevista no Decreto-Lei n.º 16/2022, de 14 de Janeiro, na figura de **empresa local de promoção do desenvolvimento local e regional** deverá seguir o regime constante, da Lei n.º 50/2012, de 31 de Agosto, salientando o seu artigo 48.º.

Não obstante, se a realização dos objetivos de reconversão da paisagem encontra suporte jurídico adequado no RJGP, continuarão a verificar-se obstáculos à sua execução, nomeadamente no que respeita à disponibilidade de financiamento e à falta de *know how* especializado na gestão florestal. O *modelo associativo* da AIGP necessita, portanto, de ser combinado com um *modelo empresarial*.

É neste âmbito que se propõe a constituição de uma **Empresa Intermunicipal** que agregará as iniciativas onde a iniciativa colectiva não seja suficiente para a criação de uma entidade gestora. Poderá desenvolver a sua função de forma directa, ou em relação com os diversos SPV, de âmbito local. Pode realizar a gestão da AIGP, por delegação/subcontratação da EG.AIGP, tornando-se, assim, o seu "braço operacional" e, com isso, possibilitando economias de escala, constituindo-se como veículo de financiamento da OIGP e facilitando o modelo perequativo.

Assim, a Empresa Intermunicipal funcionará como modelo de agregação empresarial, criando um modelo de participação comunitária na gestão de todas as áreas coletivas e sociais do programa.

E) Instrumentos contratuais necessários à parceria

1. Afigura-se necessário elaborar os seguintes instrumentos contratuais:
 - **Modelo Orgânico para a criação de Unidade de Apoio**

Apresentação
05.05.2022

Modelo Agrupado

- **Contrato-programa entre a EG.AIGP, a DGT e o ICNF, I.P. e a CIM Região de Coimbra**
- **Protocolo entre a CIM Região Coimbra e as autarquias locais**
- **Contrato de delegação de gestão das EG.AIGP nos SPV**

Este contrato deve prever, entre o mais, a autonomia de gestão do SPV, nos quadros da execução da OIGP, a sua responsabilidade pela execução da OIGP e por obter o financiamento (podendo ficar condicionado à obtenção desse financiamento); deverá ainda incluir os proveitos a retirar da gestão das propriedades, conforme contratos de delegação de gestão dos proprietários na EG.AIGP.

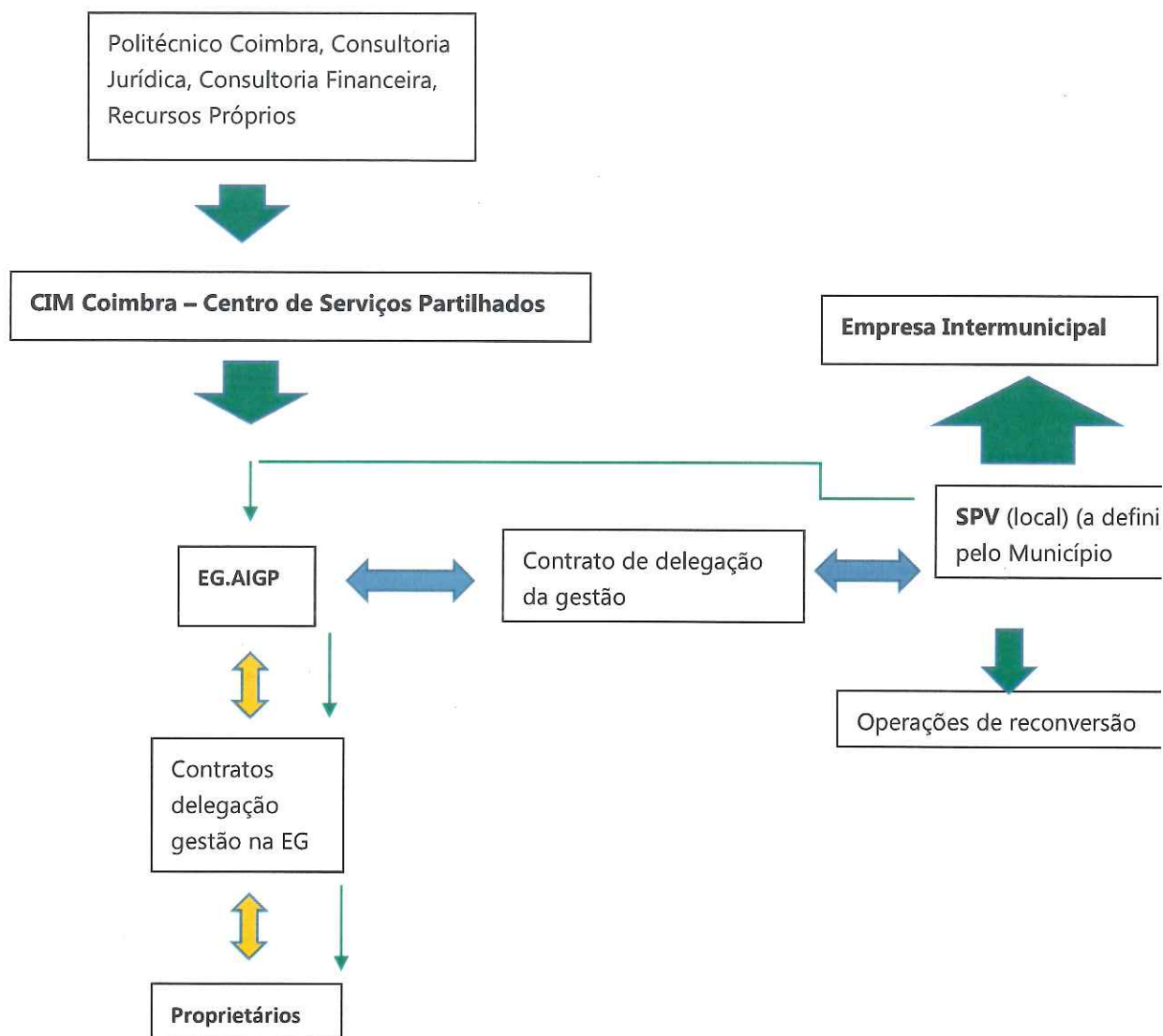
A robustez jurídica destes instrumentos contratuais – nomeadamente, no que respeita à delegação da gestão no SPV e à transferência da gestão das propriedades para a EG.AIGP – afigura-se da maior importância para a obtenção de financiamento pela Sociedade de Gestão Florestal, S.A.

Apresenta-se, de seguida, o esquema da Parceria (Anexo I), um esquema de implantação da AIGP/OIGP, com os principais passos (Anexo II)

Apresentação
05.05.2022

Modelo Agrupado

Anexo I – Esquema da Parceria



Apresentação
05.05.2022

Modelo Agrupado

Anexo II – Esquema de implementação AIGP/OIGP (principais passos)

PRGP

** facultativo*

iniciativa de constituição da AIGP: Estado, autarquias locais, organizações de produtores florestais e agrícolas, cooperativas, associações locais, entidades gestoras de baldios, organismo de investimento coletivo

Preparação da proposta de AIGP:

- Memória descritiva e justificativa da proposta
- Planta com a delimitação da área a intervencionar à escala 1:25000
- Proposta de modelo de gestão, com indicação da entidade gestora já constituída ou a natureza jurídica da entidade a constituir
- Prazo de apresentação da OIGP

Constituição da EG.AIGP

Consulta das autarquias locais

Apresentação da proposta na DGT

Constituição da AIGP por despacho ministerial (ou no âmbito do PRGP, se existir)

Parecer da DGT

Contrato-programa entre a EG.AIGP, a DGT e o ICNF, I.P.

Apresentação
05.05.2022

Modelo Agrupado

<p>EG.AIGP: Elaboração da proposta de OIGP, com identificação de</p> <p>i) intervenções de fomento da agricultura e da pastorícia em territórios florestais;</p> <p>ii) intervenções de revitalização económica e desenvolvimento rural;</p> <p>iii) os proprietários e titulares de outros direitos, ónus e encargos; a menção, se for o caso, ao desconhecimento da titularidade do prédio (Decreto-Lei n.º 15/2019, de 21 de janeiro);</p> <p>iv) a extensão e calendário das intervenções a realizar;</p> <p>v) fontes de financiamento e respetiva programação plurianual;</p> <p>vi) o programa de monitorização, com identificação dos indicadores de execução financeira, física e de impacto</p>	EG.AIGP: promoção das operações de cadastro	<p>Contrato de delegação da gestão no SPV</p>
	<p>EG.AIGP convoca reunião dos proprietários (+ de 30 dias)</p> <p><i>(Aviso em jornal, publicidade site autarquia, edital nas sedes das autarquias locais)</i></p>	
	<p>(e) disponibilização da proposta de OIGP para consulta por 30 dias</p> <p><i>(sede do município e site da DGT)</i></p>	
	<p>Aprovação da OIGP na reunião</p>	
	<p>(e) estabelecimento de compromissos com os proprietários</p> <p>(e) contratos de delegação da gestão dos proprietários na EG.AIGP, com possibilidade de subcontratação de terceiro</p>	

Parecer da DGT (com audição de outras entidades, incluindo o ICNF)

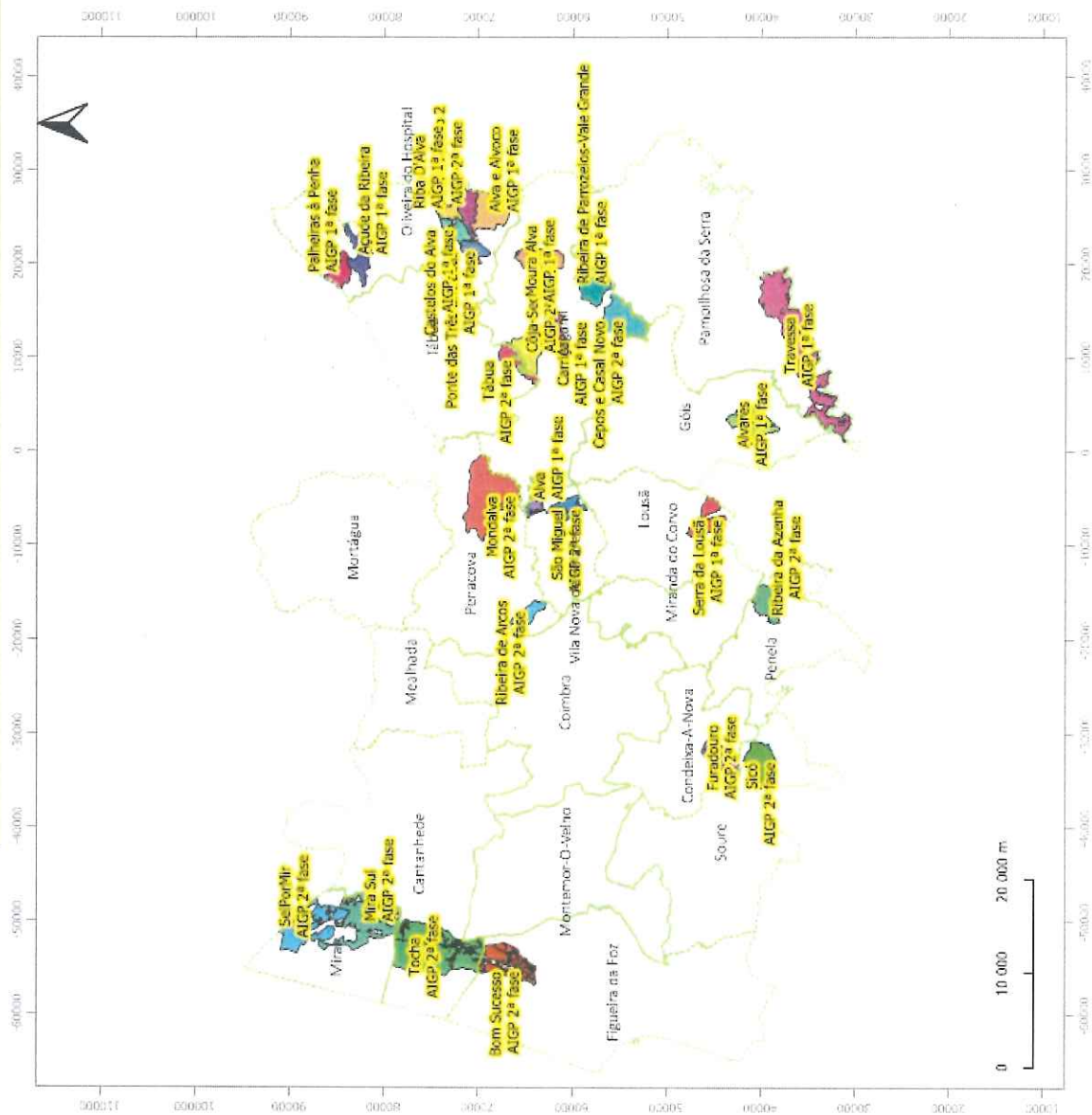
Notificação aos proprietários para execução, se sem delegação

Aprovação da OIGP por despacho ministerial

Mapa de enquadramento das AIGP

LEGENDA

Designação AIGP / Concelho	
Agude da Ribeira - Oliveira do Hospital	
Alva - Vila Nova de Poares	
Alva e Alvoco - Oliveira do Hospital	
Alva e Alvoco 2 - Oliveira do Hospital	
Alvares - Góis	
Bom Sucesso - Figueira da Foz	
Carriça - Arganil	
Castelos do Alva - Oliveira do Hospital	
Caspos e Casal Novo - Arganil	
Côja-Secaras - Arganil	
Furadouro - Condeixa-a-Nova	
Mira Sul - Mira	
Mondalva - Penacova	
Moura Alva - Arganil	
Palheiros à Penha - Oliveira do Hospital	
Ponte das Três Entradas - Oliveira do Hospital	
Riba D'Alva - Oliveira do Hospital	
Ribeira da Azinha - Penela	
Ribeira de Arcos - Penacova	
Ribeira de Paredos-Vale Grande - Arganil	
São Miguel - Vila Nova de Poares	
Saizformil - Mira	
Serra da Louzã - Louzã	
Sicó - Soure	
Tábua - Tábua	
Tocha - Cantanhede	
Travessa - Pampilhosa da Serra	



DIREÇÃO REGIONAL DA CONSERVAÇÃO
DA NATUREZA E FLORESTAS DO CENTRO

DEPARTAMENTO REGIONAL DE GESTÃO E VALORIZAÇÃO DA FLORESTA

Sistema de coordenadas: ETRS89/PT-TM06
Escala de referência: 1:50,000
Projeção: Transverso de Mercator

Data: fevereiro de 2022

Fonte: ICNF (2020) / DGT (2021)

MINUTA

CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Entre:

Município de Penela, pessoa coletiva n.º 506778037, com sede em Praça do Município, neste ato representado pelo Exm.º Senhor(a) Presidente da Câmara Municipal de Penela, Eduardo Jorge Mendes Nogueira dos Santos, adiante designado por “MUNICÍPIO”

E

Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, pessoa coletiva n.º 508354617, com sede na Rua do Brasil n.º 131, 3030-175 Coimbra, neste ato representada por [•], adiante designada por “CIM-RC”,

Considerando que:

- o PTP – Programa de Transformação da Paisagem, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2020, de 24 de junho, assume como objetivos específicos, entre o mais, *“aumentar a área com gestão agregada de pequenas propriedades” e “dar resposta à baixa adesão que os territórios florestais em minifúndio têm em implementar projetos com escala”*;
- na sequência da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2020, que cria o PTP, foi aprovado o Regime Jurídico da Reconversão da Paisagem (RJRP), através do Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho, entretanto alterado pelo Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho;
- o RJRP prevê a constituição da AIGP – Área Integrada de Gestão da Paisagem, que *“sujeita uma determinada área com fatores críticos de perigo de incêndio e vulnerabilidade a um conjunto articulado de intervenções visando, de forma integrada, a reconversão e gestão de espaços florestais, agrícolas e silvopastoris com o objetivo de garantir uma maior resiliência ao fogo e melhorar os serviços de ecossistemas, promovendo a revitalização destes territórios e a adaptação às alterações climáticas”* e, no seu âmbito, a execução de uma OIGP – Operação Integrada de Gestão da Paisagem, a qual *“define, no espaço e no tempo, as intervenções de transformação da paisagem de reconvenção de culturas e de valorização e revitalização territorial, bem como o modelo operativo, os recursos financeiros e o sistema de gestão e de monitorização a implementar”* (artigos 12.º, n.º 1, e 17.º, n.º 1 do RJRP);
- o MUNICÍPIO procedeu já à constituição da AIGP de Ribeira da Azenha, sendo sua Entidade Promotora,

nos termos do artigo 13.º, n.º 1, do RJRP;

- nos termos do artigo 15.º, n.º 5, do RJRP, pode o MUNICÍPIO enquanto entidade promotora da AIGP de Ribeira da Azenha, assumir a função de entidade gestora da AIGP;
- o MUNICÍPIO considera conveniente delegar a gestão da AIGP de Ribeira da Azenha na CIM-RC, por forma a obter ganhos de eficiência e conseguir a otimização de recursos;
- os Municípios de [•], [•], [...], tendo promovido a constituição de AIGP nos territórios respetivos, consideram igualmente conveniente a delegação da gestão das AIGP respetivas na CIM-RC, por forma a que a gestão das AIGP seja feita de forma integrada a nível intermunicipal;
- verifica-se, para efeitos do disposto no artigo 115.º, n.º 3, aplicável *ex-vi* artigo 122.º, n.º 1, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e de acordo com o estudo realizado, que o presente Contrato não implica um aumento da despesa pública global, antes gerando uma otimização dos proveitos gerados pelas CER municipais; contribui para o aumento da eficiência da gestão dos recursos e gera ganhos de eficácia no exercício das competências, uma vez que a gestão agregada evita a duplicação de funções e permite a sua otimização; promove a articulação entre os diversos níveis da administração pública, operando precisamente uma gestão em rede das CER municipais, salvaguardando-se mecanismos de informação e cooperação; cumpre os objetivos fixados no artigo 112.º da Lei n.º 75/2013, designadamente promovendo a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis;

considerando ainda que:

- a Assembleia Municipal do MUNICÍPIO, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada pela deliberação de [•], autorizou a celebração do presente Contrato de delegação de competências através da deliberação de [•]
- que o Conselho Intermunicipal da CIM-RC, através da deliberação de [•], autorizou a celebração do presente contrato;

É celebrado o presente contrato de delegação de competências, nos termos e para os efeitos dos artigos 116.º e seguintes da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que se rege pelas seguintes cláusulas:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª

Natureza

O presente contrato tem a natureza de contrato interadministrativo de delegação de competências e é celebrado ao abrigo e nos termos previstos nos artigos 116.º e seguintes da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Cláusula 2.ª

Objeto

O Contrato tem por objeto a delegação de competências do MUNICÍPIO na CIM-RC, relacionadas com a gestão da AIGP de Ribeira da Azenha.

Cláusula 3.ª

Objetivos estratégicos

1. O Contrato constitui instrumento de promoção da reconversão da paisagem, na prossecução dos fins de aumento do bem-estar das populações e desenvolvimento da economia, bem como de redução da despesa pública.
2. O Contrato visa a promoção da coesão territorial, o reforço da solidariedade intermunicipal, a melhoria da qualidade dos serviços e a racionalização dos modos, meios e recursos disponíveis no que respeita à reconversão da paisagem no território do MUNICÍPIO.

CAPÍTULO II

DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Cláusula 4.ª

Âmbito da delegação

1. O Município delega na CIM-RC as competências de elaboração e execução da OIGP relativa à AIGP de Ribeira da Azenha.
2. A delegação de competências abrange todas as funções da entidade gestora da AIGP, designadamente:
 - a) Elaborar a proposta de OIGP;

- b) Promover a participação e adesão voluntária dos proprietários à OIGP;
- c) Promover a divulgação e prestar os esclarecimentos necessários relativos às medidas e apoios existentes para a concretização das ações previstas na OIGP;
- d) Executar a OIGP, desenvolvendo as ações necessárias à sua concretização;
- e) Monitorizar a execução da OIGP e prestar informação à DGT e ICNF, I. P., nomeadamente sobre o desenvolvimento das ações nela inseridas;
- f) Prestar apoio técnico aos proprietários abrangidos pela OIGP;
- g) Contratar e capacitar recursos humanos e técnicos e celebrar os demais contratos necessários à execução da OIGP;
- h) Instruir e submeter candidaturas aos diversos regimes de apoio disponibilizados ou, por outro meio, procurar obter financiamento para a elaboração e/ou execução da OIGP;
- i) Apoiar o MUNICÍPIO nas operações de execução de cadastro necessárias à obtenção da configuração geométrica dos prédios que integram a AIGP e demais dados cadastrais;
- j) As demais funções atribuídas nos termos da lei à entidade gestora da AIGP.

3. A delegação de competências abrange a contratação de operadores económicos para a elaboração e execução da OIGP, incluindo a abertura, tramitação e conclusão de procedimentos pré-contratuais nos termos do Código dos Contratos Públicos.

4. No exercício das competências delegadas, a CIM-RC deve observar as normas aplicáveis ao exercício da função de entidade gestora da AIGP, designadamente as constantes do Regime Jurídico de Reconversão da Paisagem.

CAPÍTULO III

COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL

Cláusula 5.ª

Deveres de cooperação

1. O Município compromete-se a colaborar com a CIM-RC, disponibilizando conhecimento técnico relativo às dinâmicas do território.
2. A CIM-RC obriga-se a envidar esforços para obter o financiamento necessário à gestão da AIGP, designadamente através dos regimes de apoio disponíveis ou que venham a ser disponibilizados, em estrita colaboração com o Município.
3. O contrato fica sujeito à condição resolutiva de a CIM-RC obter o financiamento necessário à gestão

da AIGP no prazo de dois anos a contar da celebração do presente contrato.

4. A não obtenção do financiamento necessário à gestão da AIGP não consubstancia incumprimento do contrato, salvo dolo ou negligência grosseira.

Cláusula 6.ª

Deveres de informação

1. O Município obriga-se a prestar todas as informações e a disponibilizar todos os documentos relevantes relativos à AIGP e necessários para a sua gestão e para a obtenção de fontes de financiamento.
2. A CIM-RC compromete-se a prestar ao MUNICÍPIO todas as informações relevantes sobre a elaboração e a execução da OIGP.
3. Cada uma das Partes Outorgantes informa a outra de quaisquer circunstâncias de que tenha conhecimento que possam afetar a gestão da AIGP, bem como de quaisquer circunstâncias que previsivelmente impeçam o cumprimento pontual das obrigações estipuladas no presente Contrato.

Cláusula 7.ª

Comunicações

1. Para efeitos das comunicações a efetuar no âmbito do presente Contrato, indicam as partes os seguintes contactos:
 - Município de Penela: Largo do Município, [•pessoa de contacto], [•emails]
 - CIM-RC: Rua do Brasil n.º 131, 3030-175 Coimbra, [•pessoa de contacto], [•emails].
2. Qualquer alteração das informações de contacto deverá ser comunicada à outra Parte.

Cláusula 8.ª

Modificação do contrato

A modificação do presente Contrato apenas pode resultar de acordo entre as Partes Outorgantes.

Cláusula 9.ª

Cessação do contrato

1. O Contrato pode cessar por caducidade, revogação ou resolução.
2. Sem prejuízo do estipulado no n.º 3 da Cláusula 5.ª, o Contrato cessa por caducidade nos termos gerais.
3. As Partes Outorgantes podem revogar o Contrato por mútuo acordo.

4. As Partes Outorgantes podem suspender ou revogar o Contrato por incumprimento da contraparte ou por razões de relevante interesse público devidamente fundamentadas, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 115.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

5. A suspensão ou resolução do Contrato não pode originar quebra ou descontinuidade da prestação de serviço público, cabendo ao MUNICÍPIO o exercício das competências para as quais o contrato tenha deixado de vigorar.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 10.ª

Direito aplicável

1. O presente Contrato é regido pelo disposto na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 28-A/2020, de 26 de junho e, subsidiariamente, pelo Código dos Contratos Públicos e pelo Código do Procedimento Administrativo.

2. A celebração e execução do Contrato rege-se ainda pelos princípios da igualdade, não discriminação, trabalho digno e salário justo, estabilidade, prossecução do interesse público, continuidade da prestação do serviço, necessidade e suficiência dos recursos.

Cláusula 11.ª

Interpretação e integração de lacunas e omissões

As questões de interpretação e integração de lacunas e omissões que resultem da execução do presente Contrato serão resolvidas por acordo, reduzido a escrito, entre as Partes Outorgantes.

Cláusula 12.ª

Vigência do Contrato

1. O período de vigência do Contrato coincide com a duração do mandato dos órgãos deliberativos do MUNICÍPIO, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2. O Contrato considera-se renovado após a instalação do órgão deliberativo do MUNICÍPIO, podendo as Partes Outorgantes promover a denúncia do Contrato, no prazo de seis meses após a referida instalação.

3. Sem prejuízo do disposto no n.º anterior, a mudança de titulares do órgão deliberativo do MUNICÍPIO não determina a caducidade do contrato.

Cláusula 13.ª

Entrada em vigor

O presente Contrato entra em vigor com a assinatura pelas Partes.

Anexo • – Deliberação da Assembleia Municipal de Penela e deliberações da Câmara Municipal de Penela

Anexo • – Estudo